

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

**MICAEL VIER BEHS**

**DISRUPÇÕES E REGULAÇÕES EM CIRCUITOS E CIRCULAÇÕES DIFUSAS:  
A CONSTRUÇÃO DO CASO SOBRE O BOATO DA BRUXA DE GUARUJÁ**

**SÃO LEOPOLDO**

**2017**

**Micael Vier Behs**

**DISRUPÇÕES E REGULAÇÕES EM CIRCUITOS E CIRCULAÇÕES DIFUSAS:**

**A construção do caso sobre o boato da Bruxa de Guarujá**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Getulio Ferreira

São Leopoldo

2017

B421d

Behs, Micael Vier.

Disrupções e regulações em circuitos e circulações difusas: a construção do caso sobre o boato da bruxa de Guarujá / Micael Vier Behs. – 2017.

222 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2017.

“Orientadora: Prof. Dr. Jairo Getulio Ferreira.”

1. Boatos na comunicação de massa. 2. Comunicação de massa. 3. Divulgação de informações. I. Título.

CDU 659.3

## **AGRADECIMENTOS**

À minha namorada, Bruna, pela companhia silenciosa e amável nos momentos de escrita.

Aos amigos e familiares, tanto os de perto quanto os de longe, pelo incentivo e carinho depositados ao longo dessa caminhada.

À professora Ana Paula da Rosa, pela generosidade e pelas conversas sobre a tese e o mundo da vida.

Ao meu orientador, Jairo Ferreira, pelo acompanhamento ao longo do percurso de construção do conhecimento que se fez a partir de trocas e interações que nos fizeram avançar sempre à frente.

À amiga Sabrina de David, pela risada fácil e pelos fichamentos dos livros que ajudaram a organizar o raciocínio.

À Unisinos e à Univates, pelas políticas de auxílio que tornaram viável a produção desta pesquisa.

Muito obrigado!

*“É impossível um homem aprender aquilo que ele acha que sabe”.*

(Epictetus)

## RESUMO

Essa tese está organizada em torno de um diagrama que relaciona três instâncias semióticas – a página Guarujá Alerta no Facebook, o site jornalístico Folha.com e suas respectivas seções de comentários. Observamos e inferimos as construções de sentido quando essas instâncias estão em interações em torno do boato da Bruxa de Guarujá (2014). A perspectiva são as epistemologias da midiatização, em específico quando se abordam as redes digitais. A construção do caso acadêmico é um processo que relaciona aporte metodológico, inferências criativas e existenciais, analogias circulares e a definição de três proposições de pesquisa. A primeira delas sugere que as construções de sentido em torno do caso se desdobram a partir de interações entre os três meios em análise, em contato com meios tangenciais, dada a natureza relacional do ambiente midiático. A segunda proposição indica que a página e o site desenvolvem estratégias distintas de acesso dos interagentes ao seu sistema, situação que desencadeia experiências autorregulatórias, assim como contidas entre produção e recepção produtiva. A terceira proposição revela tentativas, manifestadas por atores sociais midiatizados, de encontrar culpados para a exacerbação do boato em morte. Identifica-se um objeto simbólico, denominado de “culpabilização”, que, entretanto, não se apresenta de forma estática e consensual ao longo do caso analisado, ganhando distintos contornos e perspectivas interpretativas a partir de sua associação a outros elementos postos em circulação no mercado discursivo. A análise centra-se nos conceitos de circulação, midiatização, boato, incerteza e disrupção, demonstrando o potencial degenerativo associado ao funcionamento das redes, ainda que delas também verta informação regulatória, reiterando-se o lugar mediador que segue reservado ao jornalismo canônico em tempos de indistinção entre produtores e receptores de meios semióticos.

**Palavras-chave:** Boato. Midiatização. Circulação. Disrupção. Incerteza. Indeterminação.

## ABSTRACT

This dissertation is structured around a diagram that relates three semio-technical media, viz. the Guarujá Alerta Facebook page, the Folha.com news site, and their respective sections of comments. It makes observations and inferences about the construction of meaning when these media are involved in interactions around the rumor about the so-called “Guarujá Witch” (2014). Its methodological perspective is the concept of mediatization, specifically when discussing digital media. The construction of the academic case is a process that relates methodological contributions, creative and existential inferences, circular analogies and the definition of three research propositions. The first proposition suggests that the constructions of meaning around that case develop based on interactions between the three media analyzed here, which are in contact with tangential media, given the relational nature of the media environment. The second proposition indicates that the Facebook page and the news site employ different strategies to enable web surfers to access their systems, which is a situation that gives rise to self-regulatory devices, as well as conflicts between production and productive reception. The third proposition reveals attempts by mediatized social actors at finding those who were guilty for the culmination of the rumors in a murder. The study identifies a symbolic object called “blaming”, which, however, does not present itself in a static and consensual manner throughout the case analyzed here, but acquires different contours and interpretive perspectives based on its association with other elements that are put into circulation in the discursive market. The analysis focuses on the concepts of circulation, mediatization, rumor, uncertainty and disruption and shows the degenerative potential associated with the way the media function, although the latter also provide regulatory information. This reiterates the mediating place that is still reserved for canonical journalism in a time of non-distinction between producers and receivers of semio-technical media.

**Keywords:** Rumor. Mediatization. Circulation. Disruption. Uncertainty. Indetermination.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Interagente clama para que algozes de Fabiane, identificados como moradores e administradores da página Guarujá Alerta, “nunca mais tenham paz”.....	18
Imagem 2 - Lógicas originadas das redes sociais também eram fonte de informação sóbria e fidedigna.....	22
Imagem 3 - Configuração diagramática do caso em análise.....	33
Imagem 4 - Página Guarujá Alerta sustenta a sua narrativa através da apropriação de elementos discursivos que circulam em espaços tangenciais, a exemplo de perfis pessoais no Facebook.....	39
Imagem 5 - Página explicita ao seu leitor esforço investigativo, estratégia que a aproxima das lógicas norteadoras do jornalismo canônico.....	40
Imagem 6 - Comentadores acusam precariedades gramaticais que caracterizam as postagens da página Guarujá Alerta, afastando-a de uma perspectiva “jornalística” canônica.....	42
Imagem 7 - Postagem evidencia trabalho de cogestor mobilizado pelo seguidor da página e tentativa de apuração por parte da equipe de administradores da Guarujá Alerta.....	44
Imagem 8 - Página deixa dúvida a existência da sequestradora, na medida em que existem fotos, mas não há confirmação oficial.....	45
Imagem 9 - Postagem com o maior número de interações é originada de mensagem enviada à equipe da Guarujá Alerta via celular por ex-moradora do bairro Morrinhos confundida com a imagem do retrato falado.....	46
Imagem 10 - Cobertura informativa do caso foi protagonizada pelo enviado especial da <i>Folha</i> a Guarujá, Diógenes Campanha.....	50
Imagem 11 - Em situação específica, Diógenes divide crédito da matéria com o jornalista Artur Rodrigues.....	51
Imagem 12 - Um terceiro jornalista, Emilio Santana, produziu notícia sobre o caso no contexto do site.....	51
Imagem 13 - Um quarto jornalista, Dhiego Maia, também é mobilizado na condição de “enviado especial a Guarujá” para cobrir o caso.....	52
Imagem 14 - Comentadora demonstra sensação de culpa pelo compartilhamento de imagem da suposta sequestradora.....	63
Imagem 15 - Diálogo entre interagentes indica a cadeia de incertezas em torno da existência da sequestradora de crianças.....	77



Imagem 16 - Caso de Guarujá é associado à inoperância do Governo Federal e da Prefeitura da cidade, ambos liderados por mulheres.....	78
Imagem 17 - Interagentes recorrem a justificativas mágico-religiosas para explicar o incidente de Guarujá.....	79
Imagem 18 - Comentadores associam o caso à conjuntura social brasileira.....	80
Imagem 19 - Interagentes banalizam o caso trágico na página Guarujá Alerta .....	81
Imagem 20 - Comentadores convocam para que a sequestradora de crianças seja identificada e morta .....	82
Imagem 21 - Desfeito o boato, comentadores sugerem o linchamento dos administradores da página Guarujá Alerta.....	83
Imagem 22 - Circulação do boato revela a necessidade de a comunidade proteger as suas crianças .....	83
Imagem 23 - Caso revela, sob a ótica dos interagentes, a necessidade da formulação de leis e medidas protetivas .....	84
Imagem 24 - Repercussão do caso de Guarujá justifica a criação de projeto de lei no Congresso .....	85
Imagem 25 - Postagem da página Guarujá Alerta oferece o “start” circulatório em torno da Bruxa de Guarujá, mobilizando conversas no ambiente físico e digital .....	89
Imagem 26 - Retrato falado divulgado pela página alastra-se, via circulação, graças ao esforço de compartilhamento impulsionado por seguidores da Guarujá Alerta .....	91
Imagem 27 - Correio gerido no trânsito de informações entre Facebook e WhatsApp sugere a morte da sequestradora de crianças como forma de eliminar a tensão gerada por sua suposta presença na comunidade.....	92
Imagem 28 - Num primeiro momento, a mulher do retrato falado é associada à ex-moradora do bairro Morrinhos Diane Silva Pinheiro .....	93
Imagem 29 - Comentadora convoca, via mensagem postada em rede, a população de Morrinhos a não deixar a sequestradora à solta.....	96
Imagem 30 - Vídeos amadores dão conta do frenesi que contaminou a população de Morrinhos em decorrência da história da Bruxa de Guarujá, clamando por sua morte.....	97
Imagem 31 - Comentadora sugere que o linchamento ocorrido nas ruas de Guarujá teria começado na espacialidade midiática.....	97
Imagem 32 - Comentadora reconhece o papel proeminente do Facebook na viralização de informações falsas .....	98

Imagem 33 - Linchamento gestado em rede culmina em violência nas ruas de Guarujá e, imediatamente, retorna ao circuito digital .....	99
Imagem 34 - Pesquisa pelos termos conjugados “fabiane maria de jesus” e “linchamento” no YouTube apresenta 76 registros relacionados ao caso de Guarujá.....	100
Imagem 35 - Circulação de informações gestadas por atores sociais midiaticizados cria um cenário de dúvida e incerteza em relação ao caso de Guarujá.....	102
Imagem 36 - Folha.com compila vídeos recuperados nas “bordas da circulação” e os condensa num único produto audiovisual que procura elucidar o caso .....	106
Imagem 37 - Vídeo da agressão é segmentado em frases estáticas pela equipe de fotomontagem do Folha.com.....	107
Imagem 38 - Folha.com diferencia-se do relato amador em torno do caso ao apropriar-se do relato da polícia para nomear culpados pelo linchamento de Guarujá.....	108
Imagem 39 - Foto em formato 3x4 de Fabiane ilustra três distintas matérias do site Folha.com, assim como a história do caso na enciclopédia digital Wikipédia .....	110
Imagem 40 - Setor de fotomontagem do Folha.com deixa explícitas as diferenças entre o retrato falado da suposta sequestradora de crianças e Fabiane Maria de Jesus, confundida com a mesma.....	111
Imagem 41 - Postagem que ofereceu o “start” para a constituição do boato volta a circular, na íntegra, no contexto de matéria informativa publicada pelo Folha.com.....	112
Imagem 42 - Mesmo deletada da página Guarujá Alerta, jornalista recupera a postagem original que incitou a constituição do boato através de mecanismos de busca.....	113
Imagem 43 - Trabalho da polícia, relatado pelo campo jornalístico, também toma como insumo a análise e interpretação dos vídeos produzidos amadoristicamente durante o linchamento, como demonstra os trechos destacados .....	114
Imagem 44 - Tarja em vermelho sinaliza ao comentador que sua mensagem não atende aos preceitos dos “termos e condições de uso” do Folha.com.....	121
Imagem 45 - Cogestor é convocado a interagir, seletivamente, com base nos conteúdos publicados pelo Folha.com.....	122
Imagem 46 - Interagente exige que vídeo amador produzido em torno do linchamento de Guarujá seja excluído do Folha.com .....	125

Imagem 47 - Resposta silenciada pelo campo jornalístico repercute através da voz de outrainteragente, sugerindo processos autorregulatórios geridos no interior do Folha.com.....	126
Imagem 48 - Recepção-produtiva reconhece práticas e deontologias que perpassam o fazer jornalístico .....	126
Imagem 49 - Crítica à coluna de Cantanhêde é respondida por interagente, que não consegue fazer avançar o debate político .....	127
Imagem 50 - Comentador regula a sua interação no Folha.com reconhecendo a existência restritiva dos termos e condições de uso .....	128
Imagem 51 - Seção de comentários torna-se espaço de discussão em torno dos próprios recursos coercitivos mobilizados pelo Folha.com.....	129
Imagem 52 - Comentadores se policiam a fim de atender às exigências disciplinares impostas pelo site.....	130
Imagem 53 - Reinaldo Azevedo lança questões ao seu leitor .....	131
Imagem 54 - Reinaldo Azevedo lança questões a destinatário nomeado, no caso a presidente Dilma .....	131
Imagem 55 - Mesmo afastado da arena dialógica, coluna de Azevedo permite o avanço do fluxo circulatório a partir de trocas entre comentadores .....	132
Imagem 56 - Estratégia de construção de inteligibilidades mobilizada pela página Guarujá Alerta desencadeia situações de contenda com o seguidor .....	134
Imagem 57 - Após a morte de Fabiane, credibilidade da página é questionada.....	135
Imagem 58 - Página justifica seus procedimentos operacionais ao longo da cobertura do caso de Guarujá.....	137
Imagem 59 - Página volta a justificar suas operações enunciativas face à exacerbação do boato .....	137
Imagem 60 - Administradores da página convocam seguidores a provar equívocos ao longo da cobertura do caso da Bruxa de Guarujá.....	139
Imagem 61 - Interagentes identificam tentativa da página em frear a circulação do retrato falado da sequestradora de Guarujá.....	140
Imagem 62 - Postagem e retrato falado sugerindo a existência de sequestradora de crianças conduz a desconfigurações sistemáticas em torno do caso, via comentários na página.....	142

Imagem 63 - Trocas de mensagens entre seguidores vão tecendo de forma desencontrada, via seção de comentários da página, as nuances e destinos em torno da história da bruxa.....	143
Imagem 64 - Instalado o boato na comunidade de Morrinhos, tentativas de desmistificá-lo tornam-se infrutíferas .....	144
Imagem 65 - Processo autorregulatório também gera movimentos de defesa da política editorial da página .....	145
Imagem 66 - Comentarista se posiciona como porta-voz da página Guarujá Alerta que, neste caso, se beneficia do processo autorregulatório .....	146
Imagem 67 - Projeto colaborativo da página sucumbe por pressão dos próprios seguidores.....	147
Imagem 68 - Episódio de Guarujá deslegitima o trabalho de produção noticiosa desenvolvido pela página.....	149
Imagem 69 - Interagentes demonstram conhecimento das regras e postulados que norteiam a produção de conteúdo noticioso .....	150
Imagem 70 - Seguidores questionam a natureza do trabalho jornalístico desempenhado pela página, situando-a num lugar distante de uma prática jornalística canônica.....	151
Imagem 71 - Mensagens de ódio anteriormente direcionadas à sequestradora voltam-se aos administradores da página .....	152
Imagem 72 - Lógicas produtivas da página, na percepção dos interagentes, estão referenciadas também na “herança simbólica” derivada da mídia televisiva.....	153
Imagem 73 - Apesar do distanciamento temporal, comentaristas estabelecem relações entre os linchamentos do Rio de Janeiro e de Guarujá, conectados pelo discurso de “justiçamento” incentivado por Sheherazade na televisão .....	155
Imagem 74 - Culpa atribuída a Sheherazade não está circunscrita somente à órbita de comentários, sendo legitimada pelo discurso de colaboradores do Folha.com.....	157
Imagem 75 - Colaborador do Folha.com Aldo Pereira reforça a perspectiva “midiática” no desenrolar do caso de Guarujá.....	158
Imagem 76 - Editorial faz menção implícita ao discurso de Sheherazade, sugerindo o lugar da mídia na eclosão de casos de justiçamento no Brasil .....	158
Imagem 77 - Jornalismo canônico é convocado a cancelar a veracidade do caso.....	160

Imagem 78 - Interagente reconhece no Facebook uma ambiência geradora de incerteza e indeterminação devido à força comunicativa atribuída a “ignorantes que têm vontade de serem repórteres” .....	162
Imagem 79 - Fluxo circulatório se impõe como premissa de funcionamento do Facebook à margem da natureza do conteúdo que circula .....	163
Imagem 80 - Comentadora critica o Facebook enquanto dispositivo interacional.....	163
Imagem 81 - Comunicação fluida, via redes digitais, não se traduz numa sociedade mais bem informada, mas escancara problemas conjunturais complexos como a “miséria educacional, social e espiritual de boa parte do povo brasileiro” .....	164
Imagem 82 - Opiniões suscitadas em rede por atores sociais midiaticizados constroem zonas de consenso em torno dos temas postos em discussão.....	165
Imagem 83 - Administrador ameaçado de morte regressa à órbita midiática, não mais na condição de produtor de conteúdos, mas de fonte do jornalismo canônico .....	166
Imagem 84 - Nomeação de culpados pelo linchamento de Fabiane transita entre o midiático e o político, entre “a jornalista” e “dona Dilma” .....	168
Imagem 85 - Desde o primeiro dia de cobertura do caso pelo Folha.com, em 4 de maio, o sentenciamento político já se fazia presente via seção de comentários em torno de textos informativos.....	169
Imagem 86 - Governo à época liderado por Dilma Rousseff é criticado por ceder benefícios sociais, como o Bolsa Família .....	169
Imagem 87 - Através da recuperação de história fixada no imaginário coletivo, colunista aproxima a figura de Dilma à imagem de bruxa .....	170
Imagem 88 - Prefeita de Guarujá é acusada por comentadores da Guarujá Alerta de manipulação midiática a fim de minimizar a repercussão do linchamento.....	171
Imagem 89 - Comentarador sugere retaliação contra a prefeita de Guarujá, acusada por ele de roubar dinheiro público .....	172
Imagem 90 - Internauta faz chamado explícito a um terceiro linchamento, agora direcionado a políticos corruptos .....	172
Imagem 91 - Seguidor da página, a exemplo do que se identificou no contexto do site, também incita a um terceiro linchamento direcionado a políticos corruptos.....	173
Imagem 92 - Assinantes do Folha.com associam a precariedade – social, econômica e política do país – à ascensão do Partido dos Trabalhadores.....	173

Imagem 93 - Trecho de editorial do Folha.com publicado no dia 7 de maio de 2014.....	175
Imagem 94 - Trecho de coluna assinada por Reinaldo Azevedo publicada no dia 9 de maio de 2014 .....	175
Imagem 95 - Trecho de coluna assinada por Ricardo Melo publicada no dia 12 de maio de 2014 .....	175
Imagem 96 - Comentadores saem em defesa da Guarujá Alerta e atribuem a culpa pelo linchamento a um “bando de marginais desumanos” .....	177
Imagem 97 - Comentários acusam incompatibilidade entre o conteúdo da página e a interpretação desse mesmo conteúdo por seus seguidores .....	178
Imagem 98 - Produção de sentidos é operacionalizada, via circulação, no tensionamento entre circuitos tangenciais à página Guarujá Alerta e constituídos nos ambientes on-line e off-line.....	179
Imagem 99 - Estereótipos arraigados na cultura do comentador o conduzem a julgamentos precipitados, desprovidos de evidência concreta.....	180
Imagem 100 - Para além dos estereótipos, interagente desenvolve postura crítico-reflexiva para com as motivações do linchamento .....	181
Imagem 101 - Campo da sociologia é convocado a oferecer explicações do incidente de Guarujá “antes do caos” .....	182
Imagem 102 - Comentadores repetem, simbolicamente, a barbárie que dizem negar.....	182
Imagem 103 - A circulação discursiva segundo preceitos de Boutaud e Verón (2007).....	188

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Operações de sentido mobilizadas pela página Guarujá Alerta no Facebook.....	29
Quadro 2 - Operações de sentido mobilizadas pelo site jornalístico Folha.com.....	29
Quadro 3 - Operações de sentido mobilizadas pelos atores sociais via seções de comentários.....	30
Quadro 4 - Ações sociais reivindicadas discursivamente pelos atores sociais via seções de comentários.....	30
Quadro 5 - Narratividade imprecisa na página Guarujá Alerta.....	60
Quadro 6 - Cogestor é alçado à condição de fonte na página Guarujá Alerta.....	61
Quadro 7 - Situações de contenda junto a seguidores caracterizam a narratividade da página no Facebook.....	63
Quadro 8 - Relato jornalístico humaniza a figura da Bruxa de Guarujá.....	66
Quadro 9 - Relato jornalístico resgata citações na íntegra nas manchetes.....	67
Quadro 10 - Relato jornalístico é sustentado por estratégia curatorial, contextualizando materialidades já publicadas em rede por atores sociais midiaticizados.....	68
Quadro 11 - Caso de Guarujá expõe situações conjunturais amplas, institucionalizando a culpa pelo linchamento.....	70
Quadro 12 - Fontes oficiais e independentes mobilizadas pelo campo jornalístico para explicar o caso.....	72
Quadro 13 - Efeitos de sentidos e propostas de ação associadas a comentários feitos no site jornalístico e na página noticiosa.....	86
Quadro 14 - Cronologia circulatória em torno do retrato falado da sequestradora de crianças.....	90
Quadro 15 - Cronologia circulatória em torno do retrato falado.....	115

## SUMÁRIO

<b>1 O CASO – ENTRE CRIAÇÕES, TEORIAS E MÉTODO</b> .....	<b>17</b>
1.1 A tensão entre disrupção e regulação .....	19
1.2 Analogias endógenas: para além do dualismo .....	20
1.3 Analogias exógenas como contra-argumento.....	24
1.4 Impasses da cultura? .....	26
1.5 A formalização do caso de investigação.....	27
1.6 Configuração diagramática do caso.....	31
1.7 Proposições e encaminhamentos à pesquisa empírica .....	34
<b>2 INFERÊNCIAS PRELIMINARES SOBRE OS MEIOS E CIRCUITO-AMBIENTE INVESTIGADOS</b> .....	<b>37</b>
2.1 Página Guarujá Alerta.....	37
2.1.1 O meio Facebook.....	47
2.2 Site Folha.com.....	49
2.3 Questões transversais .....	55
<b>3 DISRUPÇÕES, REGULAÇÕES E SOBRAS DE SENTIDO NO CIRCUITO-AMBIENTE</b> .....	<b>57</b>
3.1 Guarujá Alerta: imprecisão, aberturas e contendas .....	59
3.2 Folha.com: tentativas regulatórias.....	64
3.3 Seções de comentários: sobras não reguladas.....	74
<b>4 ACONTECIMENTOS SÓCIO-MIDIÁTICOS</b> .....	<b>87</b>
4.1 Primeiro acontecimento: constituição do boato.....	88
4.2 Segundo acontecimento: exacerbação do boato.....	94
4.3 Terceiro acontecimento: lógicas operacionais jornalísticas.....	103
4.4 Relações inferidas .....	115
<b>5 PROCESSUALIDADES INTERACIONAIS REGULATÓRIAS: ENTRE COERÇÕES E ABERTURAS</b> .....	<b>117</b>
5.1 Folha.com: silêncio e incomunicação .....	118
5.1.1 Folha.com: autoritarismo de mídia.....	119
5.1.2 Folha.com: regulação tecnológica .....	122
5.1.3 Folha.com: processos autorregulatórios .....	124
5.1.4 Folha.com: didatização interacional .....	130
5.2 Guarujá Alerta: desordem interacional .....	133
5.2.1 Guarujá Alerta: reafirmação da política editorial .....	136
5.2.2 Guarujá Alerta: a justiça como elemento normativo exógeno .....	138
5.2.3 Guarujá Alerta: processos autorregulatórios .....	141
<b>6 JULGAMENTO SOCIAL-MIDIÁTICO COMO SIMBÓLICA DOS PROCESSOS DE CIRCULAÇÃO</b> .....	<b>148</b>
6.1 Julgamento moral-midiático: a culpa da página .....	148
6.2 Julgamento midiático: a culpa de Sheherazade.....	153
6.3 A mídia impressa e televisiva como lugar de referência .....	159
6.4 Julgamento midiático: relações complexas entre atores, meios e instituições .....	161
6.5 Julgamento político: a culpa de Dilma, da prefeita de Guarujá e do PT .....	165



<b>6.6 Julgamento social: os meios se enfrentam e convergem .....</b>	<b>176</b>
<b>7 REFLEXÕES INFERENCIAIS TEÓRICAS.....</b>	<b>184</b>
<b>7.1 Remodelagens do esquema da circulação discursiva .....</b>	<b>187</b>
<b>7.2 Gramáticas deslocadas a partir do caso em análise .....</b>	<b>190</b>
<b>7.3 Incertezas e indeterminações implicadas na circulação do boato.....</b>	<b>194</b>
<b>7.4 Novas fagias implicadas na circulação da notícia.....</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>214</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>221</b>
<b>ANEXO A - Reportagem divulgada pelo jornal A Tribuna em março de 2014.....</b>	<b>222</b>

## 1 O CASO – ENTRE CRIAÇÕES, TEORIAS E MÉTODO

Traçar os métodos de análise que estruturam uma investigação exige do pesquisador a elaboração de um pensamento sistemático capaz de mapear processualidades de trabalho ancoradas em determinadas problemáticas de pesquisa subsumidas também a conceitos e a teorias que, no caso da tese aqui desenvolvida, vinculam-se às relações cada vez mais complexas entre a midiatização e os fenômenos sociais. O também, aqui, refere-se à necessária fuga da tautologia, pois se isso ocorrer – circularidade entre modelos teóricos e análises empíricas –, estaríamos soterrados na ciência-ideologia. Por outro lado, inserida no contexto de um coletivo – o Grupo de Pesquisa em que ganha forma –, esta tese doutoral foi desenvolvida ativando a perspectiva de que o trabalho intelectual não diz respeito a uma prática individual, mas se configura como um processo de interlocução entre aqueles que refletem sobre a comunicação, especialmente no contexto da linha 4 do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, denominada “Midiatização e Processos Sociais”.

O que será apresentado ao longo deste texto introdutório à pesquisa de natureza teórico-empírica consiste num descritivo dos percursos metodológicos que sustentam a construção de uma investigação centrada nos complexos movimentos de sentidos – envolvendo atores sociais, instituições e o campo jornalístico<sup>1</sup> – e que, articulados através de efeitos combinatórios, permitiram a construção do caso acadêmico em torno da Bruxa de Guarujá. A construção do caso (FERREIRA, 2016c) é um processo que relaciona aporte metodológico, inferências criativas e existenciais, analogias circulares, até a definição de questões e proposições. As inferências criativas e existenciais expressam o posicionamento inferencial do pesquisador, como aquilo que lhe é singular, aportando a uma linhagem de pesquisa que pode também ser referenciado no argumento abduutivo. Esse deve ser o núcleo articulador da pesquisa.

O caso aqui reportado faz menção a um boato gestado midiaticamente em rede, sendo alimentado pela suposta existência de uma sequestradora que raptava e matava crianças na comunidade de Morrinhos, bairro de ocupação recente situado na cidade de Guarujá, no litoral paulista. Segundo o pesquisador José Rodrigues (2016, p. 126), essa comunidade surgiu a partir de uma tentativa da Prefeitura de colocar em prática um programa de redução das mais de 40 favelas existentes na cidade na década de 1980. Contudo, o espaço destinado

---

<sup>1</sup> Ao longo da tese, o site Folha.com será tomado como representativo do “campo jornalístico”, na medida em que opera segundo as dinâmicas e *habitus*, nos termos de Bourdieu, que caracterizam a atividade-fim do campo.

ao bairro passou a ser ocupado de forma clandestina, proliferando-se problemas de saneamento, infraestrutura e transporte público. Nesse sentido, “apesar dos esforços desenvolvidos para a efetivação do programa de desfavelamento, o bairro de Morrinhos tornou-se uma favela, espaço público propício para a desagregação e a exclusão social” (RODRIGUES, 2016, p. 126).

A história desse local ficou marcada pelo desdobramento trágico de um boato que culminou com o linchamento de uma dona de casa confundida com uma personagem que apenas existiu no imaginário de uma comunidade aflita. Nesses termos, um acontecimento produzido fantasiosamente através do fluxo de interações em rede desencadeou um acontecimento real, efetivado nas ruelas do bairro pobre de Guarujá, como sugere o excerto abaixo extraído da seção de comentários da página Guarujá Alerta no Facebook, espaço a partir do qual o boato foi introduzido na comunidade.

Imagem 1 – Interagente<sup>2</sup> clama para que algozes de Fabiane, identificados como moradores e administradores da página Guarujá Alerta, “nunca mais tenham paz”



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

O ponto de partida de nossa percepção é que o boato desencadeador da morte de Fabiane foi capturado midiaticamente por atores sociais convertidos em cogestores enunciativos. A história desta mulher está registrada na enciclopédia colaborativa digital Wikipédia<sup>3</sup>. Ler essa compilação é importante para compreender nossa interpretação.

Uma questão central para o desenvolvimento do texto aqui apresentado, portanto, vincula-se à intensificação da presença dos meios no tecido social enquanto fenômeno emblemático para se avançar de uma perspectiva comunicacional “transmissivo-midiática comandada por estímulos lineares” (FERRARA, 2015, p. 120) rumo a um paradigma que a situa enquanto metáfora das relações de troca e interação (MARTÍN-BARBERO, 2008), não

<sup>2</sup> A expressão “interagente” será utilizada ao longo desta tese doutoral como sinônimo daquilo que, no senso comum, costuma-se chamar de “internauta”. O interagente, neste caso, oferece a perspectiva de um sujeito ativo, receptor e também cogestor dos processos comunicacionais gestados em rede.

<sup>3</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Linchamento\\_de\\_Fabiane\\_Maria\\_de\\_Jesus](https://pt.wikipedia.org/wiki/Linchamento_de_Fabiane_Maria_de_Jesus)>.

livre de defasagens, desvios e bifurcações de sentido mobilizadas pela circulação e funcionamento de discursos gestados em rede (KAEFER, 2016; FERREIRA, 2016c).

Dito isso, é preciso reconhecer que os fenômenos midiáticos permeiam de forma crescente as esferas do tecido social, dando forma a um “bios midiático” (GOMES, 2006), indispensável para que as sociedades modernas possam interagir, se congregar, se contatar e construir noções, ainda que por vezes canhestras, de realidade. Não há, aqui, idealizações ou utopias. O bios pode ser inclusive degenerativo, quando as disrupções (FERREIRA, 2016b) como as que observamos no caso em pauta são agenciadas por tentativas de regulações técnicas e tecnológicas.

O caso da Bruxa de Guarujá se interpõe como objeto escolhido (FERIGOLO, cit. ap. FERREIRA, 2016c), pois é referência de *insights* diversos sobre a midiatização e a circulação, em circuitos e ambientes constituídos por dispositivos em rede. Trata-se de um caso que permitiu vislumbrar um cenário de interações midiáticas complexas, acionado por defasagens, marcado pela constante transferência de informações e competências técnicas entre atores que ocupavam distintas instâncias enunciativas. Paulatinamente, portanto, o caso da Bruxa de Guarujá pode ser configurado como um complexo caso acadêmico marcado por distintos lugares de fala, bem como por ordenamentos discursivos tentativos que explicitam o caráter coercitivo que pode ser associado ao uso, às práticas e às apropriações dos meios.

Esse complexo caso acadêmico mencionado teve seu primeiro *insight* a partir da leitura do Folha.com, quando este, em seus registros de cotidianidade estipulados pelas políticas de editoração do site, desenvolve estratégias regulatórias a fim de prover inteligibilidade em torno do linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, confundida equivocadamente com uma sequestradora de crianças em decorrência de um boato distribuído em rede. O site se posiciona esforçando-se para reconstituir o acontecimento relatado a partir do resgate de “mídias externas” produzidas por atores sociomidiáticos que registraram o linchamento *in loco*, assim como por sondagens e testemunhos que evidenciam ao leitor como o linchamento ocorreu (CHARAUDEAU, 2007).

### **1.1 A tensão entre disrupção e regulação**

Na espacialidade da página Guarujá Alerta na rede social Facebook, responsabilizada pela divulgação do boato que sofreu uma escalada trágica, “a palavra circulava livremente, afluía de todos os cantos”, sem qualquer modalidade de censura ou restrição, deixando notório o caráter revelador implícito nos momentos de crise (DÂMASO, 1974, p. 7). Os

múltiplos saberes ali instaurados circulavam de forma descentralizada, sem hierarquias, explicitando a realização tecnológica do intertexto possibilitada pela internet (SODRÉ, 2016)<sup>4</sup>. À sua maneira, os fluxos informacionais geridos no contexto da página noticiosa também buscavam elucidar o caso através do acionamento da circulação ocorrida entre múltiplos atores que, para além de construir inteligibilidade em torno do caso, criaram bifurcações e defasagens de sentido rumo a zonas interpretativas dispersas (KAEFER, 2016), deixando notória a existência de um fluxo circulatório submetido a variadas divergências e descontextualizações.

Por outro lado, o site Folha.com resgatou a palavra de colunistas e especialistas a fim de explicar ao leitor o porquê do linchamento, estratégia que remete a um esforço de elucidção do episódio trágico através da construção do acontecimento eminentemente midiático, distinto, portanto, do acontecimento “puro”. O linchamento, aqui, opera como um divisor, ou seja, uma disrupção na ordem natural das coisas que exige uma tomada de posição do campo jornalístico, visando à ordenação de sentidos em meio à desordem informativa. Nestes termos, explica Dâmaso (1974, p. 7), o “acontecimento selvagem, paroxístico, contraditório, ambivalente, (a crise)”, ao ser midiaticizado, é, tentativamente, “modelizado e submetido ao código da clareza, da não-contradição, da univocidade”.

Instala-se, aqui, uma tensão entre disrupção e regulação tentativa, conforme as técnicas jornalísticas (FERREIRA, 2016b). Discute-se a pretensão universalista do jornalismo em querer se colocar como inteligibilidade social mediadora.

## **1.2 Analogias endógenas: para além do dualismo**

Desenhados os primeiros indícios do caso acadêmico, conjugando um movimento de constituição do boato, via página noticiosa no Facebook, e um movimento de regulação do boato, no site jornalístico, os momentos de socialização da pesquisa, somados ao processo de orientação, foram cruciais para resolver problemas conceituais, metodológicos e estruturais. Estes ambientes de intercâmbio permitiram avançar para as perguntas e proposições de base, ancoradas em conceitos e teorias que fundamentam os trabalhos desenvolvidos pelas epistemologias da midiaticização e seus respectivos proponentes.

Em termos de trilha metodológica, o campo de observação permitiu inicialmente destacar a existência de dois casos: um deles circunscrito à órbita da página no Facebook e

---

<sup>4</sup> Essas questões remetem à fala do professor Muniz Sodré em palestras proferidas no Pentágono VII (2016).

outro ao site jornalístico. Entretanto, já se apresentava um terceiro espaço a ser pensado, referente aos comentários suscitados na página e no site. A percepção de que havia três casos circunscritos a uma série maior de eventos foi fundamental para a estruturação do caso acadêmico, desenhado na forma de um circuito-ambiente que tensiona as linhas de força produzidas entre o site jornalístico, a página noticiosa e suas respectivas seções de comentários, espaço no qual transparecem sobras não reguladas. Tais “sobras” não evidenciam apenas uma “recepção” ativa, mas materializam expressões do campo receptor agora também produtivo no espaço midiático, que se tornam visíveis na espacialidade digital, tensionando os modos de operar do site jornalístico e da página noticiosa por subverter expectativas e apontar para um cenário de incerteza e indeterminação (FERREIRA, 2016c), característico de uma ambiência comunicacional midiaticizada.

Essa perspectiva, entretanto, precisou ser qualificada. Sem dúvida, tínhamos que considerar indícios preliminares em torno de uma observação ainda incipiente dos materiais empíricos que sustentavam as operações circunscritas a cada um dos três polos que compõem o circuito-ambiente desenhado: o site jornalístico, a página noticiosa e as suas respectivas seções de comentários. Mas, por outro lado, estávamos tensionados por equívocos em potencial.

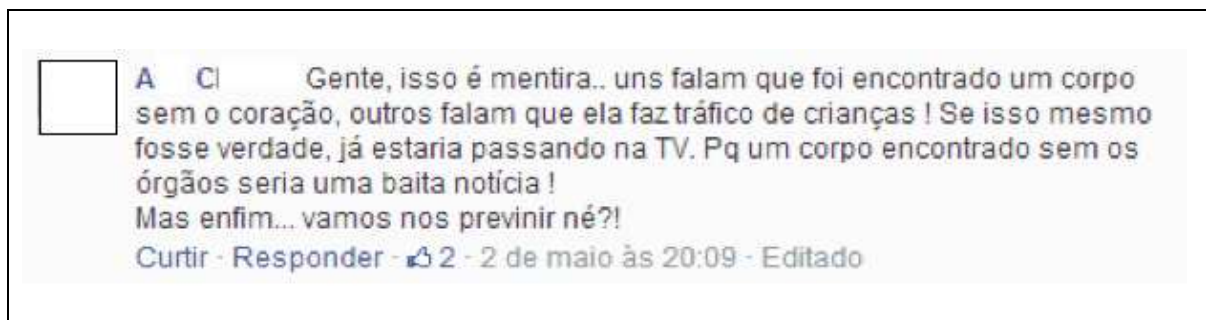
Um primeiro equívoco identificado consistia em afirmar a existência de um dualismo cartesiano entre os sistemas que acionam o campo jornalístico e os sistemas da página noticiosa Guarujá Alerta. O risco dessa afirmação consistia em analisar os dois sistemas produtivos como absolutamente independentes um do outro, no máximo gerando pequenas irritações. Ao longo do processo de construção do caso, essa suposição foi revisitada, sendo confrontada ao siquismo de Peirce ao propor que todos os processos estabelecem elos de continuidade, havendo inclusive uma inevitabilidade de interação entre eles; ou seja, entre a notícia jornalística, a informação em uma página pretensamente informativa materializada na espacialidade do Facebook e os comentários dos “leitores”, tanto no site como na página. A constatação de que há vários sistemas em interação evita, também, a proposição de que o jornalismo é o sistema e o resto, ambiente.

Essa fragilidade identificada ao longo desse primeiro passo de socialização do caso entre os participantes do grupo de pesquisa se refletia na formulação de um texto demasiadamente organizado no sentido de atribuir funções absolutamente antagônicas aos sistemas produtivos, situados em pontos extremos que não se contactavam. Em linhas gerais, esse dualismo preconizava que a informação sóbria, coerente e esclarecedora emanava do sistema produtivo jornalístico e que a desinformação e o boato eram atributos da emergência

daquilo que, à época, estávamos denominando como “gramática da cultura selvagem”, refletida nas práticas discursivas dos atores sociais quando relegados à condição de cogestores enunciativos, especialmente na página Guarujá Alerta inscrita no Facebook.

No entanto, uma análise mais aprofundada dos materiais de caráter empírico que sustentam a pesquisa revelou que uma série de informações atribuídas à “gramática da cultura selvagem” não se traduzia, necessariamente, em boato. Pelo contrário, não raro a informação ali alojada era absolutamente fidedigna e procurava, inclusive, minimizar os efeitos suscitados pela desinformação, como sugere o exemplo reportado na sequência, extraído da página Guarujá Alerta em 2 de maio de 2014, dia anterior ao linchamento de Fabiane Maria de Jesus.

Imagem 2 - Lógicas originadas das redes sociais também eram fonte de informação sóbria e fidedigna



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

O depoimento atribuído a A.C. é especialmente interessante para se elucidar três problemáticas até aqui levantadas. Primeiramente, a mensagem da jovem evidencia que o caso da Bruxa de Guarujá não passa de um boato infundado, e, na primeira linha do texto, ela explicita essa convicção: “*Gente, isso é mentira..*”. A afirmação inicial da interagente deixa explícito que, embora o enredo em torno do caso tenha conduzido à prevalência da ideia de que havia uma sequestradora de crianças no bairro de Morrinhos, em Guarujá, essa convicção definitivamente não era consensual. Parte das enunciações geridas pelos próprios atores sociais nas seções de comentários da página Guarujá Alerta evidenciava esse permanente tensionamento entre a existência da sequestradora e a negação dessa mesma existência. Ou seja, desfazia-se aqui a suposição inicial de que as lógicas acionadas pelo campo da cultura eram, exclusivamente, transmissoras de desinformação.

O que de fato existia era uma justaposição entre dados contraditórios em torno do caso, permanentemente tensionados por circuitos conversacionais; pela emergência constante de informações que retroalimentavam esse circuito; bem como pelas ressignificações de todos esses dados através de interações geridas e protagonizadas em ambientes copresenciais que,

embora distanciados das redes digitais, serviam de insumo para abastecê-las. Há, neste sentido, a formalização de um discurso gerado pelos atores sociais no mundo da vida que acaba adquirindo a dimensão de um discurso de sistema ao ingressar no Facebook e, a partir daí, tomar contato com as lógicas midiáticas ali instaladas.

Em segundo lugar, o depoimento de A.C. torna transparentes as interlocuções entre o sistema produtivo jornalístico e o sistema produtivo social. Embora a interagente não faça menção ao objeto jornalístico aqui trabalhado – o site Folha.com –, genericamente ela delega ao meio televisivo a tarefa de legitimar a veracidade do acontecimento. Indiretamente, a comentadora anuncia ao coletivo de seguidores da página que, em última instância, quem determina a veracidade ou não dos fatos corriqueiros é a televisão: “*Se isso fosse mesmo verdade, já estaria passando na TV*”, pontua A.C.

Essa curta declaração deixa explícito o (re) conhecimento de A.C. em relação à estrutura do trabalho jornalístico, ao qual é atribuída a prerrogativa de oferecer sincronização e ordenamento à sociedade. O jornalismo aparece como sistema social de referência, especialmente no sentido de definir a agenda social. Isso também é uma característica forte da midiaticização (BRAGA, 2006).

Nos moldes sugeridos por Darnton (2010) ao descrever as rotinas produtivas do jornal *The New York Times*, A.C. tem a clara percepção de que, havendo legitimidade na história da Bruxa de Guarujá, ela “caberia” perfeitamente na estrutura editorial da televisão por enquadrar-se no rol de acontecimentos dignos de serem noticiados. Uma lógica de reconhecimento, quiçá de hegemonia.

Em terceiro lugar, o relato da interagente sugere resquícios de incerteza e indeterminação. Apesar da convicção inicial de que a história da bruxa é falaciosa e de que a veracidade desta narrativa precisaria estar legitimada por sua transmissão televisiva, a última linha da mensagem sugere que, ainda assim, a bruxa poderia, de fato, transfigurar-se num personagem real: “*Mas enfim... vamos nos prevenir né?!*”, interroga e exclama A.C.

A convicção inicial a respeito da falseabilidade da história neste momento se converte num chamado à precaução, revelando a maleabilidade de sentidos concatenados à mensagem da interagente. Para A.C., a televisão, ao não repercutir o acontecimento, o relegava à condição de mentira. Ainda assim, ela mantinha o caso em suspeita, provavelmente levando em consideração que muitos testemunhos legitimavam a existência da Bruxa nos circuitos em rede, embora se saiba que, provavelmente, essa coincidência decorra do simples fato de várias pessoas partilharem os mesmos estereótipos e clichês, interpretando o fato de maneira idêntica, ainda que equivocada (KAPFERER, 1987, p. 39).



Aqui, identificamos outra analogia circular, a partir de proposições em discussão na linhagem de pesquisa que tem na mediação seu eixo epistêmico: a incerteza e indeterminação emergentes nas interações nos novos ambientes e circuitos em que a “indústria cultural jornalística” concorre, de forma incerta e indeterminada, com discursividades advindas de outros atores e instituições, com acesso aos meios em redes digitais (FERREIRA, 2016c). Mas também podemos identificar o sistema social de resposta (BRAGA, 2006) como forma de inteligibilidade, articulando, assim, a problemática da adaptação (novas inteligências que são construídas nas interações midiáticas) em um cenário de defasagens crescentes, observado no caso em investigação.

### 1.3 Analogias exógenas como contra-argumento

Essas inferências permitiram novos questionamentos em relação à vocação dos relatos registrados na página Guarujá Alerta enquanto enunciados que, reunidos numa mesma espacialidade digital, serviram ao mesmo tempo para construir e desmitificar o boato. Tratava-se, agora, de buscar analogias com outras experiências sociais correlatas e, ao mesmo tempo, com referências teóricas externas à linhagem de pesquisa em que se insere a investigação.

As discussões levaram a um esforço rememorativo a fim de apontar casos em que o próprio campo jornalístico atuou discursivamente como elemento detonador de boatos. O caso da Escola Base<sup>5</sup>, datado de 1994, talvez seja o exemplo mais emblemático a revelar o fenômeno que o coletivo de professores, durante os percursos de socialização da pesquisa, denominou como “sinal trocado”, situação na qual a desinformação passa a ser produzida pela própria instância jornalística, desmitificando sua vocação reguladora.

Nessa mesma linha de raciocínio, foi recordada a existência do website boatos.org<sup>6</sup>, espaço criado em 2013 pelo jornalista Edgard Matsuki com o objetivo de desmentir boatos geridos no espaço digital – os chamados *hoaxes* –, inclusive impulsionados pelo próprio campo jornalístico<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Escola Base foi uma escola particular do município brasileiro de São Paulo fechada em 1994. Seus proprietários, o casal Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada, a professora Paula Milhim Alvarenga e o seu esposo e motorista Maurício Monteiro de Alvarenga foram injustamente acusados pela imprensa de abuso sexual contra alguns alunos de 4 anos. Para mais informações. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_Base](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Base)>.

<sup>6</sup> Disponível em: <[www.boatos.org](http://www.boatos.org)>.

<sup>7</sup> A crítica dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa, neste sentido, contribuiu para elucidar que, cada qual à sua maneira, tanto jornalistas quanto atores sociais mediados são fontes tanto de informação credível quanto de

Essas aberturas nos levavam também a falsificar a proposição inicial de que o boato da existência da sequestradora de crianças dizia respeito a uma narrativa que não podia ser capturada pelos processos de regulação ou inteligibilidade. Tornar-se-ia, dessa forma, maleável e permanentemente sujeita a reajustes que a faziam avançar sempre à frente conforme as lógicas específicas do boato, culminando em sua exteriorização das redes digitais para as ruas de Guarujá. É possível que, apenas em parte, essa afirmação guarde correspondência com a verdade. O fato é que essa narrativa permanentemente recriada em rede até a sua culminação num ato selvagem de linchamento pôde ser capturada com muita infelicidade por diversos espaços que atribuíram valor a ela – página Guarujá Alerta, perfis pessoais no Facebook, Whatsapp, blogs –, gerando um intenso fluxo circulatório em torno de uma história permanentemente recriada por uma multiplicidade de atores que, via internet, passaram a usufruir do poder da produção, do acesso e do controle informativo.

Caso o boato não pudesse ser capturado, como defendido no início da investigação, muito provavelmente ele não tomaria as proporções que alcançou e, assim, não se desdobraria num acontecimento factual. A intensificação do processo de circulação que aciona o boato é justamente o fenômeno responsável por direcioná-lo a zonas distantes da verdade, embora também o faça, em casos específicos, deparar-se com ela. Somando-se a isso, a vertente emotiva que ambientou a história da bruxa sequestradora foi decisiva para gerar um efeito simbiótico entre ficção e realidade, permitindo que os imaginários coletivos incidissem sobre o caso para além dos controles racionais (KAPFERER, 1987, p. 132).

A partir do momento em que o boato se converte num acontecimento factual devidamente documentado, delimitado num espaço e numa temporalidade definidas – a exemplo do que acontece quando implode o linchamento no seio da comunidade de Morrinhos –, o campo jornalístico, ainda que tardiamente, também se apropria de suas consequências imediatas na tentativa de enquadrá-lo nas suas regras e normativas regulatórias. O boato, aqui, é revestido com critérios caros ao universo da noticiabilidade, transfigurando-se num acontecimento jornalístico. Contudo, desde as primeiras leituras em retrospectiva em torno dos conteúdos publicados, sempre chamou a atenção o fato de o campo jornalístico não destinar uma linha sequer à suposta existência de uma sequestradora de crianças ao longo do período de maturação do boato em rede. Ou seja, o campo jornalístico não se adianta ao processo de sentenciamento popular de Fabiane a fim de produzir um espaço de reflexão ética e moral capaz de criar a possibilidade de uma oposição ao processo

que resultou em sua morte.

O que desencadeou esse “silenciamento”? Eis uma questão de pesquisa, que emerge na própria investigação. Há várias proposições concorrentes a serem investigadas<sup>8</sup>. Observa-se que o campo jornalístico não empreende esforços com o intuito de regular o boato, mas sim as operações que resultam em configurações de sentido produzidas por ele quando materializado na forma de discursos. Essa é uma questão central em pesquisa, considerando haver uma certa formalização do boato via redes sociais que, mais tarde, tem seus efeitos de sentido regulados pelo sistema jornalístico. A partir deste instante, o boato perde progressivamente a sua força caótica e entrópica para ganhar a dimensão de compreensão e regulação através de um esforço organizativo mobilizado pela narrativa de um dispositivo vinculado a uma instituição midiática, aqui representada pelo site do jornal *Folha de S. Paulo*. Essa narrativa jornalística, contudo, não se sustenta de forma independente, precisando constantemente recuperar meios externos produzidos a partir da lógica e do ponto de vista do ator social midiaticado que testemunhou *in loco* o acontecimento ao qual, tardiamente, o campo jornalístico procura atribuir sentidos.

#### **1.4 Impasses da cultura?**

Em termos socioantropológicos, os debates do Grupo de Pesquisa em torno da investigação foram também decisivos para perceber os impasses da sociedade entre os códigos (normas, regras, gramáticas, lógicas) e os movimentos disruptivos, sendo o campo midiático o lugar onde os dilemas da cultura podem ser revelados, assim como operacionalizados e transformados.

Não restam dúvidas de que Fabiane Maria de Jesus foi relegada à condição de bode expiatório sintomático de uma série de recalcamientos coletivos que afligem a comunidade onde vivia. Haveria, neste sentido, um vácuo deixado pelas instituições autorizadas, como a polícia e a justiça, refletido na história dessa personagem, fazendo eclodir um cenário marcado pela “perda radical do propósito social, o fim das regras e das ‘diferenças’ que definem as ordens culturais” (FURTADO; JUNIOR, 2014, p. 123).

---

<sup>8</sup> Uma dessas proposições foi sugerida pelo pesquisador Dr. Pedro Gilberto Gomes ao longo de um debate sobre a investigação. Na sua avaliação de hermeneuta, caso o campo jornalístico centrasse a sua ação na tentativa de regular o boato, corria-se o risco de se fazer uma exegese incorreta da realidade, fundamentada num ponto de partida esvaziado de significação. Em termos objetivos e factuais, o boato remeteria o jornalista a um objeto deslocado da realidade e impossível de ser “visto” ou registrado. Ao contrário do linchamento, o boato não “cabia” na estrutura editorial do site, pois seu caráter de acontecimento, até o instante da culminação, estava estritamente centrado numa suposição.

O que queremos dizer com isso é que, embora Fabiane tenha sido transformada em encarnação fantasiosa da figura da bruxa sequestradora, sendo vinculada a representações mentais distanciadas da realidade, sua história revela verdades ocultas que, em parte, podem ser apreendidas pelas defasagens de sentido em torno do caso, dadas a conhecer pelas mensagens dos interagentes nas seções de comentários. De fato, não havia uma bruxa. Havia uma comunidade permeada por recalcamientos, manifestos na história dessa bruxa construída midiaticamente, e incapaz de reconhecer naquela narrativa ficcional os contornos característicos de um boato enquanto formalização de imaginários expressos pelo discurso.

As proposições aqui são concorrentes. Essa incapacidade dos moradores de Morrinhos em identificar a história da bruxa enquanto reflexo de um boato construído em seu espaço social se depreende, em primeiro lugar, da simples constatação de que as informações subsumidas àquela narrativa condiziam com um quadro de referências que fazia sentido ao grupo inserido numa comunidade em crise. Em segundo lugar, a essa bruxa mais tarde associada à figura de Fabiane Maria de Jesus havia sido atribuído um crime amplamente reprovável, considerando a concepção de que as crianças são tidas como a própria continuação da comunidade. Por fim, Fabiane correspondia ao estereótipo do bode expiatório: ela vivia numa comunidade pobre, desestruturada e à margem do olhar da polícia, das autoridades judiciárias e da imprensa; havia sido diagnosticada com transtorno bipolar, o que automaticamente a projetava à condição de uma mulher “estranha” frente ao grupo de perseguidores, de modo que a sua imagem substituíra “todos os inimigos que cada membro do grupo poderia ou gostaria de ter vitimado nos conflitos interindividuais” (FURTADO; JUNIOR, 2014, p. 116).

### **1.5 A formalização do caso de investigação**

Situado o caso da Bruxa de Guarujá como sintomático de uma comunidade em crise no qual os processos sociais se intensificam através de fluxos comunicacionais em rede, o Grupo de Pesquisa levantou questionamentos em relação à natureza do boato considerando a externalização de materialidades discursivas em redes digitais. Em vez de pôr fim à existência do boato, relegando a sociedade a um status de transparência absoluta, a internet parece ter complexificado esse fenômeno, ao multiplicar seus territórios e personagens de proliferação.

A explicitação das lógicas constitutivas do boato (seção anterior) numa “sociedade em vias de midiatização” (referências epistemológicas) passou a demandar um esforço em torno de gargalo recorrente na pesquisa: onde se articulavam os conceitos apresentados –

circulação, midiaticização, gramáticas, ruptura, regulação, incerteza, indeterminação, defasagens – e as materialidades que compunham o *corpus* de análise empírica e que, teoricamente, deveriam oferecer sustentação às proposições e perguntas de base, ainda em fase de formulação.

O caminho adotado foi a busca de inferências abduativas como lugar articulador entre referências conceituais e relacionais e os indícios a serem destacados do campo de observação. Este é o objeto desta seção da tese.

Para isso, foi imprescindível debruçar-se sobre os observáveis de cunho empírico, totalizando 12 postagens publicadas na página Guarujá Alerta, gerando mais de 4 mil comentários, além de 29 materiais de cunho informativo e opinativo produzidos por jornalistas, colunistas e colaboradores do Folha.com, gerando mais de 400 comentários. A sistematização desses dados ofereceu nítidos avanços em relação ao “caráter impressionista” do texto original, permitindo observar as interposições de sentidos suscitados pelo caso, bem como as articulações entre os objetos de análise, cada qual instituindo um acontecimento circunscrito à órbita de um circuito-ambiente complexo, como será explicitado na sequência da análise.

A fim de estruturar esse objeto metodologicamente, num primeiro momento foram elencadas grandes categorias que pudessem, além de organizar a diversidade de informações recolhidas, identificar os movimentos recorrentes/repetitivos que marcaram o funcionamento das três instâncias discursivas aqui confrontadas – a página Guarujá Alerta no Facebook, o site Folha.com e suas respectivas seções de comentários –, considerando que “a frequência de repetição de um mesmo índice assinalaria possível característica mais geral” dos objetos estudados (FERRARA, 2015, p. 127). Esse esforço investigativo concentrou-se, portanto, na identificação de “resíduos mínimos” (BRAGA, 2011, p. 2) capazes de prover uma determinada sequencialidade de sentidos em torno dos materiais coletados, o que também lhes garantiria possibilidades de articulação.

Considerando o reduzido número de postagens da página Guarujá Alerta – 12 no total –, foi relativamente fácil identificar marcas concretas que indicassem as especificidades de sua enunciação. A partir desse primeiro momento de análise foi possível constatar três características importantes que, recorrentes ao longo do tempo, estruturam a narrativa da página no Facebook em torno do caso da Bruxa de Guarujá, conforme indica o Quadro 1:

Quadro 1 - Operações de sentido mobilizadas pela página Guarujá Alerta no Facebook

Semiose aberta	Compreende a construção de uma narrativa marcada pela imprecisão em torno daquilo anuncia.
Cogestor tomado como lugar de produção	Compreende o lugar central ocupado pelo seguidor que, no contexto da página, desenvolve uma dupla vocação: ao mesmo tempo que usa informações ali publicadas, ele próprio é convocado a abastecer e dar inteligibilidade àquilo que a página anuncia.
Conflitos entre posições de produção	Compreende os desajustes e fragilidades da proposta enunciativa sugerida pela página em relação aos efeitos concretos em torno daquilo que anuncia, fazendo transparecer discussões e contendas entre comentaristas e administradores da Guarujá Alerta.

Fonte: Produzido pelo autor (2017).

Numa segunda etapa de categorização, já mais complexa em função da variedade de informações publicadas pelo Folha.com – 29 materiais divididos entre matérias informativas, conteúdos opinativos e um editorial – foram identificados cinco expedientes deontológicos e operacionais (*ad hoc*) que marcaram a cobertura do site, conforme indica o Quadro 2.

Quadro 2 - Operações de sentido mobilizadas pelo site jornalístico Folha.com

Relato jornalístico como espaço do dilema	Compreende o esforço narrativo do site Folha.com em descrever Fabiane Maria de Jesus, para além de vítima de um linchamento originado por um falso boato, como uma figura subjetiva e dotada de características particulares. Estabelece o dilema entre a bruxa e a dona de casa, entre a suposta sequestradora e a mãe de família.
Discurso reportado nos títulos	Compreende o trabalho desempenhado pela narrativa jornalística no sentido de resgatar citações e projetá-las, na íntegra, nas manchetes de matérias informativas, “revestindo-se de um discurso que não é dela” (ROSA, 2012, p. 67).
Curadoria de conteúdo	Compreende o trabalho do jornalista em identificar, complementar, editar e incorporar à sua narrativa materialidades digitais postas em circulação por atores sociais midiáticos.
Acionamento de funções ideológicas	Compreende o deslocamento mobilizado pelo campo jornalístico ao tomar o caso individual como mote para o debate público de questões estruturais por ele suscitadas. Vislumbra-se, aqui, o caso da Bruxa de Guarujá como uma espécie de “tematização” para a construção do acontecimento eminentemente midiático.
Consulta a fontes oficiais e independentes	Compreende o trabalho de elucidação do caso através da consulta a fontes oficiais, bem como de contextualização através da consulta a fontes independentes.

Fonte: Produzido pelo autor (2017).

Por fim, num longo e trabalhoso processo de leitura e categorização de 414 páginas de comentários extraídas da Guarujá Alerta e outras 15 páginas extraídas do site Folha.com, foi possível identificar cinco movimentos operativos em termos de processos comunicacional-

mediáticos suscitados pelo caso quando reprojeto em rede pelos atores sociais, conforme indica o Quadro 3.

Quadro 3 - Operações de sentido mobilizadas pelos atores sociais via seções de comentários

Construção e desconstrução do boato – sistema social de resposta	Compreende a constatação de que a trama no qual o boato esteve envolto não gerou efeitos de reconhecimento consensuais entre os interagentes. Enquanto alguns construíam discursivamente a figura de Fabiane enquanto sequestradora de crianças, outros alertavam para a falta de fundamento desses relatos.
Inoperância do Estado, do sistema jurídico e da Prefeitura de Guarujá	Compreende o trabalho discursivo a partir do qual as operações suscitadas pelo boato deixam de estar circunscritas a uma problemática comunicacional, deslocando-se para a esfera política e judiciária.
Representações religiosas	Compreende um grande número de discursos pautados em manifestações de crença/religião que procuram explicitar as motivações do linchamento, ratificando-o em alguns casos e refutando-o em outros.
Instinto e irracionalidade	Compreende um processo de ressignificação do caso a partir de um olhar conjuntural sobre os instintos humanos. A sociedade, aqui, produz um discurso autorreferencial.
Banalização do caso	Compreende o trabalho discursivo que conduz o caso em direção a uma narrativa banalizada e desconectada contextualmente, fazendo prevalecer o sarcasmo e a ironia enquanto elementos que destoam do gênero trágico que perpassa a história da Bruxa de Guarujá.

Fonte: Produzido pelo autor (2017).

Para além desses movimentos de ressignificação do caso em direção a zonas interpretativas dispersas, puderam ser constatadas ainda quatro propostas de ações pontuais, interpretadas no contexto da pesquisa como respostas demandadas pelos atores sociais a problemáticas suscitadas pelo caso, conforme indica o Quadro 4.

Quadro 4 – Ações sociais reivindicadas discursivamente pelos atores sociais via seções de comentários

Linchar e matar a sequestradora de crianças	Compreende a construção de uma narrativa de ódio, convocando os moradores a matar a sequestradora de crianças, mais tarde transfigurada numa personagem inocente.
Agredir os administradores da página	Compreende o esforço discursivo empreendido após a confirmação de que a história da Bruxa de Guarujá estava envolta num complexo boato, quando a ira dos comentaristas se desloca da figura de Fabiane Maria de Jesus, já internada em estado grave, para os administradores da página Guarujá Alerta.
Proteger as crianças da comunidade de Morrinhos	Compreende uma retórica voltada a proteger as crianças da comunidade, não apenas assoladas pela existência de uma Bruxa, como também pela displicência dos pais e cuidadores.
Criar leis que regulamentem o uso da internet no país	Compreende um esforço enunciativo no sentido de sugerir leis capazes de regulamentar o uso da internet no país, evitando a proliferação de casos semelhantes.

Fonte: Produzido pelo autor (2017).

É preciso deixar claro que inúmeros comentários dispersos produzidos tanto no

contexto da página Guarujá Alerta quanto do site Folha.com não obedeceram a nenhuma das ressignificações ou operações de sentido categorizadas acima. Muitos deles, inclusive, acabaram simplesmente “esquecidos” em meio ao fluxo circulatório sem alcançar uma sistematização organizativa que lhes permitissem avançar e suscitar novas interações.

Esse complexo circuito de comentários, envolvendo discursos que se estendem e proliferam em rede e discursos que simplesmente não fazem história, é significativo para se compreender os efeitos da mediação, “das marcas produzidas pela atividade da linguagem e da circulação” enquanto ambiência que complexifica os processos interacionais e dissipa, em maior ou menor escala, a construção de inteligibilidades (FAUSTO NETO, 2013, p. 58). Do mesmo modo, é preciso esclarecer que os processos comunicacionais em torno do caso extrapolam o código linguístico, sendo permanentemente tensionados pelas “condições extralinguísticas do mundo, do pensamento, das relações entre os participantes da interação, das conjunturas do episódio – que pedem um processo adicional ativo (inferências) para completar a comunicação” (BRAGA, 2010, p. 75). Se há dissipação, questiona-se, na investigação, a força das lógicas de inteligibilidade construídas e discute-se o jornalismo como lugar regulatório (referimo-nos, aqui, à tríade de FERREIRA, 2016b).

Nestes termos, o boato em torno da Bruxa de Guarujá ocupa um lugar ambíguo, ganhando forma em sua articulação entre a ambiência das redes e a ambiência das ruas, da comunidade, do contato presencial, enfim, do mundo da vida. Embora os discursos e interações decorrentes de um contato face a face não estejam materializados para fins de pesquisa, é preciso considerar sua incidência sobre aquilo que é dito nas redes, assim como as redes, ao reabastecerem a si próprias, também retroalimentam as construções de sentido articuladas na rua. A interação, nestes termos, diz respeito a um fenômeno que “se expande ambientalmente e é construído pela própria comunicação no seu fazer-se: um processo que, em evolução, se transforma e supera a anterior configuração em que se apresenta” (FERRARA, 2015, p. 17).

## **1.6 Configuração diagramática do caso**

As categorias apresentadas na seção 1.5 foram construídas a partir de indícios em torno do caso. Partiu-se, então, para um momento de inferência abdução, a partir do qual foram desenhadas as interações entre as três instâncias discursivas, arquitetadas na forma de um circuito-ambiente. Constituiu-se, assim, um modelo que busca explicar o caso, sinalizando para a interação comunicacional enquanto fenômeno resultante de um repertório de signos



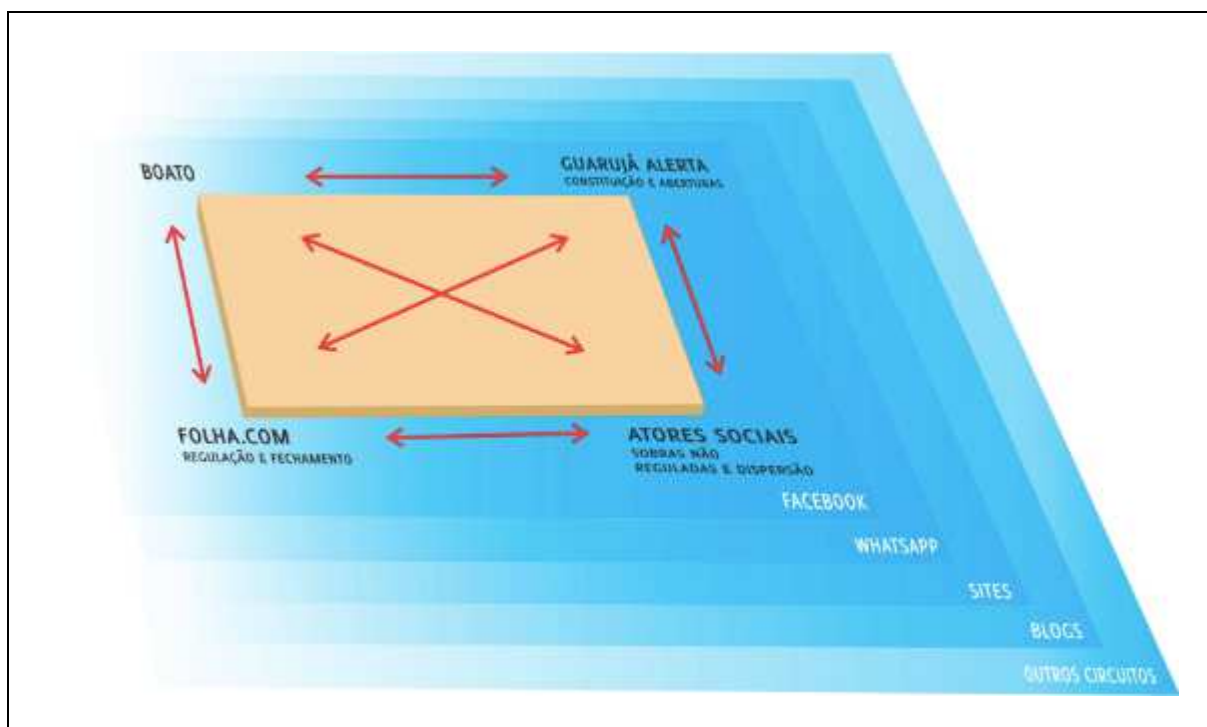
que, mobilizados por ela, deixam transparecer uma zona comum permanentemente tensionada por defasagens ampliadas. Esse movimento é também convergente com a posição de Braga (2012b):

A construção de modelo, em um estudo de caso, corresponde a uma <<descrição reconstrutiva>> do objeto ou situação, baseada não na soma superficial do maior número de detalhes, mas sim, em perspectiva oposta a esta, em um número reduzido de indícios relevantes (pistas, sintomas) que – articulados pelo pesquisador – aproximam o olhar sobre as lógicas processuais básicas que fazem o objeto <<funcionar>>, tanto em sua organização interna (articulação entre as partes); como nas relações com contextos e outras situações com que este entra relevantemente em relação, na perspectiva do pesquisador (BRAGA, 2012b, p. 37).

A potência relacional atribuída ao circuito-ambiente, desenhado na forma de um diagrama tensionado por operações técnicas e discursivas acionadas em outros circuitos tangenciais, permitiu enxergar os processos de produção de sentido em torno do caso devidamente articulados, tornando viável identificar atribuições – técnicas, sociais e discursivas – preponderantes a cada uma das três instâncias que operacionalizam o boato e seus respectivos desdobramentos. Dessa forma, explica Ferreira (2016c), foi possível construir uma relação entre o diagrama e o fato observado, considerando que os processos ali representados não são semelhantes sensualmente ao objeto que representa, mas sim análogos. Muito além de representar um artefato auxiliar ou armadura, o funcionamento do circuito-ambiente apresentado na sequência permite problematizar o funcionamento do boato ao ser operacionalizado, em rede, por três instâncias discursivas que, articuladas nesta estrutura, também “conversam” e sofrem interferências de circuitos outros. É preciso reconhecer, neste sentido, que a ampla cobertura midiática, associada ao aspecto propagável da internet, expandiu o espectro de circulação do caso para além das fronteiras inscritas no circuito-ambiente aqui representado, indicando que as pessoas moldam a forma das narrativas conforme as usam (inclusive quando compartilham) no âmbito das suas redes sociais ou mesmo através de conversas interpessoais ou do contato com as mídias de pendor massivo (JENKINS; GREEN; FORD, 2014, p. 29). Assim sendo, o circuito desenhado não pode ser visto como uma estrutura isolada no universo de produção de sentidos. Cada ator de alguma forma ali inscrito participa de circuitos os mais variados, subsumidos a distintas plataformas tecnológicas, sendo que todos eles se autocontaminam. Essa constatação revela a impossibilidade de se revisitar, mesmo com todas as possibilidades de armazenamento inscritas no funcionamento das mídias digitais, a totalidade dos fluxos comunicacionais que perpassam a construção do caso em análise, pois se trata de um fenômeno derivado dos fluxos dispersos que caracterizam o ambiente midiático.

Porém, é imprescindível destacar, com base em premissas aventadas por Braga (2016), que mesmo objetos em constante movimento são perfeitamente apreensíveis. Observar o circuito representado, nestes termos, significa identificar as suas dinâmicas de funcionamento valendo-se da captura de suas processualidades interacionais num momento dado. Modelizamos, portanto, aquilo que enxergamos, considerando que todo modelo comunicacional em rede apenas pode ser interpretado sob a perspectiva das relações e interdiscursividades que o tornam sempre mais complexo a cada avanço que se faz no processo circulatório.

Imagem 3 - Configuração diagramática do caso em análise



Fonte: Diagrama produzido pelo autor (2017).

A análise das interações estabelecidas no contexto do circuito-ambiente desenhado encaminha aos estudos dedutivos, em especial às análises que permitem compreender a página Guarujá Alerta enquanto catalisadora de mensagens produzidas por atores sociais midiaticizados organizados em rede e oferecedora do “start” de constituição do boato através de enunciações imprecisas e suscetíveis a uma larga margem interpretativa. Essa estrutura de funcionamento tem como desfecho um cenário de crise, sugerindo contendas entre comentadores e administradores. O site Folha.com, por sua vez, aciona processualidades e deontologias características da narrativa jornalística a fim de oferecer balizas regulatórias com vistas a explicar e “fechar” a cadeia de sentidos circunscrita ao caso a partir de seu

desdobramento em ato de linchamento. Identificam-se, neste percurso, práticas coercitivas. Por fim, as seções de comentários explicitam a irrupção da palavra social reprimida expressa pelos atores sociais também em redes digitais, projetando o caso em direção a uma zona de ressignificações dispersas que aponta para a incapacidade de se alcançar uma equanimidade entre produção e recepção produtiva, considerando as defasagens de sentidos enquanto elemento estrutural desta relação. Isso significa dizer que, entre produção e recepção produtiva, não há sentidos gerados simétrica e deterministicamente.

Com base na identificação dos “modos de dizer” de cada uma das três instâncias enunciativas que compõem o circuito-ambiente, cada qual mobilizadora de lógicas e estratégias discursivas específicas, foram mapeados três grandes acontecimentos que perpassam a pesquisa e permitem estruturar o *caso* consolidado enquanto processualidade e interpenetração de lógicas e circuitos, conforme já indicado no diagrama, em que as especificidades estão em relação com seus recíprocos, opostos e correlatos. A descrição desses três acontecimentos será feita no capítulo 4.

O que passamos a apresentar agora, antes de uma descrição detalhada dos objetos de análise (capítulo 2), são proposições e perguntas de base suscitadas pelo caso que, confrontadas com a pesquisa empírica, permitirão a formulação de questões transversais pertencentes à “esfera de uma linhagem de pesquisa (a mediação e a circulação) e ao campo epistemológico (a comunicação)” (FERREIRA, 2016c, p. 211).

### **1.7 Proposições e encaminhamentos à pesquisa empírica**

A fim de construir proposições e perguntas com base no funcionamento do circuito-ambiente apresentado anteriormente, é preciso considerar que cada uma das três instâncias discursivas cumpre, em relação ao fenômeno boato, atribuições específicas: o perfil noticioso Guarujá Alerta, em rede, está em relação direta com a constituição do espaço do boato; o site Folha.com arquiteta tentativas regulatórias em torno das consequências diretas do boato; enquanto os comentários, também em rede, fazem-no culminar na forma de um linchamento social. É preciso deixar claro, no entanto, que essas atribuições se combinam entre operações dispostas em mais de um polo enunciativo. Neste sentido é que são intituladas “atribuições específicas”, terminologia que sugere uma vocação singular de cada instância discursiva situada no contexto de um circuito-ambiente em que operações se relacionam ao longo do processo.

Derivam das relações estabelecidas entre as instâncias enunciativas no circuito-

ambiente três proposições centrais das quais se originam questões correlatas, balizadoras da pesquisa, instaladas num jogo entre observações, inferências e questões epistemológicas a serem encaminhadas na investigação:

Proposição 1) Excertos discursivos materializados nas três instâncias discursivas (duas em redes e a terceira de instituição) sugerem que as construções de sentido em torno do caso desdobram-se em permanente interação entre a página, o site e as seções de comentários, assim como através de interações destes com outros meios tangenciais ao circuito-ambiente que estrutura a pesquisa dada a natureza relacional e difusa do ambiente midiático.

Proposição 2) A página e o site desenvolvem distintas estratégias de acesso dos interagentes ao seu sistema. Apesar do Folha.com possibilitar a entrada do leitor em sua espacialidade, esse processo é regulado por postura coercitiva da organização jornalística, que em nenhum momento, ao longo da cobertura do caso, apropria-se das produções de sentido geradas pela recepção como mote para o estreitamento de vínculos entre jornalistas/colunistas e comentaristas. Diante desse cenário em que o jornalismo canônico é referência, contudo, verificam-se experiências autorregulatórias.

A página Guarujá Alerta no Facebook, por sua vez, produz as condições de acesso do seguidor ao seu sistema como componente fundante do seu formato, mas a proposta de constituir-se enquanto meio baseado na participação e na cooperação social acaba não se edificando enquanto dispositivo.

Em ambos os modelos, tanto o controle regulatório imposto pelo site quanto a abertura participativa experimentada pela página se traduzem em situações de contenda entre dispositivos (mesmo que tentativo no caso da página) e comentaristas.

Proposição 3) O processo de culpabilização em torno do linchamento de Guarujá, dado a conhecer pelos comentários na sua condição de fragmentos da semiose social materializados na espacialidade da página e do site, sugere a existência de um primeiro julgamento, estritamente midiático, bem como de um segundo e terceiro julgamentos, que, apesar de também revelados no ambiente dos meios, voltam-se à problematização de questões políticas e sociais aventadas como causas diretas do boato que culminou na forma de violência, física e discursiva. Nessa perspectiva, a atividade de nomeação de culpados para o caso aqui analisado vincula-se a aspectos conjunturais complexos, essencialmente de ordem midiática, social e política que transparecem pelo olhar da recepção quando dotada de força produtiva.

Relativamente a essas proposições, a investigação desenvolvida para essa tese buscou respostas às seguintes questões:

- a) Qual é o circuito-ambiente que se configurou em torno do caso da Bruxa de Guarujá, aqui sugerido?
- b) Quais são as especificidades de cada meio integrante do circuito-ambiente desenhado, considerando-se a singularidade do caso proposto?
- c) Que relações se estabelecem entre os meios especificamente analisados e a produção sociomidiática de sentido?
- d) Como articular as lógicas do acontecimento social com as lógicas dos processos midiáticos correlatos?
- e) Como interagentes, meios e instituições participam do processo de julgamento moral do caso proposto?

Situadas as proposições e perguntas que sustentam a pesquisa, ancoradas em conceitos e autores centrados no estudo dos processos midiáticos, vale destacar ainda que uma pesquisa atenta em bibliotecas e bancos de dados digitais permitiu constatar que o caso da Bruxa de Guarujá mobilizou pesquisadores de diferentes áreas, remetendo a abordagens pertinentes não apenas ao âmbito comunicacional<sup>9</sup>, mas também sociológico<sup>10</sup> e jurídico/psicológico<sup>11</sup>. Em meio a distintas apropriações, o caso específico aqui trabalhado busca projetar significados à luz do episódio do Guarujá articulando objetos nunca pensados em relação associativa, fazendo “emergir na própria aventura de produção de inferências” a inteligibilidade dos processos interativos (FERRARA, 2015, p. 133) num cenário marcado por fenômenos midiáticos em sua potência de “exteriorização dos processos mentais na forma de dispositivos materiais” (VERÓN, 2014, p. 14). Nestes termos, o caso da Bruxa de Guarujá aqui construído o coloca na condição de um caso acadêmico, ou seja, um recorte no hipercomplexo ambiente midiático no qual linguagens, concepções de mundo, crenças, experiências de vida e apropriações tecnológicas estão imbricadas em processos circulatorios que, pelo menos em parte, se deixam materializar numa rede caracterizada por múltiplas interações, defasagens, disrupções e estratégias de produção de sentido.

---

<sup>9</sup> DE SOUSA, Larissa Nobre; DOURADO, Patrícia Helena Castelo Branco; MARTINS FILHO, Tarcísio Bezerra. *Guarujá Alerta: a influência das redes sociais na Formação de Multidões*. Intercom: Rio de Janeiro, 2015.

<sup>10</sup> RODRIGUES, José Welhington Cavalcante. Ensaio sobre os significados do linchamento ocorrido no Guarujá-SP (2014) sob a perspectiva sociológica. *Revista Transgressões – Ciências Criminais em Debate*, Natal, v. 4, n. 1, 2016.

<sup>11</sup> FURTADO, Letícia de Souza; JUNIOR, Wilson Franck. O linchamento de Guarujá e a violência mimética de René Girard. *Iurisprudencia: Revista da Faculdade de Direitos da Ajes*. Juína/MT, ano 3, n. 5, p. 107-134, 2014.

## 2 INFERÊNCIAS PRELIMINARES SOBRE OS MEIOS E CIRCUITO-AMBIENTE INVESTIGADOS

Especificadas as proposições que nortearão a produção da pesquisa, passo neste segundo capítulo às descrições dos objetos tomados como foco de investigação na tentativa de historicizar e apresentar aspectos inferidos do seu funcionamento. É importante recordar, contudo, que tanto a página Guarujá Alerta no Facebook quanto o site jornalístico Folha.com configuram-se como objetos bipartidos, na medida em que autorizam, via comentários, a entrada do assinante/seguidor na órbita produtiva. Essa processualidade oferece espaço a materializações discursivas emergentes do campo da cultura, tensionando os seus modos de operarem sentidos, ainda que os dois objetos estejam regidos por modalidades interacionais regulatórias notadamente distintas, como será detalhado ao longo do capítulo 5.

### 2.1 Página Guarujá Alerta

A Guarujá Alerta diz respeito a uma página criada em 2012, cuja existência se consolida a partir dos protocolos interacionais inerentes ao meio em que opera, ou seja, a rede digital Facebook. A página, estruturada em torno de um conglomerado que somava mais de 50 mil seguidores, a maioria deles moradores de Guarujá, no litoral paulista, cidade que ambientava a sua produção de conteúdos, foi extinta após o seu projeto colaborativo sucumbir. Esse processo se deu em função da intensificação do boato suscitado pela Guarujá Alerta em torno da existência de uma sequestradora de crianças num bairro pobre da cidade culminar no linchamento de uma inocente, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, no dia 3 de maio de 2014. Por oferecer o “start” circulatório ao boato, inclusive divulgando o retrato falado da suposta criminosa, esse linchamento foi construído socialmente, portanto, a partir de operações de circulação mediadas pela página, que, mesmo operando, tardiamente, medidas discursivas na tentativa de desmitificá-lo, não conseguiu frear a excitação coletiva e os múltiplos fluxos circulatórios desencadeados pela história da “Bruxa de Guarujá”.

A página propunha-se ser um meio noticioso, com ênfase em temáticas policiais, administrado por pessoas não identificadas e sem formação na área jornalística<sup>12</sup>. O anonimato que cerca a identidade dos seus administradores é um indicativo que precisa ser

---

<sup>12</sup> A identidade dos fundadores da página nunca foi revelada em decorrência de ameaças virtuais originadas pelas denúncias publicadas na Guarujá Alerta. Sabe-se, contudo, que o fundador da página não tem formação específica na área da Comunicação devido a entrevistas por ele concedidas à imprensa após a repercussão do caso que culminou com o linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus.

problematizado. Segundo esclarece Andrew Keen (2009, p. 76), a mídia canônica de notícias refuta qualquer tentativa de se obscurecer a identidade do emissor, na medida em que repórteres e colaboradores precisam se responsabilizar pelas informações que tornam públicas. A nomeação dos encarregados pelo polo da emissão, indica Keen, “não só os submete a padrões éticos, mas fornece também um grau de garantia para o público; o autor é responsável pelo que relata e pelas opiniões que expressa”.

Ainda que regida por administradores não nomeados, é notório que, na condição de um fenômeno midiático localizado, a página Guarujá Alerta institucionalizou-se ao longo do tempo, ainda que precariamente, gerando seus próprios coletivos, que, após o linchamento de Fabiane Maria de Jesus, passaram a contestar a sua legitimidade enquanto espaço de mediação e tratamento dos temas de interesse da comunidade. A crise social, nesse sentido, refletida no assassinato trágico de Fabiane, desencadeou uma crise em torno de sua institucionalização enquanto instância midiática, refletida na forma de protestos frente às processualidades deontológicas que perpassavam a produção de conteúdos na espacialidade da página.

Sua lógica operacional apostava, prioritariamente, na divulgação de conteúdos transmitidos pelos próprios seguidores, geralmente referenciados na forma do discurso indireto. Há casos, no entanto, em que a página cedia à retórica do seguidor, ancorando seu lugar de fala na reprodução literal de mensagens já materializadas em perfis pessoais no Facebook ou até mesmo em aplicativos de troca de mensagens via celular. A ambiência da página, nestes casos, valia-se da sua visibilidade e abrangência para ampliar a repercussão de mensagens projetadas em circuitos midiáticos tangenciais, o que sinaliza para um fenômeno de sobreposição enunciativa considerando a duplicata da informação na página e no circuito adjacente a ela. Nestes termos, a Guarujá Alerta se apropriava de mensagens materializadas em circuitos correlatos a fim de legitimar o seu processo enunciativo, como demonstra a Imagem 4.

Imagem 4 – Página Guarujá Alerta sustenta a sua narrativa através da apropriação de elementos discursivos que circulam em espaços tangenciais, a exemplo de perfis pessoais no Facebook



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Segundo esclarecem Fausto Neto e Sgorla (2013, p. 12), a forma linguística do discurso direto, sinalizado pela reprodução na íntegra de uma mensagem elaborada por um terceiro, aponta para a existência real de coenunciadores inseridos de forma ativa no processo interacional.

Conforme indicou o próprio administrador da Guarujá Alerta, em entrevista concedida ao *Folha.com*<sup>13</sup>, a página divulgava informações de terceiros na expectativa de colher, através do fluxo circulatório gestado em rede, informações capazes de complementar aquilo que anunciava na forma de um discurso apenas probabilístico, ou seja, permanentemente tensionado pela possibilidade de confirmação ou refutação. Nestes termos, o sistema produtor instituído pela página constituía cada operação com a expectativa de que outras se sucedessem a ela, o que significa dizer que ele vertia, assim, continuamente, “nova comunicação sobre os resultados da comunicação atual” (LUHMANN, 2005, p. 29-161).

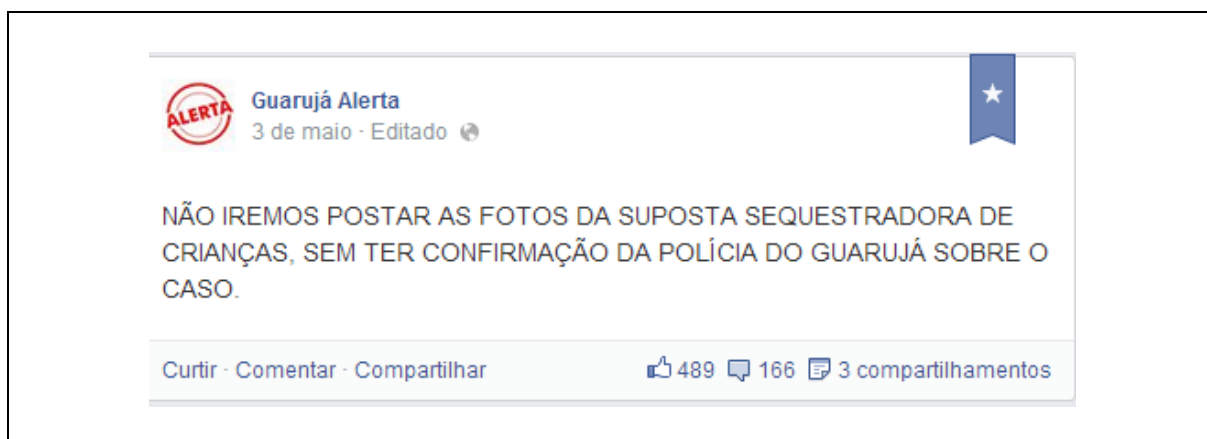
Coladas à estratégia de colher informações através do incentivo à participação do seguidor, relegado aqui à condição de um cogestor enunciativo, as processualidades da página revelam marcas de um esforço de apuração, o que a aproxima dos modos de operar sentidos mobilizados pelo jornalismo canônico. O *print* reportado na sequência, extraído de publicação da página no dia do linchamento, sugere um trabalho de acompanhamento do caso através de

<sup>13</sup> Entrevista completa concedida ao site da *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1450848-estao-fazendo-um-novo-linchamento-comigo-diz-dono-de-guaruja-alerta.shtml>>.



consulta à instituição policial. Nesse sentido, a página explicita as suas processualidades operativas, evidenciando um trabalho de “bastidores” que, geralmente, não é detalhado ao leitor. O que se pretende, através dessa medida, é manter o fluxo circulatório em torno do caso em processo, ainda que não se tenha informações precisas sobre o que realmente havia acontecido na cidade de Guarujá.

Imagem 5 – Página explicita ao seu leitor esforço investigativo, estratégia que a aproxima das lógicas norteadoras do jornalismo canônico



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

No contexto do caso aqui analisado, as defasagens de sentido entre uma suposta intenção comunicativa anunciada pela página e as muitas remodelações às quais essa mesma proposta foi submetida no âmbito da rede social tornou a Guarujá Alerta nacionalmente conhecida como o meio constituidor do boato que culminou num dos linchamentos mais trágicos registrados na história do país<sup>14</sup>. No âmbito da tese, portanto, a página Guarujá Alerta representa o principal espaço enunciativo em que o boato foi constituído discursivamente, embora haja indícios claros de que informação fidedigna também tenha circulado por este espaço.

Criado por um morador de Guarujá depois de ter o relógio roubado numa das praias da cidade, o “perfil noticioso”<sup>15</sup> teve como seu primeiro slogan a expressão “Fui assaltado no Guarujá”. Mais tarde, a página adotou o slogan “Sempre alerta aos fatos e notícias”, ampliando a sua cobertura para além de temáticas estritamente policiais e passando a denunciar problemas de infraestrutura na cidade, bem como a divulgar informações relativas a

<sup>14</sup> O linchamento de Fabiane Maria de Jesus está sendo tratado pela Justiça como homicídio duplamente qualificado. Isso significa que, além de ele ter sido incitado por motivo fútil, a vítima não teve possibilidade de defesa.

<sup>15</sup> As matérias divulgadas no Folha de S. Paulo em torno do caso da Bruxa de Guarujá descrevem a página no Facebook como um “perfil noticioso”. Essa terminologia será utilizada também ao longo da pesquisa.

serviços genéricos, como avisos sobre documentos e animais perdidos.

Apesar de pautar suas publicações por uma espacialidade definida – a cidade de Guarujá –, todas as informações publicadas na página eram de domínio público e estavam disponíveis a qualquer pessoa, desde que detentora de uma conta na rede social Facebook. Do mesmo modo, qualquer usuário do Facebook podia “curtir” a página e, a partir disso, passar a receber atualizações da mesma em seu Feed de Notícias.

No campo de descrição do serviço na rede social, desativado em abril de 2014<sup>16</sup>, a Guarujá Alerta intitulava-se como “uma página de fatos, acontecimentos, notícias, reclamações e sugestões do morador e turista de Guarujá”. Vale destacar que a criação de uma página no Facebook implica a existência de um representante legal daquela marca, como enfatizam as regulamentações de uso da rede social. Ao contrário de um perfil pessoal, a criação de uma página permite o estabelecimento de conexões junto a um número ilimitado de seguidores que se dispõem a “curtir” as postagens ali publicadas.

Ao longo do primeiro ano de atividades, a página gerida por três administradores e com o suporte de uma assessoria jurídica ganhou visibilidade ao noticiar a morte de um turista num restaurante da Baixada Santista após divergência com o gerente do estabelecimento em relação ao valor da conta.

Em 2014, a Guarujá Alerta firmou parceria informal com a Polícia Militar para o recebimento, em primeira mão, de informações sobre as ocorrências atendidas na cidade. Essa “parceria” indica o valor atribuído à página pela instância policial, possivelmente por vislumbrar naquela espacialidade uma vitrine para o seu trabalho.

Em matéria divulgada pelo jornal “A Tribuna” em março de 2014 e assinada pela jornalista Simone Queirós (ANEXO A), o fundador da página afirma que “a parceria surgiu para aproximar mais a população dos policiais militares, repassar denúncias sobre supostos crimes que recebemos diariamente e cobrar formalmente melhorias na segurança pública do município”. Na reportagem, ele indica que as ocorrências registradas na cidade eram “repassadas por policiais em tempo real” e que a página chegou a contabilizar 300 acessos diários.

No material divulgado pelo jornal da Baixada Santista, o fundador da página esclarece ainda que o trabalho desenvolvido pela Guarujá Alerta era “totalmente independente e sem fins lucrativos e políticos”.

As métricas alcançadas – 57 mil seguidores e 300 acessos diários – indicam que,

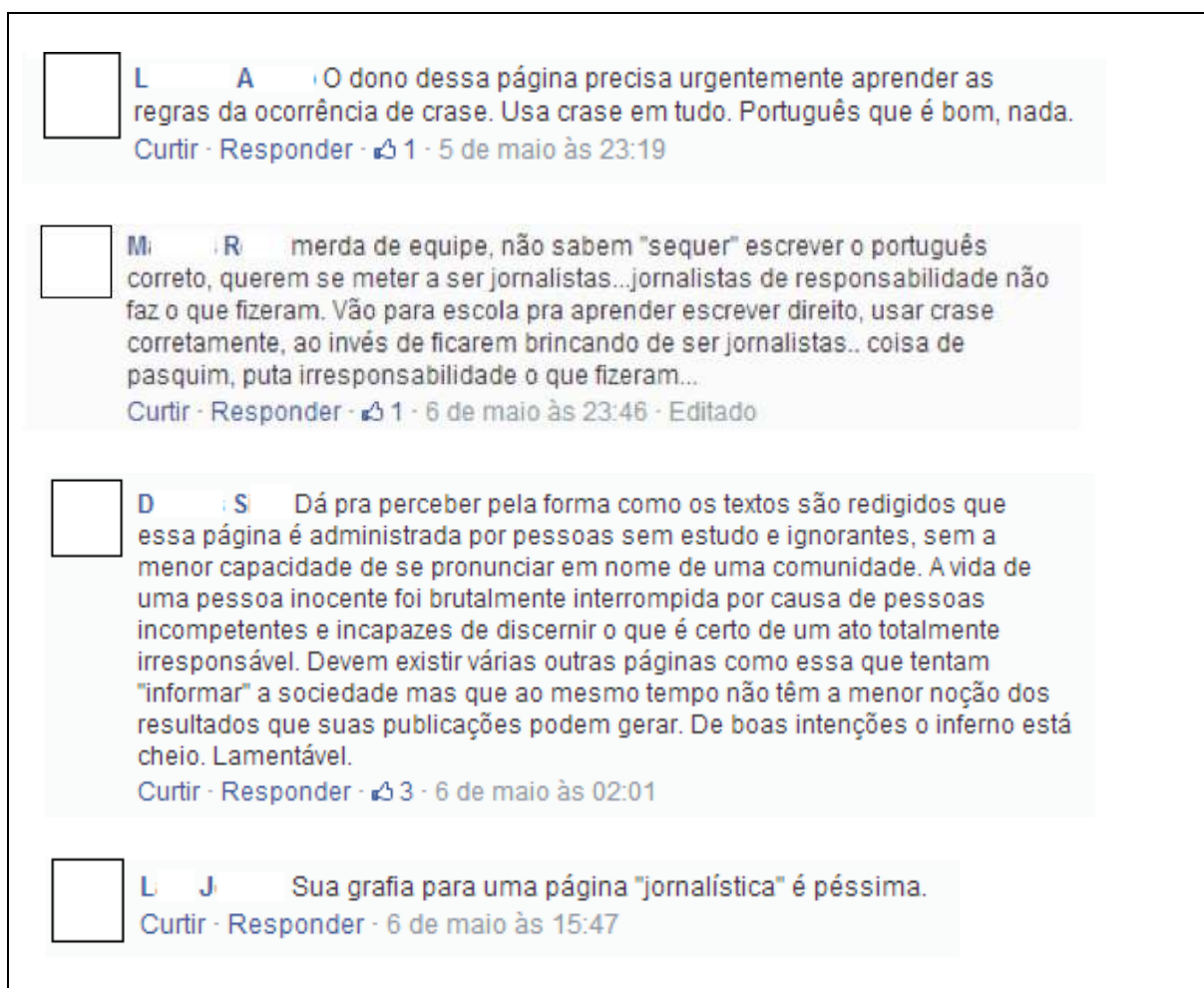
---

<sup>16</sup> Ainda há um perfil na rede social intitulado “Guarujá Alerta”, nomeado como uma empresa de segurança, mas nitidamente desvinculado da página aqui tomada como objeto de análise.

mesmo não vinculada a uma organização jornalística, a página Guarujá Alerta era uma referência na cidade em termos da divulgação de notícias de utilidade pública, com ênfase em temáticas policiais.

As postagens que sustentavam a sua narrativa eram caracterizadas por textos curtos, obedecendo a uma lógica “twitizada”, sempre escritos em caixa-alta e sem a devida identificação da origem das informações repassadas. Erros gramaticais e de concordância, assim como a subtração de caracteres nos textos eram comuns, sinalizando para uma carência da norma culta da escrita por parte da equipe responsável pela redação das postagens. Tal carência, como pode ser constatado na Imagem 6, chegou a ser acusada pelos seguidores, deixando notória a falta de especialização da equipe de redatores. Na interpretação do seguidor, a precariedade redacional da página evidenciava o seu distanciamento em relação ao jornalismo canônico.

Imagem 6 - Comentadores acusam precariedades gramaticais que caracterizam as postagens da página Guarujá Alerta, afastando-a de uma perspectiva “jornalística” canônica



Fonte: Página Guarujá Alerta, acesso em maio de 2014.

Nos mais diversos espaços de socialização da tese junto a professores e estudantes do Grupo de Pesquisa ao longo do processo doutoral, desenharam-se tentativas de definir a natureza do trabalho noticioso desenvolvido pela página. As argumentações mais produtivas a situaram como um objeto híbrido, na medida em que estava fundamentado tanto por uma lógica “amadora”, impulsionada por atores sociais não especializados, quanto por uma perspectiva institucional-midiática, o que significa dizer que, apesar de oficialmente distanciada de uma organização jornalística, a página se projetava num lugar de institucionalização, pelo menos tentativo.

Contudo, é notório que a página não agregava às suas rotinas produtivas os recursos necessários para desenvolver um processo jornalístico de cadeia completa, faltando-lhe não somente profissionais devidamente qualificados para tanto, mas também critérios de apuração apropriados e senso crítico capazes de distinguir entre verdade factual e mentira. É nesse sentido, também, que os colaboradores do Grupo de Pesquisa a definiram enquanto objeto “travestido” de jornalismo, o que significa dizer que, apesar de a página, por vezes, aproximar-se de práticas eminentemente jornalístico-midiáticas, a sua proposta comunicacional se fundamentava numa estratégia colaborativa que convocava múltiplos atores a se engajar no processo de construção social da realidade, permitindo desvios e bifurcações de sentido que, no caso aqui estudado, fizeram-na perder o controle da complexidade semiótica implicada no episódio de Guarujá.

Postagens extraídas da página ao longo do desenrolar do caso oferecem indicativos da quantidade de interações – dispostas entre “curtidas”, “comentários” e “compartilhamentos” – suscitadas pelas publicações da equipe da Guarujá Alerta no Facebook. As três postagens apresentadas na sequência estão detalhadas aqui na medida em que explicitam as principais estratégias de construção de sentido mobilizadas pela página.

Em 2 de maio de 2014, um dia antes do linchamento de Fabiane, a página anunciava aos seus seguidores que continuava “recebendo mensagens sobre uma suposta sequestradora de crianças na cidade de Guarujá”, embora não houvesse “nenhum registro de criança sequestrada na delegacia de Guarujá”. Essa publicação gerou 282 curtidas, 104 comentários e 50 compartilhamentos e deixa evidente, por um lado, o papel de cogestor associado ao trabalho enunciativo do próprio seguidor e, por outro, o esforço de checagem da legitimidade das informações que chegavam à equipe da página, ainda que esse trabalho de apuração se resumisse ao simples envio de um e-mail ao batalhão da Polícia Militar solicitando detalhes sobre o caso. O lugar de vocação do repórter, a rua, é suplantado aqui por um movimento tentativo de verificação que se vale de um recurso acionado a distância: o correio eletrônico.

Imagem 7 – Postagem evidencia trabalho de cogestor mobilizado pelo seguidor da página e tentativa de apuração por parte da equipe de administradores da Guarujá Alerta



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

No dia do linchamento, 3 de maio, a página acusava o recebimento de fotos de uma mulher morta, deixando novamente explícito um trabalho de oferta discursiva proveniente de fontes exógenas ao trabalho de sua equipe. De forma genérica, sem mencionar a origem exata das fontes, o post simplesmente indicava que, “segundo informações”, as fotos repassadas para a equipe faziam menção à sequestradora de crianças, embora mais uma vez a página se colocasse num lugar de legitimação tentativo em torno do caso, “apurando mais informações”. Essa publicação, por sua vez, gerou 844 curtidas, 269 comentários e 121 compartilhamentos.

Imagem 8 - Página deixa dúvida a existência da sequestradora, na medida em que existem fotos, mas não há confirmação oficial



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Na postagem com maior número de interações ao longo do desenrolar do caso (IMAGEM 9), totalizando 1.540 curtidas, 706 comentários e 1.237 compartilhamentos, a Guarujá Alerta procurou desvendar o boato valendo-se da reprodução, na íntegra, de uma mensagem enviada in box, via celular, à equipe. Tratava-se de uma mensagem encaminhada por uma ex-moradora do bairro Morrinhos que, num primeiro momento, acabou sendo confundida com o retrato falado da sequestradora que circulou a partir de postagem divulgada pela página. Como será demonstrado ao longo da tese, Diane Silva Pinheiro, identificada por seguidores da página através de seu perfil pessoal no Facebook, chegou a ter sua imagem associada, em rede, ao retrato falado da suposta sequestradora que jamais existiu. Nas ruas de Guarujá, contudo, Fabiane Maria de Jesus foi confundida com Diane, fechando um ciclo de equívocos interpretativos típicos da “potência concordante que resulta dos agregados humanos, onde as emoções e as opiniões se reforçam rapidamente, multiplicando-se pelo contato” (LE BON, 2008, p. 197).

Imagem 9 - Postagem com o maior número de interações é originada de mensagem enviada à equipe da Guarujá Alerta via celular por ex-moradora do bairro Morrinhos confundida com a imagem do retrato falado



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Somente entre 25 de abril de 2014, dia em que a página divulgou o primeiro post anunciando a existência de uma possível sequestradora de crianças, e 4 de maio de 2014, data da última postagem registrada sobre o caso, a Guarujá Alerta publicou 12 postagens totalizando 8.480 curtidas, 3.829 comentários e 2.036 compartilhamentos. O número expressivo de compartilhamentos indica que as postagens da Guarujá Alerta se alastraram para diversas outras rotas de tráfego, disseminadas por seguidores em seus perfis pessoais, bem como por circuitos tangenciais ao Facebook, a exemplo do WhatsApp, multiplicando o

potencial de alcance dos conteúdos gestados na espacialidade da página (JENKINS; GREEN; FORD, 2014, p. 32). Além disso, é preciso considerar que, a cada compartilhamento ou comentário, dava-se ao usuário autonomia para acrescentar à informação original novos dados sintonizados às suas necessidades, expectativas e vivências, reconstruindo permanentemente a cadeia de sentidos em torno do caso.

Para além do percurso reflexivo tentativo no sentido de descrever e definir o trabalho noticioso operacionalizado pela página, o que os processos de socialização da pesquisa revelaram foi a impossibilidade de compreender as suas engrenagens de funcionamento sem, ao lado disso, refletir sobre o lugar a partir do qual essa página ganha existência: a rede digital de Mark Zuckerberg, o Facebook. Embora se fale comumente do Facebook de modo naturalizado, o fato de a página estar acoplada a esse macrossistema significa que as suas lógicas e regras de funcionamento estão subsumidas a algo que a antecede.

### 2.1.1 O meio Facebook

A adesão de um usuário ao Facebook presume a aceitação de regras previstas para fazer uso dos códigos que estão ali predeterminados e que, por intermédio de uma série de estímulos, favorecem o desencadeamento de interações entre os agentes situados naquela espacialidade produtora de circuitos a partir dos quais eclodem sentidos variados, via circulação.

Nesses termos, é preciso ter em mente que o fato de a página Guarujá Alerta se constituir em meio inscrito em outro meio, o Facebook, significa que ela incorpora em sua gênese protocolos de participação sugeridos pela rede social como pressupostos inerentes ao seu modo de funcionamento. Uma questão central a ser observada diz respeito justamente à multiplicidade de operações determinadas pelo Facebook enquanto espécies de “certificações” para que o usuário da rede social possa, de fato, ganhar existência simbólica naquela espacialidade. O movimento de curtir, compartilhar, comentar, cutucar, jogar, recordar não pressupõe operações de compreensão de significados, necessariamente, mas, acima de tudo, operações que incitam uma relação de pertencimento àquele circuito-ambiente sugeridas ao usuário automaticamente<sup>17</sup>. Através desse conjunto de operações, portanto, o internauta é permanentemente convocado a assumir uma postura de implicação direta nos

---

<sup>17</sup> Um indicativo de que a adesão ao Facebook precisa ser problematizada está associada ao fato de que diferentes usuários ingressam na rede social relacionando-se com seus protocolos de funcionamento de maneiras distintas.



fluxos comunicacionais que perpassam a rede social. Para habitar aquele espaço é necessário também mostrar-se.

Apesar de o Facebook, por si só, não produzir qualquer tipo de conteúdo, apenas canalizando a energia produtiva dos usuários em benefício próprio, é preciso reconhecer que a condição da sociedade se contatar, se reconhecer e se comunicar na contemporaneidade está crescentemente dinamizada por regimes discursivos associados a essa rede social, que, segundo informações da Wikipédia<sup>18</sup>, atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos no ano de 2012. Do seu potencial de impor-se como um dispositivo enquadrante da sociedade surgiu, inclusive, a metáfora que atribui ao Facebook a prerrogativa de um “Estado soberano”, a partir do qual os sistemas sociais e os sistemas individuais se situam em termos dialogais.

Aproximando o funcionamento do Facebook ao conceito de dispositivo cunhado por Mouillaud (1997), pode-se inferir que essa ambiência midiática não se limita ao cumprimento de uma engenhosidade técnica capaz de materializar aquilo que emerge em termos produtivos da sociedade, mas projeta-se também como um emoldurador que a todo momento sugere determinadas posturas ao seu usuário, incentivando-o a assumir um comportamento ativo frente aos materiais que consome. Isso significa dizer que as materialidades postas em circulação na espacialidade do Facebook, antes de se constituir enquanto excertos – imagéticos e textuais – dotados de um sentido acabado, adentram naquele sistema prevendo o seu alargamento semântico graças a um trabalho de permanente remanejo, seja na forma de comentários, curtidas ou compartilhamentos, impulsionados por outros atores da rede. Dessa forma, pode-se inferir que o Facebook codetermina as estruturas vinculatórias que se dão entre o campo produtivo e a recepção produtora, o que faz pensar o trânsito circulatório constituído em seu interior como um trajeto submetido a distintas e permanentes recontextualizações<sup>19</sup>.

Em meio à diversidade de materiais que circulam na órbita do Facebook, o dispositivo também se projeta numa posição coercitiva a fim de eliminar de sua espacialidade qualquer conteúdo que, nos termos de Mouillaud (1997, p. 34), pudesse deformá-lo ou até mesmo fazê-lo implodir. Desse modo, existe uma lista pública na qual são elencados os itens não permitidos no Facebook, dentre os quais são destacados conteúdos de pendor sexual, discursos de ódio, conteúdo de autoflagelação ou excesso de violência, perfis falsos e spams.

Apesar de se apresentar como dispositivo dotado de regras e diretrizes a serem

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook#Cutucar.2FToque>>.

<sup>19</sup> Essas questões remetem, para além da obra de Mouillaud, às falas dos professores José Luiz Braga e Oscar Traversa em palestras proferidas no Pentálogo VII (2016).

cumpridas por aqueles que ali querem demarcar uma presença digital, o que faz o Facebook, e a rede de modo geral, é produzir aquilo que Verón (2013, p. 281) denomina de “revolução do acesso”, o que implica a admissão dos atores individuais na discursividade midiática, “produzindo transformações inéditas nas condições de circulação”. Nessa mesma linha de raciocínio, explica Braga (2016), ao ingressar num cenário de fluxos geridos em rede, a sociedade fabrica novos circuitos e impõe a sua vontade de falar para além de imposições reguladoras vinculadas à mídia canônica, gerando redesenhos frente a uma estrutura midiática que, até então, demarcava de forma precisa as distinções entre campos especializados e campos não especializados.

As reflexões suscitadas por Verón (2013) ajudam a compreender que, em última instância, o que faz a rede ao democratizar o lugar de acesso ao polo produtivo é gerar processos relacionais a partir dos quais predomina a dimensão do contato e da reação, ou seja, “a continuidade metonímica das relações interpessoais” (VERÓN, 2013, p. 280). Aproximando essa constatação do caso aqui tomado como objeto de análise, pode-se inferir que os fluxos circulatórios impulsionados pela página Guarujá Alerta via Facebook e, imediatamente, ramificados por circuitos adjacentes, conduziram a um fenômeno de disseminação e contágio absurdamente veloz, justamente porque articulado em rede, em torno do boato sobre a sequestradora de crianças.

A rede social Facebook, neste sentido, precisa ser analisada em sua condição de dinamizador midiático interacional, acelerando exponencialmente a forma constitutiva do boato.

## 2.2 Site Folha.com

Versão online do jornal brasileiro de maior circulação entre os diários nacionais de interesse geral<sup>20</sup>, com tiragem média de mais de 320 mil exemplares, o segundo objeto de pesquisa desta tese – o site Folha.com – surgiu no ano de 2010 após o processo de unificação das redações do jornal impresso e digital e, atualmente, “está entre os quatro com mais *pageviews* na categoria sites brasileiros de notícias” (SAMPAIO; BARROS, 2014, p. 197). Ainda no ano de 2010 foram lançados aplicativos para iPad e Android que dinamizaram os serviços do Folha.com considerando a existência crescente de usuários *mobile-only*, ou seja, pessoas que se relacionam com o mundo digital basicamente através de dispositivos móveis.

---

<sup>20</sup> Segundo informações extraídas do próprio site do jornal, o Folha de S. Paulo possui tiragem média de 320.741 exemplares. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>.

O site que hospeda o Folha.com está vinculado ao serviço Universo Online (UOL), criado em 1996 e responsável pelo gerenciamento dos produtos e serviços de internet oferecidos pelo Grupo Folha. No âmbito desta tese, o site Folha.com é representativo da mobilização de deontologias e processualidades jornalísticas acopladas ao caso em análise no seu processo de regulação tentativa.

O Folha.com não mobilizou esforços enunciativos quando dos acontecimentos anteriores à regulação – aqui tratados como fases de *constituição* e *exacerbação* do boato –, considerando que o seu investimento jornalístico sobre o caso aconteceu a partir de 4 de maio de 2014, ou seja, um dia após a confirmação do linchamento de Fabiane Maria de Jesus, momento em que produtos midiáticos gerados pelo campo da recepção produtora em torno do ato violento passaram a ser acoplados à narrativa do site.

Ao longo de 18 dias de cobertura, ou seja, entre 4 e 21 de maio, foram identificadas 21 matérias de cunho informativo e seis textos opinativos, além de um editorial e uma entrevista publicadas pela Folha.com em torno do caso. A maioria das matérias informativas, como mostra a Imagem 10, foi assinada pelo “enviado especial a Guarujá (SP)”, jornalista Diógenes Campanha.

Imagem 10 – Cobertura informativa do caso foi protagonizada pelo enviado especial da *Folha* a Guarujá, Diógenes Campanha



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Uma das matérias publicadas pelo site, no dia 7 de maio, foi assinada por Diógenes Campanha em parceria com o jornalista Artur Rodrigues, como indica a Imagem 11.

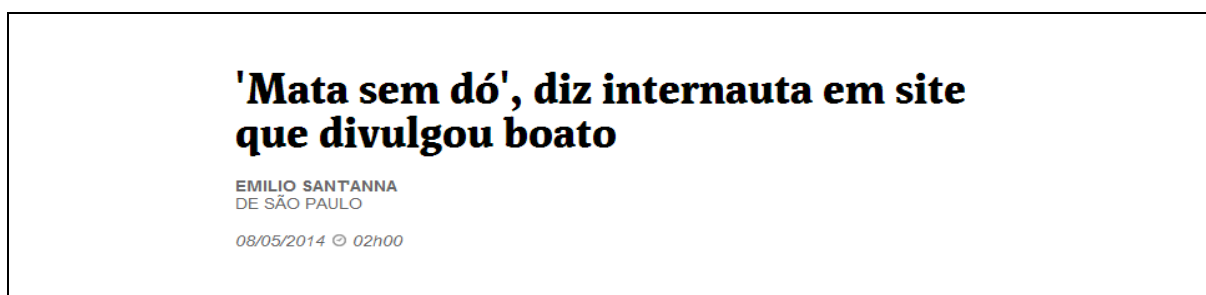
Imagem 11 – Em situação específica, Diógenes divide crédito da matéria com o jornalista Artur Rodrigues



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Dois outros jornalistas ainda foram mobilizados em situações específicas para cobrir o caso de Guarujá. No dia 8 de maio, Emílio Santana produziu, a partir da redação em São Paulo, matéria que resgatava excertos discursivos dispostos em rede a fim de reconstruir as vias circulatórias por onde a informação acerca da existência da sequestradora de crianças ganhou contornos reais.

Imagem 12 - Um terceiro jornalista, Emilio Santana, produziu notícia sobre o caso no contexto do site



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Em outra situação específica, o jornalista Dhiego Maia foi acionado na condição de “enviado especial a Guarujá” para relatar a prisão do quarto suspeito pelo linchamento, considerado foragido pela polícia até então.

Imagem 13 - Um quarto jornalista, Dhiego Maia, também é mobilizado na condição de “enviado especial a Guarujá” para cobrir o caso



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Nesse sentido, o Folha.com mobilizou ao longo da cobertura do caso o trabalho de três repórteres especiais enviados a Guarujá, além de um repórter que contribuiu com a produção de conteúdos diretamente da redação do jornal em São Paulo.

Além desses jornalistas, três colunistas fizeram esforços reflexivos sobre o caso: Elaine Cantanhêde<sup>21</sup>, Reinaldo Azevedo<sup>22</sup> e Ricardo Melo<sup>23</sup>. Outros três colaboradores do jornal assinaram artigos opinativos diretamente vinculados ao incidente em Guarujá: o ex-editorialista e colaborador especial da *Folha*, Aldo Pereira<sup>24</sup>, o médico psiquiatra Jair de Jesus Mari<sup>25</sup>, e o coordenador-geral de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, Willian Corrêa<sup>26</sup>. Ao contrário dos conteúdos escritos pelos colunistas do Folha.com, uma mensagem estampada no site logo abaixo dos textos redigidos pelos colaboradores deixa claro que “os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”.

Conhecido como o primeiro jornal da América do Sul a contar, a partir de 1983, com terminais de computadores na redação, o Folha de S. Paulo surgiu em 1960 e passou a ocupar espaço na rede a partir de 1995, ano em que a internet começou a operar de modo comercial no Brasil. À época, o serviço chamado de Folha Web realizava um trabalho de simples transposição das edições impressas do jornal para o ambiente digital, incluindo apenas as

<sup>21</sup> Elaine Cantanhêde, que escreveu para a Folha até novembro de 2014, publicou no dia 8 de maio daquele ano a coluna intitulada “Onde nós estamos?”.

<sup>22</sup> Reinaldo Azevedo publicou, no dia 9 de maio de 2014, a coluna intitulada “Fabiane e a maçã envenenada”.

<sup>23</sup> Ricardo Melo, que escreveu para a Folha até agosto de 2015, publicou no dia 12 de maio de 2014 a coluna intitulada “E Barbosa só pensa naquilo”.

<sup>24</sup> Aldo Pereira publicou, no dia 19 de maio de 2014, o artigo intitulado “Bruxas e bruxos”.

<sup>25</sup> Jair de Jesus Mari publicou, no dia 19 de maio de 2014, o artigo intitulado “O linchamento e o retorno aos instintos”.

<sup>26</sup> Willian Corrêa publicou, no dia 21 de maio de 2014, o artigo intitulado “Jornalismo ou show de horrores?”.

editorias de Informática e Ciência, além da coluna semanal NetVox e de informações institucionais do Grupo Folha (FREITAS, 1999, p. 54).

Segundo informações do ex-diretor geral do Universo Online, jornalista Caio Túlio Costa, extraídas da dissertação de Hélio Freitas (1999, p. 54):

A Folha Web era apenas a reprodução da Folha na Internet. Era um projeto muito pequeno, de baixíssimo investimento, e que tinha o interesse apenas de divulgar a Folha na Internet, de permitir que o jornal fosse lido por outras pessoas que não tivessem acesso ao jornal e tivessem acesso à Internet.

Informações recolhidas do próprio site do Folha de S. Paulo indicam que, atualmente, o serviço publica aproximadamente 500 notícias por dia, tendo como compromisso “produzir conteúdo na internet com a mesma qualidade da Folha, seguindo os princípios editoriais adotados pelo jornal: pluralismo, independência, jornalismo crítico e independente” (GRUPO FOLHA, 2016)<sup>27</sup>. Antes de se constituir enquanto espaço de “transposição”, o Folha.com busca explorar as potencialidades do ambiente digital a fim de contar histórias que mesclam elementos multimídia, possibilitando a integração do interagente às narrativas de forma ativa, a exemplo da produção de newsgames, e que se desdobrem em mídias convergentes.

Com 19 editorias de conteúdo com acesso livre na internet, o site da Folha conta com uma audiência de 17 milhões de visitantes únicos e 173 milhões de páginas vistas por mês. Produz ainda conteúdo para dispositivos móveis como tablets (iPad), smartphones (iPhone etc.) e para as plataformas WAP e SMS (para celulares em geral) (GRUPO FOLHA, 2016).

Ciente do espaço colaborativo inaugurado pela internet, fazendo por vezes confundir os papéis de emissor e receptor, o Folha.com abre espaço para que assinantes possam comentar as matérias publicadas no site. Nesse sentido, o site incorpora a premissa desenvolvida pelo jornalista Jeff Davis e citada em obra de Sodré (2012, p. 103): “Dê às pessoas o controle da mídia, elas o usarão. Não dê às pessoas o controle da mídia, você as perderá”. Na visão do autor, a citação de Davis corresponde a um “sintoma emblemático da passagem do posicionamento ideológico dominante, tradicionalmente centrado na órbita da produção, para a esfera do consumo” (SODRÉ, 2012, p. 103).

Contudo, é preciso considerar que a modalidade como esse processo interacional é estabelecida no contexto do site jornalístico difere substancialmente daquela adotada pela página Guarujá Alerta na rede social Facebook.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca\\_o\\_site\\_da\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_site_da_folha.shtml)>.

Pelo fato de estar estruturado na forma de um site, o Folha.com detém autonomia para fixar regras bastante precisas que, aceitas pelo leitor, credenciam-no a publicar comentários referentes às matérias produzidas pelo campo jornalístico. Como será amplamente discutido ao longo do capítulo 5, o que se percebe nitidamente é que, assim como o site mobiliza processualidades deontológicas a fim de regular o boato, removendo-o de uma zona de sombreamento para uma região de elucidação jornalística, a relação interacional que o site constrói junto ao seu leitor também é definida por protocolos e termos de condições de uso que se impõem como ente regulatório entre aquilo que é dito pelo site e aquilo que é dito por seus leitores, via seção de comentários. Tal constatação permite afirmar que o *modus operandi* do site é demarcado por ritualísticas processuais que se repetem, tanto na forma como ele constrói a sua narrativa em torno do caso quanto na forma como ele organiza as suas modalidades interacionais junto ao leitor. A natureza do site, neste sentido, é essencialmente regulatória. Essa é a estratégia através da qual ele organiza a sua narrativa, bem como a estrutura de vínculo junto ao leitor, via seções de comentários. Da mesma que forma que há uma ritualística regulatória sistematicamente acionada para narrar o fato, há também uma ritualística regulatória que medeia as estruturas de contágio entre site e leitor.

Através de estudo no qual foram mapeadas as “zonas de contato” no contexto do blog da colunista de Zero Hora, Rosane de Oliveira, os pesquisadores Fausto Neto e Sgorla (2013, p. 11-13) já sinalizavam que, por intermédio dos termos e condições de uso, o sistema midiático sinaliza ao leitor que a “prometida interação não é livre”, mas acionada como uma “zona de contato” regulada, a qual, para ser transposta, exige certas condições explícitas através de determinadas “regras de entrada, as quais deveriam ser observadas”. Nesse sentido, explicam os pesquisadores, embora os comentários possam representar “uma ‘porta de acesso’ ao mundo dos sistemas midiáticos, esta abertura é relativa, pois é elaborada a partir de regras e lógicas constituídas pelo próprio sistema midiático”, que a todo momento regula quaisquer desajustes de sentido capazes de irritar as estruturas vinculatorias inicialmente idealizadas.

Se para ter acesso ao conteúdo publicado na página Guarujá Alerta bastava uma adesão gratuita à rede social Facebook, o site Folha.com cobra pelo acesso frequente a ele. Enquanto que assinantes do Folha de S. Paulo ou então do pacote digital podem ler o jornal em qualquer tela, seja do computador, tablet ou celular, os visitantes do site têm acesso limitado ao conteúdo publicado. “O acesso é livre até dez reportagens ou colunas e, de 11 a 20, requer que o internauta preencha breve cadastro. Do vigésimo-primeiro texto em diante, o

visitante é convidado a fazer uma assinatura paga”<sup>28</sup>.

O Folha de S. Paulo foi o primeiro jornal do país a adotar o modelo poroso de paywall (muro de pagamento, em tradução literal), permitindo assim que um número restrito de matérias possa ser lida gratuitamente e restringindo o acesso à totalidade do conteúdo do seu site apenas a assinantes. Esse modelo também é adotado por outros jornais brasileiros, a exemplo de O Globo, além do americano The New York Times e do britânico Financial Times.

### 2.3 Questões transversais

Percebe-se, a partir da descrição dos objetos de análise, que a página Guarujá Alerta e o site Folha.com não atuam como simples plataformas tecnológicas ou instrumentais acolhedoras de informações processadas midiaticamente, mas fazem intervir as suas lógicas constitutivas nos processos interacionais ali materializados. Nesse sentido, explica Fausto Neto (2010, p. 63), ambos os objetos instituem, através de inteligências acopladas ao seu funcionamento, zonas de contato marcadas por “intensos *feedbacks* entre os atores removendo posições, redefinindo protocolos de comunicação, estabelecendo novas concepções e natureza de vínculos, alternando espacialidades e temporalidades sobre as quais se funda o ato comunicativo”.

O que desponta como central, antes de uma prioridade dos meios (MARTÍN-BARBERO, 2009), é a descrição dos processos comunicacionais acionados pelo uso dos mesmos, sinalizando para o alargamento crescente da midiaticização na sociedade e para a remodelação das formas de contágio entre o campo das mídias e o dos atores sociais cada vez mais inseridos nas lógicas de produção midiática. Os meios tomados aqui como objeto, portanto, estão envoltos por uma estrutura tecnológica de funcionamento que se traduz em sua própria vocação social, mobilizando uma circulação intermediária. Isso significa dizer que o sentido último do caso analisado nesta tese não está contido num ou noutro meio, mas nos acoplamentos de sentidos por eles acionados de forma dialogal (FERREIRA, 2016b). Antes de pensar a tecnologia a partir de viés meramente instrumental, é preciso concebê-la como um “<<âmbito>> extremamente potente, tanto de linguagens como de ações, tanto de dinâmicas sociais, políticas e culturais, quanto de interrogações sobre o que significa <<o social>> hoje” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 148).

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2012/06/1107261-conheca-as-regras-de-acesso-ao-site-da-folha.shtml>>.



A organização do caso em torno da Bruxa de Guarujá, portanto, se dá no cruzamento entre processos regulatórios acionados pelo campo das mídias, aqui representado pelo site Folha.com e o trabalho enunciativo de um espaço “travestido” de jornalismo, aqui representado pela página Guarujá Alerta no Facebook, assim como por atores sociais investidos na condição de cogestores enunciativos através das seções de comentários mobilizadas por esses meios. Nestes termos, pontua a pesquisadora Ana Paula da Rosa (2012, p. 57), “a premissa de que o campo das mídias organiza os acontecimentos, faz a gestão destes e regula ou determina a presença dos outros meios” pode ser questionada.

### **3 DISRUPÇÕES, REGULAÇÕES E SOBRAS DE SENTIDO NO CIRCUITO-AMBIENTE**

Os dois objetos bipartidos descritos no capítulo 2 – a página Guarujá Alerta no Facebook e o site jornalístico Folha.com –, somados às suas respectivas seções de comentários, estruturam um circuito-ambiente cujo polo central é a emergência de um boato em rede e seus desdobramentos, tanto sociais quanto midiáticos, conforme apresentado no diagrama que detalha as suas articulações.

Cada um desses objetos cumpre, através de uma vocação discursiva/social, atribuições preponderantes em relação ao fenômeno boato no contexto do circuito-ambiente que integram: a página Guarujá Alerta o constitui; o site Folha.com aciona estratégias na expectativa de o regular; enquanto os comentários projetados em rede pelos atores sociais o exacerbam na forma de um linchamento social, explicitando disrupções de sentido inerentes aos processos circulatórios. Dessa forma, a tese se confronta com três acontecimentos que, interligados, permitem fazer inferências sobre o funcionamento da circulação numa sociedade midiaticizada, conforme será detalhado no capítulo seguinte.

É preciso considerar que o trânsito de informações gestadas na internet conduziu a uma relevância gradual do caso que, à medida que circulava, deixava transparente a existência de “zonas de pregnância” (FAUSTO NETO, 2009) entre o campo da cultura, o campo jornalístico e o perfil noticioso no Facebook, cada qual se retroalimentando como condição para a sua produção de sentidos no contexto do circuito-ambiente que instituíram<sup>29</sup>. Ao contrário de uma sociedade regida por fluxos massivos unidirecionais em que a circulação do boato obedecia a uma dinâmica topográfica de ordem mais sequencial e previsível, a conectividade que caracteriza a sociedade de redes permite lateralidades e bifurcações que o conduzem a lugares e a interpretações dispersas. Diferentemente de acontecimentos que se mantêm no campo do oculto, jamais chegando a ser desvelados, o boato, neste caso, foi midiaticizado a partir de diferentes lugares de fala.

Nesse sentido, nenhuma das três espacialidades discursivas que compõem o circuito-ambiente representa, isoladamente, uma fonte exata e precisa de sentidos em torno do caso, mas um “ponto de passagem” na circulação que o moldou enquanto tal. Nestes termos, explica Verón (2004, p. 82), “a unidade de análise mínima não pode ser outra além daquela da

---

<sup>29</sup> Vale lembrar que as manifestações de sentido engendradas pelo campo da cultura são reveladas nas próprias seções de comentários do perfil noticioso Guarujá Alerta, assim como do site Folha.com, obedecendo a diferentes “credenciais” de acesso a cada um desses meios.

interdiscursividade, ou seja, aquela da troca”. Intrinsecamente a essa reciprocidade entre suportes discursivos complexos verificam-se defasagens entre produção e reconhecimento de sentidos, o que situa a comunicação enquanto troca “frequentemente desencontrada, conflitiva, agregando interesses de todas as ordens; marcada por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das *intenções* (que, aliás, podem ser válidas ou rasteiras)” (BRAGA, 2010, p. 69).

Assim sendo, todo discurso é fonte produtora de outras discursividades gestadas através de um complexo jogo relacional entre produtores e receptores, cada qual lendo e interpretando o mundo a partir daquilo que é dito pelo outro em tensionamento com uma carga de crenças e experiências incrustadas em todo indivíduo posto em situação interacional. Esse movimento de troca e ressignificações daquilo que é dito pelo outro pode favorecer a capacidade de julgamento crítico dos interagentes diante de uma problemática dada, assim como, num outro extremo, ratificar “as tendências humanas de incorporação e ‘automatização’ do exercício da prática, levando a comportamentos enraizados na repetição; ou ainda a tendência instintiva da imitação” (BRAGA, 2016, p. 16).

Considerando a comunicação como um processo tentativo, marcado por defasagens entre a produção e a recepção de sentidos, é preciso considerar que o caso aqui analisado foi emoldurado por três modalidades enunciativas de naturezas distintas – o que não elimina a penetrabilidade entre elas. A apresentação do caso na espacialidade da Guarujá Alerta, no site Folha.com e nas seções de comentários aconteceu através do acionamento de estratégias e gêneros textuais específicos, sinalizando que, “em vez de acentuar a uniformidade social, a midiatização acelerada das sociedades industriais leva-nos, muito provavelmente, a funcionamentos significantes cada vez mais complexos” (VERÓN, 2004, p. 85). Essas “estratégias”, como se poderá observar na descrição que segue, obedecem a certas regularidades, o que indica a existência de um *modus operandi* sequencial dado a conhecer pelo funcionamento regular da página Guarujá Alerta, do site jornalístico e das seções de comentários disponibilizadas por esses mesmos meios. Descrever os modos de instaurar sentidos projetados pela página e pelo site significa também desvelar os contratos destinados a descrever as “maneiras de dizer” a partir das quais se operacionalizam as relações entre meio e leitor (VERÓN, 1999). Por outro lado, analisar as respostas da recepção produtora que passa a acionar um novo processo de circulação, via comentários, permite identificar as variadas possibilidades de leituras que emergem de um tipo de discurso dado (VERÓN, 2004).

Nestes termos, a análise que segue procura detalhar as figuras e operações

identificadas nos espaços dos meios, já apresentadas de forma sintética no tópico 1.5, confrontando-as a materiais de caráter empírico capazes de exemplificar cada uma das categorias elencadas. Esse passo antecipa a descrição dos três acontecimentos correlatos ao funcionamento de cada um dos objetos de análise, permitindo a consolidação do *caso* acadêmico enquanto somatório de processos e temporalidades dispostas nestas três instâncias discursivas devidamente imbricadas.

Os tópicos 3.1, 3.2 e 3.3, portanto, recuperam materialidades discursivas a fim de oferecer sustentação empírica às operações identificadas no espaço dos meios, apresentadas sinteticamente no capítulo 1. Detalhados os modos de operar sentidos de cada um dos objetos de análise, o capítulo 4 descreve os três acontecimentos que perpassam a tese, oferecendo indícios empíricos da primeira proposição de pesquisa.

Os três acontecimentos aos quais me refiro obedecem à seguinte sequencialidade:

- Acontecimento 1: constituição do boato, circunscrito à órbita da página Guarujá Alerta;
- Acontecimento 2: exacerbação do boato, circunscrito à órbita dos comentários;
- Acontecimento 3: lógicas operacionais jornalísticas, circunscrito à órbita do site jornalístico.

### **3.1 Guarujá Alerta: imprecisão, aberturas e contendas**

A página Guarujá Alerta aposta numa estratégia enunciativa marcada pela irresolução do problema que anuncia. Sugere, sem se expressar de forma precisa, existir uma “suposta sequestradora” de crianças na cidade de Guarujá, desconsiderando o fato de que, depois que os meios os produzem, os acontecimentos sociais começam a ganhar múltiplas existências fora do circuito midiático (VERÓN; LIMA, 1981, p. 5), constatação que oferece pistas explicativas ao movimento de exacerbação do boato, como se detalhará na sequência da análise. A partir da leitura de Charaudeau (2007, p. 51) é possível levantar a hipótese de que, ao sugerir a existência da sequestradora, ainda que sustentada em conjecturas vagas e imprecisas, a página procura construir para si uma imagem de virtude ao revelar uma informação de valor singular para aquela comunidade.

O quadro reportado abaixo oferece indicativos do caráter impreciso que caracteriza a narrativa da página. Verifica-se, nitidamente, a projeção de um discurso que instaura um problema, convocando o leitor a “ficar alerta”, sem, contudo, confirmá-lo de forma precisa e exata. Neste sentido, a Guarujá Alerta projeta-se ao seu leitor constantemente “aguardando

respostas” ou então esperando a “confirmação da polícia” acerca do que de fato aconteceu na cidade que ambiente a sua produção noticiosa. Quando enfim, na última postagem, sinaliza de forma clara para a existência da sequestradora, a confirmação do dado provém de “informações” advindas de fonte não identificada<sup>30</sup>.

Quadro 5 – Narratividade imprecisa na página Guarujá Alerta

<p>“SE É BOATO OU NÃO DEVEMOS FICAR ALERTA” (25 de abril)</p>	<p>“ESTAREMOS AGUARDANDO RESPOSTAS DO BATALHÃO” (2 de maio)</p>	<p>“NÃO IREMOS POSTAR AS FOTOS DA SUPOSTA SEQUESTRADORA DE CRIANÇAS SEM TER CONFIRMAÇÃO DA POLÍCIA DE GUARUJÁ SOBRE O CASO” (3 de maio)<sup>31</sup></p>	<p>“SEGUNDO INFORMAÇÕES, SERIA A SUPOSTA SEQUESTRADORA DE CRIANÇAS” (3 de maio)</p>
---	---	--	---

Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Em meio ao discurso impreciso, a página também aposta na estratégia a partir da qual projeta a sua própria audiência à condição de fonte privilegiada daquilo que torna público, estabelecendo com os seguidores, pelo menos tentativamente, uma relação de cumplicidade. Existe, por parte da equipe da Guarujá Alerta, a expectativa de que as informações imprecisas que anuncia sejam ratificadas por experiências vividas por seus seguidores, o que de fato tornaria a existência da bruxa, a partir do caso analisado, uma figura construída, via discursos, na comunidade. Desconsidera-se, contudo, conforme enfatiza Verón e Lima (1981), que os fatos referentes à experiência pessoal e os fatos da atualidade pertencem a ordens distintas e estão separados por uma sociedade midiaticizada. Existe, nesse sentido, uma clara defasagem em torno daquilo que os atores sociais dizem ter experimentado e a realidade concreta, considerando que os acontecimentos não estão predefinidos em algum lugar da realidade, sendo sempre construídos discursivamente. A aposta da página, neste sentido, é tornar públicas informações passíveis de serem amplificadas pelo seu conjunto de leitores, situação que faria dela uma espécie de catalisadora de discursos sociais.

É interessante perceber que, excitados pela sugestibilidade da existência de uma sequestradora, a comunidade de Morrinhos de fato orientou os seus sentimentos de modo a transformar a suspeita anunciada em evidência. Nos termos sugeridos por Le Bon (2008, p.

<sup>30</sup> Os trechos reportados nos três quadros desta seção foram extraídos de postagens da página Guarujá Alerta publicados entre os dias 25 de abril e 5 de maio de 2014. Esse período constitui o espaço de tempo entre a primeira postagem em torno do linchamento de Fabiane Maria de Jesus e o término das postagens na página em decorrência da repercussão negativa do caso.

<sup>31</sup> Essa postagem foi feita dias após a página do Guarujá Alerta ter publicado o retrato falado da sequestradora de crianças e deletado a postagem horas depois.

43), a comunidade de Morrinhos, quando contaminada pela suspeita da existência de uma sequestradora de crianças, adquiriu características de uma multidão submetida às “prodigiosas deformações que os acontecimentos sofrem na imaginação de indivíduos reunidos”. Segundo o autor, o mais simples acontecimento visto pela multidão rapidamente se transforma num acontecimento desfigurado. O contrato sugerido pela página, neste sentido, torna-se caótico na medida em que a demanda por mais informações, em vez de esclarecer o caso, o conduz a zonas interpretativas distanciadas da realidade, fazendo proliferar a teia de sentidos.

Com o objetivo de legitimar a suspeita que anunciava, a página valeu-se de informações reportadas pelos próprios seguidores a fim de prover inteligibilidade à sua narrativa. Nesse sentido, menos do que uma provedora autônoma de conteúdos, a página atuou como meio canalizador dos imaginários coletivos sobre a bruxa de Guarujá, admitindo como reais os relatos reportados por uma comunidade impressionada por uma figura lendária. Como espécie de mito flutuante, a história da bruxa que sequestra e mata crianças, arrancando seus órgãos a fim de utilizá-los em rituais macabros, floresceu, através de um impulso midiático, na comunidade de Morrinhos, transformando-se numa trama referenciada no tempo e no espaço. Como explica Kapferer (1987, p. 88), esse era um boato “em que não se podia de forma alguma acreditar à luz da experiência pessoal ou da recordação de um fato semelhante”.

O quadro abaixo revela marcas de um trabalho coletivo de identificação da sequestradora, explicitando a participação do público como estratégia central na produção de sentidos geridos por uma página que se permite publicar conteúdos permanentemente tensionados pela problemática que diz respeito à distinção entre ficção e não ficção.

Quadro 6 – Cogestor é alçado à condição de fonte na página Guarujá Alerta

“DURANTE TODA ESSA SEMANA RECEBEMOS DIVERSAS MENSAGENS DE SEGUIDORES SOBRE O FATO” (25 de abril)	“MAIS UMA VEZ INFORMAMOS QUE ESTAMOS RECEBENDO DIVERSAS MENSAGENS SOBRE UMA SUPOSTA SEQUESTRADORA DE CRIANÇAS EM NOSSA CIDADE” (28 de abril)	“NOSSA EQUIPE CONTINUA RECEBENDO MENSAGENS SOBRE UMA SUPOSTA SEQUESTRADORA DE CRIANÇAS NA CIDADE DE GUARUJÁ” (2 de maio)	“ESTAMOS RECEBENDO DIVERSAS FOTOS DE UMA MULHER MORTA NO BAIRRO MORRINHOS 4” (3 de maio)
--	--	--	--

Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

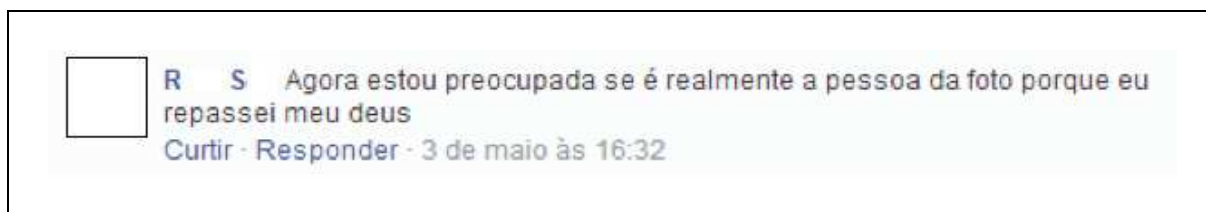
Para além do discurso impreciso e do fato de tomar o receptor como balizador do seu processo produtivo, uma terceira característica que marcou as processualidades enunciativas

da página ao longo do período analisado permitiu identificar nítidos momentos de contenda e tensionamento junto a esse mesmo interagente que ajudou a instituir discursivamente a figura da bruxa de Guarujá. É preciso ter em mente que, a partir do momento em que os atores sociais assumem aptidões produtivas, a comunicação é revestida por metodologias caóticas, seguindo caminhos e regras inexatas, o que também incide sobre a (im)precisão dos sentidos.

É necessário considerar, contudo, que enquanto o boato circulava, reunindo pessoas supostamente implicadas por suas possíveis consequências, instituiu-se uma ambiência comunicacional colaborativa que, embora baseada numa narrativa ficcional, congregou a comunidade em torno do sentimento comum de medo. Durante o processo constitutivo do boato havia, portanto, a prevalência – embora não consensual – de uma simbiose entre as premissas veiculadas na página e aquelas defendidas pelos moradores da comunidade de Morrinhos, até mesmo porque esses interagentes constituíam a fonte privilegiada de informações sobre o caso. Se até esse momento os fluxos circulatórios orquestravam sua cadeia de produção de sentidos numa mesma direção, indicando a necessidade de eliminar a presença da sequestradora da comunidade, o linchamento de Fabiane, seguido do imediato desmentido do boato, redireciona a cadeia de sentidos contra os administradores da página, acusados de se apropriarem de uma rede social a fim de divulgar falsas informações.

O processo comunicacional gerido em rede adquire, aqui, um caráter decisório no processo constitutivo do boato, na medida em que a própria comunidade reconhece num dispositivo midiático a potência de fazer prevalecer uma ideia não condizente à realidade, como se esta tivesse sido imposta como verdadeira à margem dos fluxos circulatórios acionados pelos próprios moradores de Morrinhos relegados à condição de fonte privilegiada de informações sobre o caso. Desfeito o boato, reina a sensação de culpa, como indica a imagem mostrada na sequência, deixando evidente que o trabalho de constituição da narrativa fantasiosa, como será descrito na sequência da tese, implicou um processo mobilizado por múltiplos atores. Na medida em que esses atores adentravam o circuito circulatório, projetando em rede variadas interações discursivas, eles desfaziam-se da sua condição de meros receptores para incitar e produzir o próprio acontecimento.

Imagem 14 - Comentadora demonstra sensação de culpa pelo compartilhamento de imagem da suposta sequestradora



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Como uma espécie de tensão reprimida, passado o efeito contagioso do processo de irracionalidade coletiva que contribuiu para a fabricação e morte de uma personagem fictícia vinculada a Fabiane Maria de Jesus, a ira da comunidade volta-se contra os administradores da página. A comunicação, até então predominantemente simbiótica entre administradores e seguidores, passa agora a conter narrativas discordantes, gerando contendas discursivas, como se pode observar nos trechos extraídos de publicações da página Guarujá Alerta logo após a confirmação da morte de Fabiane e reportadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Situações de contenda junto a seguidores caracterizam a narratividade da página no Facebook

<p>“FICAMOS PROFUNDAMENTE TRISTES EM VER ALGUMA (SIC) PESSOAS JULGANDO NOSSA EQUIPE E AFIRMANDO QUE PUBLICAMOS, ONDE SE POR ACASO FUTURAMENTE VIR A CAUSAR ALGUM DESCONFORTO À TODOS DE NOSSA EQUIPE, TERÃO QUE PROVAV SUAS AFIRMAÇÕES” (3 de maio)</p>	<p>“ESTAMOS ENVIANDO AO NOSSO JURÍDICO, TODAS AS MENSAGENS DE SEGUIDORES, ONDE ALGUNS AFIRMAVAM E OUTROS APENAS PERGUNTAVAM SOBRE À SUPOSTA SEQUESTRADORA, ONDE EM TODAS RESPONDEMOS QUE NÃO PASSAVA DE APENAS BOATOS. IREMOS TOMAR MEDIDAS SÉRIAS, POIS ESTÃO ACUSANDO NOSSA EQUIPE” (3 de maio)</p>	<p>“PESSOAS MÁ INTENCIONADAS ESTÃO QUERENDO DESESTRURAR (SIC) COLOCANDO NOSSA EQUIPE CONTRA À POPULAÇÃO” (4 de maio)</p>
---	---	--

Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

As operações enunciativas postas em cena pela Guarujá Alerta sugerem movimentos de abertura informacional, o que significa dizer que a página não constrói a sua narrativa mediante estratégias próprias de enunciação, mas sim valendo-se de um trabalho enunciativo mobilizado pelos próprios seguidores. Essa fórmula, contudo, resulta numa situação paradoxal: o mesmo seguidor convocado a construir de forma colaborativa as informações repassadas pela página volta-se contra ela. Sugestivamente, é como se o usuário da rede projetado na condição de produtor de conteúdo repudiasse a página justamente por delegar a



ele tamanho protagonismo na construção de um acontecimento que o trânsito de informações mais ajudou a deformar do que a esclarecer. As “zonas de contato” entre a página e os seguidores, portanto, são redefinidas ao longo do processo circulatório, migrando de uma relação de complementaridade para uma relação de contenda. Como um eco, o efeito multiplicador associado ao caso o projetou em múltiplas direções.

Descritos os modos de operar sentidos engendrados pela página Guarujá Alerta – um dos quatro vértices do circuito-ambiente apresentado anteriormente –, passo agora a discorrer, a partir de um nível mais complexo de operações, sobre os “modos de dizer” que caracterizaram a narratividade jornalística no desenrolar do caso aqui analisado.

### **3.2 Folha.com: tentativas regulatórias**

A descrição das estratégias regulatórias acionadas pelo campo jornalístico em torno da existência da Bruxa de Guarujá revela ser este um caso gestado de modo processual que, ao longo de sua maturação constitutiva, desloca-se das afetações restritas a interagentes inscritos na órbita da página Guarujá Alerta e dos atores sociais em rede para se instalar enquanto acontecimento gestado também por operações dadas a conhecer pelo trabalho dos *media*. Nestes termos, “o objeto, o ator ou a situação de partida sofrem uma modificação devido à integração num outro contexto” (DAVALLON, 2003, p. 10). Ao se propor a regular (FERREIRA, 2016b) o caso, o campo jornalístico produz um novo acontecimento, um ponto de passagem que não deixa nada como antes, criando um novo estado de coisas (RODRIGUES, 1993). Assim sendo, explica Ana Paula da Rosa (2012, p. 79), “as instituições midiáticas recebem informações, dados e sentidos que são redimensionados dentro do próprio campo de disputa e, quando chegam até o ‘receptor-leitor-telespectador’, já são revestidos” por novas camadas de sentido.

Ao contrário da página Guarujá Alerta no Facebook, que mobilizou estratégias discursivas antes e depois do linchamento (25 de abril a 5 de maio), o campo jornalístico – aqui representado pelo site Folha.com – empreendeu esforços regulatórios em torno do caso da Bruxa de Guarujá a partir do dia 4 de maio, após confirmados o linchamento e a internação de Fabiane Maria de Jesus em estado grave na UTI do hospital Santo Amaro, estendendo a sua cobertura praticamente diária em torno do caso até o dia 21 de maio. A escalada do caso à condição de notícia, portanto, não se deu através de operações engendradas pelo campo jornalístico, mas sim por processos implementados por atores sociais que midiaticizaram o linchamento valendo-se de uma série de meios geradores de circuitos. O acontecimento

“puro”, capturado *in loco* e traduzido na forma de linchamento, portanto, migra para o campo jornalístico graças à visibilidade a ele dada pelos processos circulatorios em rede acionados por amadores.

Pode-se inferir que o silêncio do campo jornalístico em relação à existência do boato que culminou no linchamento de Fabiane decorre de sua relação de estranhamento diante de um fato em que as fontes são indeterminadas e os operadores de localização imprecisos. Enquanto narrativa especulativa, gestada em rede, faltava ao caso em sua condição de boato aquilo que é capital à engenharia da enunciação jornalística e consiste em mencionar um lugar e personagens devidamente referenciados. Nesse sentido, enquanto o boato lidava com informações imprecisas, evidências frágeis e testemunhos indiretos não capturados pela instância jornalística, o linchamento estava devidamente registrado, irrompendo na normalidade social e chamando a atenção das pessoas para uma nítida inversão das regras e normativas que regem o funcionamento da sociedade (RODRIGUES, 1993). A partir deste momento, portanto, a existência de um fato concreto, permeado por inegável valor-notícia, permite ao campo jornalístico desenvolver estratégias metodológicas a fim de compor uma exegese, pelo menos aproximativa, da realidade circundante. O caso da Bruxa de Guarujá, portanto, ganha pertinência nacional a partir do momento em que a mídia canônica se debruça sobre o acontecimento, antes inscrito à esfera do rumor e da especulação. Isso acontece, de fato, a partir da conversão do boato em ato trágico inscrito no tempo e no espaço. É possível afirmar, portanto, que o caso aqui descrito está composto por vários acontecimentos, considerando as defasagens de sentido entre o fato “puro”, o fato capturado amatoristicamente nas ruelas de Morrinhos e o fato alçado à condição de notícia.

Ao longo de 18 dias de cobertura foram mapeados, no site do jornal de maior circulação no país, 29 materiais<sup>32</sup> distribuídos entre textos informativos, conteúdo opinativo (produzido tanto por colunistas quanto por colaboradores), e um editorial. Submetidos a uma extensa lista de “termos e condições de uso”, as matérias publicadas no site geraram mais de 400 comentários de leitores.

As modalidades enunciativas assumidas pela política editorial do Folha.com estão inscritas em estratégias regulatórias constantemente reafirmadas ao longo dessa extensa cobertura a fim de explicitar ao leitor os personagens e contextos implicados no caso em análise. Essas estratégias estão ancoradas no acionamento de cinco expedientes deontológicos

---

<sup>32</sup> Esse número – 29 materiais – ainda que possa não ser absolutamente exato, representa a totalidade de textos coletados por este pesquisador no site estudado ao longo do período compreendido entre 4 e 21 de maio de 2014. Ao longo desses dias o site foi acessado diariamente a fim de identificar novos conteúdos publicados sobre o linchamento do Guarujá.

e operacionais que, conjugados durante a cobertura, oferecem inteligibilidade ao caso em sua tentativa regulatória. Já descritas de forma sintética ao longo do capítulo 1, passo agora a detalhar essas operações, exemplificando-as através de registros recolhidos a partir de análise empírica.

Num primeiro momento, o relato jornalístico é tomado como espaço revelador do dilema que, ao longo do desenrolar do caso, associou a figura de Fabiane a adjetivos tão paradoxais quanto “assassina”, “bruxa”, “conversadeira” e “alto astral”. Começam a se tornar explícitas, aqui, as distintas zonas interpretativas inscritas no caso, cada qual gerando informações dicotômicas sobre uma mesma personagem inscrita midiaticamente por enunciações derivadas de muitos sujeitos falantes. Ao contrário dos discursos gestados em rede dados a conhecer pelos atores sociais, centrados na iminência da assassina de crianças, a narrativa jornalística humaniza a figura de Fabiane, apresentando ao leitor os sonhos, anseios e problemas enfrentados por uma mãe de família como tantas outras. Esse processo de humanização, como apresentado no Quadro 8, desmitifica a figura da bruxa, realizando uma espécie de passagem entre o mundo ficcional do ator social para o mundo real do jornalista. A bruxa que habitou o espaço das redes, na forma de boato, converte-se na dona de casa que habita o site jornalístico, na forma de notícia.

Quadro 8 – Relato jornalístico humaniza a figura da Bruxa de Guarujá

<p>“Fabiane gostava de pintura e fotografia. Apesar dos problemas, preparava-se para começar uma nova atividade: havia se matriculado em uma aula de zumba, mistura de dança com aeróbica, no centro comunitário de Morrinhos. Também planejava vender sandálias coloridas na vizinhança para ajudar nas contas de casa” (6 de maio).<sup>33</sup></p>	<p>“A sogra diz que ela era ‘conversadeira e de alto astral’” (6 de maio).<sup>34</sup></p>	<p>“A paróquia São João Batista, frequentada por Fabiane, mandou uma coroa de flores para o enterro. Cartazes pedindo justiça traziam ‘injustiça’, ‘inocente’ e ‘mãe de família’” (6 de maio).<sup>35</sup></p>
--	---	---

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Num segundo movimento, o site Folha.com apropria-se de discursos proferidos por personagens envolvidos no linchamento e os projeta, na íntegra, à condição de manchete de suas matérias informativas, revestindo-se de discursos originados das redes sociais, de vídeos amadores publicados em rede e de declarações de suspeitos à polícia. Essas manchetes têm o objetivo de fazer falar, agora na espacialidade do site, os personagens diretamente envolvidos

<sup>33</sup> Título da matéria: Mulher linchada queria ter aula de dança e ajudar nas contas de casa.

<sup>34</sup> Título da matéria: Mulher linchada queria ter aula de dança e ajudar nas contas de casa.

<sup>35</sup> Título da matéria: Enterro de mulher morta após boato vira comoção em Guarujá.

no espancamento de Fabiane, explicitando o teor bárbaro das citações que ecoaram, nas ruas e nas redes, em torno da agressão à dona de casa. Através desse recurso, o Folha.com relata algo ao seu leitor no tempo presente, porém remetendo a afirmações ditas por um outro enunciador no tempo passado. Esse processo de articulação entre algo que é dito agora e algo que se reporta a um dito temporalmente longínquo diz respeito a uma operação ideológica acionada pelo campo jornalístico com o intuito de trazer para o tempo presente uma declaração que atualiza a sua narrativa.

Quadro 9 – Relato jornalístico resgata citações na íntegra nas manchetes

“‘Mataram a mulher’, diz morador após espancamento em Guarujá; veja vídeo” (5 de maio).	“‘Não sabia se era ela inocente, diz eletricista preso em Guarujá” (6 de maio).	“‘Mata sem dó’, diz internauta em site que divulgou boato” (8 de maio).
---	---	---

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Colado à estratégia de reposicionar na condição de manchete declarações já inscritas midiaticamente – extraídas de textos das redes sociais, de vídeos registrados amadoristicamente ou de declarações feitas à polícia –, o Folha.com mobiliza trabalho curatorial ao longo de toda a sua cobertura, identificando, complementando e editando materialidades discursivas postas em circulação por terceiros. Deste modo, antes de produzir conteúdo inédito, o jornalista contextualiza a sua narrativa incorporando a ela informações já disponíveis em rede e que julga importantes para ampliar o horizonte de compreensão em torno daquilo que escreve, dando novas formas àquilo que já tinha forma na rede (CORRÊA, 2012). O processo de curadoria acontece, por exemplo, quando os jornalistas do Folha.com resgatam comentários arquivados no site Guarujá Alerta ou então vídeos disponibilizados no YouTube<sup>36</sup> com o objetivo de explicar os processos enunciativos que marcaram a passagem do boato ao linchamento ou então, nos casos dos materiais audiovisuais, para remeter o leitor à cena do crime. Considerando a sua ausência no desenrolar do linchamento no Guarujá, coube ao campo jornalístico recorrer à cobertura amadora do evento a fim de suprir a falta de conteúdos imagéticos e declaratórios para embasar a sua narrativa. Recupera-se, aqui, um processo de midiatização anterior como condição para sustentar o relato jornalístico.

Esse trabalho de curadoria de conteúdo diz respeito a uma operação remissiva colocada em prática pelo campo jornalístico, como será descrito detalhadamente no capítulo 5. Nesse sentido, a contextualização de comentários e vídeos na órbita da narrativa jornalística sinaliza para um movimento remissivo que aponta para a existência de algo

<sup>36</sup> Os vídeos que contextualizam as matérias do site estão publicados no YouTube e, segundo o jornal, foram “entregues à Folha pelo advogado da família da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33”.

ocorrido no passado para explicar a causa do acontecimento presente, “tendo em vista que uma das lógicas dos meios é a rememoração de acontecimentos macro”. Assim como aconteceu em relação à morte do cantor Michael Jackson, em análise desenvolvida pela pesquisadora Ana Paula da Rosa (2012, p. 67), a morte de Fabiane Maria de Jesus também ocorreu duas vezes: “uma, como o fato, outra, na construção do acontecimento e de sua publicização”, seja por atores sociais, seja por jornalistas.

Quadro 10 – Relato jornalístico é sustentado por estratégia curatorial, contextualizando materialidades já publicadas em rede por atores sociais midiaticizados

<p>“Num dos vídeos, o corpo identificado pela família como sendo de Fabiane está estendido no chão quando uma pessoa puxa a cabeça pelos cabelos para soltá-lo em seguida” (5 de maio).<sup>37</sup></p>	<p>“No outro vídeo, o corpo de Fabiane é jogado de uma palafita e um morador bate nela com uma madeira” (5 de maio).<sup>38</sup></p>	<p>“A partir daí, o boato se espalhou rapidamente. Minutos depois, novo comentário: ‘Se vir [sic] pro Morrinhos [bairro de Guarujá] vai tomar só rajada essa cachorra’” (8 de maio).<sup>39</sup></p>	<p>“Um dos últimos comentários no post do ‘Guarujá Alerta’ que terminou com a morte de Fabiane diz: ‘Parabéns pela morte da mulher INOCENTE, mãe de duas filhas. Taí a justiça que vocês, gente de bem, tanto prezam’” (8 de maio).<sup>40</sup></p>
--	---	---	--

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Através de um quarto movimento operativo recorrente na cobertura, o site jornalístico toma o caso de Guarujá como mote para discutir, através de textos opinativos redigidos por colunistas e colaboradores, questões sociais e ideológicas por ele suscitadas. O caso particular, neste sentido, é reapropriado por um conjunto de colunistas como “porta de entrada” para a produção de um discurso moralizador que se apropria do episódio do Guarujá como sintomático de problemas conjunturais mais amplos. A partir desses textos de pendor informativo constrói-se o acontecimento estritamente jornalístico. Verifica-se, nestes termos, que, ao tentar oferecer balizas regulatórias ao caso, o campo jornalístico o desloca da narrativa informativa e factual regida pela cronologia dos fatos que se desenrolaram no bairro de Morrinhos para o converter numa retórica opinativa/argumentativa, atemporal, que o toma em seus aspectos macrossociais. Esse deslocamento temático também pressupõe desvios topográficos na espacialidade do site, considerando que os textos informativos se localizam na editoria “Cotidiano” e os textos opinativos na seção “Colunistas” ou “Opinião”.

O juízo de valor atribuído ao episódio de Guarujá por colunistas e colaboradores revela

<sup>37</sup> Título da matéria: “Mataram a mulher”, diz morador após espancamento em Guarujá; veja vídeo.

<sup>38</sup> Título da matéria: “Mataram a mulher”, diz morador após espancamento em Guarujá; veja vídeo.

<sup>39</sup> Título da matéria: ‘Mata sem dó’, diz internauta em site que divulgou boato.

<sup>40</sup> Título da matéria: ‘Mata sem dó’, diz internauta em site que divulgou boato.

que a construção do acontecimento gestada no espaço do site Folha.com não permitiu que o caso em análise ficasse entregue a fontes, o que acarretaria a perda de autoridade da sua enunciação. Nesse sentido, o próprio campo jornalístico realiza o fechamento de sentidos em torno do caso, tomando-o como um valor-notícia caro ao trabalho de articulistas.

A passagem do gênero informativo para o gênero opinativo/argumentativo é acompanhada pelo acionamento de recursos narrativos que, nas próprias manchetes, passam a interpelar o leitor ou o convidam a adentrar numa narrativa de gênero literário ou então circunscrita à órbita da psiquiatria. A colunista Eliane Cantanhêde pergunta ao leitor: “Onde nós estamos?”<sup>41</sup>, enquanto o jornalista Willian Corrêa questiona se o caso em análise diz respeito a uma prática de “Jornalismo ou show de horrores?”<sup>42</sup>. Adentrando no gênero literário, Reinaldo Azevedo intitula sua coluna “Fabiane e a maçã envenenada”<sup>43</sup>, enquanto o colaborador especial da Folha Aldo Pereira intitula seu texto “Bruxas e bruxos”<sup>44</sup>.

O Quadro 11 apresentado abaixo deixa latente a intenção do site, ao publicar editorial e mobilizar o trabalho discursivo de colunistas e colaboradores, em identificar culpados que poderiam explicar as motivações do linchamento. A atribuição de culpa no caso, contudo, é construída através do desenho de um panorama macroestrutural, apontando para uma conjugação de fatores. Na realidade, há apenas dois supostos culpados que são nomeados. Diretamente, Joaquim Barbosa é mencionado como o chefe do Poder Judiciário supostamente “possuído por uma obsessão”, em analogia às obsessões que explicam o comportamento de bruxas e bruxos. Indiretamente, a jornalista Raquel Sheherazade é culpabilizada por afirmar compreender, em rede nacional de televisão, a cultura do linchamento. Mesmo citada diretamente, no caso do jurista e, indiretamente, no caso da jornalista, a responsabilidade em torno do linchamento de Guarujá reporta-se a um processo de culpabilização institucionalizado. Assim como o Poder Judiciário e a instância midiática são elencados como elementos detonadores da crise, o atraso do Estado brasileiro e o fascínio mórbido de uma sociedade que ainda se enxerga vivendo na Idade Média somam-se para oferecer pistas explicativas ao caso. De fato, a síntese dos enunciados atribuiu culpa a uma conjuntura maior, o que em última instância pode deixar implícito que a culpa é de todos e, assim sendo, também não é de ninguém.

---

<sup>41</sup> Coluna publicada no dia 8 de maio.

<sup>42</sup> Opinião publicada no dia 21 de maio.

<sup>43</sup> Coluna publicada no dia 9 de maio.

<sup>44</sup> Opinião publicada no dia 19 de maio.

Quadro 11 – Caso de Guarujá expõe situações conjunturais amplas, institucionalizando a culpa pelo linchamento<sup>45</sup>

<p><b>EDITORIAL</b>  “Não se trata apenas de um caso isolado de obscurantismo atávico, já em si lamentável, mas de sintonia do imenso atraso que caracteriza o Estado brasileiro. Sob muitos aspectos, parcelas expressivas da população ainda enxergam a Idade Média – e nela vivem – quando abrem as portas de suas casas” (7 de maio).<sup>46</sup></p>	<p><b>COLUNISTAS - ELAINE CANTANHÊDE</b>  “Por quê? Alguém postou na internet o desenho de uma suposta ‘bruxa’, que sequestraria crianças para rituais macabros, e outro alguém achou que era Fabiane Maria de Jesus, 33. E outros ‘alguéns’ foram atrás. E dezenas mais de ‘alguéns’ deixaram acontecer. Onde nós estamos?” (8 de maio).<sup>47</sup></p>	<p><b>COLUNISTAS - REINALDO AZEVEDO</b>  “Para situações como essas, em que a barbárie com ou sem colarinho branco se espalha aos quatro ventos, é que a democracia propõe mecanismos para ao menos reduzir danos. O Judiciário talvez seja o principal deles, pelo fato de teoricamente simbolizar equilíbrio e isenção. Mas o que fazer quando, em vez de dirigir suas atenções para o ambiente social que incomoda a maioria do povo, o chefe deste poder parece possuído por uma obsessão?” (12 de maio).<sup>48</sup></p>	<p><b>OPINIÃO - ALDO PEREIRA</b>  “O antagonismo subjacente mostra recorrente violência, como no linchamento de Fabiane Maria de Jesus, que moradores de Guarujá (SP) tomaram por bruxa homicida. A documentação do incidente sugere que a punição coletiva de bruxas não é motivada apenas por indignação, mas também pelo mesmo fascínio mórbido de executores e espectadores (incluída aí a audiência da mídia) por malhação de Judas e rixas de torcedores de futebol” (19 de maio).<sup>49</sup></p>	<p><b>OPINIÃO - WILLIAN CORRÊA</b>  “Pior: no caso do Flamengo, uma apresentadora de TV fez um comentário ao vivo afirmando ‘compreender’ o linchamento. Já no Guarujá, o detonador do massacre foi uma denúncia sem provas em um perfil sensacionalista nas redes sociais” (21 de maio).<sup>50</sup></p>
--	--	--	---	--

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Por fim, um quinto movimento operativo acionado pelo Folha.com explicita via cobertura jornalística quais foram as fontes – oficiais e independentes – às quais o site teve acesso a fim de reportar ao seu leitor a teia de personagens inscrita ao caso da Bruxa de Guarujá. Para além de um trabalho curatorial, portanto, o site deixa explícito aqui um esforço

<sup>45</sup> Neste quadro foi indicada a natureza da seção – Editorial, Colunistas, Opinião – que originou o texto reportado.

<sup>46</sup> Título do editorial: Injustiçamento.

<sup>47</sup> Título da coluna: Onde nós estamos?

<sup>48</sup> Título da coluna: E Barbosa só pensa naquilo.

<sup>49</sup> Título da coluna: Aldo Pereira: Bruxas e bruxos.

<sup>50</sup> Título da coluna: Willian Corrêa: Jornalismo ou show de horrores?

de produção independente que extrapola o reaproveitamento de discursos já inscritos na rede.

A primeira categoria de fontes ouvidas pelo site – as oficiais – refere-se a declarações de pessoas que falam representando um poder constituído, seja a força policial ou o Poder Judiciário. Seus pronunciamentos, portanto, estão amparados por relação de pertencimento a uma dada instituição socialmente legitimada, o que lhes garante certa credibilidade. Ao mesmo tempo, as fontes oficiais podem falsear a realidade, na medida em que defendem questões específicas com o objetivo de preservar interesses estratégicos vinculados à estrutura corporativa que representam. É curioso que, ao longo da cobertura do Folha.com, os advogados dos suspeitos sejam identificados em primeira pessoa, enquanto a instância policial, a Promotoria de Justiça e a Prefeitura de Guarujá são citados, na maioria dos casos, genericamente, como se as instituições pudessem falar por si só.

O processo de mediação do caso pelo campo jornalístico, portanto, permitiu que instituições mediadas como a polícia, a Prefeitura de Guarujá e a Defensoria Pública passassem a se valer da mídia e de suas lógicas a fim de construir sentidos em torno da trágica história da Bruxa de Guarujá (ROSA, 2012, p. 67).

A segunda categoria de fontes – as independentes – refere-se a pessoas desvinculadas de qualquer instância de poder. Neste sentido, elas representam a si próprias. O mérito das fontes independentes é humanizar o relato jornalístico, trazendo à tona aspectos sensíveis à narrativa. No contexto do caso analisado, as fontes independentes ouvidas pelo Folha.com – a sogra e um amigo da vítima, moradores do bairro Morrinhos, a funcionária de uma creche e o segurança de uma escola – deixam patente um trabalho de contextualização narrativa e de proximidade para com o leitor por parte de pessoas que conviveram com Fabiane Maria de Jesus, dotando-a de características humanas que deslegitimam sua associação à imagem de uma bruxa assassina de crianças. As fontes independentes, neste sentido, ratificam o primeiro movimento operativo aqui descrito, reafirmando o papel do jornalismo enquanto espaço revelador do dilema em torno da bruxa sequestradora, em busca de uma inteligibilidade mais ancorada em aspectos da realidade.

A fim de explicitar as diversas vozes acionadas pelo campo jornalístico com o intuito de esclarecer o caso em torno da Bruxa de Guarujá, o Quadro 12 apresenta um panorama geral de fontes oficiais e independentes autorizadas a se pronunciar na cobertura empreendida pelo site do jornal Folha de S. Paulo. Ao longo da cobertura, que envolveu a produção de 29 materiais entre textos informativos, opinativos e um editorial, foram consultadas 12 fontes oficiais e 14 fontes independentes. Apesar da maior diversidade de fontes independentes, a ocorrência de fontes oficiais foi nitidamente superior considerando que, segundo o próprio



Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2010, p. 37), “hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística”.

É importante destacar, neste sentido, que no quadro abaixo consta apenas um exemplo de cada fonte ouvida, sendo comum uma mesma fonte – a exemplo de delegados e advogados – ser ouvida em inúmeras matérias sobre o caso. O fato de o campo jornalístico recorrer a fontes oficiais e independentes sugere uma postura editorial que prima, pelo menos supostamente, pela produção de um discurso de caráter imparcial e objetivo, interessado em consultar uma gama de personagens capazes de oferecer perspectivas variadas em torno do caso.

Quadro 12 – Fontes oficiais e independentes mobilizadas pelo campo jornalístico para explicar o caso

<b>FONTES OFICIAIS</b>	<b>FONTES INDEPENDENTES</b>
“De acordo com a Polícia Militar, contudo não há nenhum indício de que ela tenha praticado tal crime” (4 de maio). <sup>51</sup>	“A sogra, Maria Alves de Jesus, 63, conta que, quando viu, a nora já estava na rua em uma bicicleta” (6 de maio). <sup>52</sup>
“Os nomes de dois suspeitos do crime foram fornecidos ao delegado Luiz Lara Dias Jr., responsável pelo caso [...] Ele informou que a polícia está fazendo diligências em Morrinhos [...]” (5 de maio). <sup>53</sup>	“Disseram que ela tinha arrancado o olho de uma criança de dois meses”, contou à Folha uma jovem de 14 anos”. (7 de maio). <sup>54</sup>
“De acordo com o advogado Airton Sinto, que representa a família de Fabiane, ela, que é moradora de Morrinhos 1, foi amarrada e arrastada até uma vala em um barraco em Morrinhos 4” (5 de maio). <sup>55</sup>	“De cada dez, oito conhecem o Guarujá Alerta’, diz a dona de casa Ivete dos Santos, 37” (7 de maio). <sup>56</sup>
“O nome do administrador da página não foi divulgado. Segundo seu advogado, Diego Scarpa, a defesa solicitou sigilo de justiça porque ele teria recebido ‘mais de mil comentários com ameaças’ na rede social” (6 de maio). <sup>57</sup>	“A toda hora chegavam novas histórias de crianças sequestradas’, diz Fabiana Ferreira, 36, funcionária de uma creche no bairro” (7 de maio). <sup>58</sup>
“De acordo com informações da 21 DP (Bonsucesso, zona norte), o retrato falado, divulgado em agosto de 2012, foi feito pelo setor de retratos falados da Polícia Civil, com base em características físicas passadas ao retratista por uma vítima de agressão e tentativa de sequestro de menor” (6 de maio). <sup>59</sup>	“Na escola, a segurança Alessandra Rodrigues, 33, já havia recomendado que a filha tomasse cuidado com estranhos” (7 de maio). <sup>60</sup>
“A Polícia Civil não soube dizer como a imagem foi	“Ela costumava sair de bicicleta, conversava com

<sup>51</sup> Título da matéria: Mulher é espancada por moradores em Guarujá por suspeita de magia negra.

<sup>52</sup> Título da matéria: Mulher linchada queria ter aula de dança e ajudar nas contas de casa.

<sup>53</sup> Título da matéria: “Mataram a mulher”, diz morador após espancamento em Guarujá; veja vídeo.(Continua...)

<sup>54</sup> Título da matéria: Antes de linchamento, retrato causou pânico entre moradores.

<sup>55</sup> Título da matéria: Morre mulher que foi espancada por moradores no Guarujá.

<sup>56</sup> Título da matéria: Antes de linchamento, retrato causou pânico entre moradores.

<sup>57</sup> Título da matéria: Dono de perfil na web diz que apagou retrato que levou a linchamento.

<sup>58</sup> Título da matéria: Antes de linchamento, retrato causou pânico entre moradores.

<sup>59</sup> Título da matéria: Polícia do Rio fez retrato falado que teria levado a linchamento em Guarujá.

<sup>60</sup> Título da matéria: Antes de linchamento, retrato causou pânico entre moradores.

reproduzido em uma página em uma rede social nem se ela ainda está disponível” (6 de maio). <sup>61</sup>	todos e dizia que era assessora da Maria Antonieta [de Brito, prefeita do Guarujá], conta o amigo Márcio Silveira, 40” (7 de maio). <sup>62</sup>
<b>FONTES OFICIAIS</b>	<b>FONTES INDEPENDENTES</b>
“Policiais disseram à Folha que o local é perigoso e não costumam tráfegar em menos de duas viaturas por ali” (7 de maio). <sup>63</sup>	“Morador de Morrinhos 1, uma área mais sossegada do bairro, o marido, o porteiro Jaílson Alves das Neves, 40, só soube do caso sete horas depois” (7 de maio). <sup>64</sup>
“A Prefeitura de Guarujá diz que ‘considerando que é público e notório que a referida página é objeto de investigação policial, reserva-se [o direito] de não fazer qualquer tipo de pronunciamento’” (8 de maio). <sup>65</sup>	“O administrador da página ‘Guarujá Alerta’, perfil noticioso que publicou boatos sobre uma sequestradora de crianças que estaria agindo na cidade da Baixada Santista, disse à Folha que está sendo ‘linchado’ como foi a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33” (7 de maio). <sup>66</sup>
“O boato correu a região. Ontem, a Promotoria desmentiu o caso” (8 de maio). <sup>67</sup>	“O electricista [Valmir Dias Barbosa] disse ontem à imprensa que, antes mesmo de ser preso, ‘arrependeu-se do crime’” (7 de maio). <sup>68</sup>
“O advogado Marco Antônio Botelho, que faz a defesa dos suspeitos Barbosa, Jesus e Lopes, afirmou hoje não acreditar na inocência dos três, uma vez que há provas em vídeo da participação de seus clientes no crime” (9 de maio). <sup>69</sup>	“Diante dos jornalistas, Jesus <sup>70</sup> inicialmente negou participação” (8 de maio). <sup>71</sup>
“No vídeo aparece a voz dele dizendo para todo mundo que [Fabiane] não era a mulher que todos procuravam. Ele está lá para ajudá-la’, afirmou o advogado Marcos Vinícius Ferreira Santos” (9 de maio). <sup>72</sup>	“O ajudante-geral Lucas Rogério Fabrício Lopes, 19, que confessou ter passado com a bicicleta na cabeça de Fabiane, disse que a comunidade estava com muito medo das histórias sobre uma suposta sequestradora e que crianças levavam facas à escola para se defenderem” (8 de maio). <sup>73</sup>
“Autor da pesquisa do Labic, Fabio Malini diz que as páginas são muito mais influentes do que parecem” (11 de maio). <sup>74</sup>	“Exemplo disso é a ‘Plantão Policial’, página de Caldas Novas (GO) com 471 mil seguidores... Seu criador, o PM Alison Maia, 40, assessor de imprensa da polícia na cidade, tornou-se uma celebridade local devido à página” (11 de maio). <sup>75</sup>
	“O desabafo, com os verbos no presente, é de Leidiane, 31, irmã mais nova de Fabiane, linchada na semana passada por moradores de Morrinhos após ser confundida com a tal sequestradora que nunca agiu no município” (11 de maio). <sup>76</sup>
	“A mãe, Raimunda Maria de Jesus, 50, conta que

<sup>61</sup> Título da matéria: Polícia do Rio fez retrato falado que teria levado a linchamento em Guarujá.

<sup>62</sup> Título da matéria: Antes de linchamento, retrato causou pânico entre moradores.

<sup>63</sup> Título da matéria: Antes de linchamento, retrato causou pânico entre moradores.

<sup>64</sup> Título da matéria: Antes de linchamento, retrato causou pânico entre moradores.

<sup>65</sup> Título da matéria: ‘Mata sem dó’, diz internauta em site que divulgou boato.

<sup>66</sup> Título da matéria: Estão fazendo um novo linchamento comigo, diz dono de ‘Guarujá Alerta’.

<sup>67</sup> Título da matéria: ‘Mata sem dó’, diz internauta em site que divulgou boato.

<sup>68</sup> Título da matéria: Preso por linchamento não quis apontar outros suspeitos, diz polícia.

<sup>69</sup> Título da matéria: Polícia identifica quinto suspeito de linchamento em Guarujá (SP).

<sup>70</sup> O pintor Carlos Alex Oliveira de Jesus é suspeito de ter violentado Fabiane. Ele foi identificado pela polícia por meio de imagens feitas por testemunhas.

<sup>71</sup> Título da matéria: Polícia Civil procura mais dois suspeitos de linchamento em Guarujá.

<sup>72</sup> Título da matéria: Quarto suspeito de linchamento se entrega e nega participação.

<sup>73</sup> Título da matéria: Polícia Civil procura mais dois suspeitos de linchamento em Guarujá.

<sup>74</sup> Título da matéria: ‘Datenas’ do Facebook têm 20 milhões de seguidores.

<sup>75</sup> Título da matéria: ‘Datenas’ do Facebook têm 20 milhões de seguidores.

<sup>76</sup> Título da matéria: Família de mulher linchada em Guarujá temia boatos sobre ‘bruxa’.

	chegou a alertar a filha, mas Fabiane não acreditou na conversa” (11 de maio). <sup>77</sup>
--	--

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Os quadros reportados até aqui evidenciam que o site Folha.com decodifica o caso em análise a partir do acionamento de estratégias deontológicas e operacionais distintas daquelas mobilizadas pela página Guarujá Alerta. Como se analisará na sequência da tese, enquanto a página produz processos de abertura, transpondo para seus espaços aquilo que se produz no campo da cultura, o site jornalístico empreende movimento de fechamento de sentidos. Assim sendo, o site arquiteta a produção de informações mobilizando operações que domina e sobre as quais detém o controle. Para tanto, designa repórteres e colunistas para falar sobre o caso; recorre a fontes oficiais e independentes; empreende trabalho de pesquisa na tentativa de reduzir as imprecisões e aumentar as chances de sucesso no desenrolar do processo informativo; e mobiliza esforço remissivo no sentido de contextualizar e dar senso de realidade àquilo que narra.

No entanto, as estratégias de construção de sentido acopladas ao funcionamento da página e do site apresentam “resquícios” ou “sobras” (FAUSTO NETO, 2010) não absorvidas por ambas as propostas narrativas e que podem ser lidas e interpretadas a partir de consulta detalhada à seção de comentários do *Folha.com*, assim como da Guarujá Alerta. Essas “sobras” não reguladas situam produtores e receptores em “jogos complexos” de oferta e reconhecimento, sinalizando para a existência de uma paragem midiática para a qual converge uma profusão de “gramáticas” cujas lógicas de funcionamento não estão estabelecidas a priori (FAUSTO NETO, 2010, p. 62).

Nestes termos, explica Fausto Neto (2010, p. 62), a homogeneização de sentidos cede lugar à heterogeneidade de estratégias. A convergência de ideias, neste contexto, é suplantada por “inevitáveis defasagens crescentes entre gramáticas de produção e de reconhecimento; desvios de lógicas que viriam a mostrar complexas articulações entre estas duas instâncias, produção e recepção”.

O tópico que segue busca justamente dar visibilidade a esses materiais não regulados que, acoplados ao circuito-ambiente, mobilizam sentidos em torno do caso revelados por atores sociais dispostos num lugar de produção de informações.

### 3.3 Seções de comentários: sobras não reguladas

---

<sup>77</sup> Título da matéria: Família de mulher linchada em Guarujá temia boatos sobre ‘bruxa’.

Considerando que “a abrangência dos processos midiáticos, na sociedade, não se esgota nos subsistemas de produção e de recepção” (BRAGA, 2006, p. 21), a construção do caso aqui analisado passa pelo paralelismo entre uma modalidade discursiva verificada nas seções de comentários; uma modalidade discursiva verificada no site jornalístico do jornal Folha de S. Paulo; e uma terceira modalidade discursiva que se faz transparecer no perfil noticioso Guarujá Alerta no Facebook. Cada um desses ambientes tem a premissa de fazer falar um determinado enunciador, evidenciando respostas da sociedade em relação ao sistema produtivo e do próprio sistema produtivo em relação à sociedade<sup>78</sup>. Há, portanto, um movimento que diagramamos como triangular de regulação do boato, que, originado na rede social, sofre as inferências da praxe jornalística/noticiosa, sendo novamente ressignificado na rede social e retrabalhado pelo campo jornalístico/noticioso, num processo que envolve inúmeras idas e vindas de uma informação permanentemente inacabada.

A leitura dos comentários produzidos pelos próprios leitores/interagentes, tanto nas seções de comentários da página Guarujá Alerta no Facebook quanto no site Folha.com, sugere a existência de uma espécie de “mídia externa” que tensiona a produção desses dois meios, ao mesmo tempo que ressignifica aquilo que é produzido ali a partir de uma lógica enunciativa marcada pela heterogeneidade de discursos. Nesse sentido, todos os três polos – *produção jornalística no site do Folha de S. Paulo; produção noticiosa na página Guarujá Alerta no Facebook; e comentários emitidos no contexto do site e da própria página* – se relacionam intrinsecamente, cada qual acionando estratégias regulatórias *sui generis*. Menos do que um ruído a ser eliminado a fim de resgatar a clareza do código e da mensagem, “a irrupção e circulação da palavra social reprimida” (DÂMASO, 1974, p. 10) e materializada em rede pelo campo da cultura (aqui projetada à condição de um terceiro produtor de sentidos) constitui um ambiente propício para se analisar o funcionamento de uma comunicação que se configura de forma tentativa (BRAGA, 2010), engendrada num cenário altamente midiaticado, no qual se multiplicam os canais e os interlocutores credenciados a construir/relatar/arbitrar acerca dos acontecimentos cotidianos.

Em todo episódio comunicacional, a existência de uma margem, maior ou menor, de ensaio-e-erro torna os resultados probabilísticos, qualquer que seja o critério adotado para considerar o sucesso da interação. O *tentativo* corresponde, também, ao reconhecimento de algum grau de imprecisão (incerteza, multivocidade, ausência de controle) em todos os passos do processo (BRAGA, 2010, p. 66).

---

<sup>78</sup> Segundo Braga (2006), a relação entre emissor e recepção através de um canal se tornou insuficiente para descrever os processos comunicacionais presentes na sociedade midiaticada. Essa relação, explica o autor, pode se considerar superada por perspectivas processuais muito mais flexíveis e complexas.

A exploração sistemática do *corpus* de comentários publicados tanto no site Folha.com quanto na página Guarujá Alerta permite analisar o campo de ressignificações temáticas dado a conhecer pelo campo da cultura para além das “zonas duras” mais diretamente circunscritas ao caso: polícia, violência e comportamento<sup>79</sup>. Neste sentido, o caso da Bruxa de Guarujá, quando apropriado pelo campo da cultura, desloca-se de maneira direta ou indireta para o debate público de problemas estruturais (FORD, 1999), estabelecendo neste processo “zonas de contato” mais ou menos conflituosas em relação ao próprio discurso dos meios que lhe confere visibilidade, ou seja, o site jornalístico e o perfil noticioso na rede social.

Ao fazer irromper e circular as discursividades sociais, as seções de comentários sugerem a manifestação de problemáticas, recalcamientos e propostas de ação mobilizadas pelo caso, o que indica que uma mensagem nunca produz automaticamente apenas um efeito. “Todo discurso desenha, ao contrário, um *campo de efeitos de sentido*”, indica Verón (2004, p. 216), ao afirmar não existir “*nada de causalidade linear no universo do sentido*”. Isso significa dizer que as ofertas arquitetadas pelo campo produtivo, quando tensionadas pela circulação, fazem transparecer distintas estratégias de apropriação discursiva, o que situa produtores e receptores em situações relacionais marcadas por “jogos complexos” de oferta e de reconhecimento de sentidos (FAUSTO NETO, 2010).

A leitura de 4 mil comentários suscitados por 12 postagens no site Guarujá Alerta e outros 400 comentários suscitados por 29 materiais publicados no site Folha.com sugere cinco movimentos de ressignificação/efeitos de sentido em torno do caso e quatro propostas de ação interpretadas aqui como “respostas” demandadas pelo campo da cultura ao evento trágico. O mapeamento desta zona de efeitos indica “as relações complexas que se estabelecem entre o caso, fechado em si mesmo, e sua generalização ou leitura estrutural” (FORD, 1999, p. 251). Embora esses movimentos de reapropriação/deslocamento possam ser notados na operacionalização de sentidos engendrados tanto no site quanto na página Guarujá Alerta no Facebook, existem aproximações e distanciamentos nos modos como são elaborados nos dois meios.

Para efeito de identificação visual da origem dos materiais reportados na forma de *print screen*?<sup>80</sup> ao longo da pesquisa, fica estabelecido que toda postagem identificada com fotografia do remetente (ainda que apagada para efeitos de preservação da identidade do

---

<sup>79</sup> Esse movimento, embora com menor amplitude de derivações, também foi acionado pelo campo jornalístico, como apontado na descrição das estratégias enunciativas colocadas em prática pelos colunistas e colaboradores do site Folha.com.

<sup>80</sup> O *print screen* designa uma técnica de captura de imagens visíveis na tela do computador.

sujeito falante), refere-se a inscrições extraídas da seção de comentários da página Guarujá Alerta. As postagens de fundo branco, identificadas por um “balão” de conversas, referem-se a inscrições extraídas da seção de comentários do site Folha.com.

O primeiro efeito de sentido nitidamente verificado, via seções de comentários, diz respeito a um processo de “construção e desmontagem do boato”. Considerando que o campo jornalístico passou a se debruçar sobre o caso somente após a confirmação do linchamento, esse primeiro efeito foi examinado exclusivamente na espacialidade da página Guarujá Alerta no Facebook, como sugere o *print screen* reproduzido na sequência, extraído de conversas entre interagentes. Ao longo da interação, percebe-se que a mensagem primeira empreende esforço de construção do boato, inclusive tomando como mote uma publicação jornalística – o Jornal da Tribuna –, enquanto que as três respostas subsequentes o situam numa região de dúvida, incerteza e descrédito pela falta de fontes credíveis; por sua invisibilização na grande imprensa; ou então pela própria banalização do caso. Esse processo indica que a trama na qual o boato esteve envolto não gerou efeitos de reconhecimento unânimes e consensuais entre os interagentes, revelando que, apesar do desfecho trágico, o trabalho de regulação mais tarde operacionalizado pelo campo jornalístico já começou a ser gestado na órbita dos próprios comentários enquanto fonte de discursos mágicos e lúcidos, concomitantemente.

Imagem 15 - Diálogo entre interagentes indica a cadeia de incertezas em torno da existência da sequestradora de crianças

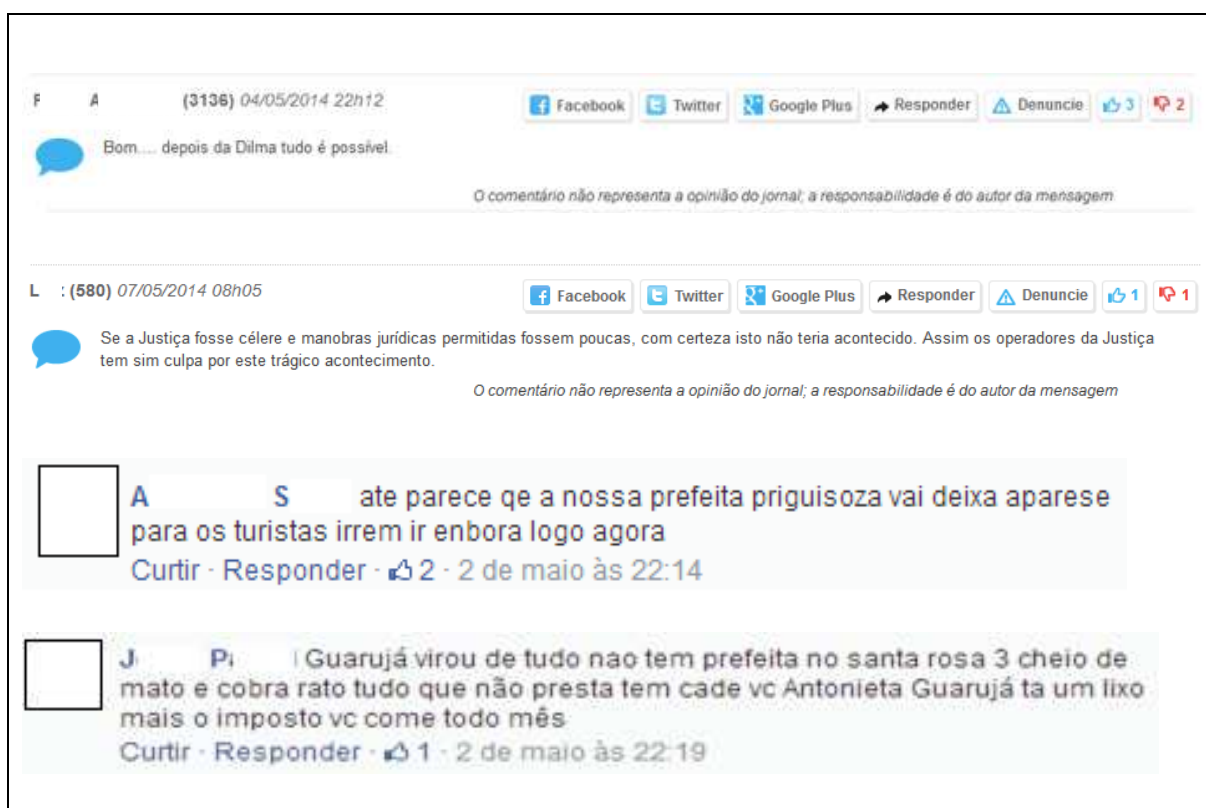


Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

O segundo efeito de sentido deixa latente o poder de agendamento midiático. Assim como fez a equipe de articulistas do Folha.com, a retórica dos comentadores do site também

associa o caso a uma problemática vinculada à inoperância do Estado, à imoralidade política e à ineficiência do sistema judicial brasileiro, indicando contaminações entre a política editorial do site e a natureza dos comentários ali proferidos. No caso da página noticiosa, a proximidade do caso faz com que as críticas não se dirijam às instâncias de poder mais amplas, mas sim à prefeitura de Guarujá. Interessante perceber que a culpa pela morte de Fabiane, via seções de comentário, está fortemente centrada na figura de outras duas mulheres: a presidente Dilma e a prefeita de Guarujá. Observam-se, aqui, analogias entre disposições discursivas da instituição midiática e do site.

Imagem 16 - Caso de Guarujá é associado à inoperância do Governo Federal e da Prefeitura da cidade, ambos liderados por mulheres



Fonte: Folha.com e Página Guarujá Alerta, acessados em maio de 2014.

O terceiro efeito de sentidos patente na órbita dos comentários situa o linchamento de Fabiane Maria de Jesus como um acontecimento permeado por questões mágico-religiosas. Estabelece-se, nestes casos, o dualismo entre o bem e o mal, cada qual com suas representações imagéticas, bem como justificativas pautadas em crença/religião para justificar o assassinato. A falta de explicações capazes de justificar o ato violento sustentadas em aspectos da realidade dá margem à emergência de explicações de ordem escatológica.

### Imagem 17 - Interagentes recorrem a justificativas mágico-religiosas para explicar o incidente de Guarujá

JMA (8121) 05/05/2014 18h02

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 1 1

É só pegar a Bíblia ou o Alcorão que esses espancadores encontrarão sustentação para seus atos...

*O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem*

---

M (242) 07/05/2014 19h52

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 1 1

Minha crença em Deus começou a deixar de existir a partir do momento que cheguei a conclusão que entre suas criações o homem é o mais perverso. E Deus disse que ele o homem é a sua imagem!! Prefiro os animais.

*O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem*

---

**A N** As pessoas não entendem que o MALIGNO anda solto na terra! Cabe a nós vigiarmos para que fatalidades como esta não venha acontecer, é engraçado a forma de como as pessoas pegam trechos da Bíblia e distorcem as informações preciosas que nelas estão, a Bíblia é o livro da vida, mas como eu disse antes, o mal esta a espreitar, mas a questão aqui não é religião, a questão aqui foi a brutalidade de como essa tragédia veio a acontecer, Graça e Paz!

Curtir - 1 - 6 de maio às 03:38

---

**R N** Deus nos deu o livre arbítrio e se você optou por não acreditar nele é um direito seu e do mesmo modo essas pessoas escolheram espancar/matar essa mulher inocente. Lembre-se, por mais que você não creia, que esse mesmo Deus que você questiona é o que veio a terra para morrer.

Curtir - 18 - 6 de maio às 00:27

Fonte: Folha.com e Página Guarujá Alerta, acessados em maio de 2014.

O quarto efeito de sentidos revelado pela análise dos comentários sugere um processo de ressignificação do caso a partir de um olhar conjuntural sobre os instintos humanos, sobre a condição de irracionalidade do povo brasileiro, em geral, e da comunidade carente de Morrinhos, em particular. Os comentários reportados na sequência são análogos às premissas defendidas no editorial do Folha.com publicado no dia 7 de abril de 2014, ao defender que, “sob muitos aspectos, parcelas expressivas da população ainda enxergam a Idade Média – e nela vivem – quando abrem as portas de suas casas”. Mais uma vez, identifica-se uma aproximação entre aquilo que se anuncia sobre o caso em termos opinativos e aquilo que



repercute sobre o caso através de comentários proferidos pelo campo da cultura.

Imagem 18 - Comentadores associam o caso à conjuntura social brasileira

c... (137) 06/05/2014 01h32

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 2 0

E a tendência é o ser humano ficar cada vez pior. Voltaremos aos tempos das cavernas. Você já comprou o seu bastão?

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

LC (71) 08/05/2014 07h52

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 8 3

A falta de cultura, cidadania, responsabilidade, educação e a pobreza traz sérias consequências para o país, o cidadão se torna irracional e animalesco. Qualquer um que tenha um pouco mais de esclarecimento logo percebe que se trata de um boato, são histórias absurdas que deveriam ser verificadas antes de se tomar qualquer atitude. Essa barbárie dificilmente ocorreria em um bairro mais desenvolvido, com nível de escolaridade mais alto.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

R S V Povo ignorante!! Leram um boato na rede social e se acham a "mão de Deus".. Agora será assim? Postam uma foto com boato e sem se inteirar do assunto tiram a vida de uma mãe de duas meninas???

Acordem gente.. Não é por aí.. Poderia ser a mãe de qualquer um de nos.. O tempo de "caça às bruxas" acabou.

Curtir · Responder · 3 · 6 de maio às 08:53

S S São um bando de gente ingnorates Pra fazer um papelão desses quem são eles Pra tirar uma vida de uma pessoa e principalmente se voce não tem certeza... Fiquei chocada com essas imagens muito lamentavel... Isso é brasil...

Curtir · Responder · 6 de maio às 00:00

Fonte: Folha.com e Página Guarujá Alerta, acessados em maio de 2014.

Por fim, o quinto efeito de sentidos suscitados pelos comentários aponta para um processo de resignificação do caso que o toma como uma narrativa banalizada e desconectada contextualmente, muito mais voltada para o entretenimento do que para a geração de análise crítica. Nos exemplos apresentados na sequência, as narrativas revestem-se de senso cômico, cujo objetivo não é informar, denunciar ou fazer refletir, mas gerar piada em torno do acontecimento dramático. Esse quinto efeito de sentido foi identificado exclusivamente no contexto de comentários situados na espacialidade da página Guarujá Alerta. É provável que as restrições impostas pelos termos e condições de uso do Folha.com tenham repellido esse tipo de comentários no site jornalístico.

Imagem 19 - Interagentes banalizam o caso trágico na página Guarujá Alerta



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

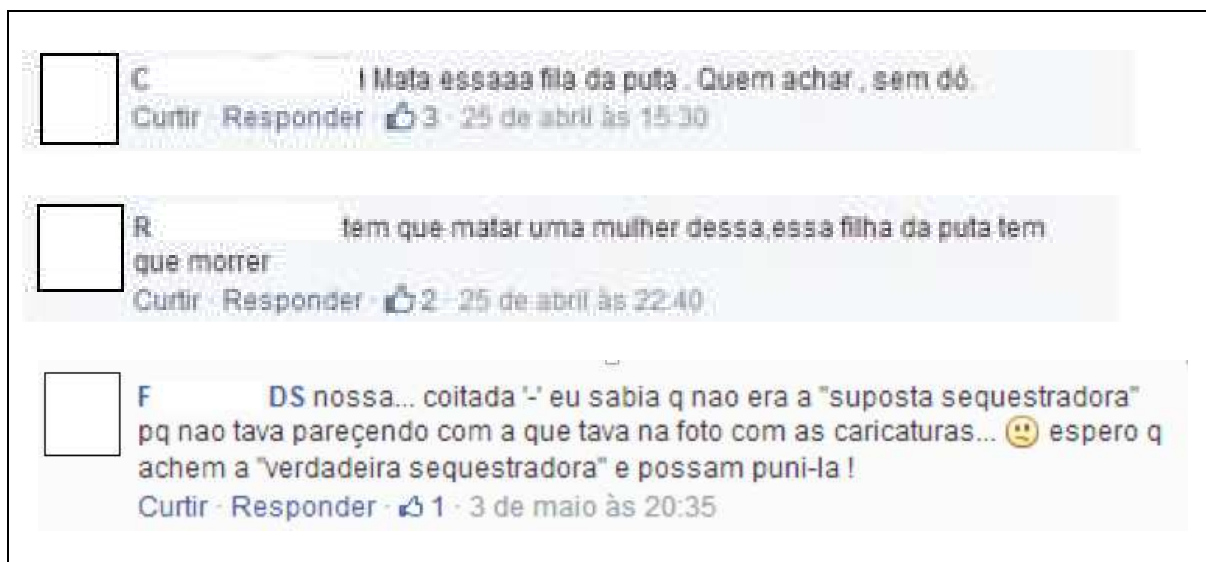
Em conjugação com esses cinco efeitos de sentido em que o caso da Bruxa de Guarujá funciona como entrada para a discussão de temas correlatos que emergem de sua ressignificação pelo campo da cultura, a análise dos materiais sugere também quatro situações recorrentes em que o discurso midiático, materializado na forma de textos contidos nas seções de comentários, conclama a ações pontuais. Duas dessas interpelações à ação são verificadas na página Guarujá Alerta; uma é verificada em ambos os meios; e uma quarta é acionada no contexto do site Folha.com.

A primeira proposta de ação incitada pelos comentários feitos na página Guarujá Alerta convoca os moradores a linchar e a matar a sequestradora de crianças que assola o bairro de Morrinhos. Mais do que incitar à violência, os comentários reportados oferecem indicativos sobre a forma de pensar dos interagentes em relação ao caso. À margem da justiça e de qualquer possibilidade de defesa, os dois primeiros comentários sinalizam para um retorno à barbárie e para a naturalização da necessidade de se “matar uma mulher dessa”, uma “filha da puta”. Para além do ato de matar, pede-se que o ato seja cumprido “sem dó”. A mesma dor que, ficcionalmente, Fabiane causou às crianças do bairro precisaria agora voltar-se contra ela.

O terceiro *print* apresentado, extraído do dia exato do linchamento, 3 de maio, sugere que, mesmo tendo sido confirmado que Fabiane não passava de uma “suposta sequestradora”, a comunidade seguia à espreita da “verdadeira sequestradora”, que, quando identificada, precisaria ser punida. Segundo Eliane Brum, em artigo publicado no jornal El País no dia 12

de maio de 2014, “o erro não seria assassinar – e sim assassinar a pessoa errada. Se havia razões para o arrependimento era a inocência de Fabiane – não o ato de matar”<sup>81</sup>.

Imagem 20 - Comentadores convocam para que a sequestradora de crianças seja identificada e morta



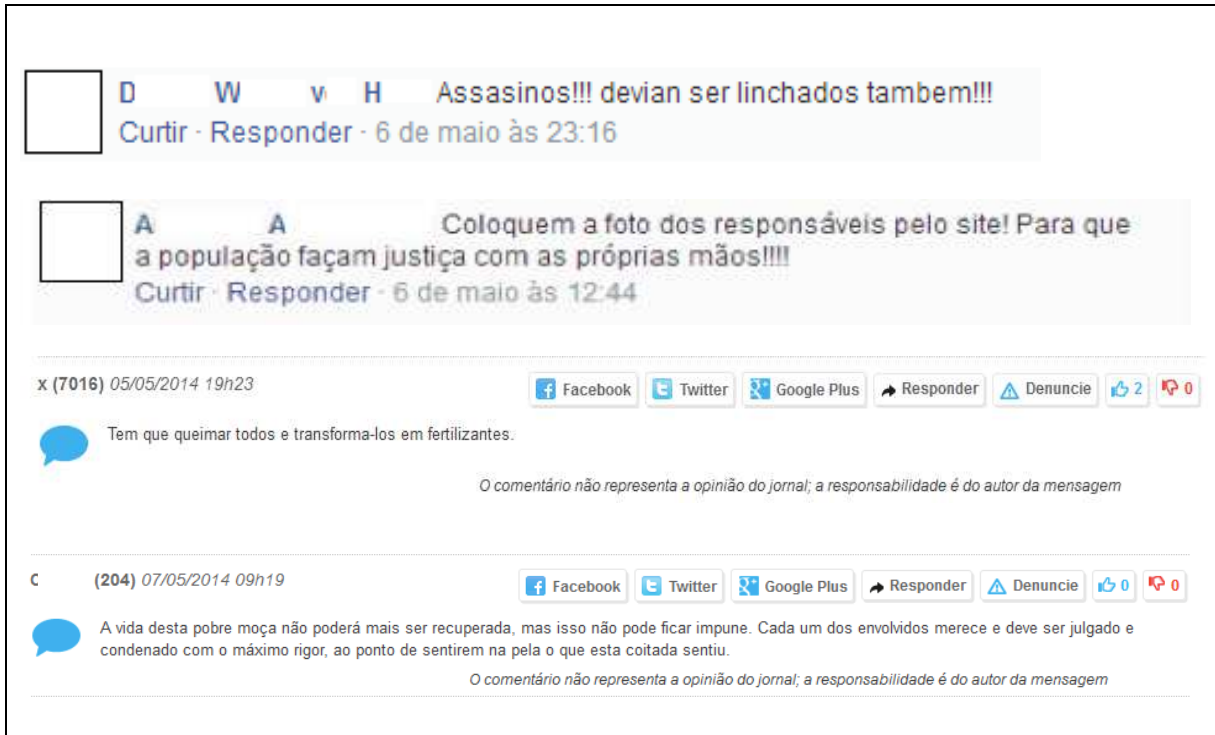
Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

A segunda proposta de ação é incitada justamente pela frustração em torno da narrativa distorcida do boato e pela tentativa de identificar culpados pela sua consequência trágica. Confirmadas a morte e a inocência de Fabiane, o universo da cultura é esvaziado do sentimento de vingança em relação a uma sequestradora que nunca existiu e os sentimentos de repúdio voltam-se aos administradores da Guarujá Alerta no Facebook, acusados de fazer uso da credibilidade de que gozavam na comunidade de Morrinhos para incitar a circulação de um boato. A agressividade social recalcada migra, instantaneamente, da figura da bruxa injustiçada para os administradores da página que a tornaram um personagem passível de ser construído coletivamente via circulação. Propõe-se, aqui, um segundo linchamento como forma de se fazer justiça em relação ao primeiro. Esse “segundo linchamento” foi expresso essencialmente na seção de comentários da própria página Guarujá Alerta, tendo aderência também na seção de comentários do site Folha.com.

Segundo esclarece Le Bon (2008, p. 30), o prestígio é arrefecido a partir do insucesso, tornando o herói aclamado na véspera personagem escarnecido no dia seguinte. “A multidão considera então o herói caído como um igual e se vinga por ter se inclinado diante de uma superioridade que ela já não reconhece”.

<sup>81</sup> Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/12/opinion/1399902051\\_903721.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/12/opinion/1399902051_903721.html)>.

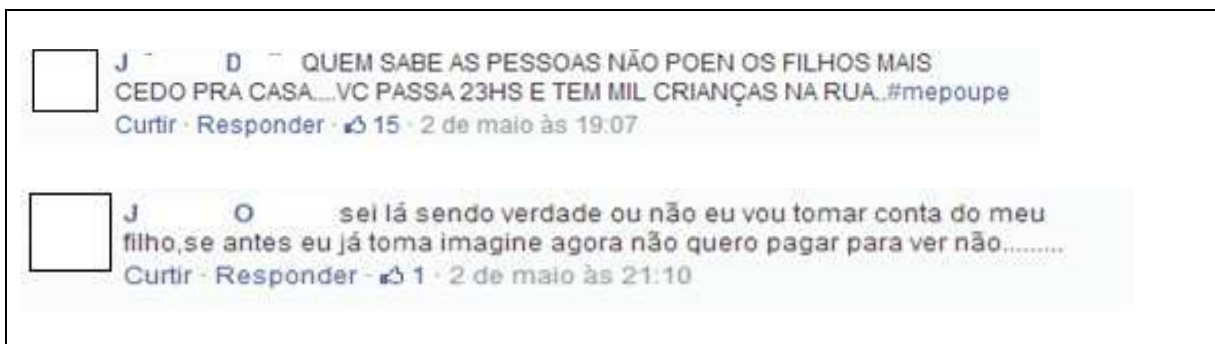
Imagem 21 - Desfeito o boato, comentadores sugerem o linchamento dos administradores da página Guarujá Alerta



Fonte: Página Guarujá Alerta e site Folha.com, acessados em maio de 2014.

A terceira proposta de ação, constantemente reiterada nos comentários da página Guarujá Alerta, instaura um imaginário de pânico em relação ao cuidado das crianças do bairro Morrinhos. Esses comentários assumem uma vocação pedagógica, na medida em que oferecem dicas pontuais de como os pais devem agir em relação ao cuidado dos filhos. A iminência da ação de uma sequestradora altera a rotina da comunidade, que se volta para proteger os indefesos.

Imagem 22 - Circulação do boato revela a necessidade de a comunidade proteger as suas crianças



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Por fim, a quarta proposta de ação, essa externada exclusivamente no site Folha.com, sugere a criação de uma série de leis e medidas derivadas da interpretação dos comentadores sobre o caso. Os *prints* apresentados na sequência reiteram a preocupação dos leitores do site frente à regulamentação da internet; à unificação das centrais de emergência no país; à necessidade de introduzir o ensino de mídias nas escolas; e à tipificação do crime de linchamento. Torna-se visível, aqui, a “moral da história” em torno da Bruxa de Guarujá pela ótica dos leitores do site.

### Imagem 23 - Caso revela, sob a ótica dos interagentes, a necessidade da formulação de leis e medidas protetivas

The image displays four screenshots of user comments from the website Folha.com, each with a date of 08/05/2014. Each comment includes a profile picture, a name, a timestamp, and a row of social media sharing and interaction buttons (Facebook, Twitter, Google Plus, Responder, Denuncie, and thumbs up/down icons).

**Comment 1 (User C, 205):** 08/05/2014 11h50. The text discusses the need for a mechanism to punish people who publish false news or photos without authorization. It mentions that a severe punishment is deserved for any act of this nature, and that there should be an intelligence sector that reaches infringers. A disclaimer states: "O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem".

**Comment 2 (User X, 6965):** 08/05/2014 04h23. The text discusses emergency numbers in Brazil, comparing the high number of emergency calls in Brazil to the lower number in the United States. It suggests that unifying emergency services would be more efficient and cheaper. A disclaimer states: "O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem".

**Comment 3 (User A, 1):** 08/05/2014 16h36. The text discusses the lynching of a woman in Guarujá after the irresponsible disclosure of a rumor on a news site. It calls for the Federal Chamber to accelerate the process and approve a law that provides for media education in schools. A link is provided: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=480182>. A disclaimer states: "O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem".

**Comment 4 (User PH A, 1000):** 08/05/2014 14h19. The text discusses the creation of the crime of lynching, stating it is not a simple homicide. It is executed by multiple people against a defenseless victim, and its participants are sentenced to the highest penalties. It also mentions the crime of 'boato temerário' (reckless rumor). A disclaimer states: "O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem".

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

A necessidade de criação de uma lei capaz de penalizar internautas que difundam informações falsas através das redes sociais, suscitada pelo episódio de Guarujá, chegou a ser discutida, por indicação do deputado federal Ricardo Izar Junior (PSD-SP), na Câmara dos Deputados, em Brasília. Essa informação foi noticiada tanto por sites jornalísticos, como o G1 Santos, quanto por páginas web especializadas em tecnologia, a exemplo do TecMundo, como mostram os *prints* abaixo.

Imagem 24 - Repercussão do caso de Guarujá justifica a criação de projeto de lei no Congresso

13/05/2014 15h56 - Atualizado em 13/05/2014 21h57

## Mulher morta após ser linchada pode dar nome a lei no Congresso

Dona de casa foi violentamente agredida em comunidade de Guarujá, SP. Advogado revela proposta de lei que será apresentada por deputado.

Rodrigo Martins  
Do G1 Santos

FACEBOOK

TECMUNDO

NOTÍCIAS - COMPARADOR - FÓRUM - GAMES - TECMUNDO TV - SERVIÇOS - TECMUNDO PRIO

Microsoft Azure Implantar sua primeira solução na nuvem.

### Caso Fabiane: projeto de Lei quer punir quem divulga mentiras na internet

POR JOÃO CUSTAVO REVA - EM PROJETO DE LEI - 14 MAI 2014 - 12H00

Fonte: Site G1 e site TecMundo, acessados em dezembro de 2014.

A fim de facilitar a análise das ressonâncias do trabalho de circulação em torno do caso, o Quadro 13 sintetiza os cinco efeitos de sentido e as quatro propostas de ação feitas pelo campo da recepção produtora a partir das seções de comentários da página Guarujá Alerta e do site Folha.com.

Quadro 13 – Efeitos de sentidos e propostas de ação associadas a comentários feitos no site jornalístico e na página noticiosa

<b>EFEITOS DE SENTIDO</b>	<b>INSTÂNCIA ENUNCIATIVA NA QUAL SE MATERIALIZAM OS EFEITOS DE SENTIDO</b>	<b>PROPOSTAS DE AÇÃO</b>	<b>INSTÂNCIA ENUNCIATIVA NA QUAL SE MATERIALIZAM AS PROPOSTAS DE AÇÃO</b>
Construção e desmontagem do boato	Página Guarujá Alerta	Linchar e matar a sequestradora de crianças	Página Guarujá Alerta
Inoperâncias: do Estado, do sistema judicial e da Prefeitura de Guarujá	Página Guarujá Alerta e site Folha.com	Agredir os administradores da página no Facebook	Página Guarujá Alerta e site Folha.com
Representações religiosas	Página Guarujá Alerta e site Folha.com	Cuidar das crianças da comunidade de Morrinhos	Página Guarujá Alerta
Instinto e irracionalidade	Página Guarujá Alerta e site Folha.com	Criar leis	Site Folha.com
Banalização do caso	Página Guarujá Alerta	-	-

Fonte: Produzido pelo autor (2017).

A análise desses efeitos de sentido e dessas propostas de ação explicitados no Quadro 13 não sugere apenas a existência de receptores ativos, mas também situa a circulação “como o espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela recepção” (BRAGA, 2012a, p. 38). Explicita, nestes termos, as defasagens que tensionam o universo produtivo clássico, na medida em que faz eclodir um amplo espectro de “reconhecimentos possíveis”, situando “os receptores junto ao âmbito do próprio sistema de produção tecno-discursiva das mídias” (FAUSTO NETO, 2010, p. 64).

#### 4 ACONTECIMENTOS SÓCIO-MIDIÁTICOS

Os processos circulatorios em fluxo contínuo acionados pelos modos de operar sentidos descritos pelas três instâncias discursivas tomadas como objeto – a página Guarujá Alerta, o site Folha.com e as seções de comentários – não representam uma abstração apenas passível de ser analisada teoricamente, mas manifestam-se “concretamente na sociedade, na forma de circuitos – que são culturalmente praticados, são reconhecíveis por seus usuários e podem ser descritos e analisados por pesquisadores” (BRAGA, 2012a, p. 41).

Consideradas como “engrenagens” desse circuito-ambiente, cada uma das instâncias midiáticas produtoras de ofertas discursivas pode ser analisada como um ponto do transcurso circulatorio. Os processos midiáticos compreendidos na espacialidade de cada uma desses meios, por sua vez, se relacionam a outros processos interacionais, alguns de ordem midiática situados fora do contexto do circuito-ambiente original, outros não midiáticos inscritos ao espaço presencial das relações de troca. Os ambientes on-line e off-line, portanto, estão contaminados via movimentos de circulação acionados presencial ou digitalmente.

A análise dos materiais empíricos que emergem da materialização em rede de discursos suscitados nessas três instâncias midiáticas aqui analisadas permite inferir que cada um desses três “pontos de circulação”, através do acionamento de lógicas e estratégias específicas, possibilitou a emergência de um acontecimento revelador do caso consolidado. Nestes termos, cada instância midiático-enunciativa institui um acontecimento específico, sendo a incidência da circulação o elemento que permite estabelecer elos conectivos entre eles.

Valendo-me das facilidades tecnológicas para o armazenamento e registro de informações, resgato a seguir “memórias discursivas” a fim de tornar mais precisa a descrição dos três acontecimentos aos quais faço referência, cada qual marcado por formulações constitutivas particulares associadas aos “modos de dizer” de cada objeto.

A descrição desses três acontecimentos permite a formulação de inferências, com base em materialidades empíricas, sobre a primeira proposição de pesquisa apresentada no capítulo 1 e aqui recapitulada: Excertos discursivos materializados nas três instâncias discursivas (duas em redes e a terceira de instituição) sugerem que as construções de sentido em torno do caso se desdobram em permanente interação entre a página, o site e as seções de comentários, assim como através de interações destes com outros meios tangenciais ao circuito-ambiente que estrutura a pesquisa dada a natureza relacional e difusa do ambiente midiático.

Isso significa dizer que o senso de realidade nas sociedades em processo de



mediatização é instaurado cada vez mais através da contaminação de discursos e produtos imagéticos dados a conhecer através das operações de sentidos inscritas em dispositivos variados, que, por sua vez, retroalimentam as interações copresenciais. Essa constatação torna o acontecimento midiático um produto volátil e, de certa forma, impreciso por pairar de maneira fragmentada entre dispositivos que por vezes se tocam, por vezes se distanciam em meio aos múltiplos circuitos em que habita. O sentido, nestes termos, extrapola a relação unidirecional entre enunciado e enunciador, deixando-se transparecer nas correlações entre acontecimentos codificados pela tecnologia das redes, o que situa leitores e pesquisadores em meio a um novo sistema de inteligibilidades (SODRÉ, 2013).

#### **4.1 Primeiro acontecimento: constituição do boato**

O primeiro acontecimento ao qual faço menção, motivado por publicação disposta na página Guarujá Alerta, vincula-se às lógicas e processualidades midiáticas que constituíram o boato em rede. A estrutura constitutiva dessa narrativa ficcional é delimitada por três eventos pontuais que, além de reforçar as estratégias de construção de sentidos acionadas pela página, permitem identificar afetações entre circuitos midiáticos.

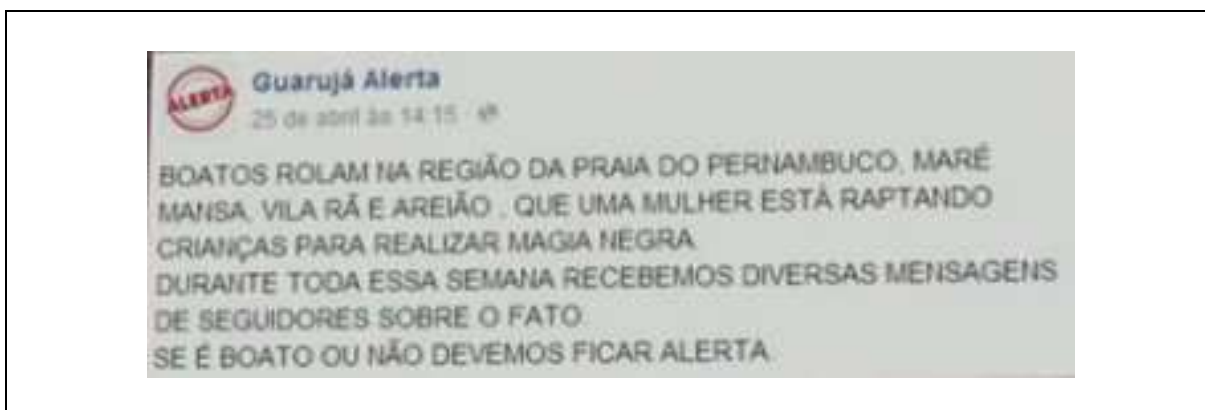
O primeiro evento a ser considerado diz respeito à publicação do post que originou a trama, oferecendo o “start” circulatório em torno do caso. Esse post foi ao ar na página Guarujá Alerta no dia 25 de abril de 2014<sup>82</sup>, às 14h15, e contém as marcas de um enunciador impreciso, dotado de discursividade ambígua e que assume os riscos de publicar uma informação com sérias consequências para uma dada comunidade sem verificar a autenticidade do relato. Transpondo para a narrativa escrita a prerrogativa de que “a única realidade que a língua conhece é aquela da pessoa falante com seu modo de ver as coisas e de comportar-se em relação a elas no momento do discurso” (VERÓN, 2004, p. 78), o texto redigido pela equipe da Guarujá Alerta sugere ao leitor uma situação de perigo iminente na forma de um suposto boato – “*boatos rolam... que uma mulher está raptando crianças*”. Essa situação de perigo, contudo, não é abstrata, mas está localizada geograficamente – “*na região da praia do Pernambuco, Maré Mansa, Vila Rã e Areião*” – e está legitimada pela enunciação de outras vozes – “*recebemos diversas mensagens de seguidores sobre o fato*”. A imprecisão de fontes associadas a esse relato sugere que o conteúdo da mensagem se sobrepõe à necessidade de se identificar os seus criadores. Não importa, portanto, quem emite a

---

<sup>82</sup> Deletado da página após a repercussão do caso, o post original foi recuperado para fins desta pesquisa através de mecanismos de busca viabilizados pela internet.

informação, mas sim o que ela suscita como problemática.

Imagem 25 – Postagem da página Guarujá Alerta oferece o “start” circulatório em torno da Bruxa de Guarujá, mobilizando conversas no ambiente físico e digital



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Embora a página utilize o termo “boato” em sua postagem, as remissões do discurso não projetam o campo da recepção a um dito desdenhável, passível de ser interpretado enquanto desprovido de fundamento. O fechamento do post – “*se é boato ou não devemos ficar alerta*” faz analogia direta ao nome da página, mas também conclama o leitor a uma postura vigilante, convocando-o a se inserir na ciranda de relatos e testemunhos que circunscreve a narrativa em torno da Bruxa de Guarujá<sup>83</sup>. Essa convocação, no entanto, não é explícita, mas obedece a uma aposta sugestiva, indicando que o episódio relatado tem uma certa probabilidade de estar ocorrendo, o que lhe confere a ambivalência de poder ou não ser confirmado.

Ao explicitar que “*ao longo da semana recebemos diversas mensagens de seguidores sobre o fato*”, a página deixa evidente o lugar protagonista ocupado pelo leitor/cogestor em relação às suas operações de construção de sentidos, revelando um primeiro movimento de fusão entre aquilo que se produz no contexto da Guarujá Alerta e aquilo que se produz na órbita dos atores sociais mediados. Identifica-se, nestes termos, uma cadeia produtiva externa à página que tensiona a sua própria lógica produtiva, colocando o seguidor numa posição ambígua: ao mesmo tempo que é “receptor” daquilo que a página anuncia, atribui-se a ele a condição de fonte, como já se explicitou no capítulo anterior.

O segundo evento importante em relação à constituição do boato diz respeito à

<sup>83</sup> Segundo Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 56), “criada a estranheza inicial, há uma demanda por novos relatos, que gradualmente introduzem informações complementares na medida em que os acontecimentos se desenrolam e explicações coerentes os atualizam”. No caso em análise, as informações complementares foram apresentadas, embora a sua coerência possa ser questionada.

divulgação de um retrato falado da suposta sequestradora na página Guarujá Alerta, momento em que a bruxa até então construída no âmbito do discurso ganha uma feição propriamente humana. Segundo o administrador da página, em entrevista<sup>84</sup> concedida à Folha.com no dia 7 de maio de 2014, a publicação do retrato falado deu-se em decorrência de uma cobrança dos próprios seguidores da página, muitos deles afirmando “que ela tinha passado na casa de alguém, que arranhou os braços de uma criança, depois pintou o cabelo de preto”.

A complexidade de circuitos presentes nessa publicação exige o detalhamento dos percursos sógnicos feitos ao longo do tempo pelo retrato falado, situação que exemplifica as redes de afetações de sentido características da sociedade midiaticizada. O Quadro 14 apresenta, em ordem cronológica, a sequência de circuitos midiáticos percorridos pelo retrato falado ao longo do tempo até a sua publicação na referida página, revelando contaminações entre realidade e ficção. Como afirma Kapferer (1987, p. 42), uma determinada história pode viver “uma existência subterrânea de semilenda, sem referência de lugar nem de tempo”. Como uma espécie de mito flutuante, explica o autor, “um dia, no decorrer nas discussões, passa a ser considerada real: é aqui, é agora”.

Quadro 14 – Cronologia circulatória em torno do retrato falado da sequestradora de crianças

	<p>Em agosto de 2012, a Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (Core) divulgou o retrato falado de uma mulher suspeita de roubar um bebê no Rio de Janeiro. A tentativa de sequestro aconteceu após uma mulher deixar uma clínica médica com o filho no colo. O retrato teria sido produzido com base em características físicas relatadas pela mãe da criança ao retratista. Na ocasião, ela havia dito à polícia que a suspeita tinha aproximadamente 25 anos, era negra, forte e tinha cerca de 1,60 m de altura. Definitivamente, o perfil desenhado não condizia com o fenótipo de Fabiane Maria de Jesus.</p>
	<p>No início de abril de 2014, ou seja, um mês antes do linchamento de Fabiane, o mesmo retrato falado produzido pela Core passou a circular na cidade de Três Rios (RJ). A polícia da cidade emitiu nota esclarecendo a população de que “o último registro de desaparecimento de criança ou adolescente neste município ocorreu em fevereiro de 2014 e a criança apareceu horas depois, pois brincava na casa de uma amiga de escola”.</p>

(Continua...)

<sup>84</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1450848-estao-fazendo-um-novo-linchamento-comigo-diz-dono-de-guaruja-alerta.shtml>>.

(Conclusão)



Fonte: Fonte: Produzido pelo autor (2017).

Como uma espécie de “zigue-zague circulatório”, portanto, o retrato falado criado em 2012, no Rio de Janeiro, após uma tentativa de sequestro, voltou a ganhar ressonância dois anos mais tarde na cidade de Entre Rios para, depois, propagar-se também na cidade de Guarujá na forma de um boato. A persistência dessa narrativa no imaginário coletivo, explica Kapferer (1987), dá-se porque ela incorpora em seu contexto uma história de base moral. O boato de Guarujá assinala o regresso da caça às bruxas, possivelmente respondendo a um sentimento de insegurança generalizado que, em sua gênese, implica a noção de que, “se os pais afrouxarem a sua atenção, não será de admirar que sucedam os piores acidentes à sua progeneritura” (KAPFERER, 1987, p. 144). Não à toa, uma das ações reivindicadas pelos atores sociais midiatisados, via seções de comentários, consiste justamente em proteger as crianças da comunidade de Morrinhos, como apresenta o Quadro 4.

Por fim, o terceiro evento que marca a constituição do boato é constituído por uma apropriação desse retrato falado por parte dos seguidores da Guarujá Alerta, que passam a valer-se da sua condição de cogestores enunciativos para acionar um trabalho de circulação do desenho na tentativa de identificar a suposta sequestradora de crianças, como sugere o comentário da interagente M.S.

Imagem 26 – Retrato falado divulgado pela página alastra-se, via circulação, graças ao esforço de compartilhamento impulsionado por seguidores da Guarujá Alerta



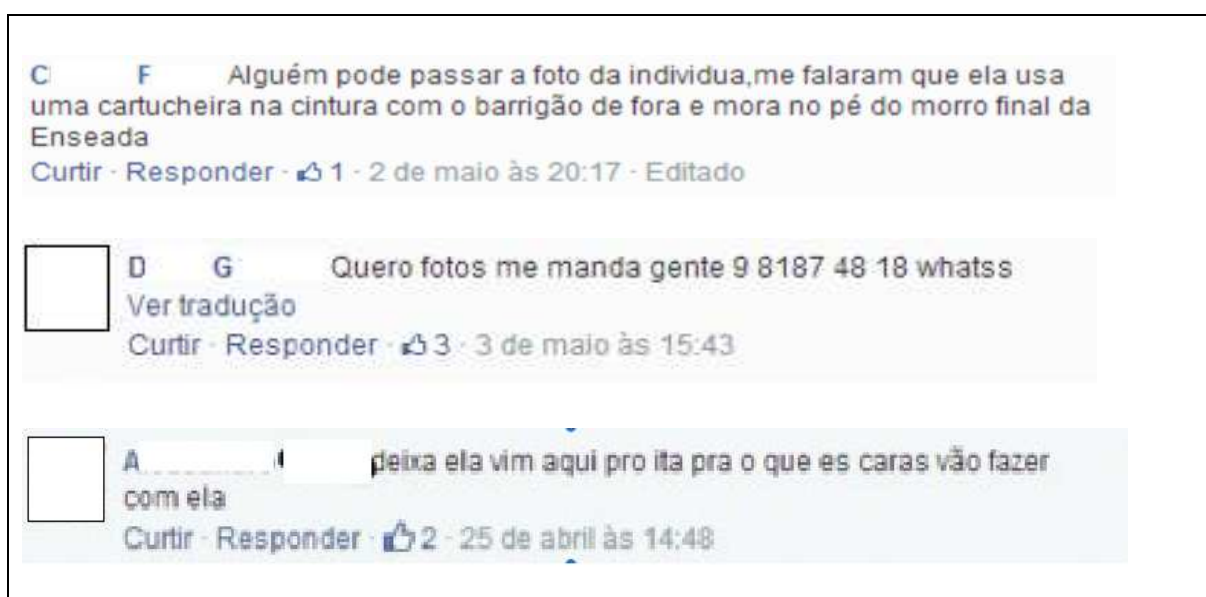
Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

É preciso considerar que, nesta etapa do processo circulatório, o boato que mais tarde

ganharia desfecho trágico no espaço das ruas de Guarujá extrapola a ambiência da página Guarujá Alerta no Facebook, ganhando desdobramentos em perfis pessoais na rede social e no aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas de texto e vídeo via celular – WhatsApp –, o que redimensiona o seu campo de efeitos, complexificando a dinâmica que vai da produção à consumação dos sentidos (VERÓN, 2004). Instituiu-se, nesta etapa, portanto, a formação de um “correio informal” gestado na fusão entre o Facebook e o WhatsApp, apropriados pelos próprios atores sociais midiáticos como meios a serviço da interdiscursividade midiática.

As materialidades que evidenciam esse “correio informal” deixam notória a cadeia circulatória em torno do retrato falado, fenômeno que gerou o processo de construção gradual de uma personagem eminentemente imagética, permanentemente recriada em torno dos fluxos comunicacionais instituídos por “atores sociais midiáticos que se tornam os emissores de primeiro nível, dispostos a afetar os receptores, públicos diversos dentre os quais as próprias instituições midiáticas jornalísticas” (ROSA, 2012, p. 94). Os exemplos apresentados na sequência são sintomáticos desse correio instaurado não apenas na tentativa de identificar a sequestradora, já caricaturada como uma “cangaceira”, mas também de sugerir desfechos objetivos capazes de pôr fim à tensão gerada em torno de sua história: *“Deixa ela vim aqui pro ita pra (ver) o que os caras vão fazer com ela”*.

Imagem 27 – Correio gerido no trânsito de informações entre Facebook e WhatsApp sugere a morte da sequestradora de crianças como forma de eliminar a tensão gerada por sua suposta presença na comunidade



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Obedecendo ao fluxo prospectivo desencadeado a partir da divulgação do retrato falado na página Guarujá Alerta, o desenho acabou sendo reapropriado, evocando uma associação completamente desprovida de fundamentação lógica. Ao longo do fluxo circulatório, portanto, o retrato falado foi relacionado pelos seguidores da página, a partir de seus perfis pessoais no Facebook, à fotografia de uma ex-moradora do bairro Morrinhos chamada Diane Silva Pinheiro, como sugere a Imagem 28. Pareceria concretizada, aqui, a tarefa de identificar a sequestradora, via circulação.

Imagem 28 – Num primeiro momento, a mulher do retrato falado é associada à ex-moradora do bairro Morrinhos Diane Silva Pinheiro



Fonte: Perfil de seguidor da página no Facebook, acessado em maio de 2014.

A associação entre o retrato falado e a ex-moradora de Morrinhos permite inferir que o circuito delimitado pela Guarujá Alerta é mais uma vez tensionado por um circuito externo, gerido pelos próprios atores sociais inscritos ao Facebook, que tomam o desenho publicado pela página como insumo para associá-lo à imagem de uma pessoa real. A bruxa que ganha feições humanas no contexto da página através de um desenho é vinculada, graças a um trabalho produtivo impulsionado por atores sociais midiáticos, ao fenótipo de uma mulher familiar, pertencente à comunidade e, portanto, passível de ser identificada. A abstração do retrato falado é, agora, suplantada pela concretude da fotografia enquanto análogo mecânico do real (BARTHES, 1990).

Psicologicamente afetada pelas consequências do boato, a comunidade de Morrinhos operou um segundo movimento associativo, fruto de uma imaginação deformante. Essa

segunda associação, contudo, não se deu no nível das redes, mas sim do contato presencial, sugerindo, mais uma vez, entrelaçamentos entre a ambiência on-line e off-line. Ao percorrer as ruelas do bairro de Morrinhos, Fabiane Maria de Jesus, que acabara de clarear o cabelo naquele dia 3 de maio de 2014, foi confundida com Diane Silva Pinheiro. Ela foi linchada e morta. Ambas eram inocentes de uma trama em que não havia culpados, produzida através de uma associação equivocada entre um retrato falado e uma fotografia e, depois, entre a pessoa estampada na fotografia e Fabiane Maria de Jesus.

O linchamento de Fabiane, que será examinado na sequência, sugere que as pessoas, a partir das noções que elas têm da realidade, por mais equivocadas que estejam, “criam seus próprios âmbitos de consenso” (DAYAN; KATZ, 1995). Assim como Fabiane Maria de Jesus foi precipitada e erroneamente identificada como bruxa, a pesquisadora Cíntia Kaefer (2016, p. 39), que desenvolveu estudo de caso em torno dos processos midiáticos envolvendo um caso de racismo no futebol brasileiro, também identificou a criação de um consenso precipitado “de que a torcedora [Patrícia Moreira] era culpada pelo acontecimento<sup>85</sup>, de que o jogador Aranha foi vítima de racismo e de que o Grêmio era um time racista”. Pode-se perfeitamente estabelecer correlações entre Patrícia Moreira e Fabiane Maria de Jesus, ambas denegridas em sua condição de “produtos” da circulação midiática. Cada qual à sua maneira materializa uma imagem que o circuito-ambiente no qual estão inseridas precisava prover, a fim de cumprir com os seus respectivos objetivos: penalizar uma torcedora racista e uma sequestradora de crianças. Em ambos os casos, um fenômeno gestado midiaticamente apresenta incidências sociais relevantes. Patrícia Moreira foi linchada verbalmente e precisou se tornar uma figura reclusa para escapar ao assédio daqueles que queriam agredi-la. Fabiane acabou linchada e morta, tornando-se um símbolo dos efeitos da hiperconectividade no que diz respeito à proliferação de boatos que encontram nas redes digitais um lugar profícuo para germinar.

#### **4.2 Segundo acontecimento: exacerbação do boato**

A exacerbação corresponde à temporalidade do caso em que o boato se tornou referência para a efetivação de ações fora do ambiente midiático, numa tentativa da comunidade de Morrinhos de retomar a estabilidade abalada pela presença que, embora

---

<sup>85</sup> Detalhes sobre esse “acontecimento” ao qual faço menção podem ser obtidos consultando a página no Facebook intitulada: Patrícia Moreira Racista. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Patricia-Moreira-Racista-282104015317264/>>.

imagética, era dotada de efeitos reais da sequestradora de crianças em seu entorno. Representa, metaforicamente, o momento exato em que o fluxo comunicacional gestado em rede, ainda que tensionado pelo circuito copresencial identificado nas ruas, produziu uma hipótese suficientemente forte para mobilizar pessoas dispostas a matar outra pessoa. O fluxo em rede, enfim, alcançou o seu limite e sentenciou Fabiane Maria de Jesus, confundida com Diane Silva Pinheiro, que, por sua vez, foi equivocadamente associada à figura do retrato falado, à morte. Segundo esclarece Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 56), “nenhuma sociedade nem indivíduo pode permanecer por muito tempo no *estado natural* da contingência ou indeterminação. Por isso, ela desencadeia uma luta sem fim conta a entropia, a ameaça latente de desestruturação da ordem”.

A sua exacerbação na forma de um linchamento situa o caso aqui estudado na condição de um boato gerido midiaticamente que foi externado na forma de um acontecimento social. Quando perpetrada a violência física, o circuito-ambiente constitutivo do boato deixou de estar delimitado, prioritariamente<sup>86</sup>, à órbita da página no Facebook, dos perfis pessoais e dos compartilhamentos via WhatsApp para ganhar uma materialidade que não se reduzia à forma do discursivo mediado, mas se projetou na inflamação social inscrita na órbita das ruelas da comunidade de Morrinhos, em Guarujá. O fluxo das redes e das ruas convergiu no local exato do linchamento, gerando como efeito um ato de sentenciamento popular cometido por pessoas incapazes de perceber que aquilo que se imagina ser o relato de um evento pode simplesmente refletir a sua transfiguração, geralmente motivada por conflitos de ordem emocional (LIPMANN, 2010, p. 83).

Isso significa dizer que a hipótese inferencial resultante dos processos de codificação dos enunciados inscritos à rede – *existe uma sequestradora e ela precisa ser identificada e morta* –, mesmo confirmando-se *a posteriori* como uma suposição inverídica, mobilizou juízos perceptivos que incitaram à ação do linchamento. Nestes termos, explica Braga (2010, p. 76), “as inferências não correspondem apenas à interpretação do sentido mais provável da manifestação recebida”, mas “voltam-se também para o melhor ajuste dessa manifestação nas perspectivas e no acervo do receptor”.

Levando-se em consideração a impossibilidade de regrar, previamente, a precisão e a segurança das inferências (BRAGA, 2010), no dia 3 de maio de 2014 desenrolou-se o linchamento que culminou com a morte de Fabiane Maria de Jesus, fenômeno que aponta nitidamente para uma simbiose entre o circuito-ambiente midiaticizado, gerido em rede, e o

---

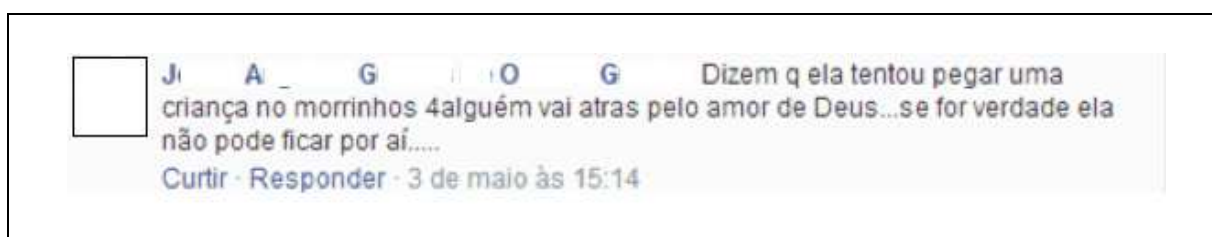
<sup>86</sup> O “prioritariamente”, neste caso, sinaliza para o fato de que em todo o percurso circulatório constitutivo do boato há que se considerar as interferências mútuas entre os ambientes on-line e off-line.



circuito-ambiente social, gerido na rua. Os *prints* mostrados na sequência dão conta desse cruzamento, sinalizando que a súplica de uma interagente, publicada na seção de comentários da página Guarujá Alerta no Facebook, foi atendida minutos depois, no espaço da rua, na forma de uma convocação à morte. Ferreira (2016a, p. 79), ao propor inferências a partir desse mesmo caso, sinaliza de forma precisa que “os ambientes, circuitos e processos de circulação podem resultar em morte”, indicando claramente que os processos midiáticos ultrapassam os limites dos jogos virtuais.

Às 15h14 do dia 3 de maio, a interagente J.A.G.O.G convocava os moradores da comunidade de Morrinhos, “*pele amor de Deus*”, para não deixarem a sequestradora de crianças “*ficar por aí*”, como sugere a Imagem 29.

Imagem 29 – Comentadora convoca, via mensagem postada em rede, a população de Morrinhos a não deixar a sequestradora à solta



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Ao entardecer deste mesmo dia, em meio à comoção dos populares que testemunharam e executaram o linchamento, a convocação de J.A.G.O.G ganhava ressonância fora do circuito da rede: “*Tem que matar mesmo*”<sup>87</sup>, gritavam os moradores da comunidade em resposta aos anseios manifestados no circuito das redes digitais.

<sup>87</sup> A imagem exibida no trabalho refere-se a um fragmento de vídeo amador disponibilizado à Rede Record e divulgado no programa “Repórter Record Investigação”, exibido no dia 24 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZLJQsInyoCk>>.

Imagem 30 – Vídeos amadores dão conta do frenesi que contaminou a população de Morrinhos em decorrência da história da Bruxa de Guarujá, clamando por sua morte



Fonte: Record Investigação, 24 de novembro de 2014.

A interface dúbia do boato, regido a partir das afetações entre o circuito midiático e o social, fica explícita também na postagem da interagente R.S., apresentada na sequência, ao indicar a “página irresponsável” como o lugar de origem do linchamento que viria a culminar no ato de selvageria perpetrado no ambiente da rua. Identifica-se, aqui, que o linchamento físico, manifestado na rua, reflete um linchamento discursivo, gestado na página.

Imagem 31 – Comentadora sugere que o linchamento ocorrido nas ruas de Guarujá teria começado na espacialidade midiática

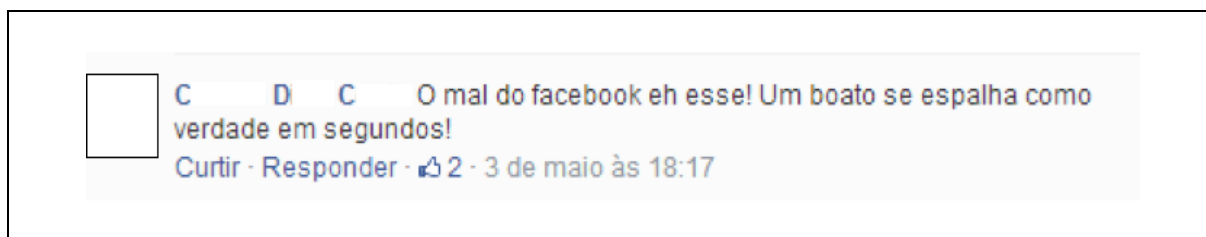


Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

O caráter propagável das mídias digitais, ou seja, a sua capacidade técnica e cultural de gerar conversação e compartilhamentos acelerados, associado às facilidades por elas oferecidas na medida em que funcionam como catalisadoras para a reconceituação de aspectos da cultura – a exemplo da emergência e difusão de boatos – fica explicitado no *print* retirado da seção de comentários da página Guarujá Alerta no Facebook no dia exato do

linchamento, 3 de maio, e na hora aproximada de sua execução, 18h17min.

Imagem 32 – Comentadora reconhece o papel proeminente do Facebook na viralização de informações falsas



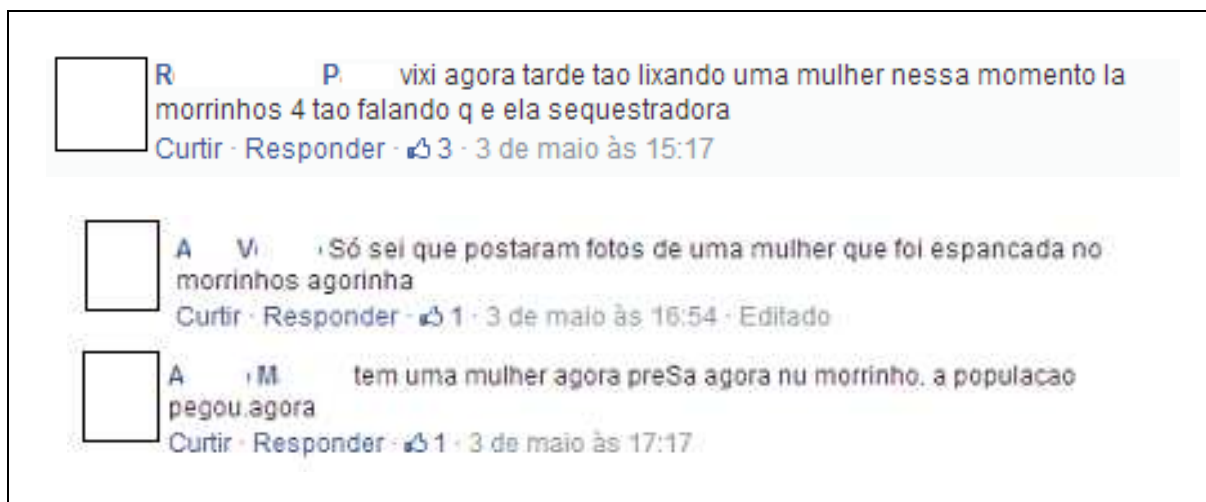
Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

A mensagem de C.D.C. deixa explícito que o fenômeno aqui estudado não teria se desenvolvido e circulado de forma tão rápida se não estivesse envolto no circuito de difusão atrelado ao funcionamento das mídias digitais, o que significa dizer que o boato se instalou a partir de sua relação direta com a presença dos meios. A rapidez de circulação das notícias, nestes termos, “é o reflexo da eficácia de um sistema de comunicação cuja função é precisamente perpetuar essa coesão” (KAPFERER, 1987, p. 62).

Mesmo exacerbando-se, após o seu processo de “gestação em rede”, na forma de um acontecimento inscrito no espaço das ruas de Guarujá, a circularidade presente no caso da Bruxa de Guarujá gerou como efeito o seu retorno quase imediato à instância de produção midiática. Esse movimento aconteceu considerando o fato de que o linchamento, capturado por atores sociais munidos de meios tecnológicos, foi registrado em fotografia e vídeo, sendo transmitido e comentado quase em tempo real através das redes sociais e aplicativos de mensagem multiplataforma, situação que conduz a um processo circulatório intermediário. Gestado em rede, o boato que se concretiza na forma de um acontecimento social trágico, exacerbando-se para além da órbita digital, retorna de imediato ao circuito midiático, ganhando visibilidade graças à ativa circulação impulsionada por “agentes autenticamente populares”<sup>88</sup> (JENKINS; GREEN; FORD, 2014, p. 39). Os *prints* trazidos na sequência sinalizam com precisão a existência do trabalho de cobertura amadora do linchamento que, inscrito no ambiente da rua, imediatamente regressa ao ambiente das redes.

<sup>88</sup> A apropriação midiática do caso por amadores evidencia que o acesso a tecnologias de registro de foto e vídeo transformou a própria relação do observador com o acontecimento testemunhado. Antes de olhar para a cena, a preocupação passou a ser enquadrá-la às medidas da tela do celular/tablet/câmera. A observação dos fatos do mundo, desse modo, converte-se numa ação mediada pela tecnologia, e os registros midiáticos em rede tornam-se produtos passíveis de serem vistos, revistos, comentados e reapropriados por diferentes atores, inscritos em diferentes circuitos.

Imagem 33 – Linchamento gestado em rede culmina em violência nas ruas de Guarujá e, imediatamente, retorna ao circuito digital



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

É importante destacar que esse trabalho de registro e circulação mobilizado pelas pessoas que protagonizaram o linchamento não se resume somente a inscrições na página Guarujá Alerta ou em perfis pessoais no Facebook. Os textos, vídeos e imagens registrados naquele dia 3 de maio ganharam projeção em múltiplos dispositivos intermediários, deixando claro que “os receptores perambulam por várias mídias, migrando em seus contatos com as mesmas, e quebrando zonas clássicas de fidelização com várias delas” (FAUSTO NETO, 2010, p. 64), seja em termos de consumo ou de produção de discursos.

O depoimento da moradora da comunidade de Morrinhos Daiane Jéssica à equipe da revista *IstoÉ*, que produziu vídeo com mais de 185 mil visualizações, disponibilizado no YouTube, a fim de “explicar por que cidadãos tomaram parte no brutal linchamento de Fabiane de Jesus”, oferece indicativos claros dessa “redoma” de mídias mencionadas por Fausto Neto (2010) nas quais os movimentos circulatórios em torno do caso estiverem envoltos.

Falaram que era a mesma do telefone, da rede, do site, foi assim, via celular, um passava para o outro. E telefone tocando e aí foi chegando, foi chegando, foi chegando gente e, quando a gente foi ver, já não tinha espaço para mais nada<sup>89</sup>.

Uma simples busca no YouTube pelos termos conjugados “fabiane maria de jesus” e “linchamento” sinaliza a existência de 76 vídeos. Esses materiais, em sua maioria, apresentam conteúdos produzidos por atores sociais midiáticos durante o desenrolar do linchamento e reposicionados na órbita do discurso jornalístico. Ana Paula da Rosa (2012, p. 77) explica que

<sup>89</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XNbYVtwoq34>>.

os dispositivos midiáticos estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. Segundo ela, esse fenômeno pode ser percebido justamente no movimento de “apropriação dos dispositivos pelos atores individuais que recorrem a eles para também produzir conteúdos e significações, caso, por exemplo, dos vídeos e postagens no YouTube”.

Imagem 34 – Pesquisa pelos termos conjugados “fabiane maria de jesus” e “linchamento” no YouTube apresenta 76 registros relacionados ao caso de Guarujá



Fonte: YouTube, acessado em julho de 2014.

Em se tratando do linchamento do Guarujá, é possível identificar situações em que os vídeos armazenados no YouTube circularam, primeiro, no WhatsApp, sendo incorporados também a postagens no Facebook, o que aponta para a ocorrência de aproveitamentos variados destes materiais. Em casos enigmáticos, os vídeos postados em formato digital no YouTube foram gravados em frente à televisão, reproduzindo dados veiculados em reportagens jornalísticas sobre o caso<sup>90</sup>. Os múltiplos circuitos, literalmente, se embaralham nesse jogo de construções de sentidos, sinalizando para o fato de que atores sociais midiaticizados produzem mashups a partir dos quais congregam conteúdos já veiculados em diferentes plataformas e que, quando reunidos, subvertem seu significado original (ROSA, 2015).

<sup>90</sup> O link do vídeo sobre o caso gravado por usuário do YouTube em frente à televisão está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2R-hpc2hGwQ>>.

Assistindo à cronologia dos vídeos postados no YouTube, é possível constatar que, à medida que se expandiu a propagação dos materiais inseridos na plataforma, eles acabaram adquirindo inusitadas formas organizativas. Na perspectiva de Jenkins, Green e Ford (2014, p. 53), essa transformação do propósito original dos vídeos pode se dar literalmente, ao serem “submetidos aos vários processos de remixagem e sampleamentos”, ou então figurativamente, “por meio de sua inserção em conversas em andamento”.

Num dos casos em que esse processo de transformação literal da narrativa original pode ser constatado, o usuário “TheVaughn84” resgata um mosaico de vídeos que circularam na televisão e na internet para fazer, segundo ele, aquilo que “a polícia e a imprensa já deveriam ter feito: colocar em ordem cronológica os vídeos de um dos piores crimes da história desse país”. Na seção descritiva do material reproduzido no YouTube, é possível identificar a origem de todos os vídeos utilizados por “TheVaughn84” para compor a narrativa remixada, ou seja, arquitetada através da supressão de trechos e do acoplamento de materiais que, originalmente, não foram produzidas para estarem acoplados. Antes de descrever o rol de imagens utilizadas na narrativa, conforme a citação trazida na sequência, o autor da remixagem ainda esclarece questões relativas ao seu contexto de produção: “Desculpem a edição ruim de som, mas não tenho muito tempo livre”, esclarece “TheVaughn84” à sua audiência.

Imagens utilizadas: nos segundos iniciais imagens do SBT Rio para mostrar a montagem que um criminoso fez com o retrato falado, vídeos de celulares disponíveis em diversos canais do YouTube e no G1, imagens de celulares que foram exibidas na TV Record, imagens de um repórter da TV Record que chegou ao local do crime e uma rápida imagem dos policiais retirando a vítima que foi exibida na TV Globo<sup>91</sup>.

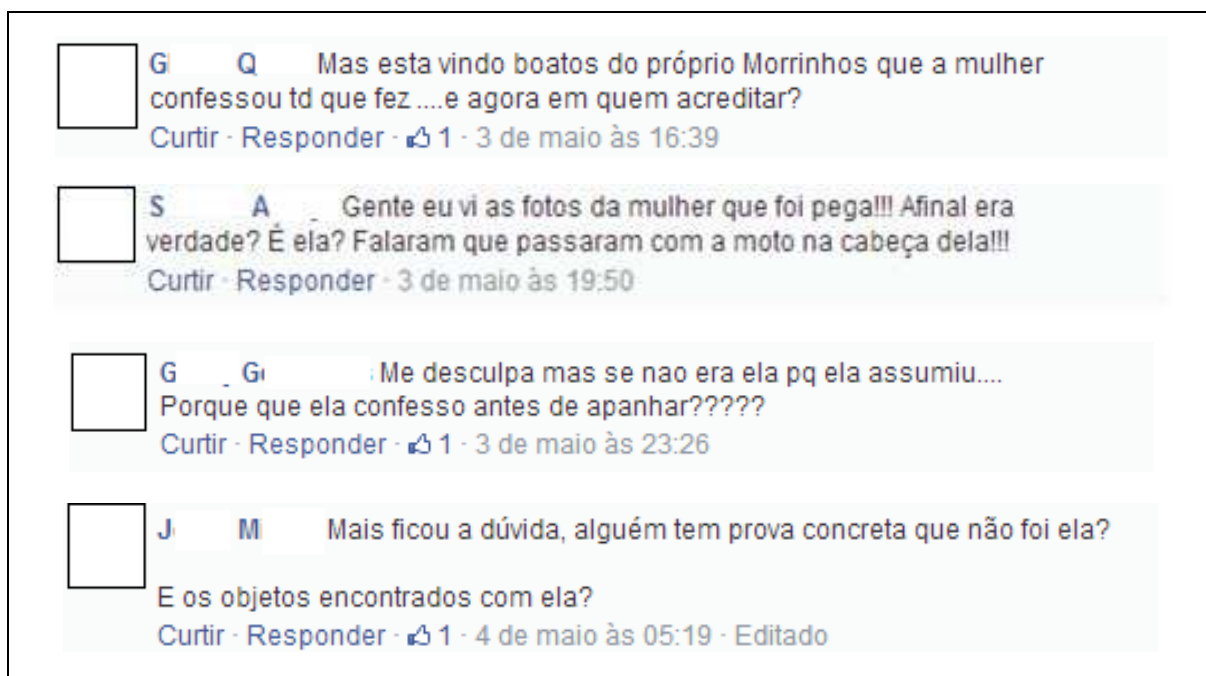
Uma última questão a ser considerada com base na análise dos materiais tornados públicos pelos atores sociais midiaticizados indica que, enquanto o campo jornalístico clássico opera sentidos no nível da racionalidade, regulando o acontecimento mediante uma estrutura narrativa que prima, pelo menos em tese, pela exatidão e pela coerência informativa, a enunciação social materializada em rede explicita justamente a negativa dessas operações regulatórias. Após o registro do linchamento que exacerbou o boato à condição de um acontecimento social, as informações disseminadas pelo campo da cultura deixaram patentes as incompatibilidades de sentidos que se fizeram presentes na narrativa do caso. Essas

---

<sup>91</sup> A íntegra do vídeo ao qual faço menção está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BHT4OOwqpao>>.

incompatibilidades são manifestas na forma de uma série de questionamentos, externados nos dias 3 e 4 de maio, que situam a cadeia de sentidos sobre o caso na condição de uma anomalia, paradoxalmente, favorecida pela emergência da conectividade. À medida que avançava e se conectava a públicos variados, o boato, em vez de ser esclarecido, ganhava em complexidade. Os *prints* apresentados a seguir foram extraídos da seção de comentários da página Guarujá Alerta e deixam evidentes as dúvidas e incertezas que cercaram o boato até a sua exacerbação na forma de um assassinato coletivo.

Imagem 35 – Circulação de informações gestadas por atores sociais midiaticizados cria um cenário de dúvida e incerteza em relação ao caso de Guarujá



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Se é possível afirmar que a exacerbação do boato marcou o apogeu de sua narrativa no mundo do imaginário coletivo, inclusive levando-o à forma de uma ação coletiva, é justamente o ato do linchamento e a existência de um corpo altamente midiaticizado pelo olhar do público que fazem do caso da Bruxa de Guarujá um acontecimento passível de ser recuperado pela lógica jornalística. Isso significa dizer que, se na condição de signo indicial da existência de uma sequestradora o boato não encontrou sustentação inferencial para ser trabalhado pelo campo jornalístico, a sua consequência direta, qual seja, o linchamento, produziu o registro de um excesso digno de ser reportado na forma de um relato jornalístico.

### 4.3 Terceiro acontecimento: lógicas operacionais jornalísticas

Se a exacerbação corresponde à temporalidade em que o boato se torna referência para as interações sociais fora do ambiente midiático, manifestas na forma de violência física, a inscrição de textos, vídeos e imagens em torno do linchamento de Fabiane Maria de Jesus nos meios Facebook, WhatsApp e YouTube através de um trabalho de cobertura gerido pelos próprios atores sociais corresponde à temporalidade do caso em que o mesmo passa a estar formalmente inscrito na agenda midiática jornalística canônica. Nesse sentido, como já se reiterou nesta tese, a “porta de entrada” da enunciação jornalística em torno desse caso não está demarcada pelo movimento constitutivo do boato – o primeiro acontecimento –, mas sim pela conversão deste em um linchamento que autoriza, através de um referente concreto demarcado no tempo e no espaço, a existência do acontecimento jornalístico.

É preciso considerar, nestes termos, que os índices desse acontecimento que se instala na agenda midiática canônica – e todos os aspectos dramáticos que perpassam a multiplicação de signos e imagens ligados ao evento trágico – estiveram centrados na reprodução de vídeos, textos e imagens amadores recuperados pelo campo jornalístico nas “bordas da circulação” (FAUSTO NETO, 2010) a fim de sustentar a sua narrativa. Isso significa dizer que a inscrição midiática do linchamento na realidade histórica é produzida através de um trabalho de captura processado a partir de lógicas e processualidades distanciadas da “cultura jornalística”, o que ressalta o lugar do ator social revestido da autoridade para narrar o fato justamente por tê-lo protagonizado, sistematizado e reproduzido na forma de registros textuais e imagéticos publicados em rede. Essa constatação permite inferir que o acontecimento jornalístico não se refere propriamente ao linchamento em si, mas ao linchamento midiaticizado pelos atores sociais. O acontecimento jornalístico, nestes termos, apenas é passível de ser operacionalizado em virtude da inscrição midiática do linchamento, num primeiro momento, fora da instância jornalística tradicional.

Em meio ao circuito que ambienta o caso aqui estudado, coube ao campo jornalístico empreender esforços remissivos a fim de buscar em outros espaços enunciativos fragmentos imagéticos capazes de fazer avançar o seu processo de noticiabilidade, permitindo-lhe suprir a escassez de sinais ou índices capazes de oferecer plausibilidade à sua narrativa. Dito em outras palavras, o que faz o discurso jornalístico tornar-se reconhecido publicamente, neste caso específico, é justamente a sua capacidade de ser gerado pela incorporação de outros discursos já materializados em rede e recontextualizados no interior das suas lógicas produtivas.



Ao se deixar contaminar por discursos exógenos às suas próprias operações, contudo, o campo jornalístico precisa fazer concessões, tomando emprestadas produções midiáticas “amadoras” que passam a balizar as suas estratégias de construção de sentidos sobre o caso. Levando-se em conta as premissas que sustentam a teoria da interdiscursividade, o campo jornalístico reedita materiais dispostos em outras pontas do circuito-ambiente, convertendo-os em objetos dinamizados pelas suas próprias práticas produtivas. Como se assinalou no tópico 3.2, uma das atribuições do trabalho jornalístico é justamente empreender esforços curatoriais, oferecendo forma ressignificada a conteúdos que circulam em rede e sobre os quais já incidiu valor simbólico em outros ambientes midiáticos. Fausto Neto (2010) oferece pistas explicativas para as lógicas de contato entre produtores e receptores produtivos, dinamizadas pela circulação.

A complexificação tecnológica expõe o trabalho da circulação, muda os ambientes, as temporalidades, as práticas sociais e discursividades, os processos, o *status* dos sujeitos (produtores e receptores), as lógicas de contato entre eles e os modos de envio e reenvio entre eles diluindo fronteiras outrora cristalizadas, em favorecimento desta nova “zona de contato”, mas também de indeterminações (FAUSTO NETO, 2010, p. 65).

Considerando, a partir de Ferreira (2016b) e Verón (1997), a midiatização enquanto fenômeno relacional e interacional constituído em processos midiáticos entre indivíduos, meios e instituições, a inserção de textos, vídeos e fotografias amadoras na narrativa do Folha.com aponta para uma flexibilização das fronteiras entre sistemas em permanente movimento adaptativo.

A análise que segue sistematiza o terceiro acontecimento, intitulado “lógicas operacionais jornalísticas”, tomando como base o aproveitamento desses textos, vídeos e fotos recuperados na órbita dos circuitos midiáticos por parte do Folha.com. Mesmo negligenciando questões técnicas como enquadramento, nitidez, sonorização e luminosidade, essas materialidades são apropriadas como elementos determinantes do senso de realidade atribuído à narratividade jornalística. O que se quer evidenciar com essa análise é que as construções de sentido voltadas a regular o acontecimento não são ofertadas por um trabalho discursivo produzido exclusivamente pelo campo jornalístico, mas sim pela incorporação de materialidades midiáticas produzidas nas margens do circuito-ambiente que relaciona a página Guarujá Alerta, as seções de comentários e dispositivos adjacentes como Facebook, WhastApp, blogs e YouTube.

As operações de sentido engendradas pelo “acontecimento jornalístico” indicam que o

site Folha.com recupera materializações produzidas em torno do caso nas “bordas da circulação”<sup>92</sup> a fim de remontá-las a partir de uma outra estrutura de mediação. Se as redes constituem um fórum aberto onde o indivíduo conectado se manifesta, a mediação jornalística projeta-se enquanto campo de regulação em torno desse processo social mais amplo. Essas operações regulatórias, desdobradas em estratégias distintas e de complexidade variada, não deixam de representar uma espécie de tentativa de controle sobre o sentido último daquilo que se anuncia em torno do caso.

Obedecendo à premissa de Kovach, Rosenstiel e Dupont (2004, p. 41) de que “o novo jornalista não decide mais o que público deve saber”, mas o ajuda a colocar ordem nas coisas, o site Folha.com recupera vídeos amadores em torno do linchamento a fim de didatizá-los ao seu leitor, ajudando-o a interpretar as imagens e a identificar as ações dos personagens ainda não nomeados. Em matéria divulgada no dia 5 de maio de 2014 e intitulada “*Mataram a mulher’, diz morador após espancamento em Guarujá; veja vídeo*”, o site condensa vídeos produzidos por atores sociais midiáticos num único produto audiovisual e explica em detalhes ao leitor o que se passa em cada uma das cenas, valendo-se da redundância entre texto e imagem como estratégia didatizadora. A última fala do trecho reproduzido na sequência é sintomática do contágio entre o circuito das redes e o circuito das ruas, deixando evidente o momento exato em que as construções imagéticas geridas na internet se exacerbam na forma de violência física: “*É a mesma cara [do retrato falado]*”, afirma um dos agressores ao relacionar, equivocadamente, Fabiane Maria de Jesus a um desenho produzido dois anos antes no Rio de Janeiro e viralizado em rede.

---

<sup>92</sup> O termo “bordas da circulação”, cunhado por Fausto Neto (2010), ajuda a compreender, no caso em análise, que o site jornalístico alimenta o seu trabalho discursivo e circulatório valendo-se de materialidades que tangenciam o circuito-ambiente de constituição do boato. Esses materiais recuperados “nas bordas” fazem menção a um trabalho produtivo colocado em cena por atores sociais mediatizados.

Imagem 36 – Folha.com compila vídeos recuperados nas “bordas da circulação” e os condensa num único produto audiovisual que procura elucidar o caso



[Assista ao vídeo em tablets e celulares](#)

Num dos vídeos, o corpo identificado pela família como sendo de Fabiane está estendido no chão quando uma pessoa puxa a cabeça pelos cabelos para soltá-la em seguida. O rosto da moça bate contra o chão.

Nesse momento, uma mulher grita várias vezes: "não faz isso, não. Não faz isso, não!"

Na sequência, um morador passa com o pneu de bicicleta sobre a cabeça de Fabiane, amarra uma das mãos dela com uma corda e arrasta o corpo por alguns metros.

"Mataram a mulher", diz um morador. "É a mesma cara [do retrato falado]", diz outro.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

A estratégia didatizadora em torno do vídeo ganha nova feição no dia 6 de maio a partir do momento em que o Folha.com segmenta o material audiovisual em quatro frames estáticos que ilustram a matéria intitulada “*Mulher linchada queria ter aula de dança e ajudar nas contas de casa*”, cada qual acompanhado de pequeno texto descritivo das ações que se desenrolam no contexto de cada imagem, como ilustrado abaixo. Nestes termos, o mesmo material publicado no dia anterior é reintroduzido na cobertura jornalística, transfigurando-se de uma narrativa em movimento, apresentada na forma de vídeo, para uma narrativa estática, apresentada na segmentação desse mesmo vídeo em quatro “frames”. Pela segunda vez, a enunciação jornalística oferece ordem e regularidade à sucessão de eventos do episódio de Guarujá na tentativa de minimizar as especulações em torno do caso, embora

ainda incapaz de nomear os executores da violência.

Imagem 37 - Vídeo da agressão é segmentado em frases estáticas pela equipe de fotomontagem do Folha.com

arte Folhapress/arte Folhapress

**GUARUJÁ MEDIEVAL**  
 Vídeo mostra dona de casa sendo agredida após acusações de magia negra em cidade do litoral paulista

**1**



Amarrada de bruços, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33, é jogada de uma palafita por um homem. Ela gira e cai no chão

**2**



Uma pedaço de madeira é arremessado contra a cabeça de Fabiane. Um homem pega a tábua e acerta novamente a dona de casa

**3**



Em outro vídeo, Fabiane aparece desamarrada e deitada. Após ser puxada pelos cabelos, seu rosto bate contra o chão

**4**



Um homem de bicicleta atropela Fabiane e a atinge duas vezes na cabeça com a roda. Em seguida, ela é amarrada e arrastada

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

A relevância do vídeo enquanto referente que legitima e atesta a veracidade do caso da Bruxa de Guarujá teve tamanha centralidade na cobertura jornalística que em outras três notícias veiculadas pelo Folha.com esse mesmo material foi referenciado, não mais na forma de player disposto ao longo do texto, nem na forma de mosaico de imagens, mas sim através do uso de hiperlink que remetia o leitor para as imagens do linchamento.

Ainda em relação aos vídeos, é preciso destacar que, valendo-se de um trabalho de apuração junto à polícia, o Folha.com conseguiu diferenciar-se das produções amadoras e, reportando-se à voz de um perito, não apenas mostrar os materiais gerados por atores sociais, mas também identificar os personagens envolvidos nas cenas. Através de consulta à fonte policial, portanto, as pessoas mostradas nos vídeos e, até então, apenas referenciadas genericamente pelo campo jornalístico ganham nomes específicos na cobertura do site. Descobre-se, enfim, que Jair dos Santos jogou Fabiane no mangue, que Valmir Dias Barbosa a golpeou na cabeça e que Lucas Rogério Fabrício Lopes passou com a bicicleta sobre a sua cabeça, como indica o excerto apresentado na sequência, divulgado no dia 12 de maio de 2014 e extraído de matéria intitulada “*Quinto suspeito de linchamento se entrega à polícia em Guarujá*”.

Imagem 38 – Folha.com diferencia-se do relato amador em torno do caso ao apropriar-se do relato da polícia para nomear culpados pelo linchamento de Guarujá

### **SEQUÊNCIA DE AGRESSÕES**

Na última sexta-feira (9), em entrevista à imprensa, o delegado reconstituiu uma sequência do linchamento. Segundo ele, Jair dos Santos –o quarto suspeito a se entregar à polícia– é quem lança Fabiane no mangue e, em seguida, Valmir Dias Barbosa, 47, golpeia a cabeça dela com um caibro (pedaço de madeira).

A polícia também informou que o ajudante geral Lucas Rogério Fabrício Lopes, 19, passou com a bicicleta sobre a cabeça da vítima e que Carlos Alex Oliveira de Jesus, 23, usou uma corda para arrastar o corpo dela pela rua e a chutou.

Ainda segundo o delegado, a investigação se divide na análise de "dezenas" de vídeos do espancamento e nas oitivas com testemunhas que presenciaram o crime, a fim de identificar novos participantes do crime.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Tecidas as análises em torno dos vídeos amadores constantemente recuperados pela narrativa jornalística, é preciso considerar ainda que, em termos fotográficos, a cobertura do

Folha.com a respeito do caso analisado também deixa nítida a escassez de elementos visuais construídos e tratados “segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas” (BARTHES, 1990, p. 14) condizentes com as estratégias definidas pelo campo jornalístico. Mais uma vez, essa situação se deve ao fato do site desenvolver uma narrativa anáfora e, portanto, “refém” de registros visuais capturados por atores sociais que miraram o acontecimento a partir de lentes interpretativas possivelmente distintas das do jornalista, caso pudesse protagonizar *in loco* o evento trágico.

A ausência de registros fotográficos profissionais do linchamento acarretou a produção de uma série de matérias publicadas pelo Folha.com cujo único elemento significante eram os textos, situação que contraria as lógicas produtivas da web enquanto ambiência a partir da qual os sentidos são ofertados através da composição de uma unidade informativa ancorada no somatório de elementos narrativos multimídia.

Ao longo dos 18 dias de cobertura, em três ocasiões distintas as matérias informativas produzidas pelo Folha.com – apesar de assinadas por repórter especial enviado a Guarujá – foram ilustradas com a mesma imagem de arquivo em formato 3x4 do rosto de Fabiane Maria de Jesus e ancoradas por legenda idêntica que situa o leitor no universo de sentidos que a fotografia pretendia emprestar ao campo da recepção: “*Fabiane Maria de Jesus, 33, morreu após ser espancada por moradores de Guarujá (SP)*”. A imagem de Fabiane viva remete via legenda à imagem de Fabiane morta.

Essa mesma imagem resgatada de arquivos digitais pelo site Folha.com foi amplamente divulgada ao longo do desenrolar do caso em circuitos midiáticos variados, sendo ainda hoje uma fotografia constantemente revisitada na medida em que ilustra o tópico intitulado “*Linchamento de Fabiane Maria de Jesus*” na Wikipédia. Das redes sociais, portanto, a imagem migrou às páginas do site, eternizando-se numa enciclopédia que mantém viva a memória de Fabiane.

Abaixo, à esquerda, apresentam-se a imagem e a legenda que ilustraram três diferentes reportagens do Folha.com<sup>93</sup>. À direita, o retrato que estampa a história do caso na enciclopédia livre.

---

<sup>93</sup> A imagem ilustrou as seguintes reportagens: “Polícia prende suspeito de participar de linchamento em Guarujá” (06/05/2014), “Polícia prende terceiro suspeito de linchamento em Guarujá (SP)” (08/05/2014), e “Polícia procura mais dois suspeitos de linchamento em Guarujá” (08/05/2014).

Imagem 39 – Foto em formato 3x4 de Fabiane ilustra três distintas matérias do site Folha.com, assim como a história do caso na enciclopédia digital Wikipédia



Fonte: Esquerda: Folha.com, maio de 2014 / direita: Wikipédia, agosto de 2015.

Em termos fotográficos, o trabalho do Folha.com chama a atenção ainda por fazer avançar mais um degrau do ciclo circulatório em torno do retrato falado que inicia sua trajetória de construções de sentidos no Rio de Janeiro e chega a blogs e redes sociais da cidade de Entre Rios e, mais tarde, à página Guarujá Alerta. Este trabalho empreendido pelo site pode ser interpretado apenas como mais um degrau de uma investigação sobre o ciclo circulatório, e não o último, considerando a imprevisibilidade de associações possíveis que caracterizam o trânsito informacional em circuitos que extrapolam a área coberta por esta pesquisa. É preciso considerar, nestes termos, que o circuito-ambiente que configura o caso em análise assim como os circuitos adjacentes a ele estão devidamente habilitados para operar sentidos “em partes”, o que significa que o fechamento/redução do fluxo circulatório numa de suas extremidades não determina necessariamente o cessar da produção de sentidos nas outras instâncias discursivas que os compõem. Em um cenário de mediação, portanto, os sentidos são coproduzidos, o que dificulta a apreensão do acontecimento na medida em que este se transmuta na passagem de um circuito ao outro.

Esse movimento de avanço do ciclo circulatório é observado em matéria publicada no dia 9 de maio de 2014, quando o site jornalístico aciona o setor de fotomontagem para,

finalmente, estampar lado a lado a imagem de arquivo em formato 3x4 de Fabiane Maria de Jesus e o retrato falado da suposta sequestradora de crianças. Além de encerrar a agonística regulatória em torno do caso, a associação entre as duas imagens explicita a incompatibilidade entre elas, deixando evidente que aquilo que a comunidade de Morrinhos viu em Fabiane não foi o objeto estampado no retrato falado, mas sim as imagens evocadas por ela em sua mente (LE BON, 2008, p. 47). Em outras palavras, as diferenças evidentes entre as duas imagens, tão facilmente percebidas pelo campo jornalístico, pareceram análogas para uma multidão pouca apta à reflexão<sup>94</sup>. “A história ensina que no momento em que as forças morais, base de uma sociedade, perdem seu vigor, a dissolução final é efetuada pelas multidões inconscientes e brutais adequadamente qualificadas como bárbaras” (LE BON, 2008, p. 23).

Imagem 40 – Setor de fotomontagem do Folha.com deixa explícitas as diferenças entre o retrato falado da suposta sequestradora de crianças e Fabiane Maria de Jesus, confundida com a mesma



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Tecidas as observações em torno do uso de vídeos e imagens na cobertura do Folha.com, é preciso avançar ainda na análise do aproveitamento de excertos discursivos que, incorporados ao texto jornalístico, sinalizam para a passagem daquilo que se produziu no contexto da página Guarujá Alerta e das seções de comentários para a órbita do site. Há uma

<sup>94</sup> Vale lembrar, contudo, que a comunidade de Morrinhos estabeleceu uma dupla associação até chegar a Fabiane, considerando que num primeiro momento o retrato falado foi associado a Diane Silva Pinheiro, ex-moradora da comunidade.



situação específica ao longo da cobertura em que essa estratégia remissiva, ou seja, de reconhecimento e reinserção daquilo que já está materializado em rede no circuito jornalístico, fica nitidamente explicitada.

No dia 8 de maio de 2014, o Folha.com publicou a matéria “*‘Mata sem dó’, diz internauta em site que divulgou boato*”. A própria manchete, neste caso, faz menção a uma declaração recuperada do circuito de constituição do boato (representado pela página Guarujá Alerta) e reintrojetada no circuito de regulação (representado pelo site jornalístico). O lead da matéria, definido pelos manuais de redação como o parágrafo vivo e sintético que introduz o texto jornalístico, neste caso, apresenta a transcrição, na íntegra, da postagem publicada pela página Guarujá Alerta no dia 25 de abril de 2014 e considerada o estopim do processo de constituição do boato. Como se pode observar na imagem mostrada na sequência, 14 dias depois da publicação original na página no Facebook, a postagem que oferece o “start” constitutivo do boato volta a habitar o espaço das redes, agora reintrojetada no contexto do site Folha.com.

Imagem 41 – Postagem que ofereceu o “start” para a constituição do boato volta a circular, na íntegra, no contexto de matéria informativa publicada pelo Folha.com

The image shows two parts: a Facebook post at the top and a newspaper article snippet below it. The Facebook post is from 'Guarujá Alerta', dated April 25, 2014, at 14:15. The text of the post reads: 'BOATOS ROLAM NA REGIÃO DA PRAIA DO PERNAMBUCO. MARÉ MANSA, VILA RÃ E AREIÃO. QUE UMA MULHER ESTÁ RAPTANDO CRIANÇAS PARA REALIZAR MAGIA NEGRA. DURANTE TODA ESSA SEMANA RECEBEMOS DIVERSAS MENSAGENS DE SEGUIDORES SOBRE O FATO SE É BOATO OU NÃO DEVEMOS FICAR ALERTA.' Below the post is the headline from Folha.com: ''Mata sem dó', diz internauta em site que divulgou boato'. The author is Emilio Santanna, from São Paulo, and the article is dated 08/05/2014 at 02h00. There are social media sharing buttons for 'Recomendar' (750), 'Tweetar' (94), and 'S+1' (3). A small advertisement for 'CVC' is visible in the bottom right corner of the article snippet.

Fonte: Acima: Guarujá Alerta / Abaixo: Folha.com

O mais emblemático, contudo, é que, embora a mensagem original que impulsionou o boato tenha sido excluída da página Guarujá Alerta após a repercussão negativa do caso, o jornalista consegue recuperá-la em outros ambientes digitais acionando sites de busca, como explicita o *print* reproduzido na sequência:

Imagem 42 – Mesmo deletada da página Guarujá Alerta, jornalista recupera a postagem original que incitou a constituição do boato através de mecanismos de busca

A mensagem é de 25 de abril, publicada às 14h15, no "Guarujá Alerta", página noticiosa no Facebook -apesar de ter sido apagada, é possível achá-la em sites de busca. A ela se seguiram 139 comentários e 765 compartilhamentos.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

A recuperação da mensagem que a página Guarujá Alerta tentava ocultar demonstra o potencial de circulação de conteúdos em rede, evidenciando um processo de simbiose entre lógicas produtivas que se tocam, gerando, por sua vez, novos movimentos circulatórios e, consequentemente, novos processos de resignificação das narrativas circulantes. Os 765 compartilhamentos vinculados àquela mensagem demonstram a impossibilidade de se rastrear com precisão os múltiplos circuitos informativos em rede através dos quais o boato da Bruxa de Guarujá se converteu em tópico de discussão, permitindo reinterpretações e defasagens de sentidos as mais variadas.

É preciso considerar, por fim, que inclusive nos casos em que o campo jornalístico empreende esforços de aproximação do discurso policial a fim de oferecer balizas regulatórias ao caso, esse discurso originado de fonte oficial também está ancorado na recapitulação e interpretação do linchamento à luz daquilo que o processo de midiaticização gerido pelos atores sociais deixa transparecer sobre do mesmo. Nesse sentido, o campo jornalístico divide a sequencialidade do linchamento em “frames” temporais que correspondem ao ritmo do trabalho investigativo da polícia, que, por sua vez, obedece à sequencialidade do linchamento midiaticizado amadoristicamente. O campo policial, nestes termos, também recupera as materialidades midiáticas em torno do linchamento a fim de nortear o seu trabalho de investigação. Os *prints* apresentados na Imagem 43 sinalizam com precisão a contaminação do discurso jornalístico pelo discurso policial como forma de reconstituir as ações de cada suspeito na sequencialidade do linchamento com base nos vídeos produzidos *in loco* pelos moradores da comunidade de Morrinhos. As afetações, portanto, são múltiplas, tendo como

base fundante aquilo que o caso deixa transparecer na forma de vídeos e imagens a partir de um trabalho de midiaticização gerido pelos próprios moradores. Sem esses registros, a polícia teria dificuldades em identificar os linchadores, permanecendo refém do trabalho de escuta das testemunhas, assim como o campo jornalístico ficaria órfão de registros imagéticos capazes de oferecer valoração e senso de realidade à sua narrativa.

Imagem 43 – Trabalho da polícia, relatado pelo campo jornalístico, também toma como insumo a análise e interpretação dos vídeos produzidos amadoristicamente durante o linchamento, como demonstra os trechos destacados

**Segundo suspeito de participação em linchamento em Guaruja é preso**  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA  
08/05/2014 @ 07:18

A polícia de Guaruja (litoral de São Paulo) prendeu na madrugada desta quinta-feira mais um suspeito de participação no linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33, no último sábado (3). A vítima morreu dois dias após as agressões.

De acordo com a Polícia Civil, o suspeito, de prenome Lucas, aparece num dos vídeos do linchamento agredindo a vítima com o pneu da bicicleta. Ele já prestou depoimento à polícia, que não deu informações sobre o que ele disse.

**Polícia prende terceiro suspeito de linchamento em Guaruja (SP)**  
DIÓGENES CAMPANHA  
ENVIADO ESPECIAL A GUARUJÁ  
08/05/2014 @ 18:40

O terceiro suspeito de participar do linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33, foi preso na tarde desta quinta-feira (8) em Guaruja, na Baixada Santista. Carlos Alex Oliveira de Jesus, 22, foi identificado por meio das imagens feitas por testemunhas do crime, no sábado (3).

Segundo a polícia, ele usou uma corda para arrastar o corpo de Fabiane pela rua e deu um chute na vítima. A polícia solicitou sua prisão temporária por 30 dias.

**Quarto suspeito de linchamento se entrega e nega participação**  
DIEGO MAIA  
ENVIADO ESPECIAL A GUARUJÁ  
09/05/2014 @ 12:47

O quarto suspeito de participar do linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, 33, se apresentou espontaneamente à polícia no início da tarde desta sexta-feira (9), em Guaruja, na Baixada Santista.

O ajudante de pedreiro Jair Batista dos Santos, 35, não quis falar com a imprensa. Por meio de seu advogado, negou participação no crime.

O suspeito prestou depoimento por 50 minutos ao delegado que comanda as investigações, Luiz Ricardo de Lara Dias, do 1º DP de Guaruja.

Ele era considerado foragido e ficará preso temporariamente por 30 dias, segundo a polícia.

Santos foi identificado por meio das imagens feitas por testemunhas no dia do crime, sábado (3).

Segundo a polícia, elas mostram o suspeito atirando Fabiane de Jesus em uma vala.

**Polícia identifica quinto suspeito de linchamento em Guaruja (SP)**  
DIEGO MAIA  
ENVIADO ESPECIAL A GUARUJÁ  
09/05/2014 @ 19:43

A Polícia Civil em Guaruja (no litoral de SP) já identificou o quinto suspeito de participar do linchamento de Fabiane Maria de Jesus, 33, no último sábado (9). Ele é considerado foragido da Justiça.

Abel Vieira Batalha Júnior, 18, ajudou a amarrar e a arrastar a dona de casa no bairro de Morrinhos, na periferia da cidade, segundo o delegado Luiz Ricardo de Lara Dias. O suspeito é mais conhecido como Pepê.

LIQUIDAÇÃO Telhanorte  
Telhanorte.com.br

CVC  
EXC  
AMÉRICA

Created by Paint X

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Antes de estabelecer relações entre os três acontecimentos aqui reportados a partir da proposição de que as construções de sentidos em torno do linchamento de Guaruja se

desdobram em permanentes interações no interior do circuito que relaciona a página Guarujá Alerta no Facebook, o site Folha.com e as seções de comentários e meios adjacentes, é preciso deixar claro que parte da narratividade jornalística foge à estratégia de recuperação e realocação de excertos já midiáticos no interior da sua narrativa, a exemplo do que acontece quando o site aciona o trabalho discursivo de colunistas, como já se detalhou ao longo da tese.

Essencialmente o trabalho de humanização da figura de Fabiane também rompe com a estratégia remissiva, ou seja, de reaproveitamento daquilo que já está materializado em rede como condição para sustentar a narrativa jornalística, cedendo lugar a uma cobertura ancorada na produção de narrativas imagéticas e textuais inéditas, ou seja, dadas a conhecer em primeira mão pelas processualidades que circunscrevem os modos de operar sentidos mobilizados pela enunciação jornalística.

#### 4.4 Relações inferidas

Com o intuito de didatizar, conceitual e cronologicamente, o desenrolar dos três acontecimentos anteriormente descritos, situo as principais características de cada um deles, bem como as suas zonas de intersecção. O quadro que segue pretende alargar os horizontes de análise, considerando que “um fenômeno permanece inexplicável enquanto o âmbito de observação não for suficientemente amplo para incluir o contexto em que o fenômeno ocorre” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 18).

Quadro 15 – Cronologia circulatoria em torno do retrato falado

<b>Acontecimento 1 - Constituição do boato</b>	<b>Acontecimento 2 - Exacerbação do boato</b>	<b>Acontecimento 3 - Lógicas operacionais jornalísticas</b>
Tem origem através de postagem publicada no perfil noticioso Guarujá Alerta, sendo processado através de conversações materializadas na seção de comentários da própria página, assim como em circuitos midiáticos tangenciais.	Marca a exacerbação do boato para o exterior do circuito midiático, materializando-se na forma de um linchamento midiático na forma de fotografias, vídeos e relatos textuais que voltam a ocupar o espaço da rede. Ocupa, portanto, lugar ambíguo: físico e midiático.	Marca a entrada do campo jornalístico no circuito-ambiente, seguida do processo de recontextualização de narrativas que, originalmente, foram midiáticas por atores sociais.
Aconteceu <b>entre os dias 25 de abril e 3 de maio de 2014</b> , período que demarca o auge da disseminação do boato gerido em rede e a morte de Fabiane Maria de Jesus.	Aconteceu no <b>início da noite de sábado, dia 3 de maio de 2014</b> , quando Fabiane Maria de Jesus foi linchada, sendo retroalimentando em rede praticamente em tempo real.	Teve <b>início no dia 4 de maio</b> , quando o site Folha.com divulgou a primeira notícia sobre o caso. Repercutiu até o dia 21 de maio, quando o campo jornalístico fechou o caso a partir de sentenciamento emitido por seus colunistas.

(Continua...)

(Conclusão)

<b>Acontecimento 1 - Constituição do boato</b>	<b>Acontecimento 2 - Exacerbação do boato</b>	<b>Acontecimento 3 - Lógicas operacionais jornalísticas</b>
Demarca a constituição coletiva do boato em rede.	Demarca a exacerbação do boato em ação pragmática e o potencial de captura e disseminação de informações por atores sociais midiáticos.	Demarca o conflito entre o sistema jornalístico de inteligibilidade e os processos derivados da semiose que irrompem da cultura.
Acontecimento se desenrolou no nível discursivo e a distância.	Acontecimento se desenrolou no nível da ação direta e num tempo e espaço definidos, sendo imediatamente capturado e transmitido em tempo real via redes sociais.	Acontecimento se desenrolou no nível discursivo e a distância.

Fonte: Produzido pelo autor (2017).

## **5 PROCESSUALIDADES INTERACIONAIS REGULATÓRIAS: ENTRE COERÇÕES E ABERTURAS**

Levando em consideração a emergência de uma ambiência midiaticizada em que os trabalhos de produção e recepção se encontram cada vez mais imbricados, fazendo por vezes confundir essas duas instâncias, esta segunda proposição de pesquisa descreve os efeitos da comunicação gestada em rede, organizando protocolos que estruturam os elos de conectividade entre o site Folha.com e a página Guarujá Alerta junto aos seus leitores. As questões levantadas no decurso da análise evidenciam que a forma organizativa das seções de comentários enquanto uma das instâncias do circuito-ambiente que é objeto desta tese doutoral está condicionada aos regimes de funcionamento, mais ou menos coercitivos, inscritos nas lógicas operativas do site jornalístico e da página no Facebook.

Apesar do Folha.com produzir as condições de acesso do leitor ao seu sistema, as produções de sentido geradas pela recepção não são tomadas como insumo para o estabelecimento de vínculos entre jornalistas/colunistas e comentaristas. A interação entre esses dois polos está regulada pela conduta coercitiva da organização jornalística, que controla permanentemente o acesso à sua espacialidade como uma espécie de “pedágio” a ser aceito pelo leitor para que esteja autorizado a produzir discursos na seção de comentários do site. Ao situar o comentarista numa zona de distância, o Folha.com se projeta como um espaço distinto daquilo se produz no senso comum, mantendo-se numa posição de silêncio e permanente vigilância para com as operações discursivas que dali emergem. Diante desse cenário de autoritarismo de mídia emergem também experiências autorregulatórias.

A página Guarujá Alerta no Facebook, por sua vez, produz as condições de acesso do seguidor ao seu sistema como componente fundante do seu formato, mas a proposta de constituir-se enquanto dispositivo baseado na participação e cooperação social acaba não se materializando. Na medida em que a regulação interacional junto ao seguidor da página, permanentemente convocado a atuar como gestor enunciativo do processo informacional, não se formaliza num trabalho colaborativo centrado em regimes de verdade, a Guarujá Alerta abre-se à proliferação de imaginários e perde o controle sobre os fluxos interacionais. Esse movimento disruptivo é claramente identificado a partir do momento em que Fabiane Maria de Jesus é morta, o boato desfeito, e a credibilidade da página posta em xeque.

Esses dois ambientes de interação, regidos por marcas regulatórias, constituem-se no objeto deste capítulo de análises empíricas. Apesar de estruturada em torno de estratégias absolutamente divergentes, chama a atenção que a relação do site e da página com os

interagentes culmina em situações de contenda, o que aponta para as interações complexas, sejam elas de ordem mais flexível ou coercitiva, que se estabelecem entre produção e recepção nas redes digitais.

### **5.1 Folha.com: silêncio e incomunicação**

O site do jornal Folha de S. Paulo, ao longo do terceiro acontecimento anteriormente reportado, fez uso de modalidades de regulação interacional pautadas pelo acionamento de estratégias distintas, porém devidamente sistematizadas, deixando explícita uma relação assimétrica entre produção e reconhecimento. Dessa forma, assim como o site acionou modos de operação recorrentes a fim de regular discursivamente o boato (acontecimento 3), deslocando-o de uma zona de sombreamentos para uma região de elucidação jornalística, verifica-se nitidamente a recorrência de outras operações destinadas a regular também as interações instituídas entre o site e o seu conjunto de leitores. A natureza do Folha.com, nesse sentido, é essencialmente regulatória, seja na forma como organiza a sua narrativa, seja na forma como desenvolve modalidades de vínculo junto ao leitor. É justamente sobre essas modalidades de regulação interacional que nos deteremos neste capítulo de caráter empírico.

Uma primeira questão que precisa ser elucidada diz respeito ao fato de que, embora o site se coloque numa posição de escuta da recepção produtora, não há qualquer movimento de resposta por parte dos jornalistas àquilo que é externado pelo leitor/cogestor em termos de construção de sentido. Mesmo nos casos em que os jornalistas são diretamente interpelados, via seção de comentários, pelo seu conjunto de leitores, impera a posição de silêncio que transforma a interrogativa do ator social numa sobra não regulada, ou então numa interrogativa autorregulada entre os próprios comentadores, como se analisará na sequência. O que faz o site, nestes termos, é interditar a interação como forma de controle social.

Essa situação gera impasses entre o campo jornalístico e os atores sociais considerando que, num cenário em que o silêncio de uma das partes se instala, torna-se impossível estabelecer qualquer movimento conversacional, favorecendo a emergência de um cenário de incomunicação. Ao silenciar, o que faz o dispositivo jornalístico é suspender uma parte das interlocuções possíveis, na medida em que as trocas comunicativas passam a estar restritas ao processo interacional entre os próprios comentadores, eliminando a possibilidade de interação entre comentadores e jornalistas/colunistas.

Em certa medida, ainda que não explicitada, a norma que obstrui a interação entre jornalistas e leitores no contexto do site vai de encontro a uma outra norma, implícita no

funcionamento do ambiente digital de múltiplos fluxos e que pressupõe a diluição de espaços rigidamente demarcados entre produção e recepção devido à própria natureza da internet. No Folha.com, portanto, a promessa de interação entre leitores e jornalistas não se cumpre, estabelecendo um conflito entre expectativa e realização. Apesar de habitar o espaço das redes, a postura interativa do site ainda remonta a uma lógica meramente transmissiva e unidirecional, paradigmática de um momento anterior à emergência das redes digitais.

É possível inferir, nesse sentido, que o campo produtor oferta um espaço dedicado à escuta da emissão, via comentários, como estratégia para que o leitor se sinta contemplado naquele espaço. Contudo, o que fica evidente é que esse mesmo campo produtor não está preparado, cognitivamente, para desenvolver um diálogo com a recepção que o conclama a interagir. Há, portanto, uma ruptura entre a promessa de interação e sua efetiva concretização.

#### 5.1.1 Folha.com: autoritarismo de mídia

Assim como a mídia impressa massiva define políticas editoriais capazes de normatizar a entrada do seu leitor na órbita produtiva, o site Folha.com também o faz, ainda que o ambiente das redes digitais tenha como um dos seus pilares fundantes a promessa de uma interatividade mais aberta e fluida. Nesse sentido, mesmo que o site ceda espaço à participação do leitor através das seções de comentários, a sua entrada no sistema produtivo midiático é condicionada à obediência de “Termos e condições de uso”<sup>95</sup>, o que sugere uma complexa relação entre a estrutura do site e os comportamentos discursivos autorizados a ocorrer em seu interior<sup>96</sup>.

Dito em outras palavras, embora o site Folha.com procure construir o seu leitor enquanto personagem ativo – com poder para comentar as matérias –, a sua entrada no sistema é permanentemente vinculada à obediência a regras e diretrizes impostas pelo campo jornalístico, que se projeta como ente fiscalizador e avesso a qualquer tipo de interação discursiva, mesmo quando diretamente interpelado.

Como espécie de medida protocolar sintonizada às exigências de uma ambiência tecnológica que enseja a proximidade entre os media e o polo receptor, o site se reserva o direito de apenas autorizar a entrada em seu sistema para assinantes do jornal Folha de S. Paulo, devidamente cadastrados, com nome e sobrenome verdadeiros. Assim sendo, apesar de

---

<sup>95</sup> Disponível em: <<http://comentarios1.folha.uol.com.br/termos>>.

<sup>96</sup> A regulação entre a estrutura do espaço do site e os comportamentos ali autorizados nos remete a Verón (1999, p. 44).

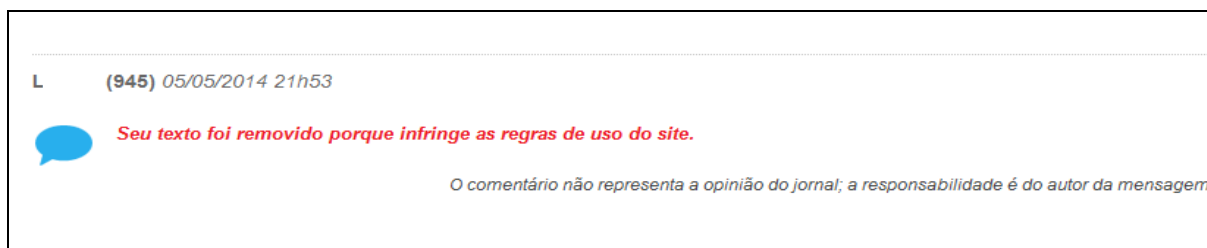


manter-se numa posição de silêncio em relação àquilo que emerge em termos produtivos da recepção, o sistema jornalístico se permite “irritar”, nos termos de Luhmann (2005), por leitores que já mantêm uma relação anterior com o jornal impresso, inclusive de ordem monetária, e estejam dispostos a fazer comentários mediante o preenchimento de um formulário de cadastramento no qual precisam se identificar. O “cerimonial” que antecede a entrada do leitor na seção de comentários também prevê, entre outras restrições, o veto à utilização de linguagem ofensiva; ao uso de palavras cortadas por caracteres; à escrita de frases totalmente em maiúscula; à divulgação de links, contas de redes sociais e banners publicitários; assim como à veiculação de fotos ou vídeos sem a autorização dos fotografados.

Vale ressaltar, contudo, que, ao longo do processo de coleta dos materiais empíricos que embasam essa pesquisa, datados de 2014, os termos e condições de uso do site ainda autorizavam a escrita de comentários de não assinantes em 20 reportagens liberadas para esse tipo de interação a cada dia. A mudança nas regras sinaliza para um processo de tensionamento entre contratos e meio. A instituição jornalística aqui analisada, portanto, posiciona-se num lugar de ambiguidade entre uma lógica regulatória de caráter histórico e unilateral, derivada de sua vertente impressa, e outra lógica regulatória marcadamente interacional derivada de sua vertente digital. Predomina, contudo, a contaminação das políticas editoriais regulatórias do digital pelo impresso.

O poder coercitivo inscrito no funcionamento do Folha.com, que apenas legitima a entrada em seu sistema a assinantes devidamente adaptados ao seu escopo editorial, fica evidente nos casos em que o site julga haver qualquer violação dos termos e condições de uso anteriormente expostos. Nestas situações, a mensagem escrita pelo assinante é excluída do site e, no seu lugar, é projetada uma tarja vermelha contendo o seguinte enunciado: “*Seu texto foi removido porque infringe as regras de uso do site*”. Fica perceptível, nestes termos, que a publicação do comentário emitido pelo assinante é vedada por uma “justificativa-padrão” que não apenas reforça a existência dos termos e condições de uso da seção de comentários, como também legitima o seu caráter disciplinador em relação ao conjunto de comentadores.

Imagem 44 – Tarja em vermelho sinaliza ao comentador que sua mensagem não atende aos preceitos dos “termos e condições de uso” do Folha.com



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Ao invisibilizar um comentário, o site coíbe a disseminação de significados contidos em sua mensagem, freando o processo circulatório em torno da cadeia de sentidos que, a partir dele, poderia aflorar. Busca-se, dessa forma, interditar o fluxo discursivo, impedindo a fundação de processos semióticos conflitantes com a sua política editorial e, conseqüentemente, bloqueando abruptamente as incompatibilidades entre o campo jornalístico e os indivíduos inadaptados às condutas predefinidas nos termos e condições de uso do Folha.com. Resolve-se, assim, coercitivamente, o problema suscitado pela disrupção<sup>97</sup> de sentidos, o que significa dizer que, em relação ao circuito-ambiente que o site procura consolidar no interior de seu dispositivo, quem não estiver de acordo com aquilo que a instituição midiática sugere como política editorial é coagido e silenciado.

Verifica-se, portanto, uma coação que se instala perante as fragilidades regulatórias da instituição midiática, em suas interações em meios específicos de redes digitais, que utiliza um texto-padrão para justificar a exclusão dos conteúdos publicados pelos interagentes. Em meio a esses processos de aceite e recusa de comentários, ficam nítidas as divergências suscitadas entre as estratégias de sentido geridas pela oferta e as ressignificações propostas pelo trabalho produtivo dos atores sociais, que tomam a produção original gerada pelo jornalista como insumo mobilizador de releituras que geram irritações ao sistema, levando-o a banir a publicação mediante permanente vigilância e controle daquilo que vem de fora para dentro do sistema.

O fato desta tese não se debruçar especificamente sobre as rotinas produtivas do Folha.com não permite determinar com clareza se as decisões editoriais de excluir comentários são tomadas por uma equipe de curadores ou geridas através do uso de algoritmos que, ao analisar padrões de comportamento e palavras-chave, automatizam o processo coercitivo, mantendo razoavelmente estável a unidade editorial que relaciona os conteúdos do site aos conteúdos das seções de comentários. Segundo os pesquisadores

<sup>97</sup> O conceito de disrupção, aqui, converge com o proposto por Ferreira (2016a, p. 140).

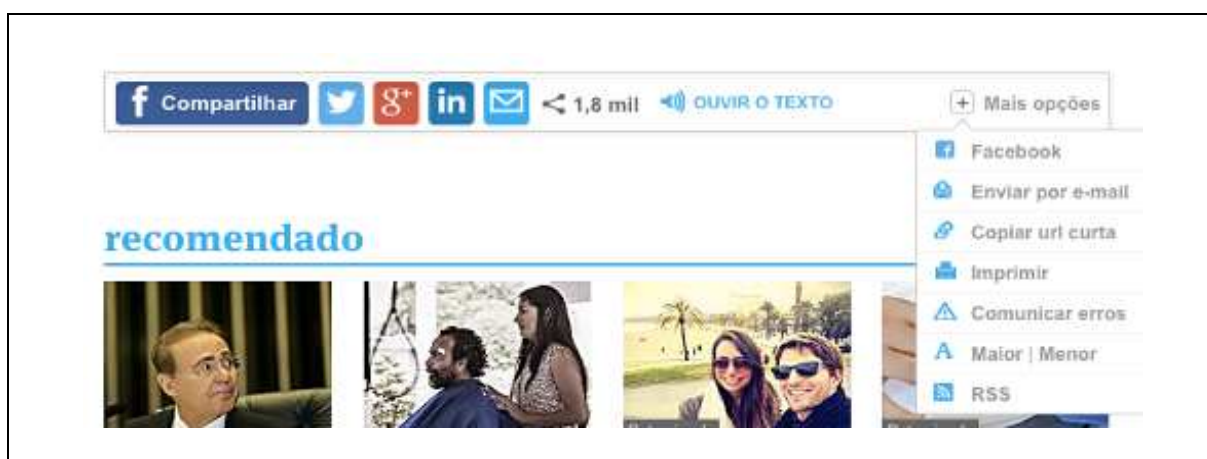
Sampaio e Barros (2014, p. 192), não há indicação de que os comentários publicados no Folha.com sejam lidos ou considerados pelos jornalistas no momento de produção das reportagens ou mesmo no gerenciamento do site. “Aparentemente, há uma equipe que apenas lê os comentários com o intuito de moderar as mensagens muito agressivas”, observam.

### 5.1.2 Folha.com: regulação tecnológica

Além de se situar num lugar de distinção frente àquilo que emerge do campo receptor, mantendo-se numa posição de permanente silêncio e controle frente aos processos produtivos empreendidos pelos comentadores, o Folha.com também procura regrar a conduta do seu leitor no espaço do site por intermédio de ações de caráter eminentemente técnico-tecnológico.

Aproximando-se do conceito de “interatividade seletiva” cunhado por Rost (2014)<sup>98</sup>, o campo jornalístico ratifica a sua postura disciplinar ao manter o interagente numa posição de agente credenciado a interagir passivamente com os conteúdos publicados no site. A partir de um repertório de possíveis ações predefinidas pela instância produtiva, oferece-se ao usuário da rede a prerrogativa de “fazer coisas” distintas em relação ao conteúdo publicado, conforme é especificado na ilustração que segue.

Imagem 45 – Cogestor é convocado a interagir, seletivamente, com base nos conteúdos publicados pelo Folha.com



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

<sup>98</sup> Segundo Rost (2014), a interatividade seletiva possibilitaria ao utilizador “fazer coisas” com os conteúdos ao longo do processo de recepção, enquanto a interatividade comunicativa transcenderia essa recepção individual, ofertando a possibilidade de o leitor produzir conteúdos que, fundidos à produção original dos *media* e tensionados pelas produções de outros leitores, permitiriam à comunicação avançar através de sucessivos movimentos circulatórios.

As operações apresentadas na Imagem 45 sugerem a existência de um leque de opções ofertadas pelo Folha.com a fim de criar a sensação de dinamismo em relação aos conteúdos publicados no site, convocando o leitor a ir além do ato de leitura: a ele é dada também a possibilidade de compartilhar as reportagens do site nas redes sociais Facebook, Twitter, Google Plus e LinkedIn, ouvir o texto, enviar o conteúdo via e-mail, copiar a url curta para posterior compartilhamento, imprimir a notícia, cadastrar-se em um leitor de feed de notícias, comunicar erros, escolher o tamanho da fonte para a visualização dos conteúdos, além de acompanhar um rol de quatro outras matérias recomendadas pelo sistema para leitura. Identifica-se, nestes termos, a tentativa do site em construir o seu próprio circuito-ambiente com base em operações técnicas através das quais o campo produtivo amplia o espaço de interação, mas mantém a coerção na medida em que nenhuma das operações listadas permite ao interagente incorporar às matérias jornalísticas qualquer adendo que indique processos de construção de sentidos distanciados daqueles previamente preconizados pela instância produtiva, o que poderia acarretar uma disrupção.

Na realidade, através de cinco das interações seletivas possíveis – compartilhar o conteúdo via Facebook, Twitter, Google Plus e LinkedIn e enviar o material por e-mail –, o internauta é “utilizado” pelo campo produtor para, através dos espaços que ele próprio administra no ambiente digital, dilatar a rede de circulação dos conteúdos publicados no site, amplificando assim os circuitos de reverberação desses materiais. Pode-se inferir, neste sentido, que através desses processos de compartilhamento a energia dos leitores passa a ser apropriada em benefício do próprio site.

Além de contribuir para que o conteúdo gerado pela instância produtiva se dissemine por circuitos tangenciais, alargando sua capacidade de influência, o leitor do Folha.com é chamado, através do sistema intitulado “comunicar erros”, a operar também como espécie de revisor do texto jornalístico, emprestando seus conhecimentos para qualificar a publicação. Neste caso, a comunicação redigida pelo leitor não se torna imediatamente visível a todos os outros leitores, sendo submetida ao crivo e à validação da equipe de reportagem, que, considerando-a válida, pode utilizar o material como insumo para a produção de erratas. Mais uma vez, instaura-se aqui um processo de interação regulada entre o leitor e a redação, consolidado através do empréstimo de um trabalho revisor feito pelo internauta a fim de qualificar o trabalho discursivo efetuado pelo site.

### 5.1.3 Folha.com: processos autorregulatórios

Se Luhmann pensava os processos regulatórios a partir das lógicas de funcionamento de um meio/instituição – o jornal impresso – no qual o leitor não comparecia como coenunciador midiático, as lógicas de funcionamento das redes permitem arriscar a hipótese segundo a qual, em meio aos fluxos discursivos que demarcam o uso da internet, a regulação ganha contornos de um processo autorregulado, o que significa dizer que o processo regulatório passa a ocorrer no interior das próprias interações que se dão entre os cogestores enunciativos.

É preciso considerar, neste sentido, as especificidades embutidas nas lógicas produtivas em rede redesenhando as estruturas regulatórias, que passam a incorporar características de regulação mútua.

Um primeiro elemento autorregulatório verificado a partir dos materiais empíricos que embasam essa tese decorre do silêncio que impera na relação entre site e leitor, gerando sobras discursivas que, ao não serem reguladas pelo campo jornalístico, acabam o sendo na própria relação entre leitores. Exemplo paradigmático dessa situação se verifica a partir da análise da seção de comentários em torno da reportagem “*‘Mataram a mulher’, diz morador após espancamento em Guarujá; veja vídeo*”, publicada pelo Folha.com no dia 5 de maio de 2014.

Ao redigir comentário “positivado” por 12 pessoas, como indica o botão azul destacado no canto direito da mensagem trazida na sequência, V.M. interpela o campo jornalístico para que um vídeo registrado por amadores e utilizado na cobertura da referida reportagem seja, por uma questão de respeito, retirado do site. O Folha.com não somente mantém o vídeo no corpo da matéria, como não apresenta qualquer resposta à interagente na tentativa de justificar a inserção daquele material em sua cobertura, colocando-se, portanto, numa posição de autoridade editorial que remonta a uma forma de produção de meios massivos anteriores aos meios constituídos em redes digitais.

Imagem 46 – Interagente exige que vídeo amador produzido em torno do linchamento de Guarujá seja excluído do Folha.com



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Apesar do silêncio do site em relação à colocação crítica da interagente, a problemática suscitada no comentário não permanece sem resposta. Em reação ao comentário de V.M., a interagente D. justifica a presença do vídeo no site, argumentando que a exposição do material poderia colaborar para a identificação dos autores do linchamento, embora o Folha.com o tivesse publicado “*mesmo se não desse pra identificar nenhum culpado...*”, o que sugere uma compreensão das lógicas produtivas do jornalismo por parte do leitor. Verifica-se, a partir dessa troca, um processo de autorregulação gestado no interior das relações entre os interagentes. Avança-se, portanto, do monólogo que caracteriza a relação do leitor com o campo jornalístico para uma troca dialógica que caracteriza a relação entre comentaristas, mesmo que essa não evolua efetivamente para uma conversa.

A resposta interdita pelo campo jornalístico que se silencia, repercute, portanto, pela voz de outra interagente, que toma para si a colocação dirigida à redação, aproveitando o ensejo para criticar a atuação irresponsável do jornalismo, especialmente da comunicadora Raquel Sheherazade, e levantar outra questão de debate – “*quem fiscaliza a mídia, afinal?*”. O questionamento levantado por D., contudo, fica sem ressonância. Permanece como uma indagação que simplesmente habita o circuito, enquanto lugar de passagem da circulação, mas não reverbera em novas cadeias de sentido, materializando-se na forma de uma “sobra” discursiva que não faz história, ou seja, uma “sobra” não regulada<sup>99</sup>.

<sup>99</sup> Essa colocação é inspirada em estudos desenvolvidos por Braga (2016).

Imagem 47 – Resposta silenciada pelo campo jornalístico repercute através da voz de outra interagente, sugerindo processos autorregulatórios geridos no interior do Folha.com



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Importante destacar ainda que a súplica de V.M. silenciada pelo campo jornalístico não representou uma crítica isolada à inserção do vídeo no corpo da reportagem, mas sim uma questão levantada também por outros cogestores, a exemplo de K., como mostra o *print* inscrito na sequência, indício de que o *habitus* jornalístico ultrapassa a esfera da produção, se ampliando pelas esferas do que antes era recepção, e agora é recepção produtiva.

Imagem 48 – Recepção-produtiva reconhece práticas e deontologias que perpassam o fazer jornalístico



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Esse processo de interdição da resposta por parte do campo jornalístico e de intervenção espontânea de outros comentadores, que se situam numa zona de autorregulação, é recorrente ao longo da análise. No exemplo reportado na sequência não há uma pergunta direta à colunista Eliane Cantanhêde, mas uma crítica veemente à sua coluna intitulada “*Onde nós estamos*”<sup>100</sup>, publicada no dia 8 maio de 2014, e classificada pelo interagente L.H.A como uma “*crônica crifrim como a maioria das outras... levando sempre os comentaristas a concluírem: o governo é o culpado de tudo*”. Em resposta à manifestação crítica, o comentador D. sai em defesa da argumentação proposta por Cantanhêde e, na tentativa de assumir postura condescendente à colunista e estender a discussão, lança outras duas questões

<sup>100</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/elianecantanhede/2014/05/1451069-onde-nos-estamos.shtml>>.

que permanecem sem resposta: “*O que você quer dizer com isso?*” ... *que a ineficiência dos serviços públicos não é responsabilidade dos governos?*”. O que faz o comentador D. ao responder à colocação crítica é justamente colocar-se no lugar da colunista, obviamente gerando respostas a partir das determinações que lhe são caras e das sínteses que lhe parecem coerentes, não necessariamente condizentes com as determinações e sínteses que possivelmente seriam acionadas pela própria jornalista caso dispusesse a interagir. Mais uma vez, o silêncio que caracteriza a regulação jornalística é suplantado pela voz do interagente, que, apesar de lançar questões que permanecem sem resposta, procura autorregular a interação. Percebe-se, contudo, que a autorregulação aqui não se traduz em movimentos de cooperação, na medida em que o fluxo circulatório não avança para além dos questionamentos, em tom de crítica, feitos pelo comentador D. em resposta à colocação do comentador L.H.A sobre a qualidade da coluna de Cantanhêde.

Imagem 49 – Crítica à coluna de Cantanhêde é respondida por interagente, que não consegue fazer avançar o debate político

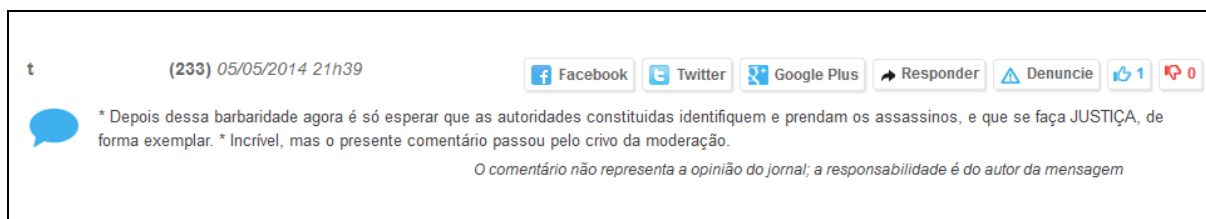


Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Em relação ao funcionamento dos “termos e condições de uso” que ditam as regras de acesso à esfera produtiva, também é possível identificar estratégias autorregulatórias na medida em que os comentadores do Folha.com articulam a sua enunciação reconhecendo explicitamente a existência das barreiras restritivas impostas pelo site. No exemplo apresentado na sequência, o interagente manifesta surpresa pelo comentário feito ter passado “pelo crivo da moderação”. Essa reação sugere uma assimilação por parte do leitor em relação ao funcionamento do “contrato” imposto pelo site, que se posiciona como um dispositivo de regulação com poder para definir os materiais que ganham visibilidade nele, assim como os que são invisibilizados.



Imagem 50 – Comentador regula a sua interação no Folha.com reconhecendo a existência restritiva dos termos e condições de uso



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

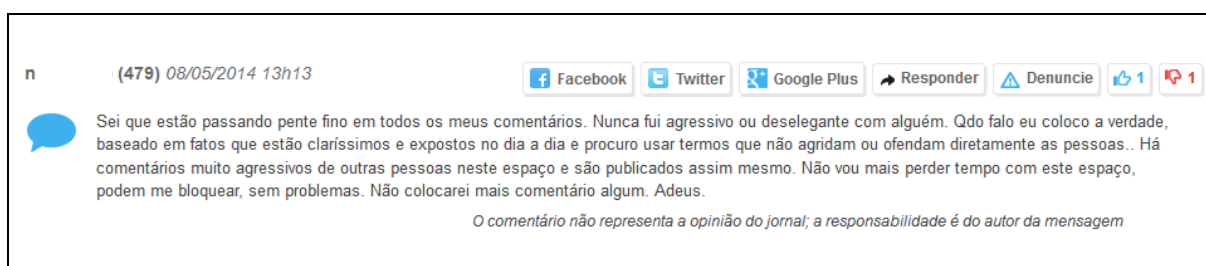
Há casos específicos, ainda mais enigmáticos, em que a reação do leitor/assinante frente às regras de conduta impostas pelo site torna-se uma manifestação acirrada de crítica ao próprio funcionamento do sistema regulatório. Nestas situações, os comentários redigidos pelos assinantes do Folha.com sequer fazem menção a qualquer análise ou observação sobre o conteúdo publicado nas matérias, restringindo-se a dissertar sobre o próprio funcionamento dos protocolos a partir dos quais o site exerce a atribuição de *gatekeeper*, apenas abrindo “os portões” de acesso a conteúdos que, segundo seus parâmetros, estejam sintonizados com suas próprias políticas editoriais. O que se percebe, portanto, é que os discursos desses comentadores se concentram menos na discussão das temáticas tornadas públicas pelas matérias e mais nas discussões em torno do entendimento das lógicas de funcionamento do dispositivo. Tendo como intuito “promover o debate acerca dos assuntos tratados em cada reportagem” (FOLHA.COM, 2016), as seções de comentários são convertidas em espaços de debate a respeito das suas próprias operações coercitivas. O sistema, mobilizado para operar sentidos em torno das reportagens, transmuta-se num espaço de fala sobre si próprio.

A mensagem reproduzida na sequência da análise, extraída de comentário sobre a coluna de Eliane Cantanhêde publicada no dia 8 de maio de 2014 e que faz menção ao linchamento do Guarujá, revela que os critérios regulatórios definidos pelo Folha.com não estão devidamente claros para todos os assinantes, que se sentem discriminados ao observar comentários supostamente mais agressivos dos que os seus sendo publicados no site. Percebe-se, aqui, o quanto o dispositivo é marcado por relações heterogêneas, deixando imprecisas a certos interlocutores as orientações que regem o vínculo. Na forma de um “adeus”, o interagente desiste de compreender o funcionamento do contrato, passando a não enxergar mais problema em ser bloqueado, o que o faz suprimir qualquer tentativa futura de interação comunicativa via seção de comentários. “*Não colocarei mais comentário algum. Adeus.*”, manifesta, indignado, como mostra a Imagem 51. O “adeus” do interagente revela o quanto as operações regulatórias são desprovidas de caráter edificante, na medida em que elas não

apenas suspendem o desenvolvimento de obras simbólicas reconhecidas, como também extirpam da zona produtiva interagentes interessados em ali estar. Em síntese, a regulação se apresenta como uma tática de poder.

Como se pode ver, a mensagem do interagente se restringe a dissertar sobre as lógicas de funcionamento dos termos e condições de uso das seções de comentários do Folha.com, não promovendo qualquer tipo de debate acerca do assunto tratado na coluna que ensejou a interação. O funcionamento do dispositivo, e não as comunicações que o perpassam, torna-se o foco do comentário.

Imagem 51 – Seção de comentários torna-se espaço de discussão em torno dos próprios recursos coercitivos mobilizados pelo Folha.com



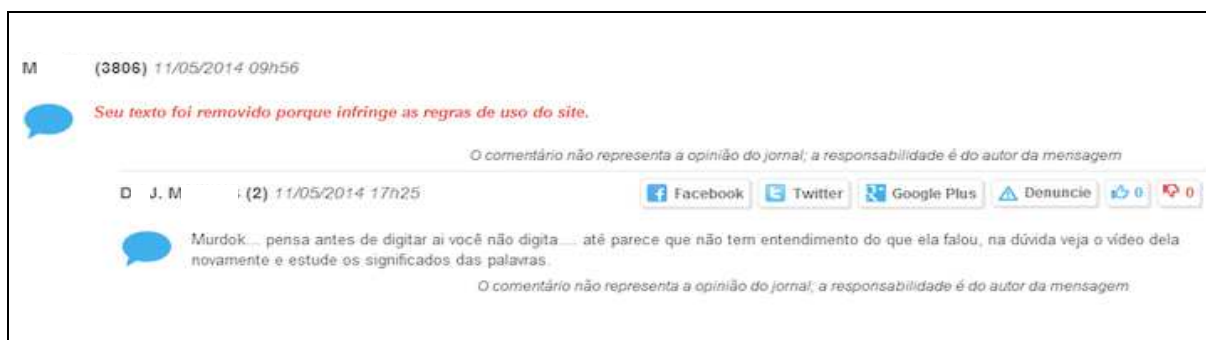
Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Um último exemplo, apresentado na sequência e extraído de comentário referente à matéria “*Família de mulher linchada em Guarujá temia boatos sobre bruxa*”, é sintomático do funcionamento deste contrato, não livre de tensionamentos, estabelecido entre produção e recepção e partir do qual se esboçam tentativas autorregulatórias. Nele, há um comentário feito por M., excluído por supostamente infringir as regras de uso do site, seguido de um comentário segundo, externado por outro interagente. Esse “comentário do comentário” permite a formulação de pelo menos duas inferências importantes em relação ao funcionamento do contrato aqui analisado: a primeira diz respeito ao fato de que as postagens publicadas pelos atores sociais midiaticizados não passam por um crivo anterior à sua publicação. Isso pode ser constatado pelo fato do comentário segundo fazer menção direta ao conteúdo do comentário excluído, sinalizando que, pelo menos por alguns momentos, este comentário agora ocultado esteve visível no site: “*M... pensa antes de digitar aí você não digita... até parece que não tem entendimento do que ela falou*”. Há, portanto, uma defasagem temporal entre a publicação do comentário, o acionamento do crivo regulatório e a execução do procedimento de exclusão.

Em segundo lugar, o exemplo reportado indica que as respostas à exclusão de comentários, justificando a medida restritiva, mesmo não sendo dadas pelo campo

jornalístico, podem aparecer ao longo do processo autorregulatório acionado entre os próprios comentaristas. “... *Na dúvida veja o vídeo dela novamente e estude o significado das palavras*”, aconselha D.J.M. ao usuário que teve seu texto suprimido do site, assumindo postura pedagógica e deixando nítida a emergência de um processo de colaboração entre comentaristas instaurado a partir de uma postura coercitiva assumida pelo site.

Imagem 52 – Comentaristas se policiam a fim de atender às exigências disciplinares impostas pelo site



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

#### 5.1.4 Folha.com: didatização interacional

Considerando, através dos exemplos trazidos até aqui, que o Folha.com interdita qualquer possibilidade de interação comunicacional com o leitor/cogestor, pode-se inferir que o campo jornalístico produz as condições de acesso ao seu sistema, mas não participa das condições de produção de sentidos geradas a partir das releituras suscitadas pelos materiais que produz, regulando permanentemente o acesso ao seu sistema como espécie de “pedágio” a ser aceito pelo leitor quando investido da autonomia – relativa – de produzir discursos divulgados pelo site.

Ao interditar a interação comunicacional – seja silenciando ou então adotando postura coercitiva/excludente – o site se preserva de possíveis embates com os comentaristas, o que certamente demandaria tempo e energia para a formulação de respostas e poderia gerar inúmeras idas e vindas ao longo do processo interacional. Contudo, é importante salientar que o site autoriza, pelo menos em certa medida, que embates discursivos ocorram a partir da troca de mensagens entre os próprios comentaristas. Esse movimento pode ser observado tomando-se como exemplo os comentários suscitados pela coluna de Reinaldo Azevedo

publicada no dia 9 de maio de 2014 e intitulada “*Fabiane e a maçã? envenenada*”<sup>101</sup>.

A partir do seu texto, o colunista levanta uma série de perguntas, adotando assim uma estratégia regulatória no sentido de direcionar as interações, que por vezes se traduzem em embates entre os comentaristas. Embora não assuma o lugar de interagente, Azevedo se posiciona como uma espécie de “observador onipresente” das interações inauguradas a partir da sua narrativa. Isso significa afirmar que o colunista instala o debate e, imediatamente, afasta-se da arena discursiva, mantendo-se presente na forma um observador que tudo vê e, caso necessário, está devidamente legitimado a coibir qualquer tipo de excesso.

Como se pode inferir pelo excerto trazido abaixo, algumas perguntas feitas em sua coluna são direcionadas ao leitor do site:

Imagem 53 – Reinaldo Azevedo lança questões ao seu leitor

Que país o nosso, não é!? Notaram como temos Estado demais em petróleo e de menos em segurança pública? Notaram como temos Estado demais em energia elétrica e de menos em educação? Notaram como temos Estado demais no setor bancário e de menos em saneamento e urbanismo? Esse Estado é gigantesco e tentacular, mas está onde não deve e não está, não de modo eficiente ao menos, onde deve. Para os que lincharam Fabiane, ela era uma criminosa, e se cultiva a certeza por lá e em toda parte de que os criminosos, neste país (como diria aquele), permanecem impunes –o que é verdade com uma frequência assombrosa. Há mais de 50 mil homicídios por ano no Brasil.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Outras, no entanto, têm destinatário nomeado.

Imagem 54 – Reinaldo Azevedo lança questões a destinatário nomeado, no caso a presidente  
Dilma

Não se iludam: quem flerta com depredadores do bem público, com invasores da propriedade alheia e com incendiários da ordem democrática –leu bem, presidente Dilma?– está dando uma piscadela a linchadores. É a maçã envenenada da desordem.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Com base no texto do colunista, que defende ao longo de sua narrativa que “os assassinos improvisados de Fabiane carregam nas costas um Estado que não conhecem e

<sup>101</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/05/1451660-fabiane-e-a-maca-envenenada.shtml>>.

conhecem um Estado que não existe para eles”, o comentador GG argumenta que, embora o Brasil seja um país lindo, o problema são os brasileiros. Daí decorre uma troca de enunciados com outro comentador, como mostra o *print* reproduzido na sequência, sinalizando que os processos conflitivos são apenas evitados na relação entre colunista e leitor, permanecendo ativos na relação entre leitores. Assim sendo, mesmo que Reinaldo Azevedo lance uma série de questões, essas não se traduzem numa aproximação entre leitores e colunista, mas mobilizam interações entre interlocutores externos ao universo jornalístico, o que faz a ciranda circulatória permanecer girando em torno dos tópicos propostos pelo campo produtivo.

Imagem 55 – Mesmo afastado da arena dialógica, coluna de Azevedo permite o avanço do fluxo circulatório a partir de trocas entre comentadores



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Nestes termos, apesar de distanciado do debate, as questões suscitadas pelo colunista, de fato, cumprem com a prerrogativa de fazer a circulação avançar através de processos interativos remissivos à fala dele. O lugar de silêncio adotado pelo colunista, aqui, pode ser interpretado como uma estratégia calculada, na medida em que, antes de findar com o fluxo circulatório, impulsiona a conversação entre os leitores, permitindo inclusive que assumam um lugar de fala representacional do campo jornalístico que, a distância, define quais tópicos poderão circular em seus espaços e quais permanecerão invisibilizados, adotando parcialmente uma tática regulatória.

É preciso considerar, por fim, que a grande maioria dos comentários postados no

Folha.com não se enquadram numa categoria dialógica, ou seja, permanecem dispostos naquele espaço enquanto tópicos isolados que não suscitam respostas, nem de jornalistas e nem de outros comentadores, o que impede o progresso da teia comunicativa. No entanto, mesmo que a maioria dos comentários não se desdobre em processos dialogais, o mérito deste conteúdo é permitir ao leitor “entrar em contato com novas perspectivas, informações e posicionamentos que ele provavelmente não teria apenas lendo a matéria original” (SAMPAIO; BARROS, 2014, p. 197).

## **5.2 Guarujá Alerta: desordem interacional**

Ao contrário do que acontece no caso do Folha.com, a página Guarujá Alerta no Facebook não evidencia uma nitidez tática e estratégica em termos interacionais, ou seja, ela perambula no espaço interacional desprovida da ancoragem de diretrizes, expressas em termos e condições de uso, que orquestram e organizem o seu contato com os seguidores. Nesse sentido, a página vai tentativamente mobilizando táticas regulatórias na medida em que do processo interacional com o seu público emergem problemáticas que exigem algum tipo de resposta no esforço de reestabelecer a ordem discursiva e resgatar a inteligibilidade. No entanto, a análise empírica permite inferir que a Guarujá Alerta acaba submergindo no espaço interacional, o que significa dizer que ela sucumbe em meio às suas próprias estratégias de estabelecimento de vínculo com o seguidor.

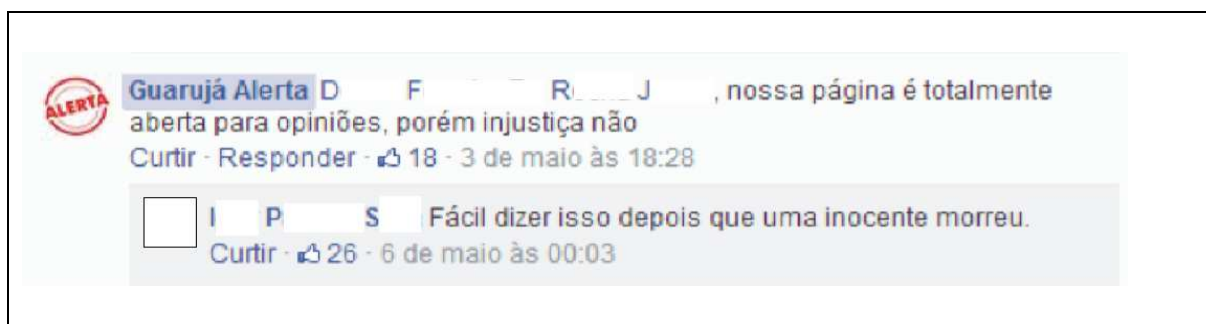
Antes de avançar no processo de análise, é necessário recordar que o trabalho de produção de conteúdos engendrados pelos próprios seguidores da página representa o elemento fundante a partir do qual a Guarujá Alerta consegue fazer avançar o seu processo de construção de sentidos em torno dos temas que torna públicos. Ao contrário do que acontece no Folha.com<sup>102</sup>, detentor de regras e convenções que balizam seu trabalho informativo enquanto prática jornalística, o funcionamento da página depende diretamente da capitalização do esforço enunciativo gerado pelos seguidores que se encontram em permanente processo interacional/conversacional. Nesse sentido, diferentemente do que se constata no Folha.com, onde os comentários estão predominantemente centrados no conteúdo de matérias e colunas cuja teia de significados está dada, no caso da página a circulação dos comentários representa a própria matéria-prima em torno do qual ela constrói sua

---

<sup>102</sup> Apesar do Folha.com sustentar sua retórica a partir da incorporação de mídias externas produzidas por amadores à sua narrativa, esse processo se dá pela assimilação de textos, fotos e vídeos publicados em circuitos tangenciais e não na órbita da sua própria seção de comentários.

engenhosidade noticiosa. Isso significa dizer que, enquanto o site constrói indiciabilidades mediante operações internas à rotina jornalística, as indiciabilidades da página emergem predominantemente das operações de sentido engendradas pelos próprios seguidores. Como se pode verificar na Imagem 56, essa estratégia de abertura à opinião do seguidor como mote de produção de sentidos resulta em situações de contenda com o interagente<sup>103</sup>.

Imagem 56 – Estratégia de construção de inteligibilidades mobilizada pela página Guarujá Alerta desencadeia situações de contenda com o seguidor



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessado em maio de 2014.

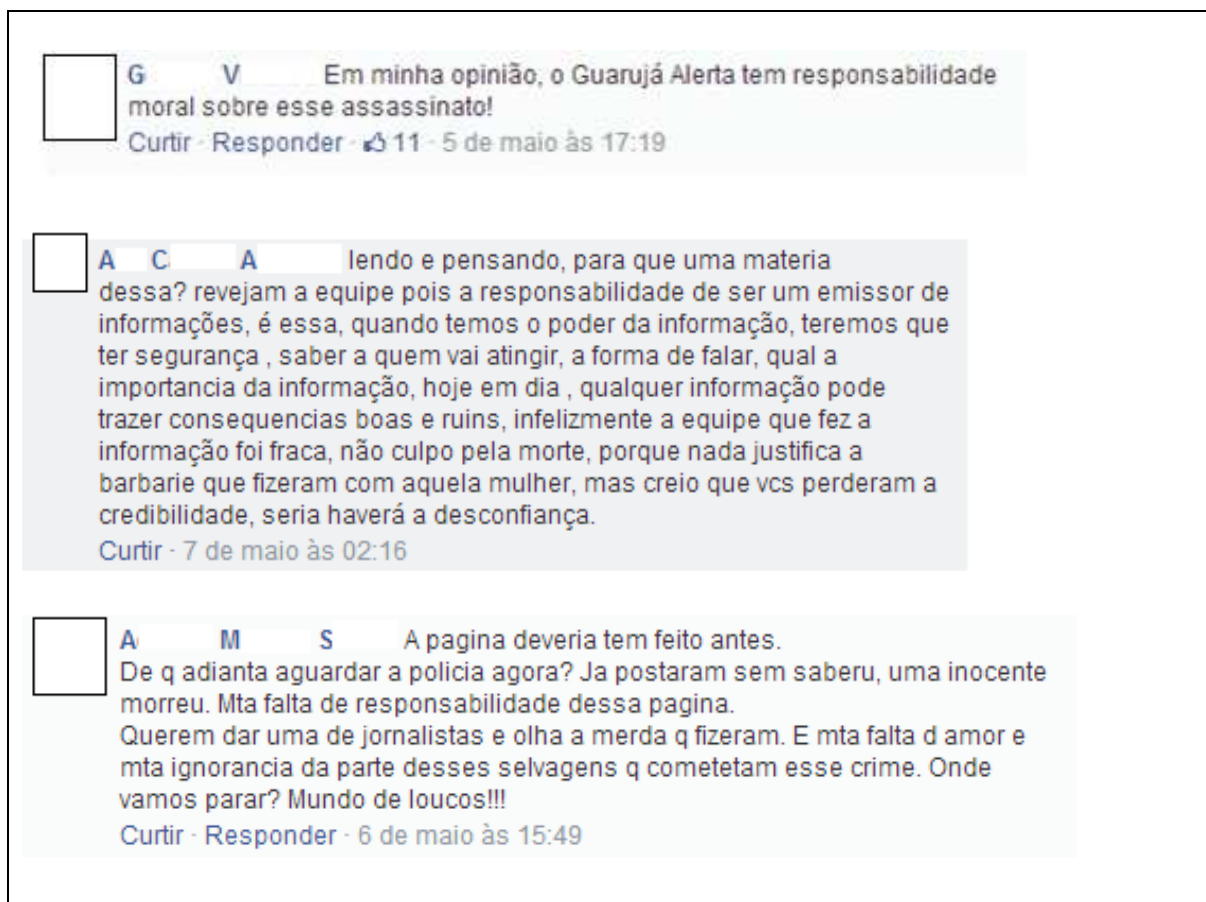
É justamente a morte de uma inocente, ressaltada no comentário de I.P.S., o acontecimento crucial que demarca a degeneração da proposta informativa alavancada pela página. Ao apostar na interação entre os comentadores como um valor em si mesmo, a página acabou abrindo mão do controle sobre o discurso informativo, passando a refletir uma realidade construída com base em imaginários e ficcionalizações. Como já se apresentou, desse processo emergiram trajetórias semióticas que, de fato, instauraram fantasiosamente a presença de uma bruxa no seio da comunidade de Morrinhos, em Guarujá, corporificada na figura de Fabiane Maria de Jesus.

Se durante o processo constitutivo do boato a página agiu como espécie de catalisadora daquilo que emergia fora de seu sistema, estabelecendo inclusive relação de cumplicidade e cooperação com o seguidor alçado à condição de cogestor enunciativo, o linchamento de Fabiane a obriga a instaurar táticas regulatórias interacionais na tentativa de defender e reafirmar a sua metodologia informativa.

<sup>103</sup> Considerando o papel determinante do seguidor, a ponto da complexa cadeia de mensagens suscitadas na página “produzir um efeito de saturação contraprodutivo”, instalando de fato o boato na realidade histórica, o significado do termo “interatividade comunicativa” sugerido por Rost (2014) enquanto fusão entre materialidades originadas dos media e do campo receptor perde parte do seu significado na medida em que a página opera basicamente como catalisadora de mensagens externas à sua rotina produtiva.

Nesse sentido, a morte de Fabiane desencadeia em paralelo uma infinidade de mensagens atribuindo culpa à página pelo linchamento dela, como pode ser observado nos comentários que compõem a Imagem 57.

Imagem 57 – Após a morte de Fabiane, credibilidade da página é questionada



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Considerando, literalmente, a existência de centenas de mensagens em tom de crítica à política editorial da página, a Guarujá Alerta, a exemplo do que faz o Folha.com, também adota a postura de silêncio como estratégia interacional reguladora, ou seja, exime-se de responder à grande maioria dos comentários. Em casos específicos, contudo, interage diretamente com o seu seguidor. É justamente a partir dessa interação que emergem estratégias regulatórias para conter a crise instalada, crise essa que acaba por decretar a extinção da página. Valendo-se também de um processo de autorregulação característico dos fluxos multidirecionais instalados em rede, verificam-se situações em que a resposta silenciada pela página é assumida por seu próprio seguidor.

Vale destacar, ainda, que a triagem dos comentários respondidos pelos administradores da página não se deu de modo aleatório, mas amparada por um mecanismo



tecnológico. Considerando que, a partir do recurso de “classificação de comentários” oferecido pelo Facebook, as mensagens mais curtidas apareciam dispostas no topo da página, os administradores optaram por responder a questões suscitadas pelos atores mais populares e, conseqüentemente, influenciadores da rede. Isso significa dizer que, ao responder ao comentário desses interagentes influentes, lidos e respaldados por tantos outros, a página regulava as situações de crise com maior potencial de alastramento.

### 5.2.1 Guarujá Alerta: reafirmação da política editorial

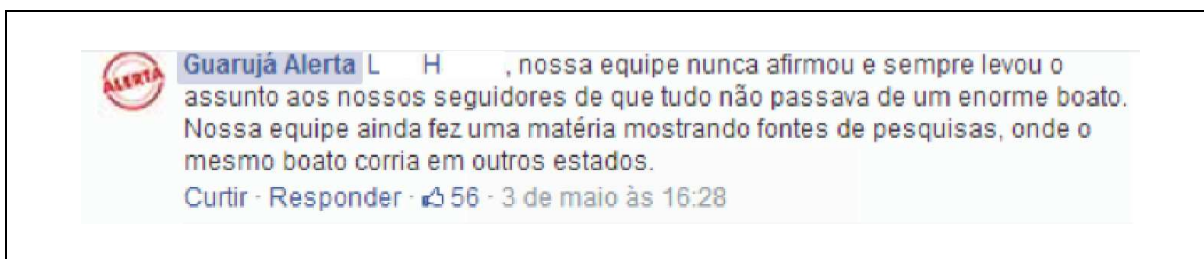
A observação dos materiais enviados pelos seguidores da Guarujá Alerta criticando a sua postura editorial sugere que, embora a página não atenda a características caras à prática jornalística, como objetividade, clareza, checagem, competência redacional e contextualização informativa, os leitores atribuíam a ela vocação jornalística<sup>104</sup>. Sem perceber o fato de que a página representava, basicamente, um meio catalisador das suas próprias visões de mundo – apesar de aproximar-se canhestamente de práticas e deontologias jornalísticas –, os seguidores passaram a contestá-la, após desfeito o boato, pelo fato de não ter cumprido a promessa de um fluxo informacional transparente, coeso, coerente e sólido. Nesse sentido, ao criticarem a página, os comentadores não assumem uma posição de cogestores dos processos comunicacionais ali materializados, mas sim uma posição de leitura crítica do meio que os exime de responsabilidade por aquilo que emerge daquele espaço em termos de desinformação.

Como primeira estratégia interacional visando restabelecer a inteligibilidade perdida após o circuito informacional gerido na página ter favorecido a emergência e exacerbação de um boato, a Guarujá Alerta tenta regular o vínculo com o seguidor crítico frente às suas operações enunciativas explicitando a ele a sua postura editorial ao longo do desenrolar do caso. Na postagem trazida na sequência, os administradores da página afirmam à seguidora L.H. terem trabalhado discursivamente em favor da desmistificação do boato, valendo-se para isso de operações tipicamente jornalísticas voltadas ao confronto de distintas “fontes de pesquisa”.

---

<sup>104</sup> Segundo Sousa, Dourado e Martins Filho (2015, p. 11), a credibilidade conquistada pela página Guarujá Alerta mobilizava grande parcela da comunidade, que “participava dessa rede social e não duvidava dos fatos que a mesma publicava online”.

Imagem 58 – Página justifica seus procedimentos operacionais ao longo da cobertura do caso de Guarujá



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Nesse sentido, a Guarujá Alerta se protege de críticas direcionadas à sua postura editorial valendo-se de operações eminentemente jornalísticas, mesmo que não goze da mesma autoridade atribuída ao jornalismo canônico. Dessa forma, a página regula a interação com o leitor descontente demonstrando a ele que as estratégias editoriais acionadas por ela ao longo do desenrolar do caso da Bruxa de Guarujá estiveram ancoradas num trabalho de pesquisa e confronto de fontes informativas, o que lhe garante certa credibilidade.

Nessa mesma toada regulatória interacional, a página voltou a “conversar” com o seu seguidor para reiterar os seus procedimentos metodológicos ao longo do caso. Na mensagem reproduzida na sequência, direcionada à interagente S.V., os administradores da página reafirmam a produção de uma extensa matéria desmistificando o boato, seguida da divulgação de uma série de links indicando a circulação da falsa história em torno da sequestradora de crianças também em outros estados brasileiros. Essa matéria, de fato, existiu e, como já foi sublinhado, reitera a presença de elementos tipicamente jornalísticos associados aos modos de dizer da página.

Imagem 59 – Página volta a justificar suas operações enunciativas face à exacerbação do boato



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessado em maio de 2014.

Contudo, duas problemáticas centrais com as quais essa tese se depara podem ser

analisadas através dessa mesma mensagem emitida pelos administradores do Guarujá Alerta ao buscarem regular a relação com o seguidor através de postura reafirmativa quanto à sua política editorial.

A primeira questão precisa ser examinada a partir da postura dos administradores em que, ao defenderem a sua posição editorial, esclarecem à interagente S.V. terem produzido, à época da emergência do boato, uma “matéria enorme”, seguida dos seguintes dizeres: *“leiam com a atenção. Sabemos que por ser um texto longo muitos não irão ler”*. Essa observação demonstra, sob a ótica dos próprios gestores da página, as limitações informativas do Facebook, bem como um conhecimento dos hábitos de leitura do seu público receptor. Nesse sentido, pode-se afirmar que, no momento em que produziram essa “matéria enorme” agora lembrada, eles já pressupunham um baixo índice de leitura e apreensão informativa. Sem garantias conclusivas, levanto a hipótese de que essa constatação decorra do fato de que a construção de inteligibilidades noticiosas não está devidamente acoplada ao funcionamento do Facebook, que, apesar de experimentações cada vez mais qualificadas no âmbito jornalístico, ainda se volta a um processo de leitura rápido, dinâmico e, por vezes, operacionalizado em ambientes, circunstâncias e meios tecnológicos – a exemplo de celulares – desfavoráveis à consecução da atenção exigida por uma narrativa hipertextual complexa.

A segunda questão centra-se na análise da afirmação: *“... não foi nossa equipe que divulgou perfil de Facebook, ou até mesmo foto”*. Tal declaração revela a existência de um circuito circulatório gerador do boato exógeno à página, impulsionado pelo seu seguidor enquanto protagonista na construção de inteligibilidades sobre o caso. Nestes termos, a página regula a interação com o seguidor deixando evidente o lugar deste no desenrolar de um fenômeno que, antes de ser conformado isoladamente, gestou-se coletivamente através de excertos discursivos que não circularam num lugar específico, mas sim num espaço midiático fomentado coletivamente e que favoreceu a sua aceitação.

### 5.2.2 Guarujá Alerta: a justiça como elemento normativo exógeno

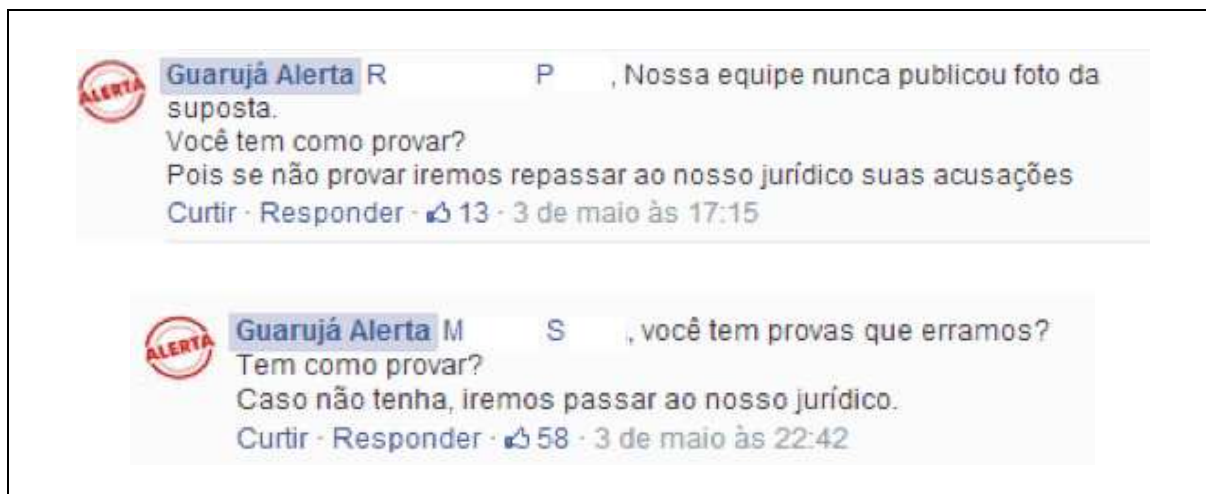
Considerando que a página não consegue dar conta da processualidade informacional em torno do caso da Bruxa de Guarujá, que não apenas desencadeia um ato de linchamento, mas, de modo correlato, um processo de culpabilização da própria página pela morte de uma inocente, os seus administradores precisam acionar o sistema judicial como instrumento regulador do processo interacional junto ao seguidor.

Ao lado de um trabalho de reafirmação da sua política editorial, portanto, a página

busca no campo judicial aquilo que ela não consegue realizar em termos de interação através de suas operações internas. Nitidamente, o imperativo de colaboração que se apresentava como promessa da página ingressa numa zona de contenda e, conseqüentemente, desencadeia o acionamento de um elemento normativo exógeno: a justiça.

Pelo menos em duas situações específicas, a partir das quais a página se coloca em situação dialogal com o seguidor via seção de comentários, o recurso ao campo judicial é mencionado como instrumento regulador interacional. A página, nesse sentido, dirige-se ao seguidor em tom de ameaça, instigando-o a gerar provas em relação ao trabalho de leitura crítica que empreende sobre a sua postura editorial, como demonstram as mensagens abaixo.

Imagem 60 – Administradores da página convocam seguidores a provar equívocos ao longo da cobertura do caso da Bruxa de Guarujá



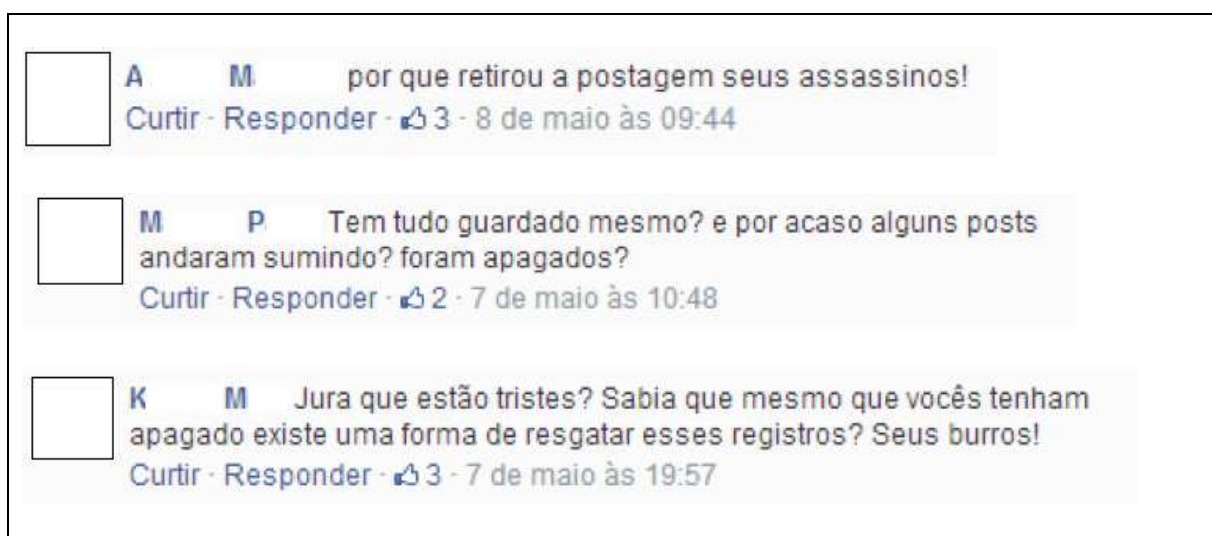
Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Em ambos os casos, a crítica movida pelos seguidores menciona a presumida publicação de uma fotografia da suposta sequestradora de crianças na página Guarujá Alerta, o que teria conferido plausibilidade imagética à existência da bruxa que, pelo menos alegoricamente, atemorizou a comunidade de Morrinhos. De fato, como evidencia a resposta dada pelos administradores, a página Guarujá Alerta jamais publicou uma fotografia da sequestradora, e, sim, um retrato falado. A associação entre esse retrato falado e o fenótipo de uma moradora da comunidade foi efetivada pelo fluxo circulatório alimentado pelos próprios internautas, por vezes mobilizando circuitos informativos tangenciais à própria página. Nesse sentido, ao dirigir-se aos comentadores R.P. e M.S., os administradores da página explicitam a incapacidade do seguidor em distinguir operacionalizações de sentido inscritas em uma fotografia e em um retrato falado. Na interpretação do seguidor, dilui-se a distinção entre uma

fotografia enquanto reprodução fiel de algo registrado por uma máquina de alta precisão e um retrato falado, cujo objetivo é aproximar com o maior grau de fidelidade, a partir da perspectiva de um desenhista, um objeto real de sua representação num desenho. Ao sugerir, ainda que não explicitamente, essa diferenciação, alegando nunca ter publicado foto da suposta sequestradora, a equipe da página conclama o seguidor a provar que as suas construções de sentidos em torno do caso foram equivocadas, convocando o campo judicial a mediar uma relação desgastada pelo trânsito discursivo em rede e pela indistinção, sob a ótica do receptor, entre uma fotografia e um desenho.

É preciso lembrar, ainda, que, valendo-se do potencial de edição oferecido pelas tecnologias de comunicação digital, o que torna as publicações permanentemente sujeitas a acréscimos, desvios e manipulações, a página Guarujá Alerta, ao reconhecer o caráter precipitado de uma postagem, eliminou do seu feed de notícias, horas após a divulgação, o retrato falado da suposta sequestradora. A supressão do retrato falado, como indicam os *prints* reproduzidos na sequência, foi identificada e contestada pelos seguidores da página. No entanto, o sistema de compartilhamentos atribuído às redes digitais permitiu que, mesmo removido de sua fonte original, o retrato falado seguisse fazendo proliferar cadeias de sentidos em circuitos adjacentes à página, o que sinaliza para a impossibilidade de se eliminar em definitivo qualquer informação da internet. Mais uma vez, qualquer expectativa de extirpar elementos da rede apenas pode ser interpretada como uma ação meramente tentativa, considerando a total falta de controle sobre a teia de distribuição que incide sobre eles.

Imagem 61 – Interagentes identificam tentativa da página em frear a circulação do retrato falado da sequestradora de Guarujá



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

A terceira mensagem inserida na Imagem 61, emitida por K.M, evidencia o conhecimento da cogestora em relação ao processamento e armazenagem de mensagens nas redes digitais. O tom de ameaça, aqui, volta-se contra a página: “*Sabia que mesmo que vocês tenham apagado existe uma forma de resgatar esses registros?*”. Indiretamente, a pergunta de K.M. reforça a hipótese em torno da impossibilidade de se “varrer” do ambiente digital informações indesejadas que, em circuitos próximos ou distantes, seguirão disseminando cadeias de sentido via compartilhamentos.

### 5.2.3 Guarujá Alerta: processos autorregulatórios

Se a base da cadeia de significações acionada pelo site Folha.com se concentra nos conteúdos jornalísticos produzidos por seus repórteres e colunistas, os processos autorregulatórios identificados no interior das relações entre os seguidores, via seção de comentários, constitui o lugar privilegiado de onde emergiram as construções de sentido na página Guarujá Alerta. Se no site, portanto, as construções de sentido estão principalmente ancoradas na produção, na página, ao contrário, concentram-se no trabalho produtivo da recepção.

Desprovida de regimentos, regras e protocolos que, minimamente, balizem a entrada do receptor em seu sistema, a página perdeu o controle dos fluxos circulatórios e das cadeias de sentido instauradas em seu espaço, considerando que, das 12 postagens publicadas pela Guarujá Alerta ao longo do desenrolar do caso analisado, emergiram 414 páginas de comentários<sup>105</sup>.

Como já foi descrito no contexto do primeiro acontecimento, após a publicação da postagem que ofereceu o “start” constitutivo do boato, seguido da divulgação do retrato falado da suposta sequestradora – rememorados na Imagem 62 –, a página Guarujá Alerta sucumbiu em meio ao avanço sistemático daquilo que poderíamos denominar, metaforicamente, de “degeneração informativa”, processo que culmina na passagem do boato para o linchamento (acontecimento 2) e evidencia o potencial desfigurativo da autorregulação<sup>106</sup>. Essa “degeneração informativa” faz menção às múltiplas reinvenções associadas à história, via circulação, deixando notório que um crescimento quantitativo de

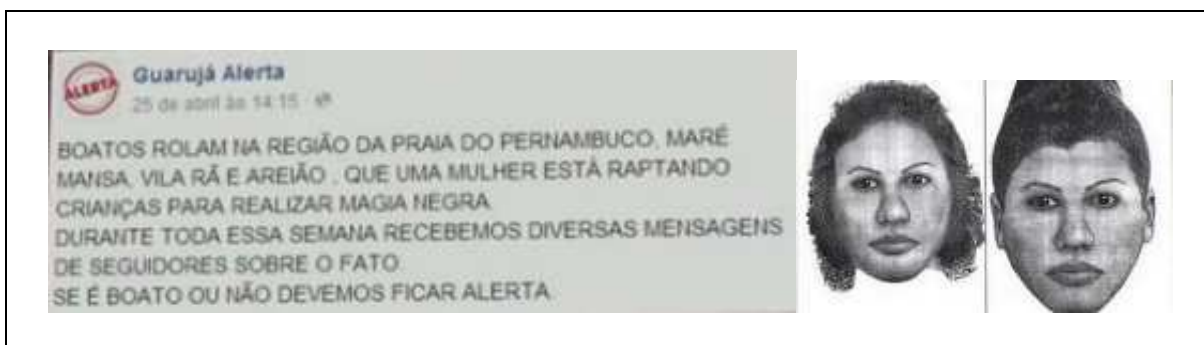
---

<sup>105</sup> Para efeito comparativo, o Folha.com publicou ao longo do desenrolar do caso 29 materiais, entre conteúdos informativos e opinativos, gerando pouco mais de 400 comentários.

<sup>106</sup> Vale lembrar que, como estratégia de manipulação possibilitada pelas mídias digitais, os dois arquivos – mensagem e retrato falado – foram excluídos da página numa tentativa de diluir a sua responsabilidade por estimular o boato que culminou em linchamento.

informação circulante na sociedade não está diretamente associado a um ganho de “lucidez” e “sobriedade” informacional.

Imagem 62 – Postagem e retrato falado sugerindo a existência de sequestradora de crianças conduz a desconfigurações sistemáticas em torno do caso, via comentários na página



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

A proposta colaborativa da página, portanto, a levou a submergir em meio ao próprio espaço interacional que inaugurou em rede. Nesse sentido, através da instauração de um movimento interacional, do qual emergiram variadas ressignificações de sentido em torno do caso, paulatinamente os seguidores da página foram tecendo redes de sentido autorregulatórias que colaboraram, embora de forma não consensual, para a transfiguração do boato em verdade devidamente legitimada, senão por fatos reais, por discursos que criaram a sensação de veracidade e, conseqüentemente, cobraram providências para o caso, como demonstram as postagens apresentadas na sequência.

Imagem 63 – Trocas de mensagens entre seguidores vão tecendo de forma desencontrada, via seção de comentários da página, as nuances e destinos em torno da história da bruxa



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

O mais interessante de tudo, porém, é perceber que mesmo que a página tenha, tentativamente, se empenhado para recobrar a ordem e, de fato, desmistificar o boato que ela própria havia suscitado, a sua força interacional regulatória sucumbiu em meio à força produtiva dos seus receptores em interação. Após sugerida a existência da bruxa, as tentativas posteriores da página em redirecionar as interações para a desconstrução do boato, como mostram as imagens na sequência, tornaram-se infrutíferas diante de um processo interacional autorregulatório que se impunha como o espaço privilegiado de construção de sentidos em torno do caso.



Imagem 64 – Instalado o boato na comunidade de Morrinhos, tentativas de desmistificá-lo tornam-se infrutíferas



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

A análise empírica permite identificar casos específicos em que a página também se beneficiou da interação autorregulatória, na medida em que cogestores assumiram a defesa da Guarujá Alerta, constantemente culpabilizada por sugerir a existência de uma sequestradora e, na sequência, divulgar o seu retrato falado.

No exemplo que segue, S.A. estabelece relação direta entre a publicação da imagem da suposta sequestradora pela página e o linchamento de Fabiane. Em resposta, o comentarista L. D. argumenta que a fotografia da suposta sequestradora de crianças havia sido produzida no Rio de Janeiro, deixando implícito em seu comentário que o processo de adaptação daquela imagem longínqua à realidade do bairro Morrinhos se deu através de uma engrenagem fantasiosa acionada pela circulação informacional em rede. A página, por sua vez, legitima a postura argumentativa do interagente que se manifesta em sua defesa: “*ISSO MESMO LEONARDO*”.

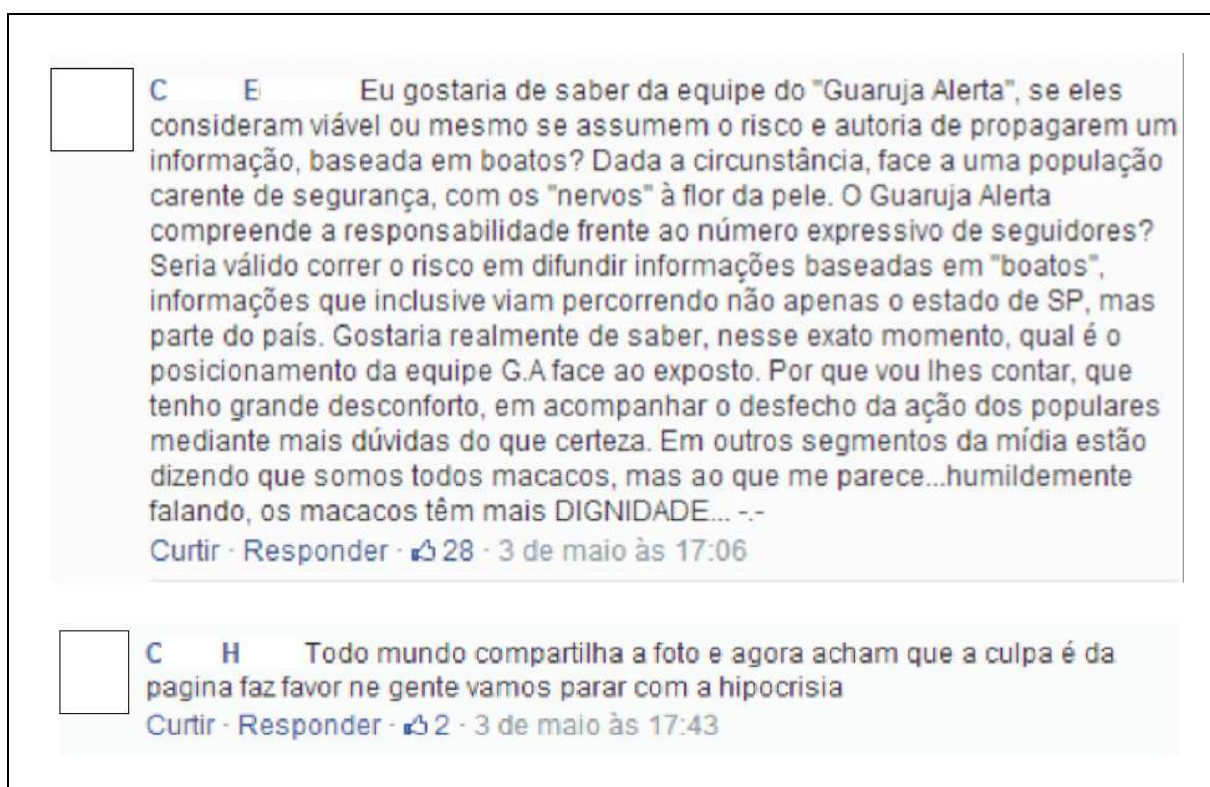
Imagem 65 – Processo autorregulatório também gera movimentos de defesa da política editorial da página



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Num segundo caso enigmático de beneficiamento da página a partir de interações autorregulatórias, a exemplo do que aconteceu também no Folha.com, perguntas direcionadas ao Guarujá Alerta e silenciadas pelos seus administradores acabaram ressoando pela voz de outros interagentes, que, mais uma vez, posicionam-se enquanto seus porta-vozes. Nos materiais apresentados na sequência, o comentador C. E. dirige-se à Guarujá Alerta questionando-a sobre os riscos de propagação de uma informação baseada em boatos. A página, que silencia frente à pergunta, vê-se representada pela interagente C. H.

Imagem 66 – Comentadora se posiciona como porta-voz da página Guarujá Alerta que, neste caso, se beneficia do processo autorregulatório



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

A resposta de C.H. revela de forma precisa a impossibilidade de a página regular as interações, considerando que aquilo que dela emergiu num primeiro momento – a exemplo do retrato falado da sequestradora – rapidamente se disseminou por outros circuitos tangenciais ao próprio Facebook sobre os quais ela não tinha qualquer poder de controle. Isso significa dizer que, para além da órbita específica da página, os fluxos interacionais autorregulatórios rapidamente se disseminaram por outros ambientes midiáticos, como perfis pessoais na própria rede social, fazendo com que qualquer esforço regulatório numa ponta do complexo sistema multiplicador do boato não estancasse o seu processo constitutivo na outra. Essa ingerência nos processos midiáticos é sintomática de uma sociedade que alarga o seu espectro produtivo, tornando os fluxos circulatórios impossíveis de serem reparados em seu decurso constitutivo.

É justamente nesse intervalo, entre a constituição do boato e seu desejo de reparação, impossível de ser efetivado em decorrência da perda de controle sobre os fluxos circulatórios autorregulados, que a página sucumbiu. Além de minar sua credibilidade, houve o apelo direto de seguidores para que ela se tornasse um projeto extinto, cuja proposta colaborativa, neste caso, acabou confirmando um boato que deveria ser refutado.

Imagem 67 – Projeto colaborativo da página sucumbe por pressão dos próprios seguidores



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

## 6 JULGAMENTO SOCIAL-MIDIÁTICO COMO SIMBÓLICA DOS PROCESSOS DE CIRCULAÇÃO

O processo de culpabilização em torno do linchamento de Guarujá, que se manifesta pelos comentários na sua condição de fragmentos da semiose social materializados na página e no site, sugere a existência de um primeiro julgamento, estritamente midiático, bem como de um segundo e terceiro julgamentos que, apesar de também revelados no ambiente dos meios, voltam-se à problematização de questões políticas e sociais aventadas como causas diretas do boato que culminou em violência, física e discursiva.

Essa terceira proposição de pesquisa, portanto, sugere a emergência de leituras diversificadas frente ao trabalho de nomeação de culpados pela barbárie de Guarujá. Tais defasagens interpretativas remetem a questões epistemológicas novas, quando se analisa a circulação midiática. As figuras de reconhecimento em torno dos processos de culpabilização, como se apresentará na análise, estão ancoradas em epistemes sociais que se voltam à problemática de Guarujá não livres de lógicas da instituição midiática tradicional que didatiza o olhar e o modo como os comentaristas atribuem sentidos ao caso. Nessa perspectiva, a atividade de nomeação de culpados no caso aqui analisado vincula-se a aspectos conjunturais complexos, essencialmente de ordem midiática, social e política que transparecem pelo olhar da recepção quando dotada de força produtiva.

### 6.1 Julgamento moral-midiático: a culpa da página

O desfecho trágico suscitado pelas narrativas que orbitaram na página Guarujá Alerta, colocando-a na condição de instância constitutiva do boato (acontecimento 1), conduziu a um processo de julgamento das suas operações enunciativas, materializadas na seção de comentários da própria página, assim como do site Folha.com. A leitura do livro “*A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica da mídia*”, escrito por José Luiz Braga (2006), ajuda a compreender que o descumprimento de normas, a emergência de polêmicas interpretativas, os erros de apuração, assim como a transgressão de valores ético-culturais são alguns dos elementos capazes de levar a cobertura jornalística<sup>107</sup> à condição do que denomina de “objeto explicitado”. Segundo Braga (2006), isso corresponde a retirar a produção

---

<sup>107</sup> Ainda que a página não se caracterize como um meio eminentemente jornalístico, a pesquisa a caracterizou como um objeto “travestido” de jornalismo, na medida em que suas práticas, ainda que tentativas, aproximam-se de deontologias e processualidades caras aos trabalhos dos media.

noticiosa do terreno do ‘não-dito’ e das coisas tidas como naturalizadas e fazê-la passar à condição de uma prática problematizada.

A atribuição de culpa pelo linchamento em Guarujá, via comentários, à cobertura da página revela que o paradigma informacional jornalístico está instalado na sociedade e que a responsabilidade por assegurar esse paradigma não corresponde a uma atribuição assumida pelos próprios interagentes enquanto cogestores dos atos de comunicação geridos na Guarujá Alerta, mas é adscrita ao próprio meio que, tentativamente, buscou institucionalizar-se enquanto instância de caráter eminentemente noticioso. Nesse sentido, a exacerbação do boato em ato trágico deslegitimou imediatamente a crença no fazer dos administradores da página enquanto produção inspiradora de credibilidade e confiança. Desfez-se, neste momento, o capital simbólico conquistado por uma página que, apesar de “travestida” de jornalismo em função de sua narrativa imprecisa, fragilmente apurada e sempre dependente do trabalho de cogestão de seus próprios seguidores, havia conquistado legitimidade frente à comunidade de Guarujá, como sugere a declaração do comentador R.C reportada na Imagem 68.

Imagem 68 – Episódio de Guarujá deslegitima o trabalho de produção noticiosa desenvolvido pela página

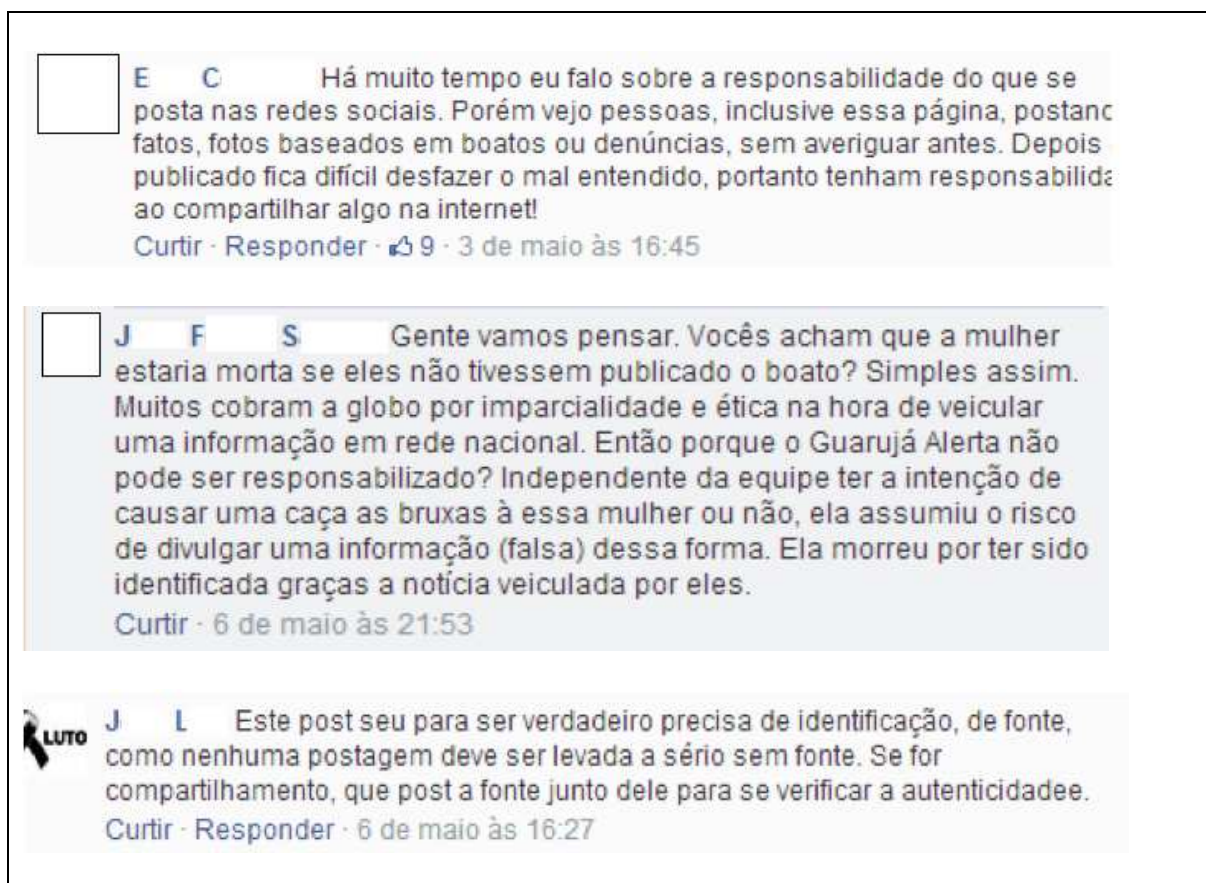


Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Os materiais de caráter empírico trazidos na sequência da análise e extraídos da própria Guarujá Alerta sugerem que o campo da recepção produtora, ao julgar a página, adentra na fronteira das lógicas e processualidades que definem o campo jornalístico, revelando domínio de práticas caras ao ofício, bem como ao funcionamento das redes sociais na condição de espaços cada vez mais povoados por projetos de caráter jornalístico/noticioso. Nesse sentido, as produções de sentido expressas pela própria instância receptora explicitam o caráter travestido da página, justamente por ela não atender a critérios fundantes do jornalismo canônico. Segundo a interagente E.C, a página postava boatos e denúncias sem a devida checagem. Para J.F.S, os mesmos critérios de imparcialidade e ética cobrados da Rede Globo na transmissão de uma informação em rede nacional deveriam ser exigidos da página.

Já o interagente J.L esclarece, em mensagem dirigida aos próprios administradores da Guarujá Alerta, que a publicação de uma informação, para adquirir a presunção de veracidade, precisa estar sustentada pela declaração de fontes passíveis de identificação.

Imagem 69 – Interagentes demonstram conhecimento das regras e postulados que norteiam a produção de conteúdo noticioso

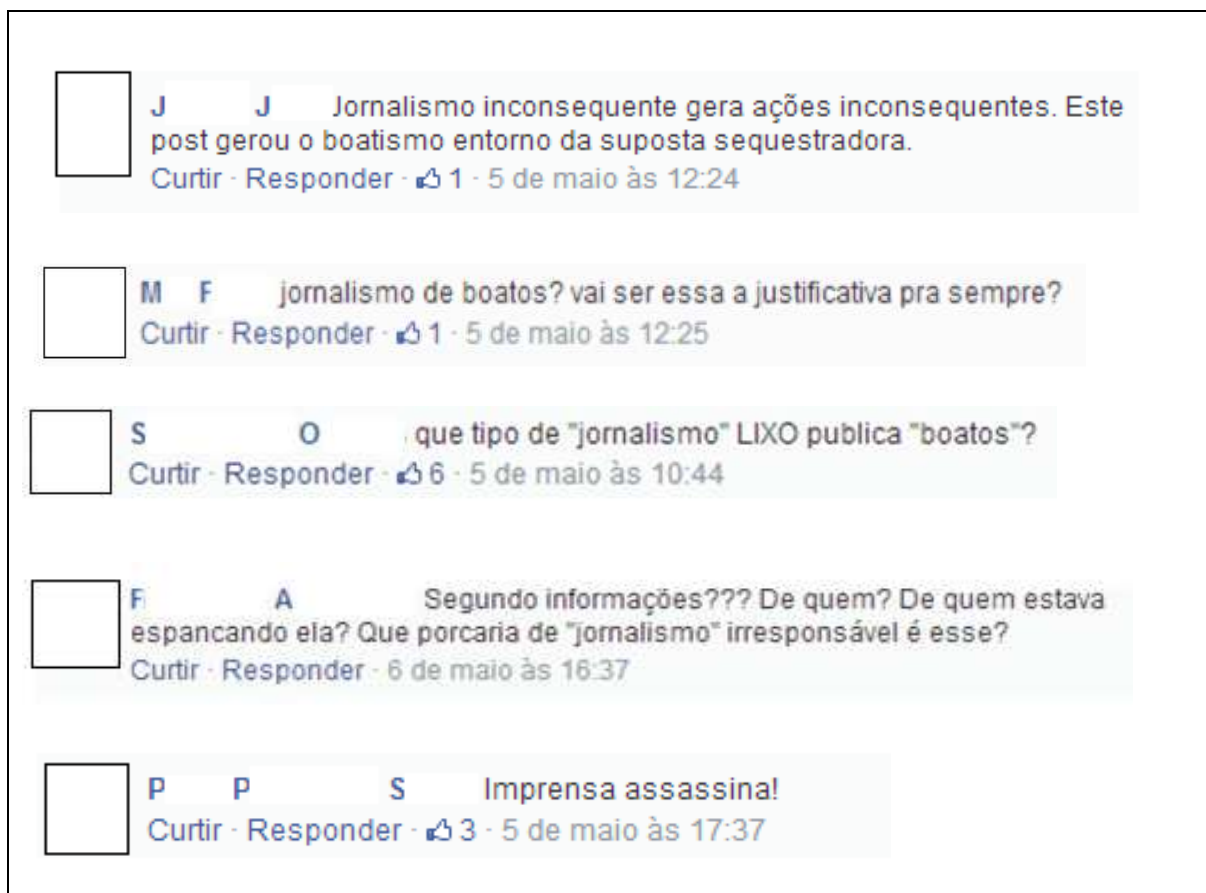


Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

De forma bem mais sintética e, por sua vez, menos reflexiva, um segundo nível de comentários feitos na Guarujá Alerta permite identificar um esforço de adjetivação da natureza jornalística que, na interpretação do internauta, ganhou forma no espaço da página. Tachando-a de “jornalismo inconsequente”, “jornalismo de boatos”, “jornalismo lixo”, “jornalismo irresponsável” e “imprensa assassina”, o usuário da rede reconhece a natureza noticiosa que revestia o trabalho discursivo empreendido pela página, mas, ao mesmo tempo, o distancia daquilo que poderíamos denominar de “jornalismo canônico”. Explicita-se, aqui, a problemática comunicacional inscrita em um projeto colaborativo que, apenas canhestramente próximo de uma prática jornalística, sucumbe em meio à proposta de gerar informação sóbria através da canalização de movimentos circulatórios impulsionados por uma multiplicidade de

atores postos em situação produtiva.

Imagem 70 – Seguidores questionam a natureza do trabalho jornalístico desempenhado pela página, situando-a num lugar distante de uma prática jornalística canônica



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

É interessante perceber que a vasta lista de “definições” atribuídas à página pelo campo da recepção revela, mais uma vez, que o comentador possui domínio das lógicas midiáticas, fruto do processo de midiatização social. A fim de criticar a página, os atores sociais tomam como referência as regras do fazer jornalístico, bem como os procedimentos que definem o jornalismo e integram o seu fazer, como apuração e consulta a fontes oficiais. Essa constatação faz pensar que essa instância do ator social midiatizado representa um tipo específico de mediação, podendo inclusive assumir a postura do crítico.

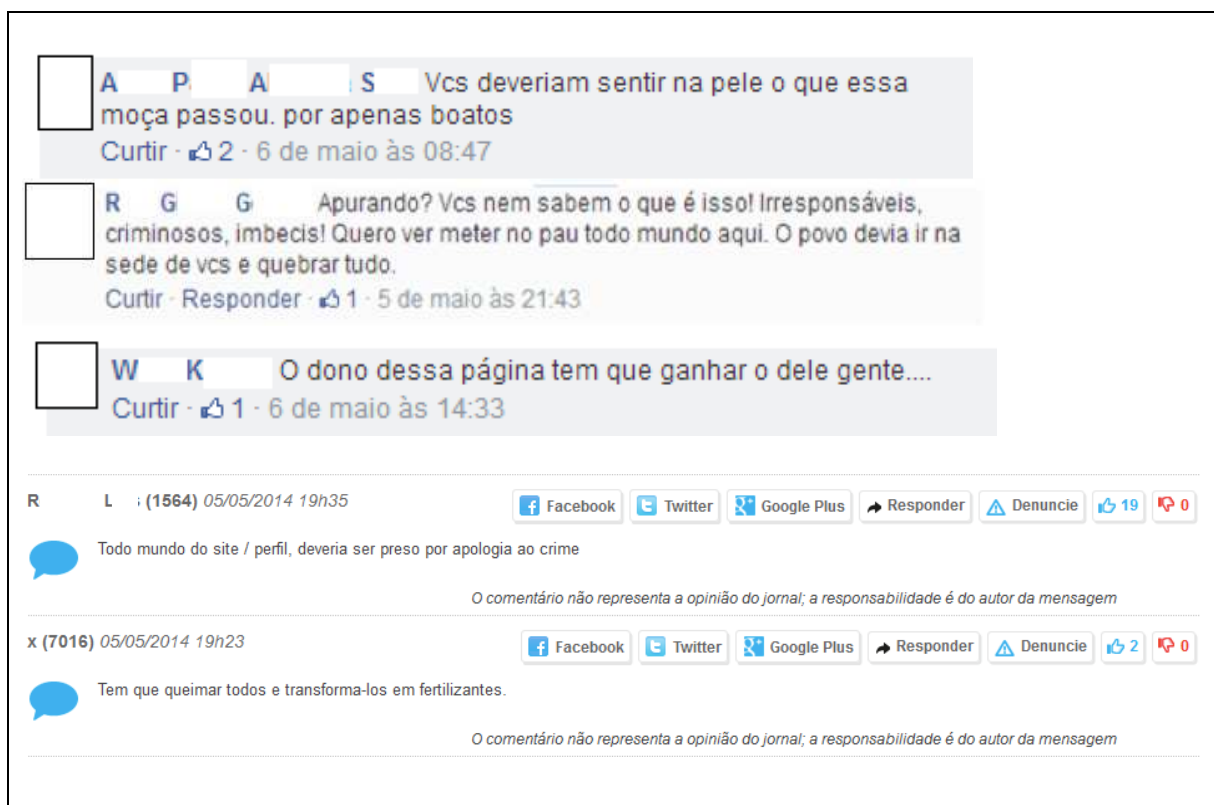
A sucessão de adjetivos pejorativos associados ao trabalho enunciativo da página também revela que o prestígio conquistado por sua proposta é suplantado pela instalação da crise em torno do linchamento de Guarujá. Através do desencadeamento de um fenômeno que poderíamos denominar de “movimento reverso”, os administradores da página que evocaram a presença da sequestradora no seio da comunidade (acontecimento 1), convocando-a a



permanecer alerta aos seus passos, tornam-se, após a elucidação do boato, eles próprios vítimas da história que ajudaram a fabular. Os chamados enfurecidos anteriormente direcionados à identificação e eliminação da suposta bruxa que amedrontava as crianças de Guarujá voltam-se, após o linchamento de Fabiane, contra os administradores da página, agora associados a uma “imprensa assassina”.

Os *prints* apresentados na sequência, extraídos tanto do espaço de comentários da página quanto do site Folha.com, oferecem indicativos precisos em relação a um segundo linchamento anunciado, agora não mais dirigido a um personagem fictício erroneamente associado a uma dona de casa, mas sim àqueles que, sob a ótica da recepção, o instalou no imaginário coletivo graças ao manejo de uma página gerada no Facebook e tomada como baliza noticiosa para uma comunidade específica. A ideia de um segundo linchamento, orquestrado pelos atores sociais dispostos em rede que buscam um culpado, representa uma tentativa mobilizada pela comunidade com o intuito de isentar-se da corresponsabilidade pela morte de Fabiane.

Imagem 71 – Mensagens de ódio anteriormente direcionadas à sequestradora voltam-se aos administradores da página



Fonte: Página Guarujá Alerta e site Folha.com, acessados em maio de 2014.

## 6.2 Julgamento midiático: a culpa de Sheherazade

Num nível mais sofisticado de julgamento midiático, embora menos recorrente, verifica-se que a atribuição de culpa, via seções de comentários da página e do site, torna-se um processo didatizado por percepções, imaginários e lógicas mobilizados por uma mídia canônica agora revisitada num outro espaço no qual se torna alvo de críticas. A nomeação de culpados pelo linchamento de Guarujá, nestes termos, torna-se uma prática correferida, ou seja, substanciada por um conjunto de referências midiáticas anteriores.

Essa segunda estratégia de culpabilização, portanto, efetua uma espécie de deslocamento, ainda que parcial, da sentença condenatória pronunciada contra a Guarujá Alerta, como se analisou no tópico anterior, para um movimento que atribui culpa ao jornalismo policiaisco televisivo. Materiais jornalísticos produzidos a partir de lógicas da indústria cultural massiva são tomados como referência, no circuito digital, a fim de justificar as estratégias de sentido mobilizadas pela página, o que revela uma percepção sistêmica do interagente em relação à forma como os diferentes meios se interpenetram. Na interpretação do comentador, verifica-se uma contaminação daquilo que se produz na página por aquilo que é produzido na televisão. O aspecto “travestido” da Guarujá Alerta, que se estrutura num circuito digital, parece ganhar legitimidade em decorrência de uma “herança simbólica” ancorada num meio distante, ou seja, no modo de “fazer jornalismo” adotado pelo circuito da televisão aberta brasileira, como sugerem os *prints* da Imagem 72.

Imagem 72 – Lógicas produtivas da página, na percepção dos interagentes, estão referenciadas também na “herança simbólica” derivada da mídia televisiva

M S A Cadê o Datena Jabaculezeiro, a Sheherazzade , o Corta pra Mim , o Geraldo balança , o Ratinho e outros escrotos da linha " Justiça com as mãos. Eles incentivam esse tipo de coisa. Cade o irresponsável pela veiculação do boato. Que ele seja responsabilizado por apologia ao crime..Agora, uma família chora.. CORTA pra mim., não tove coragem de ver o vídeo.. Depois ainda são contra o governo regulamentar esse tipo de sensacionalismo..

Curtir · Responder · 6 de maio às 17:40 · Editado

J (5) 06/05/2014 17h12

Facebook Twitter Google Plus Responder Denuncie 1 0

Programas vespertinos policiaiscos proto-fascistas tipo "Alguma coisa Alerta" ou "Alguma coisa Urgente" proliferam suas crias em formatos mais virulentos na internet que replicam esses vetores do ódio por todo o Brasil. Eles têm sua culpa, sim, nas barbaridades como os linchamentos promovidos por "pessoas do bem". Suas mensagens diárias, eivadas de ódio e ignorância, servem de alento para a turba de justiceiros. Aproveitam-se da própria falta do Estado na miséria das periferias.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

(Continua...)

(Conclusão)



Fonte: Página Guarujá Alerta e site Folha.com, acessados em maio de 2014.

Nessa mesma vertente associativa, o aspecto que mais chama a atenção a partir da leitura dos objetos empíricos direcionados ao julgamento da mídia diz respeito a um fenômeno sistematicamente recorrente tanto na página quanto no site, permitindo deduzir de forma precisa que o destinatário dos produtos midiáticos precisa ser contemplado considerando a sua relação prévia com outros produtos – tematicamente próximos – aos quais se “reconecta” a fim de interpretar aquilo que consome no tempo presente. Essa premissa pode ser verificada considerando as reiteradas associações feitas pelos comentaristas entre declarações da jornalista do SBT Rachel Sheherazade, em fevereiro de 2014, e o linchamento ocorrido na cidade de Guarujá, em maio do mesmo ano.

Em fevereiro de 2014, ao comentar a ação de populares que prenderam um assaltante pelo pescoço a um poste no Rio de Janeiro, a apresentadora considerou a ação de retaliação “até compreensível”, argumentando que os agressores teriam agido em “legítima defesa coletiva” contra a violência urbana<sup>108</sup>. A vinculação direta entre os dois incidentes, explicitada nas “falas” dos comentaristas, revela a latência de um discurso midiático televisivo, reatualizado na órbita de um discurso midiático digital, deixando transparecer valores sociais compartilhados (FERREIRA, 2013). Os *prints* reportados na sequência sugerem a existência de resquícios do episódio do linchamento no Rio de Janeiro que, ao não se esgotar nele mesmo, acabou reatualizada num circuito distante, considerando a defasagem temporal de quatro meses entre o episódio referido por Sheherazade e o linchamento do Guarujá, assim como a defasagem propriamente midiática, considerando que o primeiro acontecimento remete ao meio televisivo e, o segundo, ao meio digital.

<sup>108</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Rachel\\_Sheherazade#Controv.C3.A9rsias](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rachel_Sheherazade#Controv.C3.A9rsias)>.

Imagem 73 – Apesar do distanciamento temporal, comentadores estabelecem relações entre os linchamentos do Rio de Janeiro e de Guarujá, conectados pelo discurso de “justiçamento” incentivado por Sheherazade na televisão

The image shows a screenshot of a social media thread. At the top, there are two comments. The first comment, from user 'N R S', criticizes 'good citizens' for encouraging a 'carniceria' (slaughter) and mentions Rachel Sheherazade. The second comment, from user 'J V', accuses Rachel Sheherazade of being evasive and shifting blame. Below these are two replies from 'PH A'. The first reply, dated 09/05/2014, discusses the media impact of a case and the presenter's role. The second reply, dated 07/05/2014, discusses the presenter's credibility and her role in the 'Guarujá Alerta' profile.

**Comment 1:**  
 N R S Cidadãos\* de bem mataram essa mulher. Cidadãos de bem incentivaram esse tipo de "justiça" carniceira. Cidadãos de bem assistem a SHEirada Rachel Sheherazade e propagam as insanidades criminosas, por ela proferidas. Os piores bandidos são os que se escondem sob o título de "cidadão de bem", covardes o suficientes para se protegerem no anonimato desse título hipócrita.  
 Curtir · Responder · 3 · 6 de maio às 01:10

**Comment 2:**  
 J V Ah não, Raquel Sherazade com aquela cara de sonsa defendeu SIM de maneira velada os "justiceiros" de plantão, agora que aconteceu o que era de se esperar querem tirar a culpa dela, uma figura pública tem que ter mais responsabilidade na hora de abrir a boca!  
 Curtir · 6 · 7 de maio às 00:09

**Reply 1:**  
 PH A (1000) 09/05/2014 23h48  
 Existe, sim, um evento recente que detonou tudo isso. Foi a grande repercussão dada na mídia ao caso do rapaz que foi acorrentado a um poste no Rio; e em seguida, a grande repercussão dada ao comentário feito pela apresentadora do SBT Sra. Rachel Sheherazade, no sentido de que tal ato seria "compreensível". Tornou assim "compreensível" a justiça pelas próprias mãos. Sucedeu-se uma 'onda' de notícias sobre novos linchamentos, e isso penetra no inconsciente da população, "normalizando-se" o ato.  
 O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

**Reply 2:**  
 PH A (1031) 07/05/2014 11h06  
 Com esse episódio da Fabiane no Guarujá, a Sra. Sheherazade devia vir a público pedir desculpas por dizer que "é compreensível" o just / çamento e o linch / amento praticado pela população. Desde aquele dia, ela passou a ser co-responsável por este tipo de barb / árie. Assim como o administrador do perfil "Guarujá Alerta", que inventou que a mulher procurada praticava atos de ma / gia ne / gra. Isso é difa / mação. Devia pedir desculpas e desativar sua página. Sua credibilidade está no lixo.  
 O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Fonte: Página Guarujá Alerta e site Folha.com, acessados em maio de 2014.

Os comentários apresentados na Imagem 73 dão a entender que a exacerbação do boato em linchamento teve como fator desencadeante, além do medo imediato que contaminou a comunidade pela presença de uma suposta sequestradora, um trabalho anterior gestado midiaticamente por uma jornalista que defende a prática da justiça com as próprias mãos, tornando-se ela própria “corresponsável por esse tipo de barbárie” e sendo convocada a vir a público pedir desculpas por suas declarações. Nestes termos, as cadeias de sentido mobilizadas pela comunidade para interpretar o caso foram subsidiadas por um discurso anterior, feito na televisão, e que incentivava o uso da força como estratégia de legítima defesa.

Essa complexa relação entre um discurso atual e outro historicamente reportado

permite estabelecer relações com a ideia defendida por Warburg (2015) de que “uma imagem sempre se reporta a outra imagem”. Neste caso, o linchamento do Guarujá se reporta ao linchamento defendido por Sheherazade, ou seja, trata-se de um processo de referência que vai para além do fato em si, mas que aciona o imaginário social e convoca uma espécie de atualização, perlaboração do anterior.

A associação entre o linchamento registrado no Rio de Janeiro e em Guarujá, conectados pelo discurso de Sheherazade, indica que os acontecimentos, bem como aquilo que se gera em termos interpretativos em torno deles, perambulam de forma subterrânea pelas infovias comunicacionais características de uma sociedade midiaticizada, sempre prontos a serem atualizados. Isso significa dizer que um acontecimento midiático jamais pode se dar por encerrado em termos de produção de sentidos, considerando que na sequência espaço temporal dos fluxos informacionais ele pode ser novamente acionado através de uma dinâmica de signos que o impulse mais adiante. É sob essa perspectiva de fluxos agenciados remissivamente para trás e, posteriormente, perspectivamente para a frente que os linchamentos perpetrados no Rio de Janeiro e em Guarujá se contatam via circulação.

Apesar do fato de que os comentários no Folha.com dirigidos à jornalista Raquel Sheherazade possam ser identificados ao longo de toda a cobertura do site a respeito do caso de Guarujá, o que engloba matérias de caráter informativo, opinativo e um editorial, é preciso considerar que houve um reforço e agendamento desta perspectiva sentenciatória em função do trabalho enunciativo de seus próprios colunistas e colaboradores<sup>109</sup>. Ainda que sem mencionar diretamente o nome da jornalista do SBT, pelo menos três textos opinativos divulgados pelo site ao longo da cobertura do caso sugerem a emergência de um fenômeno social no Brasil animado midiaticamente e que estimula a prática de justiça com as próprias mãos. Isso significa dizer que a instituição midiática tradicional reforça a hipótese de que a culpa pelo linchamento é também do campo midiático, assumindo a perspectiva de influência direta. Nesse caso, tanto os comentaristas/cogestores como a próprio Guarujá Alerta são, em certa medida, deslocados da posição de algozes, convertendo-se em vítimas de um discurso midiático anterior, proferido por uma jornalista televisiva formadora de opinião, que os contamina.

O trecho apresentado na Imagem 74, extraído de texto escrito pelo jornalista colaborador do Folha.com Willian Corrêa<sup>110</sup>, do dia 21 de maio de 2014, deixa nítido o lugar

---

<sup>109</sup> Essa relação entre o discurso de Sheherazade e o linchamento de Guarujá não chega a ser tematizada pelos administradores da página, que investem numa retórica muito sintética e factual.

<sup>110</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/05/1457468-willian-correa-jornalismo-ou->

ocupado pela própria instância midiática, especialmente pela jornalista Raquel Sheherazade, na eclosão de casos violentos como o verificado em Guarujá. Implicitamente, essa mídia que Willian Corrêa representa, ou seja, o site Folha.com, coloca-se através do seu discurso num lugar que o diferencia daquilo que se produz na esfera da televisão aberta e em perfis sensacionalistas inscritos nas redes sociais. Em certa medida, esse movimento – de crítica direcionado à atuação de Sheherazade e à página Guarujá Alerta – legitima todas as operações regulatórias descritas ao longo da tese e que caracterizam o fazer jornalístico assumido pelo site. Entre ofertas noticiosas distintas, aqui representadas pela mídia televisiva, por uma página “amadora” e por um site jornalístico, haveria, portanto, disparidades no tratamento da notícia, gerando níveis elucidativos também variados.

Imagem 74 – Culpa atribuída a Sheherazade não está circunscrita somente à órbita de comentários, sendo legitimada pelo discurso de colaboradores do Folha.com

O recente linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, no Guarujá, chocou o Brasil e nos escancarou a realidade. Há poucas semanas, outro caso ficou famoso: um garoto acusado de roubo foi amarrado a um poste no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

No Guarujá, o linchamento foi praticado em uma comunidade popular. No Rio, aconteceu em um bairro confortável, o que mostra que os surtos de violência podem ocorrer em todas as classes.

Pior: no caso do Flamengo, uma apresentadora de TV fez um comentário ao vivo afirmando "compreender" o linchamento. Já no Guarujá, o detonador do massacre foi uma denúncia sem provas em um perfil sensacionalista nas redes sociais.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Em outro texto opinativo, assinado pelo colaborador especial da Folha Aldo Pereira<sup>111</sup>, intitulado “*Bruxas e bruxos*” e publicado no dia 19 de maio de 2014, mais uma vez o elemento “mídia” é associado à eclosão de movimentos punitivos.

---

show-de-horrores.shtml>.

<sup>111</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/05/1455819-aldo-pereira-bruxas-e-bruxos.shtml>>.

Imagem 75 – Colaborador do Folha.com Aldo Pereira reforça a perspectiva “midiática” no desenrolar do caso de Guarujá

O antagonismo subjacente mostra recorrente violência, como no linchamento de Fabiane Maria de Jesus, que moradores de Guarujá (SP) tomaram por bruxa homicida. A documentação do incidente sugere que punição coletiva de bruxas não é motivada apenas por indignação, mas também pelo mesmo fascínio mórbido de executores e espectadores (incluída aí a audiência da mídia) por malhação de Judas e rixas de torcedores de futebol.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

No único editorial veiculado pelo site em torno do caso aqui estudado, publicado no dia 7 de maio de 2014 e intitulado “*Injustiçamento*”<sup>112</sup>, o discurso de Sheherazade também permanece implícito, sinalizando que o trabalho da mídia, em vez de gerar movimento crítico/reflexivo em torno dos casos de linchamento cada vez mais frequentes, pode favorecer a fabricação de mais “bruxas” no país. Reforça-se, aqui, o antagonismo associado ao trabalho da mídia que se vê, por um lado, induzindo atos de justiçamento e, por outro, mobilizando esforços na tentativa de regulá-los.

Imagem 76 – Editorial faz menção implícita ao discurso de Sheherazade, sugerindo o lugar da mídia na eclosão de casos de justiçamento no Brasil

Sendo recorrentes –e até espantosamente estimulados– os casos de justiçamento no Brasil, talvez não caiba esperar que Fabiane Maria de Jesus seja a “última bruxa” do país.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

A problemática implicada no texto, ao fazer alusão apenas indireta ao discurso de Sheherazade, é pensar em que medida um comentário opinativo teria o poder de definir a emergência de um fenômeno social. É possível que, ao indicar um fenômeno de estímulo de casos de justiçamento no Brasil, o Folha.com esteja também se referindo a processos midiáticos ainda mais complexos, que se instalam na própria rede, como os haters, por exemplo, e que corroboram essa ideia de justiça a qualquer preço ou lei de talião. Essa é uma hipótese válida, mas que permanece em suspeita a partir da leitura do editorial.

<sup>112</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/05/1450460-editorial-injusticamento.shtml>>.

### 6.3 A mídia impressa e televisiva como lugar de referência

Ainda que as análises reportadas anteriormente indiquem um lugar de descrédito da mídia televisiva policialesca enquanto espaço didatizador daquilo que se anunciava na página Guarujá Alerta, paradoxalmente chama a atenção que, ao longo do desenrolar dos três acontecimentos que perpassam a construção dessa tese, os meios “jornal” e “televisão”, citados na maioria das vezes de forma genérica, também foram amplamente evocados enquanto lugares de referência de mediação tentativa e validação da veracidade da história sobre a bruxa sequestradora. Essa constatação permite inferir a existência de uma dicotomia valorativa atribuída pela recepção ao meio canônico que, revestido por opinião e sensacionalismo, poderia desencadear atos violentos, assim como, revestido por informação e checagem, poderia verter informação sóbria e esclarecedora.

Mesmo antes do caso tornar-se pauta na agenda da mídia tradicional – momento caracterizado pela emergência do terceiro acontecimento –, a familiaridade dos atores sociais com a cultura da mediação jornalística impressa e televisiva canônica já havia sido acoplada à órbita de sentidos produzidos sobre o caso no desenrolar do primeiro e do segundo acontecimentos, representativos dos fenômenos de constituição e exacerbação do boato.

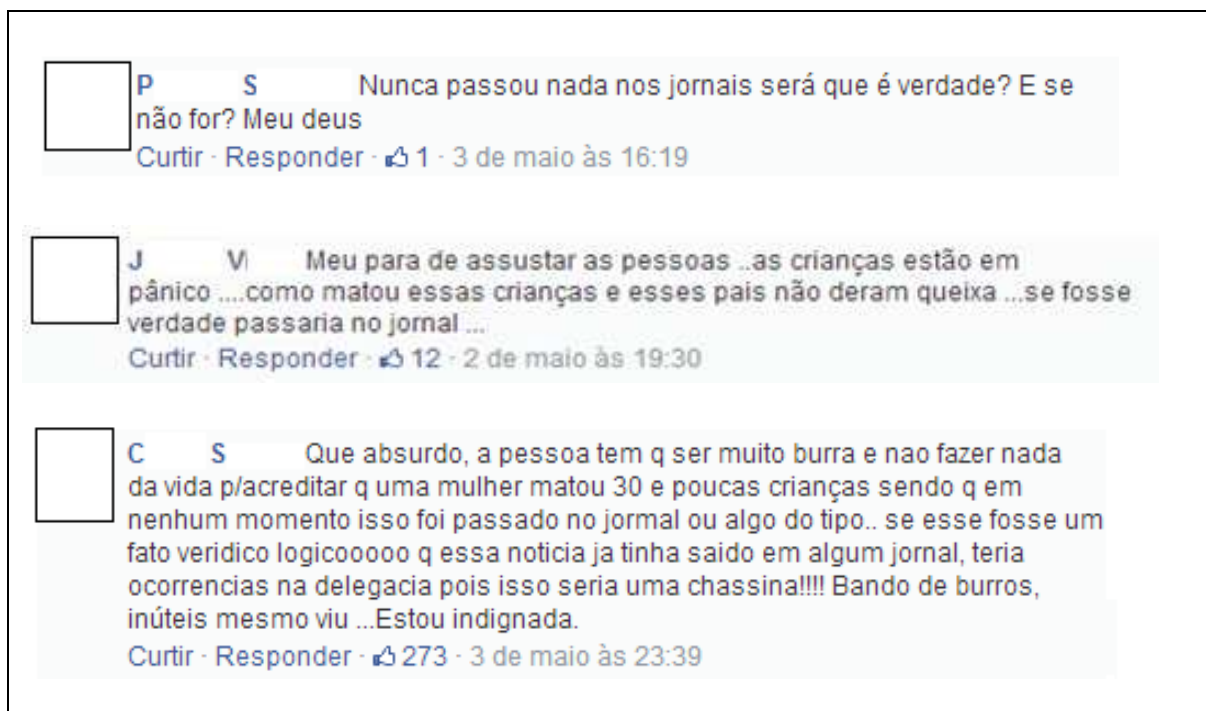
Esse chamado à mediação jornalística canônica indica que a falta de precisão e objetividade que caracterizou os discursos da Guarujá Alerta, geradora de contingência, somada aos relatos descontraídos emanados das próprias seções de comentários, assim como dos circuitos adjacentes à página, tornou boa parte dos interagentes reféns de uma possível confirmação da veracidade do caso. A expectativa dessa confirmação, contudo, sob a ótica dos interagentes, deveria emanar dos meios “jornal” e “televisão”, que se mantiveram silenciosos até a exacerbação do boato em linchamento, não conseguindo, assim, antecipar-se à morte de Fabiane. Isso faz pensar que a questão da credibilidade, da chancela do visível e do valor-notícia permanece inscrita nas instituições midiáticas jornalísticas tradicionais que, mesmo quando tensionadas em relação ao discurso “apologético”, ainda são convocadas a ratificar aquilo que se configura ou não como verdade.

Aproximando-se da tese defendida por Gomes (2006, p. 135) de que, “cada vez mais, o fato, para ser reconhecido como real, deve ser midiaticizado”, a existência concreta da sequestradora de crianças, na perspectiva do ator social, precisaria estar legitimada pela sua existência enunciativa ao âmbito midiático jornalístico, que, paradoxalmente, como se analisou anteriormente, também foi culpabilizado por esse mesmo ator por deflagrar o linchamento em decorrência de discursos anteriores agora reatualizados na órbita do caso de



Guarujá. A Imagem 77 explicita o lugar do “jornal”<sup>113</sup> como o dispositivo capaz firmar a verdade, como se tudo aquilo que circulasse à margem dele estivesse permanentemente em suspeita, à espera de uma confirmação detentora de legitimidade.

Imagem 77 – Jornalismo canônico é convocado a chancelar a veracidade do caso



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Segundo Ferreira (2016c, p. 205), a explosão de defasagens alimentada pela diferenciação dos processos de significação

Só se realiza num cenário em que os meios e os processos midiáticos – as redes digitais – possibilitam que cada um dos indivíduos-atores se coloque como produtor de GP<sup>114</sup>, o que nos permite inferir a possibilidade de que um corpus possa ser analisado como M x N gramáticas de produção, em que as instituições midiáticas constituem uma das matrizes possíveis, não mais determinante, como sugeriu o conceito de indústria cultural.

Nesse contexto, pode-se inferir que as aberturas interpretativas geradas em torno do caso de Guarujá fizeram multiplicar as defasagens de sentido, típicas de um cenário comunicacional marcado pela “explosão e fragmentação de sentidos”. É justamente neste limbo de versões e conjecturas formuladas por “N” atores alçados à condição de cogestores

<sup>113</sup> Os comentários examinados ao longo da tese permitiram identificar que o comentador se refere ao termo “jornal” para designar tanto o meio impresso, a exemplo do jornal Folha de S. Paulo, quanto o meio televisivo, a exemplo do Jornal Nacional, transmitido pela Rede Globo.

<sup>114</sup> A sigla “GP” faz menção a gramáticas de produção.

enunciativos que os meios impresso e televisivo são convocados a intervir para solucionar o problema da inteligibilidade e se projetar como uma espécie de guardiões da informação fidedigna, produzida a partir de parâmetros e deontologias estritamente jornalísticas.

Na interpretação do cogestor, portanto, aquilo que emergia em termos de “explosão de defasagens” na órbita da página Guarujá Alerta, gerando um “desvio” mobilizador de angústia e insegurança, precisava ser orquestrado por operações tipicamente jornalísticas inscritas nos meios jornal e televisão. A imprecisão de um fluxo gerado em rede, nesse sentido, demandava ser regulada por uma suposta precisão gerada pelo campo jornalístico, apesar deste também conter em sua atuação a possibilidade de desencadear a crise, como sugerem as críticas direcionadas aos programas televisivos policiais e à performance da jornalista Raquel Sheherazade, âncora do telejornal “SBT Brasil”.

#### **6.4 Julgamento midiático: relações complexas entre atores, meios e instituições**

A circulação de materialidades de natureza variada, via comentários, permite identificar um trabalho de crítica desenvolvido pela própria sociedade frente à sua relação com os meios digitais, especialmente o Facebook. Deste trabalho observacional resulta um processo de autojulgamento, na medida em que os comentaristas passam a questionar o lugar que ocupam enquanto agentes credenciados a operar a discursividade midiática graças a um acesso produtivo aos meios a eles oferecido pelo Facebook. O reconhecimento de que o ator social detém competências eminentemente midiáticas, impondo sua vontade de falar, também o coloca num lugar de reconhecimento do seu papel frente à circulação de mensagens, inclusive aquelas constitutivas do boato.

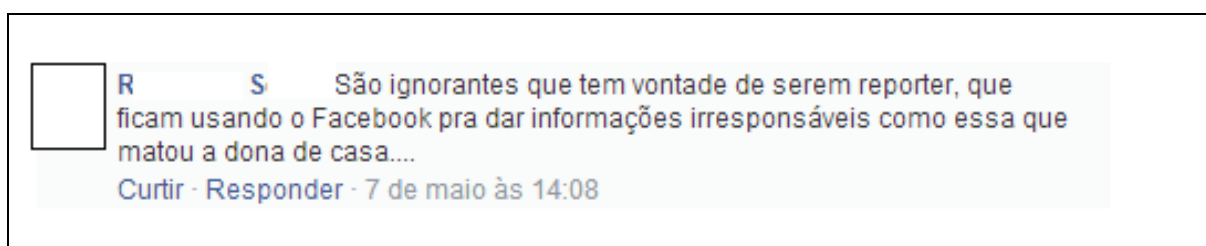
Não se trata, neste caso, de um esforço de crítica da mídia nos termos sugeridos por Braga (2006, p. 39) ao reconhecer que “a sociedade não apenas sofre os aportes midiáticos, nem apenas resiste pontualmente a estes”, mas desenvolve as suas próprias táticas para interagir sobre e com a sua mídia, fazendo circular de modo retrabalhado aquilo que essa mesma mídia veicula. O que se verifica, ao contrário disso, no caso em estudo, é uma autocrítica do ator social em relação ao seu próprio fazer em termos midiáticos, ou seja, uma espécie de operação de deslocamento no processo de reconhecimento.

Antes de transferir a culpa pela disseminação do boato às processualidades deontológicas da página Guarujá Alerta, à cobertura televisiva ou ao discurso de justificação proferido por uma jornalista, o que se passa a identificar, via comentários, é um trabalho de crítica ao próprio lugar atribuído ao ator social no circuito midiático. Essa é uma questão

ainda não problematizada à exaustão nos estudos de midiatização, considerando que a esfera do reconhecimento problematiza o próprio reconhecimento, criticando, assim, as suas lógicas e estratégias produtivas.

A mensagem de R.S abaixo, proferida no contexto da Guarujá Alerta, deixa evidente que, na perspectiva do interagente, ao uso do Facebook está associado um conhecimento específico que, supostamente, deveria estar subordinado ao domínio do repórter profissional. Está embutida nesta fala, ainda que indiretamente, a perspectiva de que, ao serem acoplados ao âmbito das redes, os discursos passam a ser dinamizados por suas engrenagens de funcionamento, sendo permanentemente resignificados por regimes de interpretação, leitura e engajamento de múltiplos atores sociais midiatizados no universo simbólico, fenômeno que pode acarretar, pela sobreposição informativa, desinformação. Nestes termos, a responsabilidade por aquilo que se publica no âmbito das redes deveria ser delegada a repórteres de ofício, e não a atores que “têm vontade de serem repórteres”. Evidencia-se, aqui, uma clara distinção valorativa entre aquilo que se produz amadoristicamente e profissionalmente nas redes, ainda que o fazer amador, como no caso analisado, possa animar ações desencadeadas no mundo da vida à margem do trabalho regulador jornalístico. Há, portanto, um “intervalo”, um “gap”, entre o fazer amador e a regulação jornalística no qual as informações circulam de forma desencontrada, gerando por vezes consensos desconexos da realidade.

Imagem 78 – Interagente reconhece no Facebook uma ambiência geradora de incerteza e indeterminação devido à força comunicativa atribuída a “ignorantes que têm vontade de serem repórteres”

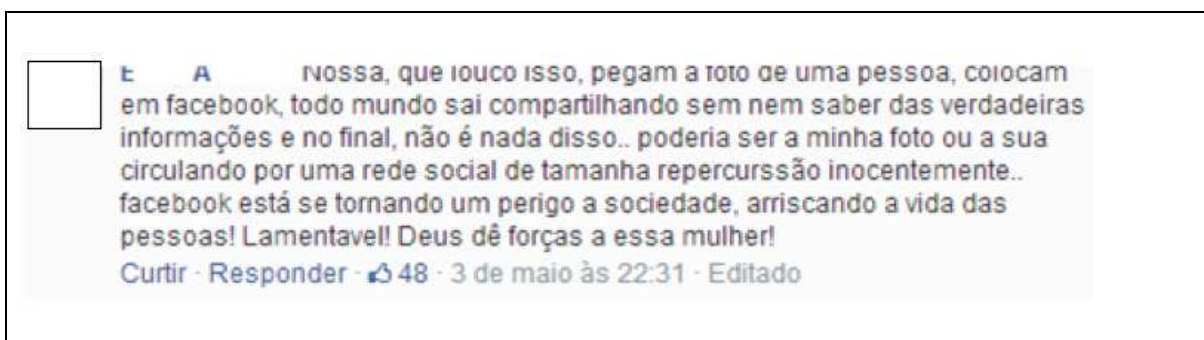


Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Ainda no contexto de comentários associados à página Guarujá Alerta, E.A, conforme post reproduzido na Imagem 79, consegue avançar na discussão e, ao nomear o Facebook como um “*perigo à sociedade, arriscando a vida das pessoas*”, reconhece que a ele está subsumido um protocolo de funcionamento que instiga o usuário à adoção de postura produtiva, interpelando-o a participar dos seus circuitos interacionais. Fica patente, na fala da

comentadora, que a perspectiva que entusiasma os usuários da rede é conseguir de alguma forma se envolver com aquilo que circula naquele espaço, sendo mais sensibilizados pela possibilidade de integrar esse macroambiente capaz de fazer as informações migrarem de um lado para o outro do que, propriamente, pela natureza, a essência e o conteúdo daquilo que é posto em trânsito.

Imagem 79 – Fluxo circulatório se impõe como premissa de funcionamento do Facebook à margem da natureza do conteúdo que circula



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Já da perspectiva de M.C.D.P pode-se inferir que o Facebook se configura enquanto um macroambiente que oferece protagonismo às discursividades originadas daquilo que chama de “Zé povinho”, o que a faz sentir repulsa, indicando, ainda que não explicitamente, o desejo de manter-se distante daquilo que emana em termos de produção de sentido da rede social. Trata-se de uma crítica do reconhecimento em relação ao próprio reconhecimento, mas que evidencia o local de intersecção do dispositivo midiático. O que está sendo questionado não é apenas o que os usuários fazem com o Facebook, mas como o Facebook instiga e incita a essa participação social como parte de seu *modus operandi*. Isto é, a crítica parece se voltar ao dispositivo como espaço interacional e não exatamente ao agir social que é apenas potencializado pelo dispositivo.

Imagem 80 – Comentadora critica o Facebook enquanto dispositivo interacional

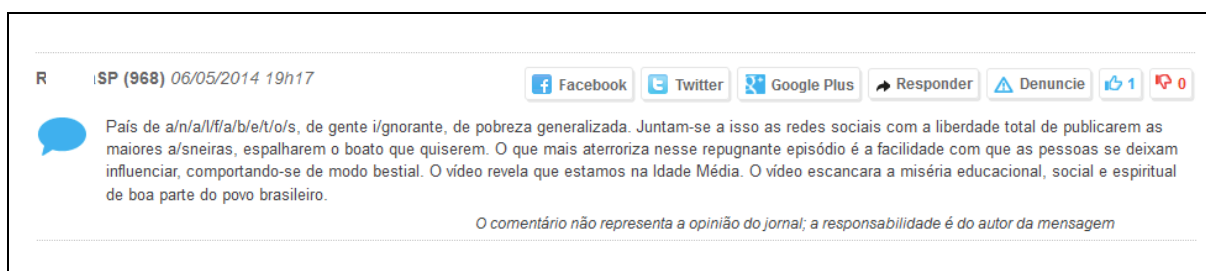


Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Nessa mesma linha de raciocínio crítico, ao comentar matéria intitulada “Enterro de

*mulher morta após boato vira comoção em Guarujá (SP)*”, publicada no dia 6 de maio no Folha.com, R.SP estabelece relação direta entre um problema de ordem educativa e outro propriamente comunicacional. Inferimos que na avaliação da comentadora há uma combinação perigosa acoplada ao fenômeno de outorga de poder produtivo à recepção, na medida em que pessoas por ela qualificadas como “analfabetas e ignorantes” passam a estar autorizadas a usufruir daquilo que denomina de “liberdade total” para publicar conteúdos na rede, gerando como um dos seus efeitos a disseminação de boatos. Ainda que não sistematizada, a crítica emitida por R.SP converge com a opinião do especialista Andrew Keen (2009, p.74) de que, “quando toda a informação se torna digitalizada e democratizada, e é tornada universal e permanentemente disponível, a mídia de registro transforma-se numa internet em que a falsa informação nunca desaparece”.

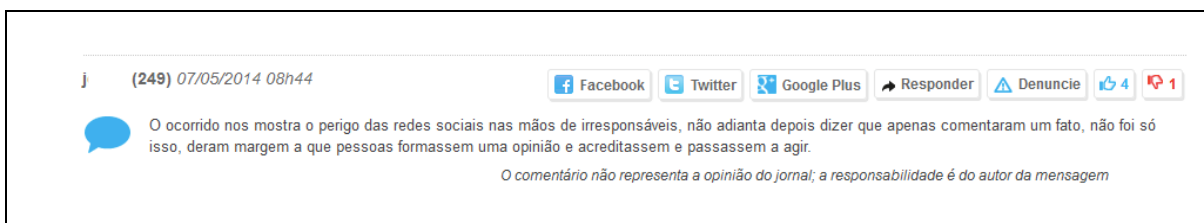
Imagem 81 – Comunicação fluida, via redes digitais, não se traduz numa sociedade mais bem informada, mas escancara problemas conjunturais complexos como a “miséria educacional, social e espiritual de boa parte do povo brasileiro”



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

O comentário de J. referente à matéria “*Antes de linchamento retrato causou pânico entre moradores*”, publicada no Folha.com no dia 7 de maio de 2014, suscita outra questão central acoplada à conversão do receptor em comentador: a formação de opinião. Deriva da expectativa de sociabilidade associada ao funcionamento das redes a emissão incessante de opiniões que, ao atingirem um patamar mínimo de consenso, produzem convergências entre interagentes convertidos em públicos que passam a partilhar excitações comuns. Desse consenso derivado de uma opinião que se instala nesse público constituído a distância, em rede, emergem determinadas crenças que o conduzem à ação.

## Imagem 82 – Opiniões suscitadas em rede por atores sociais midiaticizados constroem zonas de consenso em torno dos temas postos em discussão



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Os comentários reproduzidos nesta seção, pinçados tanto da página Guarujá Alerta quanto do site Folha.com, trazem como inferência comum a perspectiva de que, apesar da web ter transformado a relação dos atores individuais com os meios, a produção gerida de forma experimental nas redes sociais ainda não se legitima enquanto espaço detentor de credibilidade e confiança, principalmente entre os próprios atores. Ou seja, eles mesmos como produtores, em alguns casos, não reconhecem ou legitimam essa produção. Nesse sentido, enquanto o jornalismo canônico opera a partir de enquadramentos interpretativos precisos pertencentes ao seu arcaísmo, o problema associado ao funcionamento das redes se concentra no fato de ela permitir-se habitar por uma pluralidade de imaginários, sendo impossível recuperar a imensidão de traços que definem os postulados geradores de sentido associados ao funcionamento das gramáticas em processo de reconhecimento.

Permito-me, aqui, pensar que, em vez de uma pluralidade de imaginários, poderia existir simplesmente uma pluralidade de visões interpretativas, considerando que o imaginário quanto à configuração da bruxa assim como o jornalismo enquanto discurso da verdade são um só, reiterado coletivamente na própria circulação.

### 6.5 Julgamento político: a culpa de Dilma, da prefeita de Guarujá e do PT

Como já foi dito, durante o trabalho de construção metodológica desta tese se constatou que o campo jornalístico não empreendeu esforços discursivos para se adiantar ao processo de sentenciamento de Fabiane, apenas incorporando o caso às suas lógicas produtivas a partir da midiaticização do linchamento por atores sociais que registraram *in loco* a agressão, permitindo ao Folha.com, através de um esforço remissivo, recuperar essas inscrições em seus esquemas narrativos. Contudo, chama a atenção que durante o desenrolar do acontecimento 3, intitulado “lógicas operacionais jornalísticas” – identificado imediatamente após a exacerbação do boato em linchamento (acontecimento 2) –, o campo

jornalístico registrou a presumida ameaça à integridade do administrador da página Guarujá Alerta e o convocou a reingressar na esfera midiática, agora não mais na condição de emissor de informações, mas de uma fonte ameaçada justamente por outrora ocupar lugar protagonista à frente de uma instância midiática cujo projeto colaborativo sucumbiu em meio aos processos interacionais gestados em seu interior, assim como em circuitos paralelos.

Através da publicação de uma entrevista “pingue-pongue”, na qual o Folha.com reafirmou a sua estratégia de manchetar as notícias a partir da transcrição literal de citações provindas de suas fontes, intitulada “*Estão fazendo novo linchamento comigo, diz dono de 'Guarujá Alerta'*”, o site ofereceu espaço em sua cobertura para que o administrador da página, apenas identificado como um homem de 25 anos sem formação acadêmica, pudesse se defender das acusações feitas contra ele, como mostra a Imagem 83.

Imagem 83 – Administrador ameaçado de morte regressa à órbita midiática, não mais na condição de produtor de conteúdos, mas de fonte do jornalismo canônico



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Em termos de processos circulatorios, o que desponta como novo é justamente o lugar deslocado do administrador frente à posição que ocupava na página e à posição que agora passou a ocupar no site. Se num primeiro momento, demarcado pelo acontecimento 1, ele ocupava o lugar de um polo emissor a partir do qual os fluxos de sentido em torno do caso iam sendo gestados, num segundo momento, demarcado pelo acontecimento 3, ele se converteu em fonte. No entanto, o que chama a atenção é que esse administrador se tornou um

incitador dos fluxos comunicacionais tanto na esfera da mídia “travestida”, por ele próprio inaugurada, quanto na esfera da mídia canônica, lugar a partir do qual ele seguiu referenciando dados e insuflando a narrativa jornalística. Nesse sentido, mesmo deslocado para a instância midiática canônica, o administrador da Guarujá Alerta, agora ameaçado por praticar um jornalismo “irresponsável”, continuou acionando os processos de construção de sentido em torno do caso. Pensando-se essa relação entre produtor, numa etapa do processo, e fonte, em outra, a partir da teoria dos conjuntos, o administrador da página representaria um dos elementos suscetíveis de gerar uma zona de intersecção entre os acontecimentos 1 e 3, na medida em que o ciclo por ele inaugurado a partir de um lugar de fala – a página – também o incluiu no percurso de seu fechamento tentativo, ou seja, na órbita do site jornalístico.

Ao proferir crítica veemente à cobertura da página, inclusive instigando um segundo linchamento agora voltado contra seu administrador, o interagente colocou-se num lugar de distanciamento em relação ao produto midiático ali gestado, negando seu papel de cogestor na produção dos sentidos instalados nesse produto. Nestes termos, o circuito inscrito na página e o circuito inscrito nos comentários, apesar de intrinsecamente vinculados, situam-se em extremos distantes. O seguidor da página, pelo menos num primeiro momento, não enxergou a sua própria produção de sentidos enquanto componente estrutural daquele formato. É como se ele não reconhecesse que fez parte das lógicas constitutivas do boato, agora assumindo apenas uma postura indicativa, de apontador do culpado, eximindo-se de responsabilidade.

As questões até aqui levantadas implicam problemas de julgamento, suscitados por comentadores, decorrentes de processualidades deontológicas inscritas na página Guarujá Alerta; na didatização do caso pela mídia tradicional; bem como no reconhecimento do lugar de produção que o próprio receptor ocupou no circuito midiático. Apesar de atravessadas por questões de ordem política e social, esses são tópicos de discussão que se concentram especialmente em temas que expõem o lugar da instância midiática no desenrolar do caso.

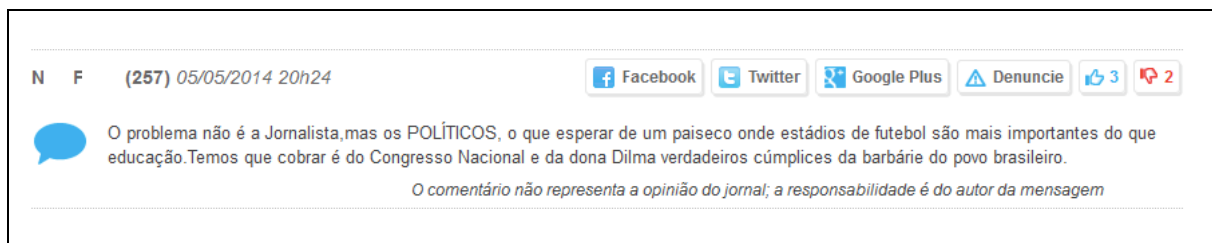
Porém, colado a isso, o que fica absolutamente patente através da mobilização dos objetos que tensionam a produção desta tese é a existência de referência, manifesta via comentários, a um cenário político macroabrangente ao qual foi atribuída a premissa de favorecer a emergência de uma conjuntura social que incita atos de linchamento. Perante o dilema representado pelo assassinato de uma pessoa inocente, portanto, a classe política foi tomada como o elemento central desencadeador da crise e também passou a ser açoitada discursivamente. Na infundável busca pelo culpado, portanto, o trânsito circulatório redirecionou o foco das atenções, que anteriormente estavam centradas no administrador da página, na jornalista Raquel Sheherazade e no manejo midiático operacionalizado pelos



interagentes, e passou a concentrar seu esforço sentenciador na imagem de um partido e de personagens políticos corresponsabilizados pela inoperância de um Estado que, ao não prover segurança e educação, transfere ao cidadão pouco instruído a responsabilidade de se proteger das ameaças que o cercam.

O *print* na sequência, extraído da seção de comentários do Folha.com, indica de forma clara a dificuldade em precisar a qual campo atribuir a culpa pelo desfecho trágico do episódio de Guarujá, que oscila entre o campo midiático e o político, ambos representados por mulheres, Raquel Sheherazade e Dilma Rousseff, supostamente credenciadas a instituir um cenário de crise capaz de levar outra mulher à morte.

Imagem 84 – Nomeação de culpados pelo linchamento de Fabiane transita entre o midiático e o político, entre “a jornalista” e “dona Dilma”



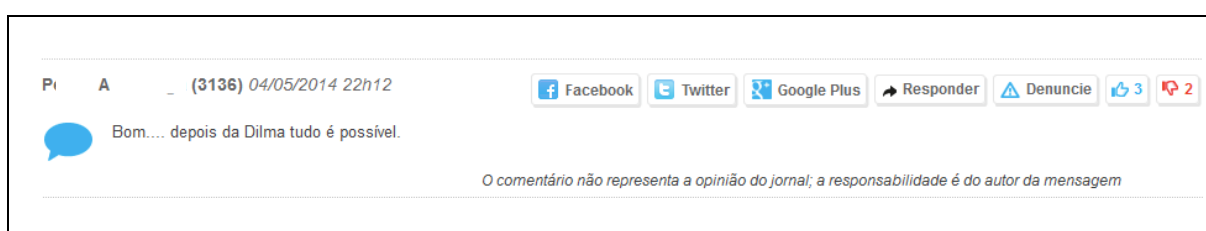
Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

É claro que esse processo de mapeamento de culpados, aqui sistematizado para fins de análise, não se deu de forma linear, mas obedeceu ao fluxo disperso e às bifurcações circulatorias que caracterizam a sociedade midiaticizada. Inclusive esse percurso não linear permite perceber como inscrições posteriores vinculadas direta ou indiretamente ao caso inscreveram o próprio boato, ou a morte da “bruxa”, no tempo.

É preciso enfatizar que a correlação entre o incidente de Guarujá e a inoperância da classe política não perpassou, sistematicamente, apenas as seções de comentários da página e do site, mas se configurou também como um tópico recuperado pelas inferências jornalísticas que, via textos opinativos, alimentaram esse debate. Analisando o processo de forma contextual, pode-se inferir que, após a crítica política alastrar-se pelas seções de comentários referentes a matérias meramente informativas e que sequer faziam menção a questões dessa natureza, ao jornalismo não coube apenas acompanhar aquilo que emergia da recepção em termos de imaginários, mas também situar o debate na órbita de suas inferências, ou seja, enquadrá-lo a partir de uma perspectiva em que é o próprio campo jornalístico que controla os sentidos. Verifica-se, portanto, um duplo movimento de agendamento, na medida em que desde a primeira notícia de caráter informativo sobre o caso, veiculada no Folha.com no dia 4

de maio de 2014 e intitulada “*Mulher é espancada por moradores em Guarujá por suspeita de magia negra*”, o sentenciamento de cunho político, mais tarde retroalimentado pelo campo jornalístico, já estava instalado via comentários a partir da esfera da recepção, como indica o *print* na sequência. Nestes termos, comentários e textos opinativos contaminam uns aos outros num processo de mútuo agendamento.

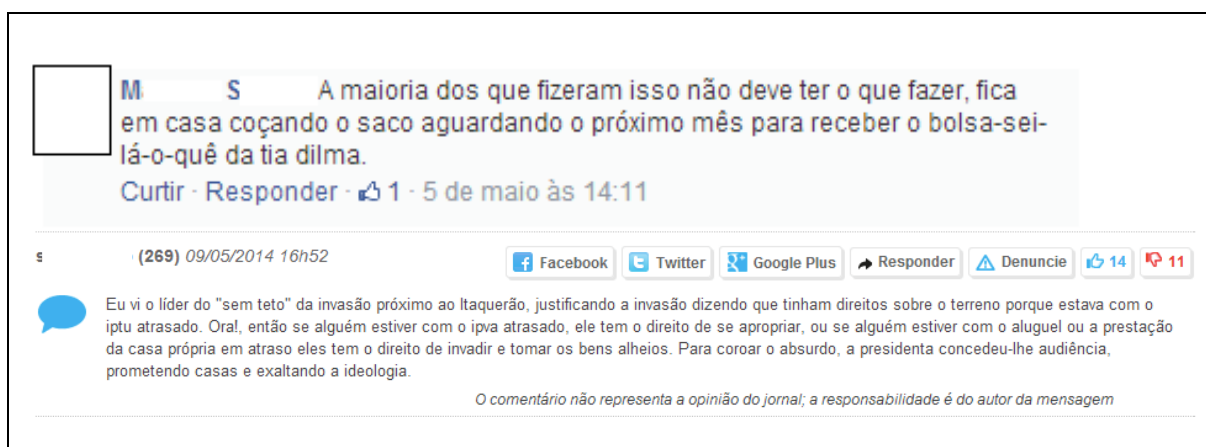
Imagem 85 – Desde o primeiro dia de cobertura do caso pelo Folha.com, em 4 de maio, o sentenciamento político já se fazia presente via seção de comentários em torno de textos informativos



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Os comentários que nomeiam a presidente da República, proferidos tanto na página quanto no site, associam Dilma Rousseff à imagem de uma “tia” que, revestida do poder a ela conferido pelo cargo de mandatária, mantinha um contingente populacional dependente das benesses do governo, situação que formaria uma legião de desocupados.

Imagem 86 – Governo à época liderado por Dilma Rousseff é criticado por ceder benefícios sociais, como o Bolsa Família



Fonte: Página Guarujá Alerta e site Folha.com, acessados em maio de 2014.

Essa suposta relação de promiscuidade da então presidente com “depredadores do bem público”, “invasores da propriedade alheia” e “incendiários da ordem democrática” é taxativamente reafirmada pelo colunista do Folha.com Reinaldo Azevedo, em coluna

publicada no dia 9 de maio e intitulada “*Fabiane e a maçã envenenada*”, como indica a Imagem 87. Construiu-se, assim, entre comentários gerados pela recepção e a opinião produzida por um articulista, uma mensagem de retaliação que não se dirigia ao administrador da página, ao seu seguidor ou então a uma jornalista, mas sim à própria presidente situada à condição de cúmplice do episódio trágico. A desordem que culminou em violência deixou de estar subsumida em personagens e ritualísticas que caracterizam o universo midiático, constituindo-se numa questão de cunho estritamente político. Por outro lado, o universo midiático operacionalizou aqui uma ação de aproximação, de amalgamação, entre uma agenda já instalada (a questão política) e uma agenda nova, própria do factual. Ao associar um fato ao outro, a retórica do colunista se instala como uma espécie de “lente” para compreender a complexidade do mundo, atribuindo ao político uma centralidade que, em nossa opinião, decididamente, foi orquestrada pelo midiático.

Outra questão fundante implícita no texto do colunista está centrada na afirmação “...*leu bem, presidente Dilma? ... É a maçã envenenada da desordem*”. A partir dessa associação, Azevedo aproximou a própria presidente da imagem da bruxa, recuperando um imaginário coletivo associado à bruxa da Branca de Neve que morde a maçã envenenada. Ou seja, a sociedade é colocada no lugar da princesa – representativa da bondade –, enquanto Dilma, situada no lugar da bruxa, personifica o sentimento da maldade que dá “uma piscadela a linchadores”, legitimando a sua ação.

Imagem 87 – Através da recuperação de história fixada no imaginário coletivo, colunista aproxima a figura de Dilma à imagem de bruxa

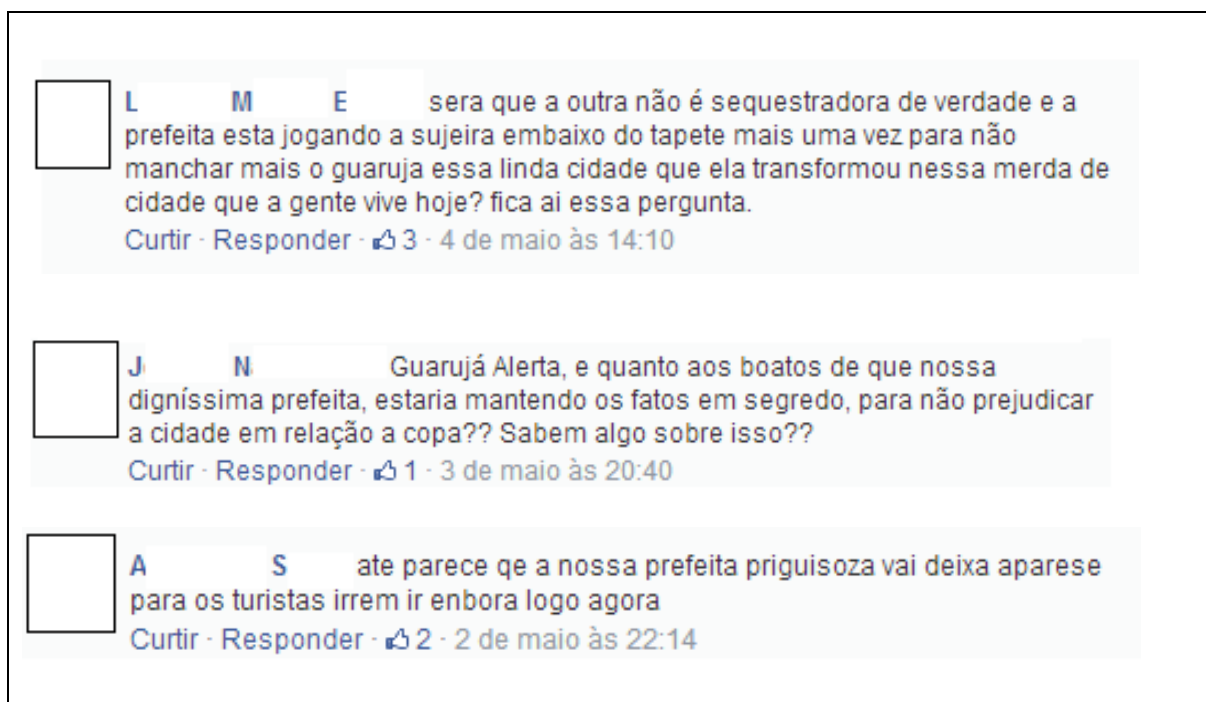
Não se iludam: quem flerta com depredadores do bem público, com invasores da propriedade alheia e com incendiários da ordem democrática –leu bem, presidente Dilma?– está dando uma piscadela a linchadores. É a maçã envenenada da desordem.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Por uma questão de proximidade em relação ao lugar de ocorrência do linchamento, os comentários realizados especificamente na página Guarujá Alerta também associam o nome de outra personagem política, ou seja, a prefeita da cidade, ao desfecho trágico do caso analisado. Mais do que responsabilizada por transformar Guarujá “*nessa merda de cidade que a gente vive hoje*”, paira sobre a imagem da prefeitura uma recorrente suspeita de controlar a mídia com o intuito de suavizar os efeitos do linchamento e, assim, minimizar a existência,

pelo menos em termos midiáticos, da tragédia. Verifica-se, portanto, sob a ótica do comentador, a existência de uma força exógena, de ordem política, perturbando o funcionamento do discurso midiático, que ganha feições de manipulação.

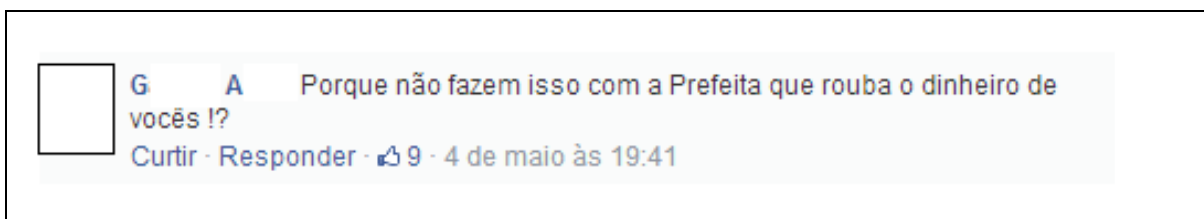
Imagem 88 – Prefeita de Guarujá é acusada por comentadores da Guarujá Alerta de manipulação midiática a fim de minimizar a repercussão do linchamento



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

A exemplo da associação que, apesar de equivocada, aproximou Fabiane Maria de Jesus a uma sequestradora, um dos comentadores sugere a associação da prefeita a uma figura corrupta que rouba o dinheiro da população. Ainda que de maneira implícita, para em torno deste comentário a sugestão de um processo de justificação, agora referido à figura de uma mulher que não rouba crianças, mas compromete o erário público. A cultura do linchamento, criticada por direcionar a sua força condenatória para uma inocente, ganha legitimidade quando direcionada contra alguém que parece ser efetivamente culpado por um crime.

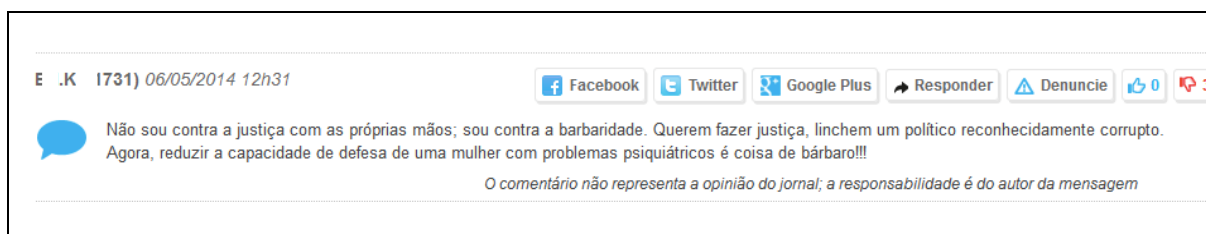
Imagem 89 – Comentador sugere retaliação contra a prefeita de Guarujá, acusada por ele de roubar dinheiro público



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

O chamamento explícito a um terceiro linchamento (considerando o primeiro o de Fabiane e o segundo o do administrador da página) é operacionalizado através de comentário relacionado à matéria intitulada “*Mulher linchada queria ter aula de dança e ajudar nas contas de casa*”, divulgada pelo Folha.com no dia 6 de maio de 2014. Além de a postagem revelar a fragilidade do funcionamento dos “Termos e condições de uso” do site, que, supostamente, estaria preparado para coibir mensagens de incitação à violência, percebe-se mais uma vez que o fluxo circulatório em rede, em vez de instaurar movimento crítico/reflexivo, reforça o ato de justificação como alternativa punitiva para aqueles que cometem algum tipo de crime. Nestes termos, Fabiane precisava ser morta por supostamente sequestrar e matar crianças para rituais de magia negra; o administrador da página por incitar a proliferação de um boato; e os políticos por representarem uma classe corrupta: “*Querem fazer justiça, linchem um político reconhecidamente corrupto*”, sublinha o internauta E.K, ao situar Fabiane na condição de uma mulher acometida por problemas psicológicos e, portanto, incapaz de se defender, como apresentado na Imagem 90.

Imagem 90 – Internauta faz chamado explícito a um terceiro linchamento, agora direcionado a políticos corruptos

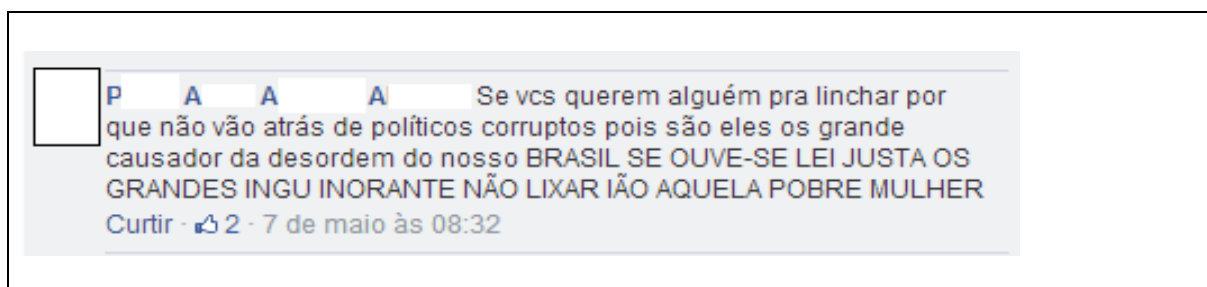


Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Outro comentário, esse materializado na página Guarujá Alerta, praticamente replica a mensagem de incitação ao linchamento de políticos corruptos externada no site jornalístico, evidenciando uma simbiose interpretativa entre comentadores situados na órbita dos dois meios aqui tomados como objeto de análise. Apesar das possíveis disparidades socioculturais

que distanciam o leitor da página noticiosa no Facebook e do site jornalístico, identificam-se interpretações comuns em torno do caso, inclusive no que diz respeito ao incitamento a novos atos de violência à margem da justiça.

Imagem 91 – Seguidor da página, a exemplo do que se identificou no contexto do site, também incita a um terceiro linchamento direcionado a políticos corruptos



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Em termos de sentenciamento político, é preciso enfatizar, por fim, que, especialmente no âmbito do site Folha.com, o que é dito sobre o linchamento de Fabiane é atravessado pela convicção de que um partido político, no caso o PT, é o grande responsável pela “selvageria”, “bestialidade” e “putrefação moral” que acometem a sociedade brasileira, embora esse discurso esteja desprovido de evidências, como sugerem os *prints* na sequência.

Imagem 92 – Assinantes do Folha.com associam a precariedade – social, econômica e política do país – à ascensão do Partido dos Trabalhadores



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

O fato de as críticas à administração petista, que, à época do linchamento,

representava o partido no poder, concentrarem-se especialmente no espaço do Folha.com sugere que as reações interpretativas dos interagentes a um mesmo acontecimento também podem variar de um dispositivo a outro. Mais do que isso, sugere que a formação da opinião pública obedece a um trabalho de constante construção e reforço de crenças, movimento pelo menos em parte associado ao trabalho enunciativo da mídia e valorizado ou reiterado em enunciações de atores midiáticos em dispositivos diversos. Segundo esclarece Dâmaso (1974, p. 3), “as engrenagens da comunicação social não estão montadas no vazio, mas existem e operam segundo um conjunto de práticas e ideologias que expressam as determinações da normalidade, da ordem”.

O que se quer aventar é justamente que este discurso de ódio, deslocado para a imagem de um partido político, está amparado por uma multiplicidade de discursos anteriores (condições de produção e reconhecimento, conforme Verón; formações discursivas, se pensarmos a partir de Foucault) que, ao serem mobilizados pelo caso em análise, adquiriram feições de realidade. Embora o corpus empírico desta pesquisa não contemple um número vasto de textos opinativos emitidos pelo Folha.com a partir dos quais se poderia construir um repertório de interpretações mobilizadas por seus articulistas em torno do conceito de Estado, de governo e do próprio Partido dos Trabalhadores, a análise das colunas geradas ao longo do período de cobertura do linchamento oferece indicativos de um olhar crítico daqueles que falam em nome do site em relação ao mandato petista. Sendo essa a tônica do discurso, é possível inferir a existência de um processo de sobreposição de agendamentos que, acionado pelo próprio site, condiciona, pelo menos em parte, a tônica dos comentários que associam o linchamento à gestão do PT.

Diante do fenômeno da interdiscursividade instado pelos processos circulatórios, portanto, verifica-se que as gramáticas são circulares, o que significa dizer que se interpenetram constantemente, contaminando umas às outras. Daí a emergência do conceito de contra-agendamento, na medida em que as construções de sentido são atravessadas por fluxos multidirecionais: tanto a produção afeta aquilo que emerge em termos interpretativos da recepção, quanto o contrário. Essas questões remetem ao trabalho reflexivo de Verón (2013) ao defender a tese de que todo discurso é condição de produção de outros discursos.

As evidências são os *prints* na sequência, que dão conta de um trabalho enunciativo, gerido pela produção, no sentido de descaracterizar a legitimidade do governo ao longo do processo de cobertura do caso de Guarujá no Folha.com.

O editorial publicado pelo site no dia 7 de maio de 2014 e intitulado “*Injustiçamento*” assinalava o seguinte:

Imagem 93 – Trecho de editorial do Folha.com publicado no dia 7 de maio de 2014

Não se trata apenas de um caso isolado de obscurantismo atávico, já em si lamentável, mas de sintoma do imenso atraso que caracteriza o Estado brasileiro. Sob muitos aspectos, parcelas expressivas da população ainda enxergam a Idade Média –e nela vivem– quando abrem as portas de suas casas.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

A coluna de Reinaldo Azevedo publicada pelo site no dia 9 de maio de 2014 e intitulada “*Fabiane e a maçã envenenada*” indicava o seguinte:

Imagem 94 – Trecho de coluna assinada por Reinaldo Azevedo publicada no dia 9 de maio de 2014

Os assassinos improvisados de Fabiane carregam nas costas um Estado que não conhecem e conhecem um Estado que não existe para eles. Organizam, então, tribunais populares, nos quais, como prova a história, a inocência é sempre a primeira vítima. Têm, sim, de pagar caro por seu ato bárbaro. Mas também vão expiar a culpa de um modelo de que são vítimas.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

A coluna de Ricardo Melo, por sua vez, publicada no dia 12 de maio de 2014 e intitulada “*E Barbosa só pensa naquilo*” destacava o seguinte:

Imagem 95 – Trecho de coluna assinada por Ricardo Melo publicada no dia 12 de maio de 2014

O país vê linchamentos em série; uma mãe inocente é trucidada por cidadãos enfurecidos; namoradas tramam homicídios por ciúmes; presídios repetem cenas de horror; famílias choram a perda de parentes vítimas da criminalidade. Os sintomas de ebulição social também surgem nas invasões de terra, ataques a ônibus, no contingente de miseráveis implorando esmolas nas esquinas etc. O único lado talvez menos pior é o de que agora mais gente sabe o que é o Brasil real. E conhecer o problema é um primeiro passo para tentar resolvê-lo.

Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Tais excertos, aqui reproduzidos, sugerem um olhar pessimista em relação a um Estado omissivo, situado na condição de cúmplice do episódio de Guarujá. Embora não se



possa afirmar taxativamente, tais percepções devem ter, em alguma medida, contribuído para a disseminação de comentários pejorativos sobre o PT, considerando que a opinião pública é formada por uma complexa conjugação de fatores – sociais, econômicos, raciais, familiares –, dentre os quais também tem grande incidência o aspecto midiático.

Chama a atenção, contudo, que esses comentários contrários ao governo se alastraram por toda a cobertura do site, independentemente da natureza da notícia, se informativa ou opinativa, sendo inclusive verificados antes mesmo de os colunistas se manifestarem em torno do caso. Tal constatação sugere a existência de um ambiente interdiscursivo, impossível de ser aqui recapitulado, mas que indica a prevalência de narrativas anteriores ao caso, muitas delas inscritas em dispositivos tangenciais, e que possivelmente contribuíram para a construção dessa imagem em torno do PT, partido que, dois anos após o caso da Bruxa de Guarujá, seria submetido a processo de impedimento e afastado do direito de governar.

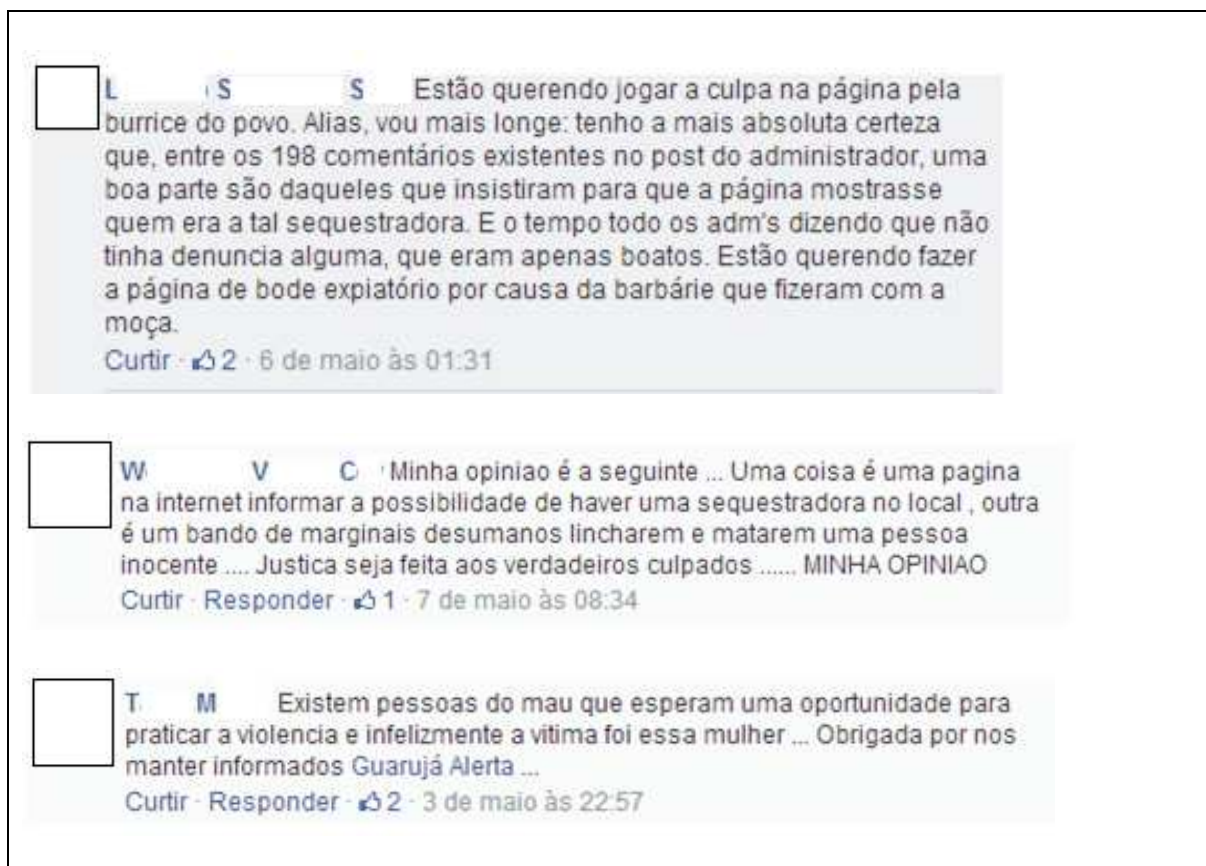
## **6.6 Julgamento social: os meios se enfrentam e convergem**

Um último tipo de julgamento que precisa ser aqui destacado diz respeito a um processo de autocritica da sociedade que, ao se valer das seções de comentários, expõe problemas sociais complexos que conduziram ao linchamento de Guarujá. A órbita de sentenciamento, neste caso, concentra-se numa tentativa de qualificação da própria natureza humana, evidenciando o olhar de uma sociedade que, ao tentar se autoexaminar, expõe questões importantes para se pensar no processo de desenlace do boato, inclusive reforçando preconceitos e pontos de vista que, em última análise, conduziram ao próprio linchamento. Neste caso, aquilo que emerge do senso comum, via comentários, demonstra a “competência de racionalidade – seja apresentada como valor positivo (bom senso) seja por ênfase em uma presença insuficiente ou limitada” (BRAGA, 2016, p. 10).

Num primeiro nível de análise, chama a atenção que, em meio ao processo autocrítico engendrado pela própria sociedade, desfaz-se, pelo menos sob a ótica de muitos comentaristas, o movimento sentenciador anteriormente atribuído ao campo da mídia, especialmente à página Guarujá Alerta. Nestes termos, anula-se a hipótese segundo a qual a violência perpetrada contra uma inocente seria “arquitetada” pelo campo midiático e executada pelo campo social. Os comentários na sequência saem em defesa do projeto comunicacional operacionalizado pela página, atribuindo a culpa pelo linchamento à “burrice do povo”; a um “bando de marginais desumanos”; e a “pessoas do mal”. Isso significa afirmar que, sob a ótica desses comentaristas, os aspectos estritamente sociais têm prevalência sobre

os aspectos estritamente midiáticos na constituição do boato, ainda que esses dois elementos estejam intrinsecamente associados.

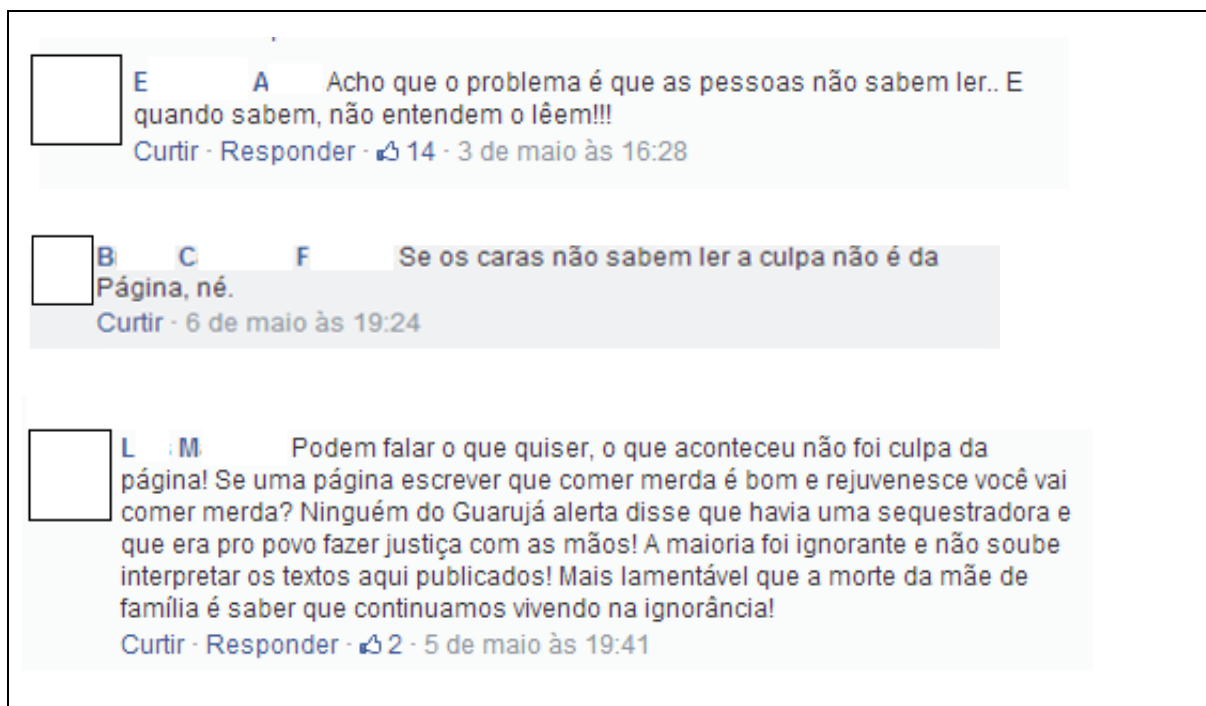
Imagem 96 – Comentadores saem em defesa da Guarujá Alerta e atribuem a culpa pelo linchamento a um “bando de marginais desumanos”



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Uma segunda questão central que se torna paradigmática em meio aos comentários a partir dos quais a sociedade passa a examinar as suas próprias dinâmicas sugere a emergência de um fenômeno marcado pela incompatibilidade entre as informações repassadas pela Guarujá Alerta e aquelas codificadas por uma recepção supostamente desprovida de capacidade cognitiva e intelectual para, efetivamente, compreender aquilo que lê e, a partir dessa leitura, instaurar um processo interpretativo. Os *prints* apresentados na Imagem 97, mais uma vez, saem em defesa do projeto colaborativo instituído pela página, sinalizando que o problema gerador do boato não estaria situado na órbita dos materiais publicados pelo campo da produção, mas na mobilização de engrenagens interpretativas – ou na falta delas – associadas ao campo da recepção produtiva, supostamente acometido por um fenômeno conjuntural complexo, aqui implícito, e que diria respeito ao analfabetismo funcional.

Imagem 97 – Comentários acusam incompatibilidade entre o conteúdo da página e a interpretação desse mesmo conteúdo por seus seguidores



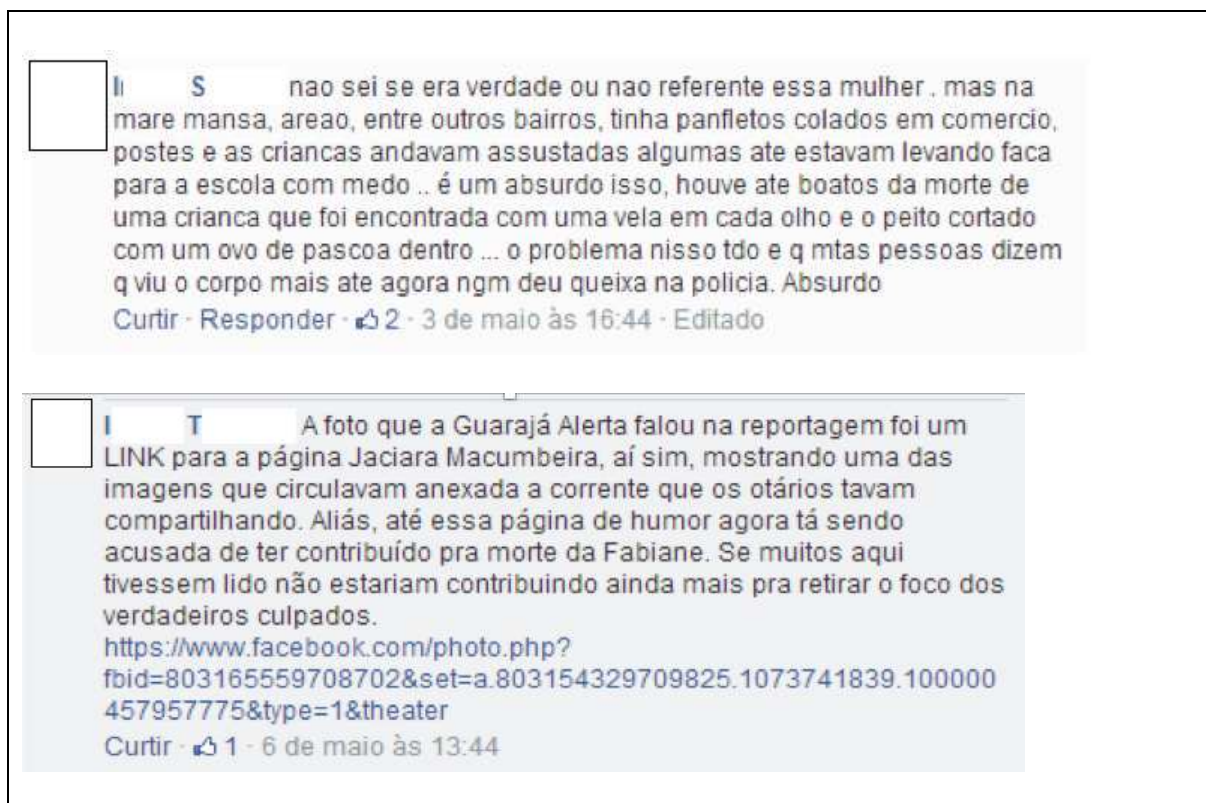
Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Embora a pesquisa aqui desenvolvida não permita inferir a capacidade interpretativa daqueles que liam a página, é preciso mais uma vez considerar que as comunicações em rede instaladas numa sociedade já amplamente midiaticizada engendram seus percursos de construção de sentidos no interior do fenômeno da interdiscursividade. O que se quer dizer com isso é que, para além de uma problemática eminentemente associada à forma como a recepção usou, leu e interpretou as mensagens publicadas na página, é imprescindível considerar que as gramáticas produtivas mobilizadas pelos atores sociais midiaticizados espelham e trazem marcas de suas diferentes inserções no mundo simbólico, assim como de seus diferentes vínculos com outros discursos e outras gramáticas que, embaralhadas, sobrepõem-se umas às outras no momento de interpretar uma dada mensagem.

Antes de revelar um déficit cognitivo, portanto, é possível que as mensagens divulgadas pela página tenham, no contexto da recepção, se associado a outras mensagens, inscritas em outros circuitos, gerando um estoque simbólico múltiplo a partir do qual se instituíram interpretações igualmente variadas. Os *prints* na sequência, extraídos da Guarujá Alerta no dia do linchamento, indicam a existência de circuitos tangenciais, tanto off-line (panfletos afixados em pontos comerciais e em postes públicos) quanto on-line (a página Jaciara Macumbeira), tensionando a produção de sentidos em torno do caso, o que sugere o acionamento de uma circulação intermediária que transcorre para além do controle da página.

Explicita-se aqui, mais uma vez, a impossibilidade de se controlar os fluxos informacionais em um cenário altamente midiaticizado a partir do qual a circulação se dissemina de forma rizomática, incerta e indeterminada (FERREIRA, 2016c), ou seja, desprovida de um percurso preestabelecido e, portanto, impossível de ser reconstituído de forma precisa.

Imagem 98 – Produção de sentidos é operacionalizada, via circulação, no tensionamento entre circuitos tangenciais à página Guarujá Alerta e constituídos nos ambientes on-line e off-line



Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

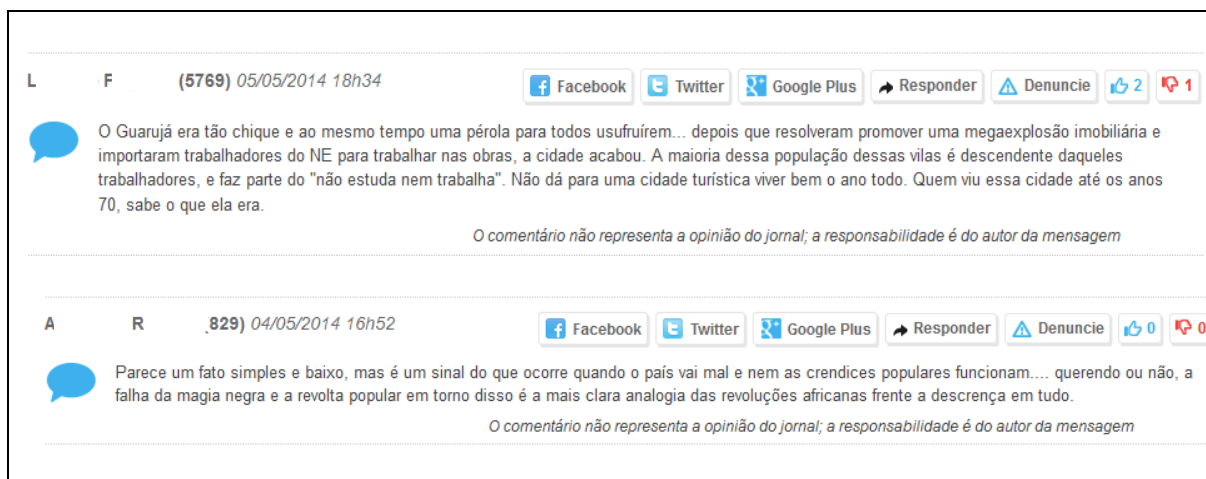
Identifica-se nesse último *print*, escrito pela interagente I.T, um exemplo clássico do fenômeno que Ana Paula da Rosa (2015) intitula de “fagia midiática social”, considerando que um meio anterior, no caso a página Jacira Macumbeira, produz um texto, uma imagem, que é “devorada” pela Guarujá Alerta e, conseqüentemente, incentiva outras devorações sucessivas. O resultado da fagia é uma certa autonomização das elaborações quanto ao fato, à realidade em si, o que configura a “bruxa do Guarujá” como imagem autorreferente e autorreplicante.

Uma terceira questão que desponta ao se analisar as seções de comentários enquanto espaço de discussão da sociedade sobre sua própria natureza constitutiva sugere a existência de um sistema de estereótipos determinando, aprioristicamente, os modelos culturais e estéticos a partir dos quais as pessoas enxergam umas às outras. Os comentários trazidos na

Imagem 99, extraídos de matérias de caráter informativo divulgadas pelo Folha.com, explicitam preconceitos em relação à população nordestina e às “revoluções africanas” que, arraigados na opinião pública, são mobilizados a fim de explicar o caso de Guarujá, nomeando culpados à margem de qualquer senso de justiça. Nestes termos, explica Lippmann (2010, p. 115), as pessoas demonstram dificuldade em enxergar aquilo que não estão acostumadas a ver, permitindo que evidências culturalmente arraigadas impeçam a busca pela verdade e favoreçam um trabalho sentenciador antecipatório.

O primeiro *print* apresentado na sequência foi extraído de comentário referente à matéria informativa em torno do caso do Guarujá publicada no Folha.com no dia 5 de maio de 2014 e intitulada “*Mataram a mulher’, diz morador após espancamento em Guarujá; veja vídeo*”. O segundo *print*, por sua vez, menciona comentário extraído da primeira matéria informativa publicada pelo site jornalístico sobre o caso, no dia 4 de maio, e intitulada “*Mulher é espancada por moradores em Guarujá por suspeita de magia negra*”. Nenhuma das matérias sequer faz menção ao processo migratório de nordestinos à cidade ou então à influência do que o interagente denomina de “revoluções africanas”.

Imagem 99 – Estereótipos arraigados na cultura do comentador o conduzem a julgamentos precipitados, desprovidos de evidência concreta



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

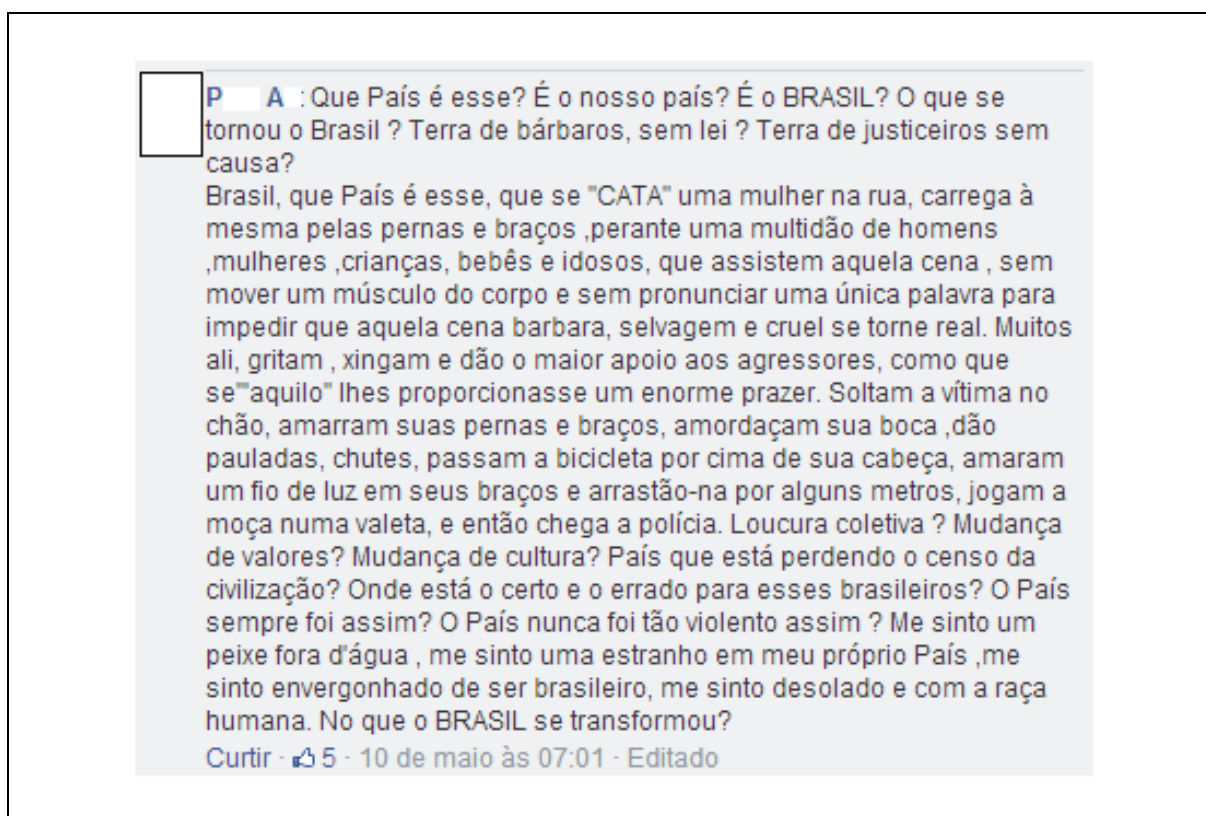
A análise dessas duas mensagens deixa patente a relevância de aspectos culturais arraigados nas estratégias de leitura do interagente, o que torna difícil prever as engrenagens mobilizadas entre aquilo que emana em termos informativos do polo produtor e as complexas associações que essas mensagens irão suscitar ao serem interpretadas por um sujeito submetido a influências – midiáticas, familiares, sociais, religiosas – variadas. Impõe-se, aqui, a defasagem de sentidos enquanto fenômeno estrutural da comunicação midiaticizada,

impossível de ser calculada aprioristicamente, gerando múltiplos desvios e bifurcações de sentido.

Por outro lado, os comentários externados no espaço da página e do site também evidenciam uma competência de racionalidade crítica por parte do interagente, que, antes de emitir juízos de valor “prontos”, desenvolve a habilidade de gerar problematizações complexas. Essa atitude crítica do ator social conduz o processo explicativo/sentenciatório em torno do caso à órbita de uma confluência de fatores, possivelmente interligados: “*loucura coletiva*”; “*mudança de valores*”; “*mudança de cultura*”; “*senso de civilidade*”.

O *print* na sequência, extraído da página Guarujá Alerta, revela esse potencial de julgamento crítico associado à reflexão do comentador, que manifesta um nítido desconforto por sentir-se numa posição deslocada, “um estranho” dentro de um país no qual não se reconhece.

Imagem 100 – Para além dos estereótipos, interagente desenvolve postura crítico-reflexiva para com as motivações do linchamento

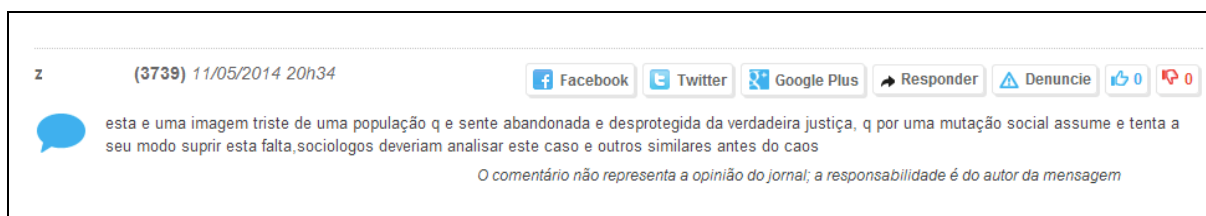


Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

Em sintonia com esse discurso proferido na órbita da página, é possível identificar, através de comentário externado no Folha.com, que a própria sociedade reconhece a sua incapacidade de emitir julgamentos precisos em torno do caso, sugerindo que sociólogos

tomem o ocorrido em Guarujá, assim como casos similares, como objeto de estudo a fim evitar o colapso social. O somatório desses dois comentários permite inferir que a sociedade externa dúvidas em relação às suas próprias operações e engrenagens constitutivas, lançando questões que lhe parecem pertinentes, mas transferindo para um campo exógeno, no caso a sociologia, a tarefa de diagnosticar aquilo que se passa em seu interior. A autorregulação, aqui, se coloca como um projeto fracassado na medida em que a sociedade reconhece a sua incapacidade de gerar sentidos precisos à margem de campos especializados.

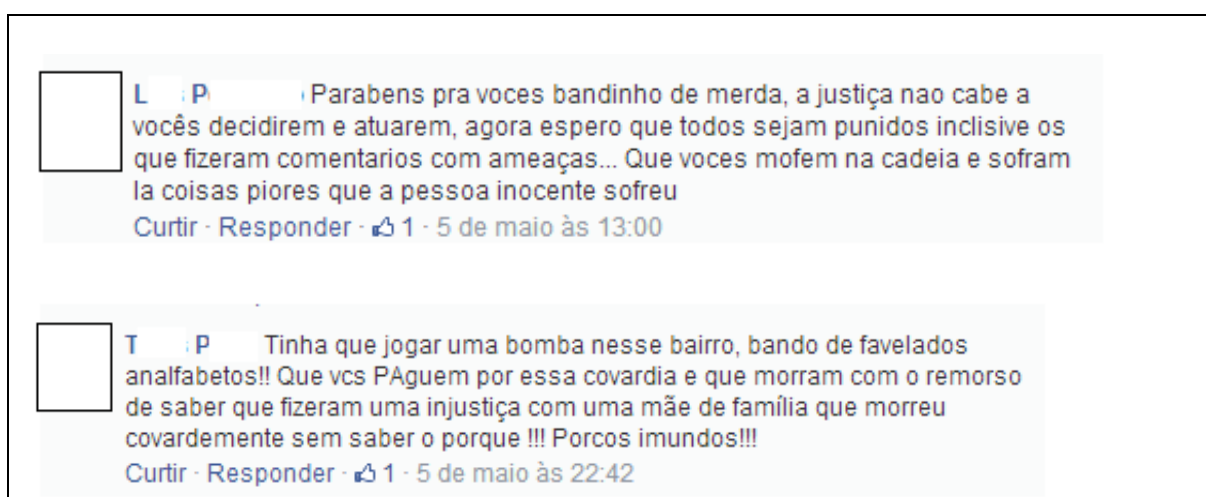
Imagem 101 – Campo da sociologia é convocado a oferecer explicações do incidente de Guarujá “antes do caos”



Fonte: Site Folha.com, acessado em maio de 2014.

Por fim, é preciso considerar que, apesar da emergência de aspectos reflexivos em torno dos rumos e problemáticas que afligem a sociedade, verifica-se um processo de julgamento do caso, via comentários, ainda fortemente centrado na premissa de equivalência entre o mal causado e o castigo imposto. De forma absolutamente paradoxal, a mesma sociedade que culpa os linchadores por terem perpetrado um julgamento à margem dos preceitos legais também os priva do direito de defesa, desejando-lhes um destino ainda mais cruel do que aquele que teve Fabiane Maria de Jesus.

Imagem 102 – Comentadores repetem, simbolicamente, a barbárie que dizem negar



(Conclusão)

(Continua...)

**A** **M** Este caso, com certeza vai ficar impune. Como aqui é Brasil, só lamento. A justiça dos homens falha, mas a justiça de Deus, eles não escaparão. Estão todos com seus passaportes carimbados pro Inferno. Para os agressores da moça, só posso dizer: "WELCOME TO HELL". (traduzindo: BEM VINDOS AO INFERNO").

Merecem arder nas chamas do inferno junto com o capeta, esses assassinos malditos

[Curtir](#) · [Responder](#) · 12 de maio às 19:17

Fonte: Página Guarujá Alerta, acessada em maio de 2014.

O somatório destes três últimos *prints* sugere uma ideia de justiça que incide em uma violência simbólica, engendrada basicamente no tom e na escolha das palavras. A partir do momento em que os comentaristas usam expressões como “*que vocês mofem na cadeia e sofram lá coisas piores que a pessoa inocente sofreu*” ou “*tinha que jogar uma bomba nesse bairro*”, amplia-se a violência, que passa a se manifestar no preconceito, na distinção de classes e numa evidente forma de condenação. Os sujeitos ou autores destas postagens se colocam como a voz de Deus, alargando a agressão e fazendo com que esta ocorra novamente, mas agora no âmbito dos dispositivos midiáticos. Ao considerar, como se estivessem olhando de fora, que o Guarujá, e o próprio país, é uma terra de bárbaros, os comentaristas esquecem-se de que estão a repetir simbolicamente a barbárie que dizem negar.



## 7 REFLEXÕES INFERENCIAIS TEÓRICAS

As inferências produzidas a partir do caso aqui analisado permitem reflexões sobre esquemas e conceitos caros aos processos de construção de conhecimento mobilizados pela linha de pesquisa em Mídia e Processos Sociais. Operacionalizadas, ao longo dos capítulos anteriores, proposições de ordem dedutiva centradas nas análises de materialidades empíricas coletadas ao longo do desenrolar dos três acontecimentos que perpassam a tese, esse capítulo concentra-se na elaboração de reflexões de natureza inferencial teórica.

A proposta deste capítulo final, portanto, é desenvolver tensionamentos suscitados pela pesquisa frente a conceitos e problemáticas que mobilizam pesquisadores interessados em investigar os processos de mediação caracterizados “pelo atravessamento das práticas sociais por protocolos sociosemióticos que recriam e co-gestionam uma cultura da mídia” (ROSA, 2016b, p. 1), redefinindo os protocolos que até então ofereciam sustentação aos fluxos circulatórios, bem como às lógicas constitutivas dos boatos gestados em rede e o próprio lugar representacional ocupado pelo jornalismo enquanto instância capaz de trabalhar, a jusante, as disrupções instaladas, com o intuito de restabelecer a ordem perdida.

A fim de organizar o processo de reflexão inferencial teórica, o caso aqui estudado será confrontado ao esquema da circulação discursiva proposto por Boutaud e Verón (2007, p. 2), segundo o qual produtores e receptores ainda ocupam lugares distintos em termos discursivos, obedecendo a preceitos do modelo canônico de comunicação demarcado por fluxos unidirecionais.

Esse modelo será revisitado considerando as especificidades de cada objeto que sustenta o caso em análise, a partir do qual se identifica, com base nos trabalhos desenvolvidos por Ferreira (2016b), a existência de uma “explosão de defasagens” de sentido oriunda de um cenário comunicacional marcado pela emergência das redes digitais a partir das quais atores sociais mediados ganham a designação de co-gestores enunciativos, redefinindo posições anteriormente estanques. Em meio a esse cenário, o jornalismo canônico adentra no fluxo circulatório para desempenhar o papel normativo a ele atribuído.

O esfacelamento do lugar mediador até então ocupado pela instância midiática na organização dos processos interacionais permite inferir que, para além de uma perspectiva epistemológica centrada no estudo de processos midiáticos entre produção e consumo, a mediação precisa ser pensada, hoje, em termos de circulação.

Terminologia relativamente recente no estudo dos processos midiáticos, o conceito de circulação não é uma unanimidade entre pesquisadores da área, embora cada uma das

abordagens permita complementações. Em primeiro lugar, é consenso a ideia de que o conceito de circulação supera uma perspectiva meramente transmissional, cuja proposta era associá-la a um intervalo entre dois processos distintos, devidamente demarcados: a produção e o consumo, cujos sentidos seriam transferidos de um polo a outro automaticamente.

Ainda que centrado numa perspectiva da sociedade dos meios, Verón (2013, p. 294) reconhece a existência de uma defasagem inerente aos processos de produção e reconhecimento de sentidos, o que permite constatar que “em ambos os polos da circulação estão operando lógicas qualitativamente distintas”. Desfaz-se, aqui, a ideia de circulação enquanto transmissão automática entre dois polos, permitindo interpretá-la como lugar de passagem a partir do qual os sentidos são transfigurados.

Fausto Neto (2010), por sua vez, situa a circulação enquanto um “terceiro polo” a partir do qual se desenrolam novas formas de interação entre produtores e receptores produtivos, “complexificando seus papéis, ao organizá-los segundo novas dinâmicas de interface”. Antes de representar um “intervalo” ou lugar de “passagem” entre produção e recepção, explica Fausto (2010, p. 61), a circulação constitui-se enquanto “zona de indeterminação” que extrai das gramáticas produtivas a força de suas intenções, “pois na medida em que os discursos se contatam, neste novo espaço, suas intenções de origem perdem força”. A emergência deste terceiro polo, portanto, dissolve a perspectiva de equilíbrio entre atos de comunicação, permitindo que os pressupostos de linearidade cedam espaço à emergência de processos comunicacionais marcadamente heterogêneos (FAUSTO NETO, 2010, p. 61).

Na perspectiva de Rosa (2016c) a mediatização se traduz em circulação, ou seja, naquilo que é trocado em fluxos como um valor. Para que esse fenômeno se efetive, defende a autora, produção e recepção precisam habitar uma zona de consenso em relação ao reconhecimento de valor atribuído ao conteúdo circulante. Isso implica afirmar, defende a autora, que a circulação corresponde a um processo de igualdade em que produção e reconhecimento se equivalem e se ligam, embora cada um opere a partir de lógicas específicas.

Na avaliação de Ferreira (2016c), os processos de mediatização se desenvolvem a partir da autonomização dos processos de circulação, em decorrência de trocas verificadas no interior de determinados dispositivos, assim como entre dispositivos distintos, que, por sua vez, retroagem sobre os processos sociais (FERREIRA, 2016c). Dessa forma, explica Ferreira (2016b, p. 139-140), a ambiência constitutiva no espaço da circulação prevê um movimento de constante adaptação de indivíduos e instituições a seus novos espaços.

É preciso considerar, contudo, que as formas de contato instauradas com base nas novas relações sociotécnicas, nas quais se verificam defasagens de sentido, estão subsumidas no funcionamento de dispositivos midiáticos que, segundo Ferreira (2006), estruturam-se a partir de uma relação triádica entre sociedade, tecnologia e linguagem. Essa combinação triádica, por sua vez, permite enxergar o dispositivo para além da dimensão técnica e dos aparatos que circunscrevem os processos de comunicação, sinalizando distintas modalidades de usos e apropriações destes no complexo e emaranhado mercado discursivo.

Ao dissertar, a partir de estudos desenvolvidos por Ferreira, acerca das relações interseccionadas por dispositivos midiáticos, Ana Paula da Rosa (2012, p. 73) defende que “os processos comunicacionais interferem nas relações entre dispositivos e processos sociais, ao mesmo tempo em que os dispositivos intercedem nas relações entre processos comunicacionais e sociais”, desenvolvendo-se fenômenos de afetação mútua.

O que a análise do caso aqui estudado permite identificar é que, ao contrário do Folha.com, a página Guarujá Alerta não se constitui enquanto dispositivo midiático, limitando a sua atuação à condição de meio. Segundo Ferreira (2006), um determinado meio apenas se configura como dispositivo ao se legitimar socialmente, ou seja, quando alcança projeção e respaldo para se instituir como um espaço de referência para as interações sociais, configurando simbólicas em torno de si.

Partindo-se do pressuposto dessa constituição triádica que perpassa a existência do dispositivo, a página não se consolidou em termos tecnológicos na medida em que, diante da repercussão do caso, desapareceu do macroambiente que até então lhe garantia visibilidade, ou seja, a rede social Facebook. Da mesma forma, ainda que se possa identificar uma consolidação temporária em torno do seu projeto colaborativo, instaurado em 2012, sua legitimidade social não se efetivou. Identificou-se um intenso trabalho de crítica social que questionou as processualidades de construção de sentidos mobilizadas pela Guarujá Alerta, a tal ponto que o seu administrador se tornou uma figura exilada da sociedade em decorrência de ameaças que visavam dar a ele o mesmo destino de Fabiane Maria de Jesus. Por fim, o projeto comunicacional da página sucumbiu diante do alastramento do seu discurso em outros dispositivos tangenciais que conduziram a história incitada pela bruxa de Guarujá sempre à frente, fazendo-a perder o controle dos sentidos acionados em meio à circulação. Ao ser desconstruída em termos sociais, tecnológicos e comunicacionais, portanto, a página configurou-se apenas como um dispositivo tentativo que, diante da efervescência e crítica social, desapareceu do seu lugar de origem. Apesar da extinção da página, chama a atenção que produtos discursivos por ela produzidos seguiram gerando efeitos de sentido na medida

em que foram apropriados pelo campo jornalístico canônico como condição para fazer avançar o seu processo de noticiabilidade em torno das consequências diretas do boato.

Nestes termos, ainda que a Guarujá Alerta conseguisse demarcar o seu lugar no mercado discursivo, gerando em torno dela processos de interação e agendamento temático, o seu projeto colaborativo, baseado essencialmente na gratuidade enquanto valor de troca informacional entre atores sociais midiaticizados, não se configurou em novo espaço de inteligibilidade, mas terminou em degeneração.

Em contrapartida, apesar das transformações que perpassam o mercado discursivo, o Folha.com conseguiu acentuar a sua legitimação, consolidando a sua passagem de meio à condição de dispositivo nos termos apontados por Ferreira (2006), o que legitima a sua força institucional. Além de estar socialmente instaurado há anos, o site do jornal Folha de S. Paulo se mantém como lugar referência. Ainda que criticado socialmente, aquilo que emerge em termos informacionais do site segue determinando agendas, mobilizando conversas e oxigenando a forma como a sociedade lê e interpreta a realidade à sua volta.

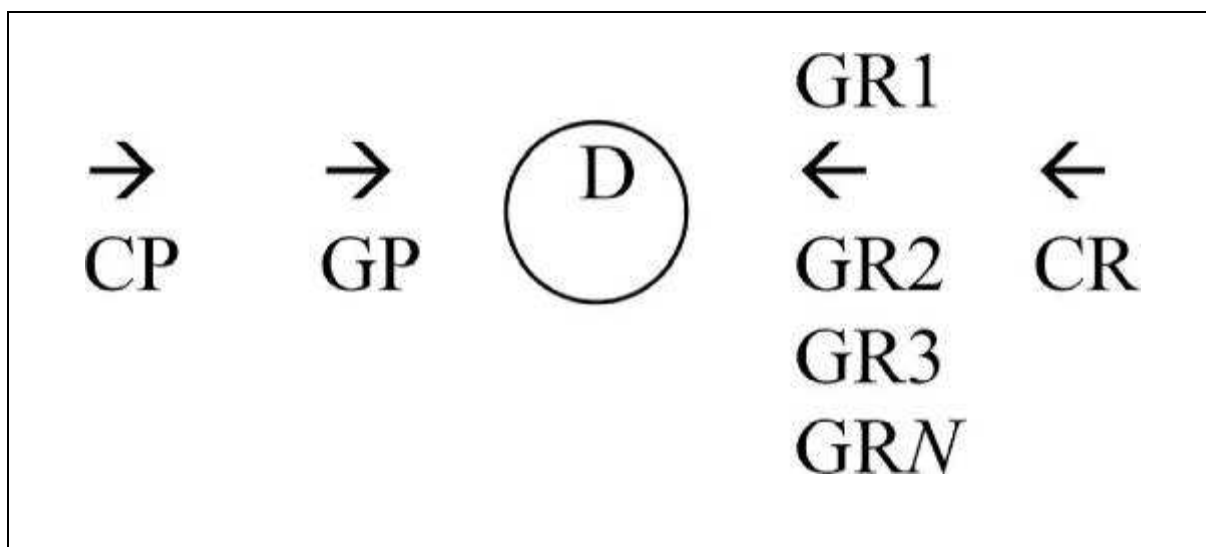
### **7.1 Remodelagens do esquema da circulação discursiva**

Segundo Boutaud e Verón (2007), toda a engenharia de elaboração de discursos midiáticos está condicionada a uma dada “gramática de produção” a partir da qual se assenta uma presumida interpretação dessa gramática, por parte do receptor, calculada pelo campo das mídias. Contudo, levando-se em conta a não linearidade que caracteriza os atos comunicacionais midiáticos, a codificação desse discurso não suscita apenas uma gramática de reconhecimento, igualmente condizente com os efeitos pretendidos pela produção, mas sim gramáticas variadas. Isso acontece porque toda classe discursiva inscrita ao funcionamento de uma determinada “gramática de produção” está imersa, quando em contato com a recepção, em “uma pluralidade de ‘leituras’ ou de interpretações, que designamos como gramáticas de reconhecimento” (BOUTAUD; VERÓN, 2007, p. 3), fenômeno que acarreta inevitáveis fragmentações e disrupções de sentidos.

Na perspectiva dos autores, o que daria forma e assentamento às gramáticas de produção corresponderia a um fenômeno anterior a elas, ou seja, um conjunto de leis e postulados sobre os quais os discursos funcionam e são operacionalizados. A essas leis e postulados eles deram a designação de “condições de produção”. Haveria, por sua vez, uma série de “condições” que estariam a moldar também a construção das gramáticas de reconhecimento e que ganharam a designação de “condições de reconhecimento”.

Ainda que arquitetado em meio a uma sociedade dos meios na qual os atores sociais ocupavam, basicamente, um lugar de acolhida em relação àquilo que emergia das mídias tradicionais, não desempenhando o papel cogestor que os caracteriza em tempos de comunicação digital, o esquema de Boutaud e Verón (2007) permite vislumbrar a circularidade que perpassa o funcionamento das gramáticas, tanto em produção quanto em reconhecimento, sendo cada qual dinamizada pela intersecção de outros discursos.

Imagem 103 - A circulação discursiva segundo preceitos de Boutaud e Verón (2007)



Fonte: Boutaud e Verón (2007).

O esquema da circulação reproduzido na Imagem 103 permite inferir que o sentido atribuído a um dado discurso não está centrado, em última análise, no próprio discurso, mas nas complexas relações que todo produto significativo mantém com as condições a partir das quais é construído, bem como com as condições a partir das quais é assimilado. Nestes termos, aquilo que emerge em termos significantes de todo discurso paira em torno de uma “zona insondável” (FAUSTO NETO, 2013), impossível de ser determinada aprioristicamente e fortemente determinada por aspectos subjetivos, marcadamente associados à história dos sujeitos sociais e à infundável rede semiótica que constitui o seu lugar de fala.

Ao se observar a cadeia semiótica como um fenômeno marcadamente fundado por uma complexidade de gramáticas em remissividades e em posterioridades, ou seja, constituído em torno de enunciados anteriores que, por sua vez, designam imprevisíveis outros enunciados, é possível inferir que todo processo de produção enunciativa corresponde, em última instância, a um fenômeno de reconhecimento que o antecede. Essa constatação torna-se mais facilmente compreensível ao se pensar que nenhum discurso se funda no “vazio”, mas está ancorado por discursos que o antecedem e, da mesma forma, gera discursos

que o superam, permitindo à circulação avançar sempre à frente, embora desprovida de qualquer pretensão em termos de equivalência de sentidos entre produção e reconhecimento. Há, inevitavelmente, uma defasagem estrutural entre os discursos produzidos, sob determinadas condições específicas, na órbita da produção e os discursos codificados, sob regras variadas de leitura, no campo do reconhecimento.

Ao desenvolver análise dos esquemas de circulação sugeridos por Verón, Ferreira (2016c) explica que a questão da defasagem é situada a partir das complexas relações entre gramáticas de produção e gramáticas de reconhecimento. “Os dois níveis – produção e recepção – são analisados na perspectiva das defasagens, considerando-se espaços específicos de interação delimitados por técnicas e tecnologias transformadas em meios” (FERREIRA, 2016a, p. 72).

O que surge como fenômeno novo, a partir do esquema apresentado pelos autores e considerando a emergência de uma sociedade midiaticizada caracterizada por fluxos multidirecionais capazes de gerar sucessivos processos de permuta entre produção e reconhecimento, é justamente a possibilidade de se estudar as marcas da interpenetração, ou seja, os acoplamentos que transparecem, através de registros semióticos do mundo da cultura, entre gramáticas de produção e gramáticas de recepção, que por vezes se alteram em meio aos processos comunicacionais midiáticos. Nestes termos, a produção vira reconhecimento e o reconhecimento produção, o que coloca a todos como capazes de agenciar trocas.

Esse cenário ratifica a inferência de que o esquema teórico da circulação formulado por Boutaud e Verón (2007) no contexto de uma sociedade de meios precisa e pode ser atualizado diante da emergência da comunicação gerida em circuitos digitais. O caso aqui estudado permite formular pelo menos duas deduções a respeito dos modos como a circulação se processa quando tensionada por fluxos suscitados na ambiência da midiaticização, aqui entendida, segundo Ferreira (2006), como a articulação de processos sociais e midiáticos desenvolvida no contexto dos dispositivos de comunicação midiáticos.

Uma primeira questão a ser considerada implica a emergência de um processo em que a gramática de recepção se hibridiza com a gramática produtiva, deslocando-se para um lugar de produção discursiva que, didatizada pelo *modus operandi* das instituições midiáticas, configura-se enquanto espaço de manifestação de uma cultura do relativismo, bem como por chamados à reflexão crítica e social. O relativismo remete à condição pós-moderna, a partir da qual a sociedade “é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis” (BAUMANN, 2007, p. 9). Esse espaço, contudo, não é apenas gerador de incerteza e indeterminação. Dele

emergem também experiências de sobriedade informativa, o que revela o potencial de a sociedade se auto-organizar, tentativamente, em torno daquilo que ela própria produz em termos informativos.

Frente a esse paradoxo, a sociedade encontra-se em meio a desregulações de sentido que, *ad hoc*, são recuperadas pelo jornalismo canônico. É possível discutir, nestes termos, se a circulação impulsionada pelas redes digitais permite a construção social de imaginários que proliferam, sem assegurar a constituição de novos valores sociais compartilhados, em decorrência das defasagens, nos termos sugeridos por Ferreira (2013). No caso investigado identificamos o retorno a referências antes instaladas.

A segunda questão implica que, em meio aos processos circulatorios instalados em rede, a partir dos quais emergem disrupções, incertezas e indeterminações, as gramáticas produtivas clássicas, originadas da instância midiática canônica, continuam a preservar-se enquanto lugar de reentrada e de referência diante das questões modernas relativas à busca da verdade. Contudo, o jornalismo não se coloca enquanto “analista” permanente daquilo que perpassa os circuitos instalados em redes pelos atores sociais midiaticizados, concentrando-se em recuperar e reconstituir os acontecimentos gerados pela sociedade quando ela desenvolve uma “recepção produtiva” ou “produção consumidora”, segundo formulações de Ferreira (2013). Justamente por isso o jornalismo não conseguiu se antecipar à morte de Fabiane Maria de Jesus, mas, a partir dela, assumiu a perspectiva de regular a fragmentação das narrativas e, dessa forma, operar a passagem da ficcionalização para uma construção discursiva mais fortemente calcada em princípios de realidade.

## **7.2 Gramáticas deslocadas a partir do caso em análise**

A fim de aprofundar os tensionamentos do caso em análise frente ao modelo teórico da circulação anteriormente descrito, é preciso considerar que o caso da “Bruxa de Guarujá” é um fenômeno midiático gerado no contexto de um universo sociosemiótico situado em recepção, a partir do qual um “amador” se propõe, inscrito no espaço de uma página no Facebook, adentrar no mercado de produção, ativando processos circulatorios em busca de um reconhecimento que se desfaz ao longo do processo de intercâmbio informacional. Borelli (2015, p. 244) disserta acerca desse fenômeno ao sugerir que “as redes sociais possibilitam uma imersão dos públicos em instâncias antes não exploradas, mas que os qualificam a terem um lugar de fala no próprio sistema midiático”.

Nesse sentido, a entrada dos atores sociais no circuito das redes gera um deslocamento

na esfera de produção de sentidos não contemplado no esquema teórico de Boutaud e Verón (2007). Ainda que a mídia canônica esteja permanentemente referenciando o caso aqui estudado – didatizando as interações geridas no âmbito das redes –, a sua existência discursiva se deve a uma gramática de produção fundamentada na perspectiva de um ator social que, sob lógicas de mídia, tenta construir uma audiência em torno de si na rede. Verifica-se, portanto, a emergência de uma gramática que, supostamente situada no campo da recepção, destaca-se em meio à cadeia semiótica e, ao se institucionalizar – ainda que temporariamente – enquanto espécie de “mídia de referência”, desloca o seu lugar de fala para o âmbito de uma produção “travestida de jornalismo”. A página Guarujá Alerta, nestes termos, complexifica a sua natureza constitutiva ao operar a partir de regimentos e lógicas derivadas do circuito das redes, por um lado, mas também determinadas por características dos dispositivos de instituições midiáticas, por outro. Formaliza-se, aqui, o processo de hibridização entre gramáticas anteriormente referenciado.

A partir do momento em que esse fenômeno se desencadeia, a rede se consolida como instância circulatória autorregulada, o que significa afirmar que os discursos nela inscritos, até certa medida, se autonomizam em relação ao campo das mídias, embora seja preciso considerar que o campo das mídias também se faz presente no circuito instituído pelas redes, inclusive didatizando-o. Pode-se inferir, nestes termos, que a mídia canônica esmaece diante da emergência da semiose social originada das redes, que passa a ordenar o fluxo enunciativo à margem dos ordenamentos diretos que regem a prática jornalística.

No entanto, como foi possível observar, o fato de a rede se constituir como uma instância comunicativa autorregulatória, pelo menos no que diz respeito ao caso aqui analisado, não lhe permitiu se configurar enquanto instância de verdade. Essa atribuição de “purificação” em relação àquilo que emerge das redes digitais ainda é delegada a um tipo específico de jornalismo canônico<sup>115</sup>. Do mesmo modo, ainda que a rede não tenha se firmado como instância de verdade, há informação sóbria e coerente situada na sua órbita produtiva.

Mas o que garante legitimidade ao discurso de um ator social, fundador de uma página noticiosa no Facebook – a Guarujá Alerta –, que se institucionaliza a partir de um lugar de fala reconhecido como legítimo?

A análise dos materiais empíricos descritos ao longo da tese aponta perspectivas de respostas que, em termos de reflexão teórica, encontram eco no conceito de “contrafluxo”

---

<sup>115</sup> Refiro-me, aqui, a um “tipo específico de jornalismo canônico” considerando que certos regimes enunciativos, ainda que tidos como jornalísticos, podem estar associados à desinformação e à promoção da desordem.



apresentado por Braga (2011) ao sugerir que na sociedade em midiatização operam fluxos circulatórios geridos a partir de um movimento de “retroação da escuta prevista”. Nestes termos, o que garante legitimidade ao projeto da página é justamente o seu potencial de visibilizar a opinião do outro e, para além disso, incorporá-la às suas engrenagens discursivas. Verifica-se, portanto, um movimento de simbiose entre gramáticas de recepção que, catalisadas no contexto da página, impedem a desconstrução de uma imagem mítica, irreal, mitológica, estereotipada e simbólica em torno da Bruxa de Guarujá.

Na medida em que aquilo que emerge em termos noticiosos da página se confunde com aquilo que se comenta neste mesmo espaço, não há um elemento de distinção capaz de motivar um processo crítico-reflexivo sobre o caso. Constitui-se, portanto, num primeiro momento, um sistema circulatório no qual esse “produto” que circula é permanentemente retroalimentado a partir da proliferação de figuras constituídas pela cultura do relativismo, o que impede a delimitação precisa entre ficção e realidade. No instante em que essa distinção transparece, o projeto colaborativo da página sucumbe e o jornalismo canônico é acionado como referência de verdade. A circulação se impõe, aqui, como troca de valores compartilhados a partir da perspectiva de atores sociais midiatizados que não conseguem, por si só, realizar uma leitura precisa daquilo que ocorre em seu entorno.

Retomando o esquema teórico de Boutaud e Verón (2007), identifica-se que as engrenagens constitutivas do caso aqui analisado não têm como ponto de partida um produto gerido na órbita da mídia canônica (BRAGA, 2012b, p. 41), embora essa seja convocada a se instalar, mais tarde, diante da disrupção de sentidos. A mídia canônica, nestes termos, não determina o curso do acontecimento, na medida em que esse se expande de forma disruptiva, anterior à entrada dela no circuito, mas é chamada *a posteriori* para o cancelar e o reconstituir, amalgamando-o a regimes de verdade que apenas parcialmente se efetivaram no trânsito fluido e disperso das redes<sup>116</sup>.

Ao contrário daquilo que se constata no esquema clássico da circulação, portanto, o ponto de partida do fluxo circulatório no caso aqui analisado não está condicionado a uma gramática produtiva, necessariamente inscrita em uma instituição midiática. Antes disso, verifica-se a emergência de uma gramática que, de forma canhestra, tem dificuldades para se institucionalizar, embora consiga temporariamente se deslocar para o lugar embrionário das narrativas que perpassam a sociedade – lugar que, anteriormente, era reservado à centralidade

---

<sup>116</sup> Tal constatação converge com pressupostos caros ao trabalho de pesquisadores da linha pesquisa em Midiatização em Processos Sociais, ao argumentarem que o fenômeno da midiatização vem se intensificando a partir da articulação da sociedade em relação a aparatos tecnológicos responsáveis pela instauração de novos protocolos técnicos.

dos meios –, convertendo-se ela também em instância produtiva.

Dilui-se, aqui, a distinção entre produtores, representados por instituições midiáticas, e receptores, representados por atores sociais, o que permite identificar uma nova configuração no processo de agenciamento de sentidos em rede. O que faz a Guarujá Alerta é mobilizar uma gramática de produção, ainda que desenvolvida por um ator social que, na ambiência da midiatização, tem condições de deslocar-se da recepção para efetivamente produzir, inclusive acionando gramáticas da produção jornalística. “É precipitado, nesse sentido, falar em ausência de continuidades com a indústria cultural massiva anterior às redes” (FERREIRA, 2013, p. 150).

O que de fato se concretiza, nestes termos, é um processo de autonomização, ainda que relativo, dos fluxos comunicacionais antes inscritos no campo da recepção e que, na concepção original de Verón e Boutaud (2007) num momento anterior à emergência das redes sociais, são apresentados subsumidos em uma classe discursiva fundamentada a partir de marcas de um sistema industrial de meios. Nesse sentido, o caso aqui desenvolvido permite enxergar o esquema teórico da circulação a partir de uma perspectiva em que as gramáticas de produção e recepção se situam em extremos deslocados. Em vez de a classe discursiva “D” estar condicionada a uma gramática de produção devidamente institucionalizada e regida por parâmetros e diretrizes relativamente estáveis justamente por estarem subsumidas nas deontologias que norteiam o campo das mídias, o que se verifica é a sua constituição em meio a processos e operações, inclusive produtivas, situadas no universo sociosemiótico da recepção, que, como se observará na sequência, reflete marcas de variadas inscrições dos atores sociais midiatizados no universo simbólico, gerando inevitáveis disrupções de sentido.

Isso significa que a engenharia discursiva que sustenta e oferece visibilidade ao boato da Bruxa de Guarujá é operacionalizada por regimes discursivos que se fundam à margem da intervenção direta da mídia canônica, mas levando em consideração os “arsenais” constitutivos desta. Dito isso, é possível inferir que, embora a mídia canônica não tenha sido efetivamente acionada ao longo do processo de constituição do boato, ela figura como “sombra” ao didatizar o fazer enunciativo da página, o que permite dizer que a “sociedade de redes”, ainda que isso não se concretize no caso estudado, reivindica para si a legitimidade da mídia canônica, valendo-se de estratégias que são paralelas.

Num momento *a posteriori*, ou seja, quando a morte ocorre e a fragmentação de narrativas sucumbe à ficcionalização, o jornalismo canônico é convocado a retrabalhar as disrupções de sentidos. Para tanto, assume um lugar que acolhe materialidades discursas suscitadas no próprio espaço das redes digitais, reinstalando-as num outro dispositivo,

marcadamente delimitado por regramentos destinados a coibir, ainda que tentativamente, a proliferação de sentidos para além de zonas preconfiguradas. Dessa forma, o jornalismo canônico entra em cena para tentar regular uma polifonia de ofertas.

### **7.3 Incertezas e indeterminações implicadas na circulação do boato**

Ainda que a gramática gerida pela Guarujá Alerta esteja, desde a sua origem, atravessada por questões advindas do campo da recepção, é preciso considerar, num segundo nível de análise, a variedade de fenômenos decorrentes da sua pulverização frente a um conjunto de usuários mais amplos e diversificados inscritos na ambiência das redes. Nesse sentido, o ator social que instala o acontecimento valendo-se de materialidades discursivas anteriores, inclusive de outros campos e instituições sociais, a exemplo da polícia, constitui apenas uma marca de anunciabilidade em torno do boato da Bruxa de Guarujá, fenômeno que circula mediante a intervenção de lógicas e táticas de leitura as mais diversificadas, como já se descreveu ao longo da construção do caso em estudo.

Identifica-se, aqui, a circulação como um espaço de enfrentamentos (FAUSTO NETO, 2013) a partir do qual é gerada uma dinamização sociomidiática em torno dos enunciados que circulam, deixando transparecer um fenômeno de esfacelamento da potência argumentativa da sociedade, que não consegue prover inteligibilidade ao caso traduzido na forma de violência, tanto discursiva quanto física.

Esse processo que aqui denomino de “dinamização sociomidiática” decorre daquilo que Ana Paula da Rosa (2016a) conceitua, em termos teóricos, como “fagia social”, o que significa afirmar que a sociedade se apropria do caso da Bruxa de Guarujá produzindo em torno dele mensagens, fotos e opiniões que vão sendo replicadas, deglutidas e reverberadas também em outros circuitos midiáticos que projetam a história sempre adiante em termos circulatórios. O resultado da fagia determina um movimento de autonomização das produções de sentido em torno do caso, gerado por um consumo tipicamente social, a partir do qual atores midiáticos instauram um “correio informal” que se configura e se legitima à margem do fluxo produtivo inscrito na mídia canônica. Esse “correio informal”, operado no âmbito de trocas intra e intermediáticas, por sua vez, remete à existência de uma bruxa e, gradativamente, a configura enquanto tal, reforçando a fixação de crenças em torno dessa imagem arquetípica que, suscitada pela página Guarujá Alerta, que lhe atribui valor, é mantida em circulação por uma ratificação desse valor feita pelo coletivo. Segundo Ana Paula da Rosa (2016b, p. 6), o “jogo pela constituição do visível leva em conta uma necessidade de

atribuição de valor que é realizada exatamente na e pela circulação”.

Ainda que a constituição dos processos circulatórios em rede seja, pelo menos em alguma medida, condicionada pela existência do lugar representacional ocupado pelo jornalismo, os circuitos inscritos na ambiência digital correspondem a engrenagens extremamente móveis e elásticas, permitindo-se afetar por um conjunto de atores subsidiados por dispositivos que os instigam a uma postura produtiva. Essa forma organizativa, a partir da qual as lógicas de recepção são incorporadas ao seu *modus operandi*, é o elemento que garante maleabilidade e potência à rede, possibilitando a criação de novas instâncias mediadoras baseadas justamente nessa maleabilidade, a exemplo da Guarujá Alerta. Desse modo, legitima-se o fluxo de comunicação “de todos para todos” desencadeado pelo fenômeno da midiática enquanto “processo interacional de referência”, nos termos sugeridos por Braga (2007) e corroborados por Fausto Neto (2008).

Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a <<cultura da mídia>> (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

A compreensão do conceito de “cultura da mídia” excede, na nossa perspectiva, a ideia de uma cultura que estaria simplesmente representada nos meios. A partir da obra de Hepp (2016, p. 3), pode-se inferir que “a cultura das mídias é uma empreitada muito mais complexa, uma vez que toda a nossa construção da realidade é gradativamente efetuada através da comunicação que, pelo menos em parte, é transmitida pelos meios”. Esse movimento transmissional, contudo, não se dá unilateralmente, mas está condicionado e, ao mesmo tempo, age como elemento condicionador dos sistemas cognitivos e comunicacionais que perpassam a sociedade mais ampla.

O enraizamento dessa “cultura da mídia” que se alastra pela sociedade, reconfigurando a sua relação com os aparatos tecnológicos e, paralelamente, deixando marcas nos seus modos de funcionamento e organização, gera efeitos paradoxais. Ao mesmo tempo que legitima a midiática enquanto fenômeno subjacente às formas de contato e vínculo na contemporaneidade, produz como resultado aquilo que Ferreira (2016b, p. 137) intitula de “indeterminação e incerteza no âmbito dos processos midiáticos”, ensejando esforços tentativos, nem sempre fecundos, de restituição da ordem perdida.

O caso aqui estudado permite identificar que uma possível origem desencadeadora de processos de incerteza e indeterminação circunscritos aos ambientes midiáticos decorre da

circulação de um boato, fenômeno conceituado por Robert Knapp, citado por Kapferer (1987, p. 14), como uma informação atual que clama por ser acreditada, mas não encontra sustentação em declarações oficiais. Considerado “o mercado negro” das notícias, o boato corresponde a um sinal de alerta mobilizador de discussões coletivas que, na contemporaneidade, ganham forma em meio a processos de circulação midiáticos “em que lógicas sociais diversas são colocadas em contato, concorrência e disputas, acirradas, pelo poder, sem necessariamente se constituírem em estruturas mais estruturantes” (FERREIRA, 2016b, p. 141).

Desprovido de operações interpretativas dadas a conhecer pelos dispositivos jornalísticos canônicos, o boato inscreve-se nas engrenagens circulatorias midiáticas a partir das quais os seus elementos discursivos aparecem circunscritos ao espaço dos relativos, deixando-se contaminar pelos estereótipos do grupo em que circula e, dessa forma, impedindo a sociedade de reconhecer – ainda que se esbocem tentativas neste sentido – as desregulações de sentido que perpassam as suas modalidades interpretativas. Diferentemente de outros processos comunicacionais, portanto, ao boato interessam a incompletude, a irresolução e a ambiguidade enquanto elementos incentivadores de trocas conversacionais que o tornam uma narrativa em permanente processo de remodelagem. A inconstância, nestes termos, constitui o elemento-chave de toda narrativa que, movida pela incerteza, entusiasma uma série de interpretantes a reagir a cada nova versão referendada. O objetivo último é manter a narrativa em permanente processo – em permanente devir –, multiplicando a todo momento o seu potencial reinventivo, considerando que a sua total completude atingiria consensos interpretativos que culminariam com a possibilidade de sua reelaboração. Sem margens para rearranjos, o boato deixa de circular. Logo, deixa também de existir. Sua existência, nestes termos, não está condicionada unicamente a um lugar concreto no qual o boato faça sentido, mas sim ao seu potencial de manter-se enquanto narrativa reverberada, existente e retroalimentada no espaço próprio da circulação midiática.

Para que o boato permaneça, via circulação, em permanente processo de constituição, explica Kapferer (1987), a narrativa que o compõe precisa ser gerida num nível intermediário entre formulações excessivamente acabadas e outras demasiadamente elásticas. Para tanto, explica o autor, a mensagem precisa adquirir um formato econômico capaz de omitir a maioria dos detalhes para, então, circular numa forma duradoura e correspondente aos estereótipos assimilados pelo grupo que lhe oferece potencial de viralização. Num segundo momento, esclarece ele, os detalhes mantidos na narrativa – afastando qualquer informação irrelevante – precisam ser potencializados: a sequestradora não pode se limitar a coagir uma

criança, mas muitas delas, e o rapto não pode ter uma finalidade vaga, mas sim os rituais de magia negra. Por fim, a mensagem precisa ganhar uma “boa forma”, sendo ambientada através de um relato simples, livre de sutilezas e de grandes variações interpretativas. Dessa forma, torna-se fácil assimilar a história; sugerir pequenas oscilações que não a corrompam; bem como intensificar a sua força através de processos circulatorios. Nessa mesma linha de raciocínio, complementa Iasbeck (2000, p. 12), a composição que dá forma a um boato não pode estar sustentada por elementos narrativos impenetráveis, “porque assim não teriam como receber as contribuições que os levarão adiante”, nem mesmo por elementos demasiadamente flexíveis a ponto de alargar as margens interpretativas para além da sua zona de interesse.

Torna-se imprescindível considerar também que, mesmo estando ele distanciado de qualquer preceito real, a circulação de um boato depende diretamente dos condicionantes morais, sociais e simbólicos que circunscrevem a sua existência, expondo recalques, medos e sentimentos que, no interior daquela narrativa específica, encontram lugar para vazão. Nestes termos, as narrativas que compõem o boato são marcadas por crenças e deturpações que, apesar da secularização e dos “princípios e axiomas fundamentais que definem a racionalidade”, permanecem enquanto vestígios ocultos presentes nas formas como se lê e interpreta a realidade (VATTIMO, 1989, p. 41). Com base nesta premissa, um linchamento como o cometido contra Fabiane Maria de Jesus persiste e se alastra no tempo e no espaço considerando a sua base moral, independentemente do fato de ela ser ou não uma sequestradora de crianças. Mesmo inocente, o que importa para o grupo são os medos e aflições que a sua imagem corporifica. O que atormenta os espíritos não é a figura daquela mulher em si, mas as representações coletivas que, a partir daquilo que se fabula em torno dela, tornam-se transparentes. Em consonância com essa linha de raciocínio, Iasbeck (2000, p. 11) argumenta que “qualquer elemento que atrepele e rompa a linearidade e a previsibilidade das expectativas será capaz de acionar toda uma cadeia de medos, temores e receios que restam entorpecidos por pequenas – mas eficientes – certezas criadas nos ritmos sociais”.

Sendo ele um relato que desestabiliza a normalidade social, participar do boato significa estar atento e preocupado com o desenrolar dos acontecimentos; engajado nos anseios e dramas da comunidade; e supostamente interessado em esclarecer o enredo enigmático que o cerca. Mesmo que as pessoas não tenham contributos valiosos a oferecer em relação à trama, o boato convoca a interlocução como premissa básica para a sua verificação e também como pretexto para que elas possam dar seguimento às conversas cotidianas e, assim, estreitar os elos de contato via circulação. Propaga-se o boato, nestes termos, “menos por se acreditar nele do que pelos seus aspectos lúdicos, excitantes e surpreendentes” (KAPFERER,

1987, p. 100).

Ainda que antes de se pensar em sociedade midiaticizada o boato já representasse um dispositivo de sociabilidade capaz de agregar elementos, curiosidades e desdobramentos em sua imprevisível circularidade coletiva (GADINI, 2007, p. 4), a obra de Vattimo (1989, p. 32) ajuda a compreender que a dinamização desse tipo de informação em meio à sociedade midiaticizada, altamente conectada e marcada por fluxos de comunicação generalizada, não se traduz, necessariamente, num aumento da autotransparência. Embora centrado na análise de uma sociedade dos meios, Vattimo (1989, p. 13) argumenta que a expansão do potencial comunicativo na sociedade gera como efeito a perda de sentido da realidade, permitindo a contaminação “das múltiplas imagens, interpretações, reconstruções que, em concorrência entre si ou, seja como for, sem qualquer coordenação central, os *media* distribuem”. Ainda assim, esclarece, “os ideais sociais da modernidade se mostram unitariamente descritíveis como guiados pela utopia da absoluta autotransparência” (VATTIMO, 1989, p. 24), apesar de o desenvolvimento das ciências sociais e a intensificação da comunicação social parecerem produzir justamente o sentido oposto.

Nessa linha de raciocínio, infere-se que o boato não diz respeito a uma fase primitiva e superada da história, mas representa um elemento intrínseco ao arcaísmo da sociedade e que ganha formas inusitadas de constituição quando amalgamado aos meios em redes digitais, geridos por atores sociais midiaticizados, induzindo a processos de circulação informacional em que imagens e sentenças se sobrepõem muito rapidamente, permitindo apenas uma apreensão cognitiva fragmentada e dispersa da realidade construída midiaticamente. Assim sendo, a carência de fatos exatos e de reflexão crítica impulsiona a sociedade a elaborar tentativas de construção da realidade que, sustentadas por hipóteses legitimadas por um sistema explicativo arraigado na consciência de determinado grupo, impõem-se como verdade à margem de qualquer indicador do estatuto real daquela informação (KAPFERER, 1987). Emerge, desse processo, um sistema de inteligibilidades com potencial degenerativo que, apesar de refletir um processo de fabulação do mundo, é provocador de trocas, de discussões e de tomadas de decisão que implicam uma desestruturação da ordem natural das coisas, a exemplo do linchamento de Fabiane Maria de Jesus.

As premissas aqui levantadas permitem inferir que os processos de incerteza e indeterminação (FERREIRA, 2016b) arraigados na emergência de boatos que ganham forma na e pela circulação discursiva se sintonizam, em termos teóricos, com a contaminação da cultura da mídia pela multiplicação daquilo que Vattimo (1989) denomina de *Weltanschauungen*, ou seja, visões de mundo díspares e dissonantes que tentativamente

buscam acoplar-se em zonas de consenso no espaço da midiatização. O sentido em que se move a tecnologia, nestes termos, não sugere o domínio da natureza pela máquina, nem mesmo a conformação de uma sociedade mais racional, equilibrada, centrada na razão e na delimitação de consensos precisos em decorrência da democratização do potencial de trocas, gerida no espaço da circulação midiática. Antes disso, o mundo que se apresenta diante da emergência de um boato representa, assim como acontece com a obra de arte, um sistema complexo de significados nele impregnado, fruto não apenas da racionalidade moderna, mas dos sentimentos, sistemas de valores, crenças e visões subjetivas que seguem tensionando a forma como se produz conhecimento acerca das coisas do mundo, vistas e interpretadas sob uma variedade de formas.

#### **7.4 Novas fagias implicadas na circulação da notícia**

Seria possível a sociedade viver desregulações de sentido, geradoras de morte inclusive e, *ad hoc*, recuperar e tomar consciência desses processos em decorrência de regimes de verdade instaurados pelo jornalismo e capazes de gerar distinções argumentativas entre ficção e realidade? Essa é uma questão relevante para se pensar a condição do boato enquanto desajuste não admitido pela sociedade informacional do controle, que o particiona na forma de notícias, editoriais e colunas que, conjugadas, compõem um acontecimento midiático sobre o qual repousa uma lógica explicativa. Mas quais são as engrenagens constitutivas desse processo em termos circulatorios? O esquema produzido por Boutaud e Verón (2007), ainda que revisitado, segue como baliza norteadora desse debate.

Diante desse esquema amplamente referenciado, portanto, o caso da Bruxa de Guarujá permite identificar que, ao adentrar no jogo da circulação discursiva, o jornalismo canônico se transforma, num primeiro momento, num lugar de recepção daquilo que emerge das redes, passando a operar a partir de uma posição deslocada em relação ao seu lugar de origem preconizado na arquitetura desenhada por Boutaud e Verón (2007). É com base nesse movimento primeiro, direcionado à escuta daquilo que emerge do circuito ambiente mais amplo mobilizado pelo entrecruzamento de meios digitais, que a mídia canônica opera o seu processo tradicional de investigação e produção noticiosa. A estratégia de resgatar citações e reproduzi-las, na íntegra, nas manchetes das matérias informativas, revestindo-se de um discurso “externo”, assim como o processo curatorial mobilizado pelo Folha.com, evidenciam marcas concretas desse processo que, em termos teóricos, pode ser metaforizado como “fagia midiática” (ROSA, 2016a).



Em meio ao processo de fagia midiática, portanto, a instituição jornalística abandona o seu lugar de produção tradicional e absorve para o interior do seu sistema materialidades produzidas socialmente em espaços midiáticos distantes daqueles sobre os quais detém controle informacional. Desta forma, a mídia canônica consome aquilo que já está posto em circulação e, a partir disso, realiza um trabalho de reelaboração desses materiais conforme os seus padrões editoriais. A fagia midiática, nestes termos, representaria o consumo de um consumo anterior, momento em que a mídia canônica passa a “devorar” o que já foi publicado em outro momento para retrabalhar esses mesmos materiais sob a perspectiva de seus enquadramentos e lógicas processuais.

É apenas num segundo momento, portanto, que a mídia canônica assume o lugar representacional para ela preconizado no esquema da circulação discursiva, acionando-se enquanto produção abastecida por insumos captados durante o movimento de fagia. Antes de simplesmente reproduzir aquilo que emergiu das redes, neste segundo momento o jornalismo canônico, aqui representado pelo Folha.com, resgata o caso para o interior das suas gramáticas de sentido, singularizando-o e estabelecendo diferenciações frente àquilo que já está inscrito à rede.

Ao longo desse percurso de singularização do caso, elementos são transfigurados na passagem do boato à notícia. Talvez o elemento mais emblematicamente ressignificado nessa passagem, considerando o caso aqui analisado, diga respeito à própria imagem de Fabiane Maria de Jesus, desconstruída do seu lugar de bruxa. O interessante, além de simplesmente perceber essa passagem, é indicar como essa desconstrução se processa.

Basicamente, o que se observa é que a passagem da figura de bruxa à de mãe de família se dá em função de fatos jornalísticos acrescentados à narrativa inicial, tendo na morte o elemento divisor entre a proliferação de figuras e a fragmentação de narrativas nas redes, por um lado, e uma forma de se fazer jornalismo que estabelece a separação entre ficcionalização e realização, por outro. Se o boato é configurado e abastecido por uma imagem arraigada no coletivo da bruxa, idealizada e estereotipada, a morte gera a suspeita sobre quem seria, de fato, Fabiane Maria de Jesus. A notícia, nestes termos, mobiliza a conversão de uma imagem arquetípica, construída no mercado discursivo mais vasto a partir do qual inteligibilidades dissonantes conflitam, em uma imagem com mais aderência ao real.

Se os aglomerados reunidos em redes digitais demonstram, como no caso analisado, incapacidade para distinguir o subjetivo do objetivo, admitindo “como reais as imagens evocadas em seu espírito, que geralmente possuem apenas um longínquo parentesco com o fato observado” (LE BON, 2008, p. 44), o jornalismo opera com base em regulações e

enquadramentos rígidos, pertencentes ao seu arcaísmo, a partir dos quais identificam-se matrizes interpretativas que se prestam a ser mobilizadas. Como a pesquisa identificou, um desses processos regulatórios consiste justamente em humanizar a figura de Fabiane, acrescentando a ela aspectos tangíveis, legitimados pela consulta a fontes oficiais e independentes devidamente identificadas.

A partir da intervenção da instituição midiática, os próprios atores sociais que antes promoviam a imagem da bruxa passam a assumir o discurso humanizado em torno da figura que eles próprios instalaram no imaginário coletivo como desprovida de senso de humanidade. Essa guinada de perspectiva permite inferir que a entrada do jornalismo canônico em cena, tendo como marco de transição entre o boato e a notícia uma morte que precisava ser esclarecida, transfigura a forma como a sociedade passa a enxergar Fabiane Maria de Jesus. Ao se inserir no fluxo circulatório, portanto, o jornalismo desempenha seu papel normativo, sinalizando que, embora situado num lugar a jusante, cabe a ele retrabalhar as disrupções instaladas em rede, ainda que se reconheça a proliferação de apelos à consciência também localizados no campo da cultura.

Contudo, o que surge como novidade no caso em análise diz respeito à identificação de um terceiro movimento de circulação, nem social, nem midiático, mas verificado a partir do momento em que a mídia passa a consumir a própria mídia, no interior da mesma organização midiática. Se num primeiro momento o Folha.com consome aquilo que se produz em circuitos midiáticos distanciados a fim de subsidiar a sua produção noticiosa, fenômeno que caracteriza a fagia midiática, num segundo momento articulistas do site consomem aquilo que se produz no espaço de notícias do próprio site a fim de desdobrar o caso em tematizações mais amplas e que excedem a cobertura do “acontecimento puro”.

Produz-se, a partir deste movimento que poderíamos definir como “fagia intramidiática”, a construção do acontecimento preconizada pela instituição jornalística, momento em que aquilo que se produziu no interior do site sobre o caso da Bruxa de Guarujá é tragado por um conjunto de articulistas que o associam a temáticas sociais, políticas e conjunturais que possivelmente já eram pauta da organização. Desse modo, o acontecimento midiático gerido no âmbito opinativo extrapola aquilo que se produziu no próprio site em termos informativos, transformando o caso em análise numa espécie de ensejo para tematizações mais amplas e que geram a construção de um somatório de camadas de sentidos sobrepostas em torno da história da bruxa.

Esse processo de “fagia intramidiática” comporta, portanto, não apenas um deslocamento topográfico do caso da editoria “Cotidiano” para a editoria “Opinião”, mas

também a apropriação de um acontecimento primeiro com o intuito de se produzir “um novo acontecimento que vem integrar o mundo”, nos termos de Rodrigues (1993, p. 31). Menos do que o fato em si, aos articulistas do site importam as tematizações suscitadas por ele, permitindo a construção de novos sentidos que o conectam a eventos e problemáticas conjunturais que excedem o caso de Guarujá, embora nele se vejam refletidos.

A “fagia intramidiática” permite identificar a existência de dois acontecimentos gestados no interior da organização jornalística. O primeiro poderia ser chamado de o “acontecimento puro”, situado no interior das editorias convencionais, cuja existência seria explicada através da clássica Teoria do Espelho, a partir da qual se compreende que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. O segundo acontecimento, gerido através de um movimento de apropriação do primeiro, estaria situado na órbita da opinião. Compreenderia, portanto, uma releitura desse “acontecimento puro”, supostamente imparcial e objetivo, convertido agora num acontecimento essencialmente midiático, ou seja, parcial e subjetivo, a partir do qual o jornalismo, através do trabalho de articulistas, constrói uma visão muito particular de mundo.

Diante desse cenário, identifica-se que a emergência de acontecimentos desencadeadores de incerteza e indeterminação, a exemplo do boato convertido em morte, exige que o jornalismo canônico não apenas os relate, mas produza em torno deles articulações capazes de associar o universo da comunicação ao universo próprio da cultura. Menos do que explicar o “acontecimento puro”, portanto, o jornalismo é chamado a “devorá-lo” para a elaboração de um outro acontecimento, a partir do qual se fabulam teorias explicativas do caos. Dessa forma, o sistema midiático consegue “mitigar as variações do mundo exterior e impor, no seu interior, suas próprias constantes” (ALSINA, 2009, p. 134)<sup>117</sup>.

A produção desse acontecimento midiático que se alastra pela editoria de opinião, portanto, sugere que o campo jornalístico não conta as coisas do mundo apenas como elas realmente são, mas imprime àquilo que relata um significado específico. Para tanto, a mídia lê e interpreta a própria mídia, abastecendo-se de insumos para que os seus diagramas interpretativos possam ser acionados, produzindo assim uma construção sobre a realidade, que se apresenta de maneira distinta da realidade em si.

O que se identifica, portanto, em meio aos processos de circulação – centrais para se pensar a midiatização – são reinscrições permanentes, seja a sociedade valendo-se daquilo

---

<sup>117</sup> Em termos teóricos, pode-se inferir que o acontecimento midiático, gerido por processos de fagia que se concretizam no interior da própria organização jornalística, gera como efeito a produção daquilo que Rodrigues (1993, p. 30) intitula de “meta-acontecimento”. Menos regido pelas regras que perpassam a existência do mundo natural, esse meta-acontecimento seria “regido pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação”.

que consome na mídia; seja a sociedade consumindo aquilo que a própria sociedade produz; seja o campo jornalístico valendo-se de processos remissivos para sustentar o seu processo de noticiabilidade; seja o campo jornalístico se autoconsumindo na busca por construir uma realidade tipicamente midiática.

\*\*\*

Essa tese teve como ponto de partida a elaboração de inferências criativas e analogias circulares e a formulação de perguntas e proposições de pesquisa. Sua estrutura organizativa partiu de um diagrama inferido a partir de indícios construídos na observação de um acontecimento midiático caracterizado como boato em rede. Esse diagrama relacionou três instâncias semio-técnico-discursivas: a página Guarujá Alerta no Facebook, o site jornalístico Folha.com bem como suas respectivas seções de comentários. Constituíam-se, aqui, a concepção daquilo que denominamos de “caso acadêmico”, desenhado na forma de um circuito-ambiente que conecta meios, atores e instituições, de forma lógica e estruturada, cada qual tensionando um ao outro na perspectiva da circulação.

O caso da Bruxa de Guarujá, amplamente investigado ao longo da tese, permitiu identificar a emergência de um boato constituído em torno de uma simbólica degenerativa. Não se trata aqui de um julgamento moral, e sim semiótico, na medida em que a culpabilização de Fabiane não tinha por base fatos objetivos, mas sim pulsões discursivas que levaram a equipe de administradores da página Guarujá Alerta no Facebook a investir discursivamente naquela história, usando um meio midiático, na busca pelo reconhecimento de seus seguidores.

A consolidação da imagem arquetípica da bruxa que sequestrava crianças só se consolidou pública e midiaticamente na medida em que foi reiterada e reabastecida por atores sociais convertidos em cogestores enunciativos na ambiência das redes digitais, essencialmente na própria página, investida da função de catalisadora de discursos sociais incorporados à sua produção. Em meio às subjetividades, emoções e crenças que tensionaram a existência do grupo no qual o boato aflorou, a trama em torno da bruxa encontrou um ambiente fecundo para proliferar, agindo sobre as consciências e consolidando-se no imaginário popular graças a um trabalho de permanente reescrita e ressignificação de sua história, gerida por um coletivo via processo circulatório.

Como se sugeriu desde o capítulo 1, intitulado “O caso: entre criações, teorias e métodos”, a apropriação do boato por atores sociais midiaticizados intensificou o processo de

circulação da história da bruxa, conduzindo-a a zonas interpretativas impossíveis de serem mapeadas aprioristicamente. É possível admitir, nos termos de Charaudeau (2007, p. 38), que a proliferação de sentidos sobre o caso, originada por atores sociais em situação produtiva, tenha gerado um efeito de saturação contraprodutivo<sup>118</sup>, embora a tese também identifique tentativas sociais de produção de novas inteligibilidades associadas à órbita dos interagentes.

A emergência de um cenário marcado por processos de incerteza e indeterminação (FERREIRA, 2016c) decorrentes de “sobras” discursivas materializadas por atores dotados de força produtiva no espaço midiático digital ensejou a identificação de um segundo objeto de análise. Refiro-me, aqui, ao site jornalístico Folha.com, também interpretado enquanto meio bipartido na medida em que permite, a partir de regras e protocolos previamente estabelecidos, a manifestação do leitor/assinante via seção de comentários. As inferências sobre as operações do fazer jornalístico permitiriam regular o boato depois de sua exacerbação em ato de linchamento.

Ao construir inferências em torno dos meios e do circuito-ambiente desenhado, o processo de pesquisa constatou que a página Guarujá Alerta, na condição de fenômeno midiático localizado, institucionalizou-se, ainda que precariamente, ao longo do tempo, reunindo uma legião de mais de 50 mil seguidores. Desfeito o boato, contudo, evidenciou-se um processo de crise em torno da sua institucionalização, refletida na forma de crítica às suas processualidades deontológicas e no chamado a um segundo linchamento, direcionado aos seus administradores e efetivado apenas em termos discursivos.

Caracterizada como objeto híbrido, fundamentado por lógicas “amadoras” tensionadas por uma perspectiva institucional-midiática, a página, responsabilizada por oferecer o “start” do boato da Bruxa de Guarujá (acontecimento 1), valeu-se daquilo que emergia em termos informativos do próprio trabalho cogestor feito por seus seguidores como baliza para nortear a sua produção de conteúdos. Esse processo de semiose aberta que caracterizou os seus modos de operar sentidos, cuja narrativa sobre o caso esteve permanentemente marcada pela imprecisão em relação àquilo que tornava público, deixou notória a problemática referente à diferença entre *comunicação* e *comunicação bem-sucedida*, nos termos sugeridos por Braga (2010). Apesar da narrativa impulsionada pela Guarujá Alerta ter evocado processos comunicacionais complexos, articulando diferentes atores via processo circulatório em rede, as tentativas inferenciais feitas pelos enunciadores – “que necessariamente se põem em

---

<sup>118</sup> O conceito de efeito de saturação contraprodutivo, neste caso, remete ao fato de que a sociedade midiaticizada está imersa num fluxo de informações abundante, originado de fontes variadas, que por vezes supera a capacidade cognitiva dos interagentes de transformá-las em conhecimento.

marcha para integrar e completar toda e qualquer comunicação, por mais codificada que esta seja” (BRAGA, 2010, p. 74) – conduziram a interpretações equivocadas e articulações fantasiosas que culminaram na eclosão do boato gestado em rede em forma de ação violenta no mundo da vida.

A exacerbação do boato em linchamento, caracterizado na tese como o acontecimento 2, demarcou o momento exato em que o fluxo comunicacional acionado socialmente em rede alcançou o seu limite, impulsionando a comunidade do bairro de Morrinhos a reagir diante do estado de indeterminação instalado pela presença, ainda que fictícia, da sequestradora de crianças. A morte, neste caso, acionou a entrada em cena do campo jornalístico, gerando um deslocamento simbólico na medida em que o boato fazia menção a um objeto ou suposição deslocado da realidade e, portanto, impossível de ser “visto” ou registrado, e o linchamento representava um referente concreto, passível de ser demarcado no tempo e no espaço.

Esse movimento de “demarcação” do linchamento no tempo e no espaço, contudo, foi operacionalizado midiaticamente por atores sociais que, ao testemunharem e participarem da agressão, a reprojeteram em rede, tornando a morte de Fabiane um produto midiático para ser visto e contemplado em seu caráter de exemplaridade. A ficcionalização do boato cedeu lugar à materialização da violência, que não se consumou apenas no local do crime, mas também nas infoviais através das quais ganhou uma “existência midiática”, alastrando-se de forma desordenada entre circuitos variados: YouTube, WhatsApp, blogs e perfis pessoais no Facebook.

Tais materializações, inscritas em meios variados, ampliando os circuitos, reveladas pelo trabalho produtivo de atores sociais midiaticizados, constituíram elemento fundamental a partir do qual o campo jornalístico canônico fez avançar o seu processo de noticiabilidade do caso. Em outras palavras, a fim de prover inteligibilidade e senso de realidade à história da dona de casa confundida com uma sequestradora de crianças após a proliferação de um boato em rede, o Folha.com mobilizou um esforço remissivo, reportando-se a essas materializações geradas por cogestores enunciativos enquanto índice em torno do qual a sua narrativa esteve sustentada. Nesses termos, os registros midiáticos produzidos pelos atores mantêm-se como insumo mobilizador de sentidos inclusive na construção da matéria jornalística, migrando de circuitos por vezes periféricos para ganhar notoriedade no circuito institucional-jornalístico. Evidenciam-se, aqui, marcas de que as construções de sentido sobre o caso desdobram-se em interação entre circuitos correlatos, como sugere a primeira proposição<sup>119</sup> de pesquisa,

---

<sup>119</sup> A primeira proposição de pesquisa indica que excertos discursivos materializados nas três instâncias discursivas (duas em redes e a terceira de instituição) sugerem que as construções de sentido sobre o caso

abordada no capítulo 4.

Como inferência surgida do trabalho de análise dessas materialidades que perambularam de um circuito a outro, destacamos uma assimetria valorativa em relação a conteúdos idênticos dispostos em meios e em temporalidades distintas ao longo do desenrolar do caso.

Inicialmente, aos vídeos, às imagens e aos textos produzidos no contexto de constituição e exacerbação do boato foi associado um valor semântico de positividade na medida em que parte da comunidade de Morrinhos, apesar de desconsiderar qualquer código ético-legal, atribuiu ao linchamento de Fabiane – e a todos os registros midiáticos em torno dele – um caráter de justificação, explicitado em comentários do tipo: “*Ainda bem q mataram essa fdp. Ate q fim os ‘manos’ fizeram algo certo!*”.

O processo de ressignificação desses produtos midiáticos por interagentes dispostos em rede, quando reportados às lógicas do campo jornalístico, no entanto, subverteu substancialmente a teia de significados atribuídos originalmente a eles, na medida em que passaram a circular como emblemas sintomáticos de um fenômeno ao qual foi atribuído valorização negativa, fruto da proliferação cada vez mais usual e rotineira de boatos gestados na internet.

Essa assimetria valorativa atribuída aos materiais – positividade no circuito social e negatividade no circuito jornalístico investigado<sup>120</sup> – deve-se a uma defasagem relacional frente ao caso.

Em termos mais detalhados, pode-se inferir que, para os atores sociais diretamente envolvidos psicologicamente e geograficamente com o caso, o processo circulatório a respeito da existência de uma sequestradora de crianças se revestia de significados absolutamente concretos. Neste contexto, portanto, a história da bruxa alastrou-se como informação fidedigna, gerando consensos e sendo chancelada pela própria relação de confiança entre os membros da comunidade, incapazes de perceber as suas deformidades e gerar um movimento de reflexão crítica em torno daqueles relatos, como sugere Kapferer (1987). Nesses termos, o acúmulo de informações acerca de um fato não se traduz, necessariamente, em análise crítica e profunda sobre o mesmo.

Para o campo jornalístico, por sua vez, que passou a cobrir o caso após a exacerbação

---

desdobram-se em permanente interação entre a página, o site e as seções de comentários, assim como através de interações destes com outros meios tangenciais ao circuito-ambiente que estrutura a pesquisa dada a natureza relacional e difusa do ambiente midiático.

<sup>120</sup> Reforço, mais uma vez, que no circuito social também houve uma série de manifestações de repúdio à disseminação desses materiais.

do boato em linchamento, a ressonância da história em torno da Bruxa de Guarujá era inversamente proporcional à sua legitimidade (KOOPMANS, 2004), deixando transparecer uma patologia social impulsionada pelo trânsito informacional em rede, cujos equívocos interpretativos foram facilmente identificados. Obedecendo a valores de noticiabilidade, portanto, o campo jornalístico imprimiu à discursividade social – capturada na zona da circulação – um novo regime de leitura e interpretação. Esse parece ser um exemplo para demonstrar, nos termos de Ferreira (2016c), o potencial disruptivo da semiose, mas também o lugar regulatório dos sistemas produtivos especialistas.

Apesar de o campo jornalístico fazer esforços curatoriais a fim de buscar, na zona do que circulou, materialidades produzidas por atores sociais midiaticizados como insumo para prover inteligibilidade ao caso no contexto de matérias informativas, o desenvolvimento da segunda proposição<sup>121</sup> de pesquisa deixou evidente que, em se tratando do Folha.com, as produções de sentido geradas pelos próprios assinantes do site nas seções de comentários não são tomadas como insumo para o estabelecimento de vínculos entre jornalistas e comentaristas. Ainda que o Folha.com habite o espaço das redes, demarcado por um processo de diluição entre produtores e receptores, a proposta interativa do site remete a uma lógica regulatória de caráter histórico e unilateral, oriunda de seu caráter de mídia impressa.

Mesmo que o site jornalístico tenha institucionalizado a existência de uma seção destinada a “ouvir” os comentários de leitores/assinantes, obedecendo à característica da interatividade associada ao uso da internet, não se efetivou uma zona de intercâmbio simbólico entre produção e recepção produtora. A intensificação dos processos circulatórios, neste caso, não conduziu a um movimento de aproximação entre essas duas instâncias historicamente distanciadas. Nesse sentido, a entrada do leitor/assinante na órbita jornalística tornou-se um processo permanentemente tensionado pela adequação dos comentaristas às regras e postulados que definem os “termos e condições de uso” do site.

A relação assimétrica entre jornalistas e interagentes ficou explicitada na medida em

---

<sup>121</sup> A segunda proposição de pesquisa indica que a página e o site desenvolvem estratégias distintas de acesso dos interagentes ao seu sistema. Apesar do Folha.com possibilitar a entrada do leitor em sua espacialidade, esse processo é regulado por postura coercitiva da organização jornalística, que em nenhum momento, ao longo da cobertura do caso, apropriou-se das produções de sentido geradas pela recepção como mote para o estreitamento de vínculos entre jornalistas/colunistas e comentaristas. Diante desse cenário em que o jornalismo canônico é referência, contudo, verificam-se experiências autorregulatórias.

A página Guarujá Alerta no Facebook, por sua vez, produzia as condições de acesso do seguidor ao seu sistema como componente fundante do seu formato, mas a proposta de constituir-se enquanto meio baseado na participação e na cooperação social acabou não se edificando enquanto dispositivo.

Em ambos os modelos, tanto o controle regulatório imposto pelo site quanto a abertura participativa experimentada pela página se traduzem em situações de contenda entre dispositivos (mesmo que tentativo no caso da página) e comentaristas.



que o campo produtivo estabeleceu uma postura de silenciamento em relação às construções de sentido que emergiam nas seções de comentários, inclusive nos casos em que comentadores interrogavam diretamente jornalistas ou colunistas do site. Isso significa afirmar que, apesar de o campo jornalístico recorrer à zona da interação em busca de materialidades que pudessem impulsionar o seu processo de noticiabilidade, esse mesmo campo deparou-se com dificuldades cognitivas para se vincular, como ação comunicativa, com o seu próprio assinante, que foi assim relegado à condição de cogestor enunciativo com distintos níveis de reconhecimento e de subordinação.

Dependente do trabalho enunciativo gerido pelo próprio seguidor a fim de legitimar aquilo que enunciava, a segunda proposição de pesquisa permitiu constatar também que a Guarujá Alerta se lançou no mercado discursivo desprovida de referências capazes de balizar o contato com o seu leitor. Seria impossível cobrar da Guarujá Alerta esse tipo de postura, considerando que o seu reconhecimento estava diretamente relacionado ao potencial da página em dinamizar, via interação, aquilo que emergia em termos de construção de sentido da recepção.

Contudo, ao capitalizar o trabalho enunciativo do cogestor como base da sua cadeia produtiva, a Guarujá Alerta acabava abrindo mão do controle informativo sobre o caso, deixando-se contaminar por imaginários e ficcionalizações que ela própria ajudou a construir a partir da divulgação do post que deu origem ao boato. Assim que exacerbado em violência, o mesmo seguidor que incentivou a proliferação da história da bruxa, via processo circulatório, passou a questionar a legitimidade da página, desfazendo a vocação colaborativa que se impunha como promessa do seu projeto noticioso. A sociedade, neste exato momento, refutou o seu lugar cogestor naquele ambiente, que passou a ser imediatamente associado à prática de um “jornalismo irresponsável”.

Ao contrário do que fez o site Folha.com, a Guarujá Alerta chegou a estabelecer movimentos de conversa direta com o seu seguidor a fim de reafirmar a sua política editorial, que, canhestamente, tentou se aproximar do “fazer jornalístico” através de um trabalho de pesquisa e confronto de fontes informativas. Esse trabalho, contudo, refletiu-se em esforços demasiadamente tímidos, a exemplo do envio de e-mail ao batalhão de polícia, além de ter sido feito por pessoas que, nitidamente, desconheciam operações, critérios e deontologias básicas que regem o fazer jornalístico. A mídia jornalística canônica, nestes termos, teve seu lugar de fala valorizado, na medida em que tentativas “amadoras” que procuravam ocupar o espaço da imprensa tradicional viram-se deslegitimadas pelas consequências diretas do seu discurso híbrido, tensionado por aquilo que emergia das redes, de um lado, e por uma

tentativa de produção autoral que apenas se aproximava do fazer jornalístico, de outro.

O que chama a atenção, neste processo, é que mesmo a partir do momento em que a página procurou desconstruir o boato valendo-se de informações obtidas junto ao campo policial, a órbita de proliferação de sentidos em torno da bruxa sequestradora já havia alcançado circuitos correlatos sobre os quais os administradores da Guarujá Alerta não tinham qualquer controle. A sociedade midiaticizada, portanto, autonomizou-se em termos de produção informacional, valendo-se de seus próprios meios para impulsionar a propagação de sentidos, via circuitos inscritos nas redes. Nesse sentido, mesmo que a informação “sóbria” tenha se firmado numa das pontas do circuito, desmistificando a proliferação do boato, a característica rizomática da rede tornou impossível o mapeamento de suas ressignificações de sentido em outros pontos desse complexo sistema hiperconectado.

Essa autonomização do processo, inscrita no funcionamento da internet, pôde ser constatada, ao longo do desenvolvimento da tese, a partir do momento em que os objetos Folha.com e Guarujá Alerta silenciavam-se a respeito de demandas originadas da recepção produtora, via seção de comentários, mas que acabavam sendo respondidas, reverberando em novas teias de sentido, por interagentes que assumiam o lugar desses mesmos objetos silenciados. O que se verifica, nestes casos, são ingerências complexas entre produção e reconhecimento; não raro, situações em que a própria produção se torna um meio auxiliar, espectador, no máximo valendo-se de sua vertente coercitiva para regular aquilo que surge a partir de trocas produzidas no âmbito das interações entre cogestores que se alastram pela ambiência digital, impondo a sua vontade de falar.

No desenrolar da terceira proposição de pesquisa<sup>122</sup>, por sua vez, a atribuição de culpa foi tomada como objeto simbólico. A partir da observação dos materiais que deram existência ao circuito-ambiente desenhado, mapearam-se tentativas de identificar e descrever a quais meios, interagentes e instituições foram delegadas, sob a ótica do comentarista, responsabilidades pelo linchamento de Guarujá. Esse objeto simbólico, ao qual denomino de culpabilização, não se apresenta de forma estática e consensual ao longo do caso analisado, ganhando distintos contornos e perspectivas interpretativas a partir de sua associação a outros elementos postos a circular no mercado discursivo.

---

<sup>122</sup> A terceira proposição de pesquisa afirma que o processo de culpabilização em torno do linchamento de Guarujá, dado a conhecer pelos comentários na sua condição de fragmentos da semiose social materializados na página e no site, sugere a existência de um primeiro julgamento, estritamente midiático, bem como de um segundo e terceiro julgamentos, que, apesar de também revelados no ambiente dos meios, voltavam-se à problematização de questões políticas e sociais aventadas como causas diretas do boato que culminou na forma de violência, física e discursiva. Nessa perspectiva, a nomeação de culpados para o caso aqui analisado vincula-se a aspectos conjunturais complexos, essencialmente de ordem midiática, social e política, que transparecem pelo olhar da recepção quando dotada de força produtiva.

Verificou-se, ao longo do trabalho de análise dedutivo, a esfera propriamente midiática sendo diretamente vinculada à eclosão do caso de Guarujá. Para além de críticas direcionadas à Guarujá Alerta, foi possível identificar um trabalho de correferenciação, via comentários, a processos midiáticos anteriores, substanciando o olhar dos interagentes em relação ao episódio. Nestes termos, através de processos rememorativos acionados coletivamente, o caso aqui estudado passou a ser visto como uma atualização de casos midiáticos anteriores, o que sugere correlações entre produtos midiáticos distanciados no tempo e que voltam a operar significados via circulação.

Nessa perspectiva rememorativa, ao mesmo tempo que representantes dos meios canônicos, a exemplo da apresentadora televisiva Raquel Shehezarade, eram associados à eclosão de discursos de ódio capazes de didatizar o episódio de Guarujá, genericamente os meios “jornal” e “televisão” também eram mencionados enquanto lugares de referência a partir dos quais poderia germinar “a verdade” em torno da história da sequestradora. Ao assumir a postura do crítico, portanto, o ator social reconheceu uma ambiguidade dos sentidos associados ao fazer midiático canônico, que, por um lado, manteve-se como lugar credenciado a regular as incertezas e indeterminações originadas dos fluxos circulatórios em rede e, por outro, foi relacionado à difusão de discursos geradores dessas mesmas incertezas e decalagens.

Para além dos processos descritos por Braga (2006) em que a sociedade se organiza para retrabalhar aquilo que a mídia circula, posicionando-se como interlocutor crítico, os processos de culpabilização aqui estudados permitiram identificar um fenômeno em que a esfera do reconhecimento analisa o próprio reconhecimento, lançando um olhar problematizador também sobre o lugar ocupado pelo ator social enquanto cogestor enunciativo. Essa é uma questão nova nos estudos de midiatização, deixando antever estudos voltados à sociologia da comunicação a partir dos quais a sociedade passará a interpretar mais atentamente os efeitos de sentidos gerados pela sua força produtiva em tensionamento com os meios e dispositivos comunicacionais clássicos, a exemplo daqueles de pendor jornalístico.

A fim de retomar questões suscitadas pelas proposições de pesquisa apresentadas no capítulo 1, é preciso tecer considerações finais em torno do balaio de problematizações por elas provocado<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> Recupero, a título de memória, as questões levantadas no capítulo 1.

- a) Qual é o circuito-ambiente que se configurou em torno do caso da Bruxa de Guarujá, aqui sugerido?
- b) Quais são as especificidades de cada meio integrante do circuito-ambiente desenhado, considerando-se a singularidade do caso proposto?
- c) Que relações se estabelecem entre os meios especificamente analisados e a produção sociomidiática de

Sobre o funcionamento do circuito-ambiente desenhado em torno do caso, o que ficou patente foi o seu potencial de reinvenção decorrente de uma série de fusões que se desencadearam em seu interior. Tais fusões não dizem respeito somente ao processo de contágio entre os atores e instituições, em seus usos e práticas em meios que constituíram esse ambiente – a página, o site, as seções de comentários, os perfis pessoais –, mas também aos resquícios e marcas de produtos midiáticos anteriores, assim como de crenças simbólicas, permanentemente reatualizados neste circuito. Explicita-se, aqui, o conceito daquilo que denominamos de circulação. Por analogia, pode-se caracterizá-lo como fenômeno a partir do qual as múltiplas “fagias” e “devorações” em torno do que se consome em termos midiáticos e do que se vive no cotidiano misturam-se, gerando alusões que superam os fatos em si e correlacionando-os a outros espaços de produção de sentidos.

Em relação às especificidades de cada uma das três instâncias semio-técnico-discursivas tomadas como foco central da pesquisa, constatou-se que cada uma delas assumiu vocações “prioritárias” em relação ao fenômeno do boato. Enquanto a página instituiu a emergência do boato na rede, as seções de comentários o dissiparam para zonas interpretativas dispersas, gerando sobras não reguladas, enquanto ao campo jornalístico foi atribuída prerrogativa regulatória. Contudo, na Guarujá Alerta, as seções de comentários apresentaram-se enquanto instâncias intrinsecamente amalgamadas com a página, na medida em que aquilo que emergia dela em termos informativos derivava antes de um trabalho produtivo feito pelo campo da recepção alçado à condição de cogestor do que de um esforço centrado em processos de apuração e pesquisa próprios do meio. Essa mesma vinculação não foi identificada na relação entre o Folha.com e a sua seção de comentários, na medida em que o campo jornalístico se projetou enquanto espaço de diferenciação em torno daquilo que emergiu em termos de construção de sentidos do senso comum, explicitando inclusive o poder coercitivo associado ao funcionamento das redes digitais.

As atribuições de sentido vinculadas a cada uma das três instâncias apenas podem ser designadas como “prioritárias” na medida em que, a partir da Guarujá Alerta, explicitaram-se também tentativas de frear o processo constitutivo do boato. As seções de comentários, do mesmo modo, deixaram notória a existência de discursos proferidos pelo campo da recepção produtora com o objetivo tanto de ratificar o boato quanto de desmitificá-lo. O campo jornalístico, igualmente, não apenas regulou o caso após a exacerbação do boato em

---

sentido?

- d) Como articular as lógicas do acontecimento social com as lógicas dos processos midiáticos correlatos?
- e) Como interagentes, meios e instituições participam do processo de julgamento moral do caso proposto?

linchamento, mas valeu-se dele para realizar aproximações com agendas paralelas, a exemplo da política.

O que parece importante destacar, ainda, neste contexto, é que, apesar de o boato ter sido trabalhado e constituído no contexto da Guarujá Alerta, cabendo ao jornalismo discorrer acerca das suas consequências diretas, ou seja, de um fato passível de ser verificado com base nas regras deontológicas contidas nos manuais de redação, a existência dessa narrativa mítica não desapareceu em meio ao discurso jornalístico, preservando-se enquanto índice a partir do qual a construção do acontecimento midiático-jornalístico foi estruturado. Nesse sentido, o boato manteve-se como insumo mobilizador de sentidos inclusive na construção da matéria jornalística relacionada ao fato concreto, palpável, ou seja, a morte de Fabiane. Para poder explicar a morte, portanto, o site se reportou ao boato, que se preservou ao longo da construção dos três acontecimentos que perpassaram a tese, seja na forma de uma configuração discursiva (acontecimento 1), na forma de exacerbação em morte (acontecimento 2), ou então na forma de uma presença referida (acontecimento 3).

Isso significa dizer que o boato não se apagou com a morte de Fabiane, pairando acima das regulações e fragmentos de inteligibilidade. O caso concreto, inscrito e registrado no mundo da vida, seguiu atravessado pela existência do boato enquanto referência anterior que o explica e, portanto, habita também o espaço de construção da narrativa jornalística canônica que fez constantes remissões a ele. Nesse sentido, o acontecimento midiático, a fim de construir o seu relato, precisou se reportar constantemente a um não acontecimento, considerando aqui o boato como uma narrativa que, apesar de constituir-se socialmente na forma de violência física, refere-se a uma realidade fundamentada no vazio, erigida apenas simbolicamente.

Por fim, parece pertinente discorrer acerca do que os julgamentos midiático, político, cultural e o dos próprios atores sociais que se autoexaminaram têm a ensinar.

Por um lado, uma primeira questão a ser considerada revela que o linchamento de Fabiane foi elaborado e reelaborado também na esfera dos meios, replicando-se permanentemente. Nesse sentido, uma das variadas faces do sentenciamento revela nada mais do que um outro lado da violência física, agora manifestada discursivamente.

Por outro lado, todos os julgamentos descritos apenas puderam ser efetivados no âmbito dos processos circulatórios, sendo que a cada novo enunciado identificava-se também uma revalorização do tema, das imagens e das perspectivas anteriores. Nesse trajeto percebe-se, inclusive, uma necessidade de se absolver os autores do fato em si, atribuindo a agendas anteriores também vinculadas a processos midiáticos a responsabilidade pela situação de

desordem. Não se alcançou, nestes termos, um consenso na nomeação de culpados, imperando a incerteza e a indeterminação enquanto elementos intrínsecos às formas como a sociedade produz informação.

Pode-se inferir um conjunto de questões em torno de uma pergunta central: o que sobrevive dos processos de interação analisados no circuito-ambiente recortado? Esta pergunta final se refere ao lugar do boato, da culpabilização, das regulações jornalísticas *ad hoc*, das invenções sociais de novos meios – tipo a Guarujá Alerta – nos processos midiáticos, em especial com suas derivadas nas esferas do reconhecimento. Como isso incide sobre novas possibilidades de reincidência, inclusive, através de outros processos produtivos? Seria essa sobrevivência, desconhecida, passível de investigação? Não estaria aí o deslocamento do que é material – analisado – para o que é imaterial, do ambiente para a ambiência?

## REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BORELLI, Viviane. Midiatização, circulação da notícia e lógicas de interação entre jornais e leitores. In: *Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones* (CIM). [S.l.: s. n.], 2015.
- BOUTAUD, Jean-Jacques; VERÓN, Eliseo. *Sémiotique ouverte: Itinéraires sémiotiques en communication*. Paris: Lavoisier, Hermès Science, 2007. Cap. 8: Du sujet aux acteurs: La sémiotique ouverte aux interfaces.
- BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.
- \_\_\_\_\_. Midiatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia; ARAÚJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). *Imagem, visibilidade e cultura midiática*. Porto Alegre: Sulina, 2007. v. 1, p. 141-167.
- \_\_\_\_\_. Nem rara, nem ausente – tentativa. *Matrizes* (impresso), São Paulo: USP, v. 4, p. 65-81, 2010.
- \_\_\_\_\_. Dispositivos interacionais. In: XX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2011, Porto Alegre. *Anais do Encontro Anual da Compós*. Brasília: Compós, 2011. v. 1, p. 1-15.
- \_\_\_\_\_. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.). *Mediação & Midiatização*. Salvador: Compós-EDUFBA, 2012a. p. 31-52.
- \_\_\_\_\_. La política de los internautas es producir circuitos. In: CARLÓN, Mario; FAUSTO NETO, Antonio (Org.). *Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación*. Buenos Aires: La Crujia, 2012b. v. 1, p. 43-59.
- \_\_\_\_\_. *O senso comum e a comunicação*. Artigo (versão provisória disponibilizada pelo autor). In: II Seminário “Quinta Essencial – Pensadores da Comunicação”, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, ago. 2016.
- BRUM, Eliane. Denunciados pela linguagem. *El País*, [S.l.], 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/12/opinion/1399902051\\_903721.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/12/opinion/1399902051_903721.html)>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.
- CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad (Org.). *Curadoria digital e o campo da comunicação*. São

Paulo: ECA/USP, 2012. ISBN: 978-85-7205-097-5. Disponível em: <[http://issuu.com/grupo-ecausp.com/docs/ebook\\_curadoria\\_digital\\_usp](http://issuu.com/grupo-ecausp.com/docs/ebook_curadoria_digital_usp)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

DÂMASO, Romualdo Francisco. *Mito e antimito em Capinópolis*. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 1974. 65 p. (Coleção Ordem Des Ordem, n. 6).

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

DAVALLON, Jean. *A mediação: a comunicação em processo?* Tradução de Maria Rosário Saraiva. Paris: Médiatons & Médiateurs, 2003.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. *La historia en directo: la transmisión televisiva de los acontecimientos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

DE SOUSA, Larissa Nobre; DOURADO, Patrícia Helena Castelo Branco; MARTINS FILHO, Tarcísio Bezerra. *Guarujá Alerta: a influência das redes sociais na formação de multidões*. In: INTERCOM, Rio de Janeiro, 2015.

FAUSTO NETO, Antonio; CASTRO, Paulo César; LUCAS, Ricardo J. de Lucena. A construção discursiva da violência: o caso do Rio de Janeiro. In: *Comunicação & política*. Rio de Janeiro: Ed. Cebela, 1994. p. 109-140.

FAUSTO NETO, Antonio. Mídia, prática social – prática de sentido. Trabalho apresentado no encontro da Rede Prosul – Comunicação, Sociedade e Sentido, no seminário sobre Mídia, UNISINOS, PPGCC, São Leopoldo, 2005.

\_\_\_\_\_. Enunciação, auto-referencialidade e incompletude. *Revista FAMECOS*, [S.l.], v. 1, p. 27-35, 2007.

\_\_\_\_\_. Fragmentos de uma “analítica” da mídia. *Revista Matrizes*, [S.l.], v. 1, p. 89-105, 2008.

FAUSTO, Antonio; GOMES, Pedro; BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo (Org.). *Mídia e processos sociais na América Latina*. São Paulo: Paulus, 2008.

FAUSTO NETO, Antonio. Enunciação mediática e suas “zonas de pregnâncias”. In: VELÁZQUEZ, Teresa (Coord.). *DeSignis 13 – Fronteras*. Buenos Aires: La Crujía, 2009. p. 105-115.

\_\_\_\_\_. As bordas da circulação. *Revista Alceu*, Rio de Janeiro: PUCRJ, n. 20, p. 55-69, jan./jun. 2010.

FAUSTO NETO, Antônio; SGORLA, Fabiane. Zona em construção: acesso e mobilidade da recepção na ambiência jornalística. In: XXII ENCONTRO DA COMPÓS, Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_2110.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2110.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2015.

FAUSTO NETO, Antonio. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In: FAUSTO Neto, Antonio; BRAGA, José Luiza; FERREIRA, Jairo; GOMES, Pedro Gilberto



(Org.). *Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 2013. v. 1, p. 43-64.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Comunicação, mediações, interações*. São Paulo: Paulus, 2015.

FERREIRA, Jairo. O conceito de dispositivo: explorando dimensões de análise. *Ecos Revista*, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 89-112, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos. *Líbero*, São Paulo: FACASPER, v. 1, p. 1-15, 2006.

\_\_\_\_\_. Um caso sobre a midiaticização: caminhos, contágios e armações da notícia. In: FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto; BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo (Org.). *Midiaticização e processos sociais na América Latina*. São Paulo: Paulus, 2008. v. 1, p. 55-74.

FERREIRA, Jairo; FOLQUENING, V. O indivíduo e o ator nas brechas da midiaticização: contrabandos em espaços conjuminados. In: *Diálogos de la Comunicación* (En línea), [S.l.], v. 1, p. 1-21, 2012a.

FERREIRA, Jairo. O caso como referência do método: possibilidade de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 27, p. 161-172, 2012b. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/33802/23491>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Como a circulação direciona os dispositivos, indivíduos e instituições? In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto (Org.). *10 perguntas para a produção de conhecimento em comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 2013. v. 1, p. 140-155.

\_\_\_\_\_. Adaptação, disrupção e reação em dispositivos midiáticos: questões sobre a incerteza e indeterminação nos processos de midiaticização. In: FAUSTO NETO, Antonio; ANSELMINO, Natalia Raimondo; GINDIN, Irene Lis (Org.). *Relatos de investigaciones sobre mediaticizaciones*. Rosario: CIM-Universidad de Rosario, 2015. v. 1, p. 71-86.

\_\_\_\_\_. A pólis que se faz em processos midiáticos: proposições sobre a política na perspectiva da midiaticização. In: JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus; JANOTTI JR., Jeder; ROXO, Marco (Org.). *Reinvenção comunicacional da política: modos de habitar e desabitar o século XXI*. Salvador, Livro Compós 2016 – UFBA, 2016a. v. 1, p. 65-84.

\_\_\_\_\_. Adaptação, disrupção e regulação em dispositivos midiáticos. *Matrizes* (impresso), São Paulo: USP, v. 10, p. 135-153, 2016b.

\_\_\_\_\_. A construção de casos sobre a midiaticização e circulação como objetos de pesquisa: das lógicas às analogias para investigar a explosão das defasagens. *Galáxia*, São Paulo: PUCSP, v. 33, p. 199-213, 2016c.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2010.

FORD, Anibal. *La marca de la bestia: identificación, desigualdades e infoentretenimiento en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Norma, 1999.

FRASES DE PENSADORES.COM.BR. 2014. Disponível em: <<http://www.frasesdepensadores.com.br/frase/e-impossivel-um-homem/>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

FREITAS, Hélio. *Nem tudo é notícia: o Grupo Folha na internet*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 1999.

FURTADO, Letícia de Souza; JUNIOR, Wilson Franck. O linchamento de Guarujá e a violência mimética de René Girard. *Iurisprudencia: Revista da Faculdade de Direito da Ajes, Juína/MT*, ano 3, n. 5, p. 107-134, 2014.

GADINI, S. L.. O boato como estratégia folkcomunicacional. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, [S.l.], v. 10, p. 1-12, 2007.

GOMES, Pedro Gilberto. *A filosofia e a ética da comunicação na midiatização da sociedade*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

HEPP, Andreas. O que a cultura das mídias (não) é. *Revista Interin*, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 03-23, jan./jul. 2016.

HJARVARD, Stig. *A midiatização da cultura e da sociedade*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

IASBECK, Luiz Carlos A. Os boatos: além e aquém da notícia – Versões não-autorizadas da realidade. *Lumina*, Juiz de Fora: Facom/UFJF, p. 11-26, jul./dez. 2000.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

KAEFER, Cíntia Miguel. *Ser ou não ser racista no caso aranha: investigação sobre a propagação, incerteza e circulação midiática*. São Leopoldo: Unisinos, 2016.

KAPFERER, Jean-Noël. *Boatos: o meio de comunicação mais velho do mundo*. Portugal: Publicações Europa-América, 1987.

KEEN, Andrew. *O culto do amador: como blogs, MySpace, YouYube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

KOOPAMNS, Ruud. Movements and media: Selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. *Theory and Society*, [S.l.], v. 33, p. 367-391, 2004.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T.; DUPONT, W. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

- LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. São Paulo: Editora VWF Martins Fontes, 2008.
- LIMA, Samuel. Idade mídia e linchamentos. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://blogmanueldutra.blogspot.com.br/2014/05/idade-midia-e-linchamentos.html>>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicación y culturas en América Latina. *Revista Anthopos/Huellas del Conocimiento*, [S.l.], n. 219, p. 167-189, 2008.
- \_\_\_\_\_. Uma aventura epistemológica. Entrevistador: Maria Immacolata Vassalo de Lopes. *Matrizes*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 143-162, jul./dez. 2009.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da mídia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- MOUILLAUD, Maurice et al. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, Jacques (Ed.). *Fazer História*. São Paulo: Bertrand, 1974.
- ROSA, Ana Paula da. *Imagens-totens: a fixação de símbolos nos processos de mediação*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2012.
- \_\_\_\_\_. Atentado em looping: quanto uma palavra aciona uma imagem. *Revista FAMECOS* (Online), [S.l.], v. 22, p. 01-20, 2015.
- \_\_\_\_\_. De reflexos a fagias: os níveis de circulação e apropriação midiática das imagens: In: CINGOLANI, Gastón. *Nuevas mediatizaciones, nuevos públicos: cambios en las prácticas sociales a partir de las transformaciones del arte y los medios en la red*. Rosario: UNR Editora, Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2016a. p. 77-98.
- \_\_\_\_\_. *Imagens em proliferação: a circulação como espaço de valor*. In: V COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS, Japaratinga: Ciseco/UFAL, 2016b. Disponível em: <<http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao-atual/196-imagens-em-proliferao-a-circulacao-como-espaco-de-valor>>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. O êxito da gula: a indestrutibilidade da imagem totem no caso Aylan Kurdi. In: XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016. *Anais...* Goiânia, 2016c. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/exitodagula-comautoria\\_3288.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/exitodagula-comautoria_3288.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- REBILLARD, F.; TOUBOUL, A. Promises unfulfilled? ‘Journalism 2.0’, user participation and editorial policy on newspaper websites. *Media Culture and Society*, London, v. 32, n. 2, p. 323-334, 2010.

REULE, Danielle. *A dinâmica dos rumores na rede: a web como espaço de propagação de boatos virtuais*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

RODRIGUES, José Welhington Cavalcante. Ensaio sobre os significados do linchamento ocorrido no Guarujá-SP (2014) sob a perspectiva sociológica. *Revista Transgressões – Ciências Criminais em Debate*, Natal, v. 4, n. 1, p. 116-132, 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Ed.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. p. 27-33.

ROST, Alejandro. Interatividade: definições, estudos e tendências. In: *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: UBI, 2014. p. 53-89.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BARROS, Samuel Anderson Rocha. Deliberação no jornalismo online: um estudo dos comentários da Folha.com. In: BUENO, Thaísa; REINO, Lucas (Org.). *Comentários na Internet*. Imperatriz: Edufma, 2014. p. 182-201.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Um novo sistema de inteligibilidade. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 66-73, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/5709>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

SOUSA, Larissa Nobre de; DOURADO, Patrícia Helena Castelo Branco; MARTINS FILHO, Tarcísio Bezerra. *Guarujá Alerta: a influência das redes sociais na formação de multidões*. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

TARDE, Gabriel. *La opinión y la multitud*. Buenos Aires: Urbanita, 2013.

VATTIMO, Gianni. *A Sociedade Transparente*. Lisboa, Garzanti, 1989.

VERÓN, Eliseo; DANA, Jorge; DE FERRIÈRE, Antoinette Franc. *Construire l'événement: les médias et l'accident de Three Mile Island*. Paris: Ed. de Minuit, 1981.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. In *Revista Diálogos de la Comunicación*, Lima: Felafacs, n. 48, 1997.

\_\_\_\_\_. *Esto no es un libro*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

\_\_\_\_\_. *La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

\_\_\_\_\_. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Matrizes*, São Paulo, v.8, n.1, p. 13-19, jan./jun. 2014.

WARBURG, Aby. *Histórias de fantasmas para gente grande*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON; Don D. *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix, 1967.

**ANEXO**

## ANEXO A - Reportagem divulgada pelo jornal A Tribuna em março de 2014

# O alerta de um cidadão tem mais de 40 mil seguidores

Página em rede social conta também com ajuda da PM, e idealizador quer ampliá-la

**SIMONE QUEIRÓS**

DA SECURSAM

Depois de ter o relógio roubado por dois marginais na Praia da Enseada, em Guarujá, um morador da Cidade decidiu expor toda sua indignação na internet. Criou, no final de 2012, uma página no Facebook intitulada Guarujá Alerta, cujo mote era *Eu já fui assaltado no Guarujá*.

E o que começou devagar, com uma ou outra colaboração de internautas, tornou-se uma importante ferramenta de divulgação de crimes na Cidade. Hoje, a página tem 300 acessos por dia e quase 40 mil seguidores.



**Visão Laser**  
Hospital Oftalmológico  
(11) 2104.5000  
www.visaolaser.com.br  
Diretor Médico: Dr. Colombo Barboza CRM 19553

Agora, uma colaboração de peso promete agitar ainda mais o espaço virtual: a Polícia Militar está enviando diariamente informações sobre os crimes à página.

"A parceria surgiu para aproximar mais a população dos policiais militares, repassar denúncias sobre supostos crimes que recebemos diariamente e para cobrar formalmente melhorias na segurança pública do município. Acreditamos que, com a ajuda da população, muitos crimes podem ser solucionados com mais agilidade", diz o criador da página, que prefere não revelar a identidade por já ter sido ameaçado por causa das denúncias postadas.

Segundo ele, todos os dias a PM lhe envia um texto com todas as ocorrências atendidas na Cidade. "Mas algumas notícias são repassadas por policiais em tempo real".

Além disso, a página investe também em postagens que prestam serviços à população. "Já ajudamos a encontrar des-

## Ideia e repercussão

A TRIBUNA  
www.tribuna.com.br

Segunda-feira, 24  
14:03:19 2014

reprodução

SEMPRE ALERTA AOS FATOS E NOTÍCIAS.



FAN PAGE  
**GUARUJÁ ALERTA**  
ORIGINAL

Guarujá Alerta

42.251 curtidas · 14.027 fãs de página

Curtir Seguir Mensagem

Comunidade "GUARUJÁ ALERTA" É UMA PÁGINA DE FATOS, ACONTECIMENTOS, NOTÍCIAS, INDICAÇÕES E SUBSÍDIOS DO MORADOR E TURISTA DE GUARUJÁ

42.251

Sobre · Suprir uma edição

Fotos · Curtidas



A página, mantida no Facebook, foi criada no final de 2012. O caso de maior repercussão, até hoje, foi a morte de um turista de Campinas (à esq.), naquele ano, após reclamar da diferença de R\$ 7,00 na conta

## Charge



Comente esta reportagem na internet e bata um papo com **Rafael Motta**, editor-assistente de Cidades. Acesse o site: [www.a01tribuna.com.br/papocomeditores](http://www.a01tribuna.com.br/papocomeditores)

de documentos perdidos a pessoas desaparecidas. A todo momento chegam a nossa página

dezenas de mensagens de seguidores denunciando irregularidades, pedindo ajuda para encontrar seu animal de estimação que fugiu de casa e, até, denunciando crimes que ocorrem em seus bairros".

As frequentes postagens ficam a cargo de três administradores, que têm o suporte de uma assessoria jurídica. "Todas as denúncias que recebemos são averiguadas antes de publicadas. Por isso, muitas vezes, por não termos retorno da verdade dos fatos, não publicamos algumas denúncias. Lembramos sempre que nos-

sa página é totalmente independente sem lucrativos e políticos".

Segundo ele, o assunto que mais repercutiu foi a morte do estudante Mário Sampaio, assassinado a facadas na véspera do Réveillon de 2013 pelo dono de um restaurante na Enseada.

O plano, agora, é ampliar a atuação da página, criando um site. "Além de notícias, também serão divulgadas dicas de lazer, histórias antigas da cidade, dicas sobre direitos e mais utilidade pública", comenta.